



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - PETROBRAS			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0386/15	DATA: 28/04/2015	
LOCAL: Plenário 6 das Comissões	INÍCIO: 10h02min	TÉRMINO: 18h16min	PÁGINAS: 220

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
FERNANDO DE CASTRO SÁ - Gerente Jurídico da Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRAS. MAURO GENTILE RODRIGUES DA CUNHA - Ex-integrante do Comitê de Auditoria da PETROBRAS. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Ex-Presidente do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro — COMPERJ. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Ex-Gerente do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro — COMPERJ.

SUMÁRIO

Tomada de depoimentos.

OBSERVAÇÕES

Há palavras ou expressões ininteligíveis. Grafia não confirmada: Faizer. Houve intervenções simultâneas ininteligíveis. Há palavras ou expressões ininteligíveis. Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis. Houve intervenção fora do microfone. Ininteligível.
--



O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a prática de atos ilícitos e irregulares no âmbito da empresa Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRAS, entre os anos de 2005 e 2015, relacionados a superfaturamento e gestão temerária na construção de refinarias no Brasil; à constituição de empresas subsidiárias e sociedades de propósito específico pela PETROBRAS com o fim de praticar atos ilícitos; ao superfaturamento e gestão temerária na construção e afretamento de navios de transporte, navios-plataforma e navios-sonda; a irregularidades na operação da companhia Sete Brasil e na venda de ativos da PETROBRAS na África (CPI — PETROBRAS).

Aqui compondo a Mesa já está o nosso Relator, Deputado Luiz Sérgio, e também o Sub-Relator, Deputado Altineu Côrtes, que é o Sub-Relator que trata da questão de superfaturamento de refinarias, até porque, por inspiração dele e orientação dele, esta sessão está sendo tomada. E eu o cumprimento, Deputado Altineu Côrtes, porque é a primeira sub-relatoria que inicia, efetivamente, a tomada de oitivas, embora as sub-relatorias já estejam trabalhando informações e outras coisas importantes para o desempenho de cada uma das sub-relatorias.

Informo aos Srs. Parlamentares que foi distribuída cópia da ata da 13ª reunião. Sendo assim, indago se há necessidade de sua leitura.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Peço a dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Atendendo a pedido do Deputado Aluisio Mendes e também do Relator, Luiz Sérgio, dispensada a leitura da ata.

Em discussão a ata. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, coloco a ata em votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a ata.

Comunico aos Srs. Deputados o recebimento dos seguintes expedientes:

Ofícios nºs 9.427 e 9.428, de 2015/GM/CGU-PR, da Controladoria-Geral da União, em resposta ao Ofício nº 151, de 2015, que solicita “*que sejam encaminhadas a esta CPI — PETROBRAS cópias de todos os documentos constantes nos arquivos da Controladoria-Geral da União acerca da empresa*”



holandesa SBM Offshore, além de informações que possam contribuir para o esclarecimento das investigações realizadas pela CGU em relação aos contratos dessa empresa com a PETROBRAS”.

Com a palavra a Deputada Eliziane Gama.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, estou pedindo só uma questão de ordem. Mas, se V.Exa. quiser finalizar a leitura dos requerimentos, eu posso fazer a questão de ordem em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - O.k. Agradeço a V.Exa. Deputado Ivan Valente, também?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu tenho duas questões de ordem para levantar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Ficaria para o final. O.k.

Agradeço também ao Deputado Ivan Valente.

Ofício nº 239, de 2015, da PETROBRAS, em resposta ao Requerimento nº 3, de 2015, de autoria dos Deputados Carlos Sampaio, Antonio Imbassahy, Bruno Covas e Izalci, aprovado pela CPI, que *“requer seja requisitada, em meio eletrônico, à PETROBRAS a relação de todos os pagamentos efetivados no período compreendido entre 1º de janeiro de 2005 e 1º de janeiro de 2015, decorrentes de contratos e aditivos firmados com as empresas ou grupos empresariais abaixo identificados, inclusive quando participantes de consórcios, indicando, notadamente, o número do contrato, o objeto do contrato, o valor do contrato, as datas de pagamento e os respectivos valores desembolsados e a empresa ou consórcio favorecido”*. Cópias dos documentos foram encaminhadas aos gabinetes do Relator e dos autores, e os originais estão arquivados nos autos da CPI.

Ofício nº 245, de 2015, da PETROBRAS, em resposta ao Requerimento nº 247, de 2015, de autoria dos Deputados Félix Mendonça e Weverton Rocha, aprovado pela CPI, que *“requer à PETROBRAS relação e cópia dos contratos em vigor entre a companhia e empresas de consultoria jurídica, desde a edição do Decreto nº 2.745, de 1998”*. Cópias dos documentos foram encaminhadas aos gabinetes do Relator e dos autores, e os originais estão arquivados nos autos da CPI.



Ofício nº 247, de 2015, da PETROBRAS, em resposta ao Requerimento nº 253, de 2015, de autoria dos Deputados Félix Mendonça e Weverton Rocha, aprovado pela CPI, que *“requer à PETROBRAS relação e cópia dos contratos em vigor entre a companhia e empresas prestadoras de serviços terceirizados”*. Cópias dos documentos foram encaminhadas aos gabinetes do Relator e dos autores, e os originais estão arquivados nos autos da CPI.

Ofício nº 243, da PETROBRAS, em resposta ao Requerimento nº 190, de 2015, de autoria do Deputado Afonso Florence, aprovado pela CPI, que *“solicita que esta CPI requisite ao Presidente da sociedade de economia mista Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRAS o atual desenho organizacional e societário, bem como os atos constitutivos e estatutos de cada uma de suas subsidiárias e sociedades de propósito específico”*. As informações estão classificadas como sigilosas e encontram-se arquivadas na Secretaria da CPI para consulta dos Parlamentares.

Ofício nº 246, da PETROBRAS, em resposta ao Requerimento nº 252, de 2015, de autoria dos Deputados Félix Mendonça e Weverton Rocha, aprovado pela CPI, que *“requer à PETROBRAS relação e cópia dos contratos referentes aos alugueis em vigor na companhia”*. As informações estão classificadas como sigilosas e encontram-se arquivadas na Secretaria da CPI para consulta dos Parlamentares.

Ofício nº 248, da PETROBRAS, em resposta ao Requerimento nº 251, de 2015, de autoria dos Deputados Félix Mendonça e Weverton Rocha, aprovado pela CPI, que *“requer à PETROBRAS relação e cópia dos contratos em vigor entre a companhia e empresas multinacionais. As informações estão classificadas como sigilosas e encontram-se arquivadas na Secretaria da CPI para consulta dos Parlamentares”*.

Ofício nº 249, da PETROBRAS, em resposta ao Requerimento nº 195, de 2015, de autoria dos Deputados Félix Mendonça e Weverton Rocha, aprovado pela CPI, que *“requer ser solicitada à empresa PETROBRAS S.A. cópia de documentação referente à construção de refinarias”*. As informações estão classificadas como sigilosas e encontram-se arquivadas na Secretaria da CPI para consulta dos Parlamentares.

Carta da TIM em resposta aos Requerimentos aprovados pela CPI nº 8, de 2015, de autoria dos Deputados Carlos Sampaio e Antonio Imbassahy, que *“requer*



serem transferidos os sigilos bancário, telefônico e fiscal do Sr. Pedro Barusco, CPF nº 987.145.708-15, no período compreendido entre 1º de janeiro de 2005 e 1º de janeiro de 2015, e nº 333, de 2015, de autoria dos Deputados Eliziane Gama e Moses Rodrigues, que requer a transferência dos sigilos fiscal, bancário e telefônico do Sr. Pedro Barusco". As informações estão classificadas como sigilosas e encontram-se arquivadas na Secretaria da CPI para consulta dos Parlamentares.

Mensagem eletrônica da 13ª Vara Federal de Curitiba retificando os termos da autorização para oitiva do Sr. Paulo Roberto Costa para que este preste o seu depoimento sob compromisso nos termos da Lei nº 12.850, de 2013, art. 4º, § 14, devendo o acusado também prestar sua colaboração à CPI da PETROBRAS, já que não mais vigora o sigilo anteriormente imposto.

Reitero que a correspondência oficial da Comissão permanece a cargo desta Presidência. Os Parlamentares que desejarem estabelecer a comunicação oficial protocolar com órgãos externos à CPI devem dirigir a solicitação à Presidência da CPI por meio da Secretaria da Comissão.

A presente reunião destina-se a audiência pública da Sub-Relatoria para investigação do superfaturamento e gestão temerária da construção de refinarias do Brasil. Sub-Relator: Deputado Altineu Côrtes, com tomada de depoimento dos senhores: Fernando de Castro Sá, Gerente Jurídico da PETROBRAS (Requerimento nº 19, de 2015, de autoria do Deputado Bruno Covas, e Requerimento nº 113, de 2014, da Deputada Eliziane Gama); Mauro Cunha, ex-integrante do Comitê de Auditoria da PETROBRAS (Requerimento nº 56, de 2015, de autoria do Deputado Antonio Imbassahy); Jansem Ferreira da Silva, ex-Gerente do COMPERJ (Requerimento nº 426, de 2015, de autoria do Deputado Altineu Côrtes); Nilo Carvalho Vieira Filho, ex-Presidente do COMPERJ (Requerimento nº 428, de 2015, de autoria do Deputado Altineu Côrtes); Maurício Guedes (Requerimento nº 533, de 2015, de autoria do Deputado Altineu Côrtes).

Comunicação.

Após examinar os requerimentos aprovados, esta Presidência informa que os depoentes serão ouvidos na qualidade de testemunhas, prestando compromisso de dizer a verdade sobre o que souberem e lhes for perguntado, sob as penas da lei.



Vou convidar, primeiramente, o Sr. Fernando de Castro Sá para tomar assento à mesa.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Inicialmente, pela ordem, tem a palavra a Deputada Eliziane; segundo, o Deputado Ivan Valente; por fim, o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, eu queria fazer um questionamento a V.Exa. V.Exa., como Presidente desta Comissão, não sei se vai poder nos dar essa informação, mas eu acho extremamente pertinente. Infelizmente, o Deputado Hugo não está, mas eu acredito que V.Exa. possa, investido no cargo de Presidente deste ato, nos responder, que é referente à questão do contrato da Kroll.

Eu, pessoalmente, por várias vezes, vibrei com a contratação da empresa, por compreender importante no processo de investigação, considerando a sua experiência nesse ramo de investigação. E nós cobramos isso aqui reiteradas vezes, inclusive o contrato chegar até a Comissão para que os trabalhos fossem iniciados.

Nós estivemos ontem aqui na Comissão e demos uma olhada, na verdade, no contrato. Naturalmente, a gente não pode destacar aqui nesta sessão aberta pontos do contrato, até porque nós fomos sujeitos a assinar um documento considerando a questão do sigilo do contrato.

Eu acho importante até os pontos do sigilo do contrato, Presidente, porque nós estamos numa investigação e é natural que haja sigilo em alguns pontos, exatamente para a gente alcançar o nosso objetivo, que é a investigação. Mas é necessário termos esclarecimento acerca do contrato.

A Kroll, na verdade, vem para fazer uma investigação de um bojo de informações e de pontos relevantes, que, na verdade, são muito amplos e vastos. E não ficaram muito claros no contrato, pela leitura que nós fizemos, esses pontos específicos. Como é que vai se dar essa investigação? Como será esse plano investigativo? Como será esse plano de trabalho? Essas são informações, no nosso entendimento, que já poderiam estar à nossa disposição, e que, infelizmente, não estão.



Então, eu quero trazer essa preocupação a V.Exa. e, ao mesmo tempo, discutir como vamos fazer esse debate e em qual momento vamos fazer esse debate, considerando que o contrato já foi assinado e que o tempo de vigência já passou a acontecer a partir da assinatura desse contrato.

Eu queria a resposta de V.Exa. referente a essas informações, que são necessárias para a gente poder fazer esse debate de uma forma mais intensa com todos os Parlamentares deste colegiado.

Outra pergunta é referente à questão dos inquiridos de hoje. Nós temos uma oitiva para 5 convidados nesta sub-relatoria. A gente está vendo aqui que já foi feita a inscrição na ordem dos membros. Quando nós temos um ou dois, nós terminamos 4 horas, 5 horas da tarde. Então eu queria que V.Exa. nos explicasse, antes de iniciar as oitivas, como será o rito desses questionamentos, senão nós vamos entrar pela madrugada hoje aqui e talvez não tenhamos o objetivo que nós esperamos ter.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - O.k., Deputada Eliziane. Primeiro, sobre a Kroll...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Também sobre a Kroll?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Também sobre Kroll e outras questões. V.Exa. pode responder no final, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - O.k.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Primeiro, Sr. Presidente, eu queria neste momento registrar o seguinte: há duas sessões da CPI, eu ia protocolar um documento propondo a vinda do Diretor da Kroll que assinou o contrato. O Deputado Hugo Motta me pediu que não fizesse ainda, antes da leitura do contrato.

Pois, bem. Nós fizemos a leitura do contrato. E a leitura do contrato tem um problema, primeiro, porque, para acessar o contrato, é preciso assinar uma cláusula draconiana de sigilo, assinada pelo Parlamentar e pelo seu auxiliar, e nós temos, vendo o contrato, questões que são absolutamente questionáveis, que a CPI não participa, ela está fechada num núcleo duro de pessoas que decidem quem vai ser investigado, entende? Não se sabe por que, não tem os nomes, e era preciso... Então, o que eu quero sugerir é que nós façamos uma sessão fechada, já que tem a



questão do sigilo. Eu estou propondo que a CPI faça isso, porque os membros têm que saber. Não existe tanto sigilo que se resume à Presidência ou a uma comissão de Parlamentares. Como Parlamentar, eu me sentiria excluído sobre isso. E não vou permitir isto, não vou permitir que o contrato da Kroll faça investigações que a gente não sabe quais são, para quem servem e qual é a prioridade.

Então, eu vou propor a V.Exa. — e o Deputado Hugo Motta não está aqui presente — que nós façamos imediatamente uma sessão fechada. E aí, sim, nós vamos colocar o que nós vimos lá no contrato. E eu não concordo com o que está lá no contrato, porque ele não esclarece. Inclusive, é complexo, é um documento grande. Inclusive, nós precisamos saber se a Kroll está trabalhando com outras empresas concomitantemente e quem são os investigados.

Essa é a primeira questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Sobre a Kroll?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sobre a Kroll.

A segunda é a seguinte: eu tenho um requerimento, eu sou o único Parlamentar que tem um requerimento convocando a ex-Deputada Solange Almeida para depor aqui sobre um requerimento que envolve o Sr. Júlio Camargo, a empresa Mitsui e uma acusação de benefícios ao Presidente da Câmara, Deputado Eduardo Cunha. A *Folha de S.Paulo* de hoje tem matéria de capa que diz: *Registro eletrônico da Câmara reforça suspeita contra Cunha*. Está aqui a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Qual é a questão de ordem, Deputado?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - A questão de ordem é exatamente a seguinte: na matéria, o Presidente admite inclusive que o requerimento foi feito no gabinete dele. Só não foi autenticado no gabinete dele.

Eu vou pedir prioridade para a votação e que façamos uma reunião de votação de requerimentos. Eu quero pedir prioridade para a convocação da ex-Deputada Solange Almeida para um esclarecimento desse porte, que envolve inclusive o Presidente da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - O.k., Deputado Ivan Valente.



Apesar de não se tratar de questão de ordem, eu vou primeiro responder à questão da Kroll, à Deputada Eliziane Gama e também ao Deputado Ivan Valente. Eu não tenho detalhes com relação ao plano de trabalho da Kroll, até porque é um trabalho que o próprio Presidente Hugo Motta fez com muito esmero, com muito cuidado, com muita aplicação. Sei que ele se reuniu diversas vezes com a direção da Kroll, inclusive na semana passada, para estabelecer o plano de trabalho e metas, e a natureza dos trabalhos da Kroll é realmente de caráter sigiloso.

A sugestão que farei ao Presidente Hugo Motta é que, na próxima reunião interna que ele vai realizar — talvez até faça amanhã, mas não posso confirmar, pois é uma decisão do Presidente Hugo Motta —, possa se tratar desse assunto e, quem sabe, até evoluir para uma sessão mais ampla com os Deputados para tratar desse assunto. Então, é esse cuidado que eu terei ao transmitir ao Presidente Hugo Motta essa preocupação da Deputada Eliziane Gama e também do Deputado Ivan Valente, que deve ser talvez de outros Deputados aqui membros da CPI.

Com relação, Deputado Ivan Valente, ao termo de responsabilidade, está na lei: tem que assinar o termo de responsabilidade. Então, não é apenas uma coisa direcionada à Kroll. São todos os documentos que chegam aqui com caráter sigiloso. Nós temos que tomar todos os cuidados.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - E é por isso que eu pedi a reunião fechada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Perfeito.

Nós temos que tomar todos os cuidados, até porque estivemos recentemente — eu aproveito até para relatar — com S.Exa. o Juiz Sérgio Moro, que foi muito solícito no sentido de fazer a colaboração necessária e devida. Essa CPI tem inclusive prerrogativas, e nós tomamos todos os cuidados para que documentos que têm caráter sigiloso na investigação da Lava-Jato sejam realmente, inteiramente, integralmente preservados.

Com a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, a respeito disso mesmo, eu queria cumprimentar V.Exa., que conduziu a audiência desta CPI, com o Juiz Sérgio Moro, lá em Curitiba.



Tivemos a grande participação, além de V.Exa., do Deputado Onyx Lorenzoni, que está aqui presente, da Deputada Eliziane Gama, do Deputado Ivan Valente, do Deputado Delegado Waldir, do Deputado Aluisio Mendes, do Deputado Kaio Maniçoba. Então, foi importante aquela participação. Sem dúvida nenhuma, avançamos bastante, e ele se comprometeu inclusive a facilitar o acesso da CPI às oitivas daqueles que estão presos, como também disponibilizar para a CPI documentação sigilosa, guardado o sigilo, justamente para evitar a contaminação de provas, o que é extremamente importante. Isso foi na sexta-feira, em Curitiba.

Também ontem, no Rio de Janeiro, com a Diretora da PETROBRAS, estava presente o Deputado Hugo Motta, e o Deputado Luiz Sérgio, como Relator, também estava presente. E é uma reunião importante. Os esclarecimentos serão fundamentais. Inclusive, o Presidente da PETROBRAS, Aldemir Bendine, que não pôde estar presente à reunião por motivo de falecimento de um familiar, comprometeu-se a vir aqui à CPI para conversar com todos os membros e colocar situações importantes.

Então, eu queria cumprimentar a CPI por essas duas diligências externas, tanto em relação ao Juiz Sérgio Moro, quanto em relação à Diretoria da PETROBRAS, cumprimentar V.Exa. pela Presidência dos trabalhos e o Secretário Manoel Alvim, que foi muito eficiente na logística de todo esse trabalho e com a presença de um representante seu lá em Curitiba.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Obrigado, Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Presidente Imbassahy...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Deputado Paulo Magalhães.

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Sr. Presidente, quero dar conhecimento a esta Comissão de que estamos dando entrada a um requerimento solicitando os aditivos de construção de equipamentos e montagem, tanto da Abreu e Lima, quanto do COMPERJ.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - O.k.

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Muito obrigado, Deputado Paulo Magalhães.

Deputado Onyx Lorenzoni, deseja usar a palavra? Questão de ordem?

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Presidente, é muito rapidamente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Questão de ordem?

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Não, não, é apenas para contribuir com os trabalhos no que diz respeito a dois aspectos. O primeiro deles, o Dr. Sérgio Moro autorizou a indicação de dois servidores da CPI, para que nós já pudéssemos acessar os processos que estão em Curitiba. Eu queria saber se esses dois assessores da CPI já foram nominados, para que a gente pudesse trazer o material que está na Justiça Federal do Paraná para a base de dados da CPI. Essa é a primeira pergunta. E a segunda...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - A primeira já lhe respondo: serão designados hoje pelo Presidente Hugo Motta.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Pois é, por isso que eu lhe digo, nós fizemos todo um esforço e precisamos acelerar esse processo.

E a segunda coisa que eu quero colocar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Deputado Onyx, a reunião com o Juiz Sérgio Mora foi na sexta-feira. Ontem nós estivemos na PETROBRAS, inclusive acompanhando o Presidente Hugo Motta, que hoje vai tomar as providências para designar...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Está bem, Sr. Presidente. É que eu gosto de velocidade nas coisas.

Bom, e a outra coisa relevante é que ficaram duas datas para que a CPI se transfira para Curitiba, no que diz respeito à oitiva dos que estão lá presos. E essas duas datas são: ou na próxima segunda, dia 4, ou; na segunda subsequente, dia 11.

Como há toda uma organização dos Parlamentares que vão se deslocar, é muito importante que hoje, Presidente Antonio Imbassahy, o Presidente Hugo Motta reúna os Parlamentares da CPI, na sala da Comissão, para que a gente defina o local onde as oitivas vão ocorrer em Curitiba. E eu já quero sugerir aqui que seja no auditório da própria Justiça Federal, que já facilitaria, e muito, tanto a condução dos presos, como a utilização da estrutura para favorecer as oitivas. E lá é possível dar a



publicidade que é requerida pela CPI. Mas acho que é muito importante fazer a definição desses dois servidores hoje, como também definir se nós vamos dia 4 ou dia 11, porque há toda uma logística que não inclui apenas a estrutura da CPI, mas que inclui também o preparo da Justiça Federal de Curitiba, das próprias pessoas que estão presas, e também o planejamento de quantos Parlamentares. Serão 15, 20, eu não sei quantos vão se deslocar, mas a nossa vida precisa ser planejada.

É por isso que eu transfiro essa preocupação que outros Parlamentares me passaram, ontem à noite, no plenário da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Muito bem, Deputado Onyx. É absolutamente pertinente, até porque essa foi a programação que nós realizamos em Curitiba na sexta-feira. Mas devo comunicar a todos que, ontem, conversando com o Presidente Hugo Motta, ele manifestava o desejo de, provavelmente amanhã pela manhã ou à tarde — não sei ainda, Deputado Ivan Valente —, fazer uma reunião interna para fazer algumas definições, notadamente com relação à ida à Curitiba.

Mas lembro aqui — o Secretário Manoel Alvim está me lembrando — que, dia 4, vamos ter oitivas da Sub-Relatoria do Deputado André Moura, e, dia 5, também vai haver a importante oitiva, aqui programada, do ex-Diretor da PETROBRAS, o Sr. Paulo Roberto Costa.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Mas para o dia 11...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Então é muito provável que o Presidente Hugo Motta faça a sugestão de que seja a partir do dia 11, inclusive verificando a logística, procedimentos internos, para que a gente possa ter a *performance* esperada pela população e por todos os membros da CPI, até porque são 19 pessoas envolvidas, com requerimentos já aprovados. E tem que haver uma dinâmica própria, para que a gente não fique em Curitiba, com um número não excessivo, mas com um número de Deputados membros da CPI lá sem a dinâmica necessária. Acho que ele vai fazer amanhã a reunião. É muito provável.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - E é muito importante, porque o senhor lembra, Sr. Presidente, que o Dr. Sérgio Moro tem uma planilha de oitivas que começaria nesta semana e principalmente na próxima. A partir do dia 11, muito



provavelmente, a gente terá mais flexibilidade para fazer quatro, cinco oitivas por dia lá, o que adiantaria muito o trabalho da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - E comunico a todos os que não tiveram a informação ainda que o Dr. Sérgio Moro fez questão de entregar aos membros da CPI essa relação de oitiva de audiências programadas a partir de maio, sugerindo, inclusive, uma sequência mais racional, que permitisse melhor desempenho não apenas da CPI, como também da Operação Lava-Jato, num trabalho de convergência nas investigações.

Portanto, agradeço ao Deputado Onyx, porque nos deu oportunidade para fazer esses esclarecimentos.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, a forma das oitivas de hoje eu não ouvi de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - O.k. Eu vou responder a V.Exa.

Pelo Regimento da CPI, tem que ser um depoente por vez. Então, se a gente tiver...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Aquelas inscrições que foram feitas dos membros seguem a ordem para todos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Vão seguir a ordem para todos. Agora, como V.Exa. tem essa preocupação, que eu acho que é uma preocupação de todos, eu vou solicitar que a gente evite um pouco se alongar nas considerações. Talvez, indo direto à pergunta, a gente possa ter um desempenho aqui de ouvir todos ainda hoje. Então, vamos começar. *(Pausa.)*

Antes de passar a palavra para o Relator, Luiz Sérgio, eu quero registrar a presença já à mesa do Sr. Fernando de Castro Sá, Gerente Jurídico da PETROBRAS. Registro que S.Sa. prestará seu depoimento na qualidade de testemunha, nesse sentido recaindo sobre a testemunha intimada a depor o dever de dizer a verdade.

Exorto V.Sa. a prestar o compromisso de fazê-lo sobre o que souber e lhe for perguntado, nos termos do disposto nos arts. 203 a 210 do Código de Processo Penal. Advirto-o ainda que o descumprimento por parte da testemunha desse dever legal trará certamente as consequências cabíveis.



Então, a testemunha lerá o juramento.

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Peço a atenção das senhoras e dos senhores para as normas estabelecidas no Regimento Interno da Casa.

O tempo concedido aos convidados será de até 20 minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão — art. 256, § 2º —, não podendo ser aparteados. Os Deputados interessados em interpelá-los deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria.

Com a palavra, por até 20 minutos, o depoente Dr. Fernando de Castro Sá.

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Boa tarde a todos os presentes. Eu espero que eu possa contribuir aqui de alguma forma. Eu fui inicialmente convocado pelo Ministério Público Federal; eu fiz um testemunho longo em Curitiba ao Ministério Público Federal. Posteriormente, eu fui convocado para ajudar na apuração independente que a PETROBRAS está conduzindo com os escritórios Gibson & Dunn e Trench, Rossi e Watanabe. Eu fiz também uma apresentação longa sobre o assunto e estou à disposição dos senhores. Eu entrei na PETROBRAS por concurso em 93. Comecei a trabalhar na empresa, fui admitido no dia 6 de dezembro de 93. Comecei a trabalhar na PETROBRAS no dia 13 de dezembro de 93. Em novembro de 95, eu assumi a chefia do Setor de Elaboração e Revisão de Contratos. Naquela época, a PETROBRAS tinha a área jurídica. Chamava-se Serviço Jurídico — SEJUR. Ela era dividida por matérias, e havia uma divisão que era chamada Divisão de Contratos. Essa Divisão de Contratos tinha três setores. Um setor era o Setor de Revisão e Elaboração de Contratos, que era formado por advogados. O nosso papel era revisar e apoiar todas as licitações e todos os contratos da PETROBRAS que não fossem de trabalho ou financeiros. O outro setor que havia nessa divisão era o chamado Setor de Técnica e Fiscalização. Ele era composto por engenheiros e fazia a análise de todos os pleitos de contratadas, porque os pleitos eram analisados pelo jurídico com a visão que era um órgão independente, porque não fazia contratação. E havia um outro setor, que era o Setor de Cadastro. Todos os fornecedores de serviço, prestadores de serviço da PETROBRAS eram cadastrados, e esse cadastro ficava na área do Jurídico, por ser



uma área independente. Em 2000, houve uma remodelação da PETROBRAS. O serviço jurídico passou a chamar Jurídico, e ele passou a ser dividido por áreas de negócio. Eu fui convidado, na época, para formatar e ser o Gerente Jurídico da Área de Abastecimento. Então, eu fiquei nessa gerência... formatei e fiquei nessa gerência até... de 2000 até... eu acredito que de outubro de 2000 até julho de 2009, quando eu fui afastado da função. E aí, em novembro de 2009, eu fui para a área comercial, onde eu cuidei de um projeto de regulação internacional de substâncias químicas. E, desde 2013, eu estou no Centro de Pesquisa da PETROBRAS. A minha formação, eu sou advogado por formação. Eu sou formado como Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela UFRJ. Tenho um MBA em Direito da Economia e da Empresa pela Fundação Getúlio Vargas. Tenho um mestrado pela Universidade da Califórnia na área de Direito Comercial Internacional. E hoje eu curso uma especialização na área de propriedade intelectual na UNICAMP. Eu acho que é o que eu poderia me apresentar e falar um pouco do meu histórico na PETROBRAS.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Sr. Fernando de Castro Sá.

Passo a palavra, agora, ao Relator, Deputado Luiz Sérgio.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Como é uma sessão da sub-relatoria, eu vou passar para que o Sub-Relator tenha o direito de fazer as primeiras perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Com a palavra o Deputado Altineu Côrtes.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Quero agradecer ao Deputado Luiz Sérgio e dizer que o nosso interesse é construir esse sub-relatório junto com os colegas da CPI, para poder embasar também e ajudar na relatoria do Deputado Luiz Sérgio.

Quero dar as boas-vindas aqui ao Dr. Fernando e saudar o nosso Presidente, Deputado Antonio Imbassahy.

O senhor me corrija se eu estiver cometendo algum equívoco, mas, segundo as notícias, o senhor foi tido como punido diante do seu posicionamento na PETROBRAS como, por exemplo, a Sra. Venina Velosa se disse punida e afastada inclusive do Brasil. O senhor se considera punido pelo seu posicionamento diferente



dos interesses do Sr. Paulo Roberto Costa, do Sr. Renato Duque e companhia? E para complementar, o que eles teriam imposto ao senhor como punição?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Eu acho que eu posso passar os fatos, e a partir dos fatos podem ser feitas as devidas conclusões. Em 2005, eu já vinha reclamando da ingerência que estava ocorrendo na área de orientação contratual da PETROBRAS pela Associação Brasileira de Empresas de Montagem Industrial. Naquela época, eu recebi uma primeira reprimenda, que dizia... Eu estava muito chateado com algumas coisas que estavam acontecendo e eu fiz uma pergunta: se os advogados da empresa estavam trabalhando para a empresa ou para essa associação. Eu recebi uma reprimenda por *e-mail*, e essa reprimenda dizia inclusive que, numa área de gestão que há no serviço jurídico, no Jurídico, seria aberta uma pasta onde constariam todas as minhas eventuais colocações sobre o assunto. Isso virou até motivo de certa brincadeira, porque, toda vez que eu falava alguma coisa, o pessoal dizia assim: "*Vai o seu nome para a pasta de novo*". E uma coisa interessante é que, como tem muito tempo transcorrido, eu não tinha mais muita noção de desde quando eu reclamava disso. E, como no trabalho em que é independente que a PETROBRAS está conduzindo, os escritórios externos fizeram uma série de levantamentos de material nossos, *e-mails* e telefonemas, aí eles que me mostraram que eu tinha um *e-mail*, em que eu já reclamava disso desde 2005. E eu não me recordava de que era tão lá de trás que eu reclamava disso. O que acontece? Como eu expliquei a vocês, funcionava a área jurídica, na área de contratos, de forma que você tivesse uma área isenta olhando os contratos tanto sob o prisma de quem era cadastrado para ser prestador de serviço como dos pleitos que eram apresentados pelas contratadas. Quando houve a reorganização do jurídico, isso ficou um pouco relegado, mas ainda ficou dentro de uma área chamada AJ — Apoio Jurídico. Era como se chamava. Posteriormente, quando houve a reorganização do Jurídico, em 2004, eu creio, acabou toda essa área. E aí o que aconteceu foi que o cadastro, que era isento, porque ficava no Jurídico, foi para a área de serviços, que era quem fazia a contratação. Então, você colocou o cadastramento na mesma área que fazia contratação, fazia fiscalização de toda a obra. Foi um novo modelo que foi adotado. E o papel do Jurídico passou a ser um papel um pouco diferente. Havia uma coordenação de contratos. Nessa



coordenação de contratos, toda a gerência jurídica tinha um representante, e havia uma norma interna que dizia que as orientações jurídicas que saíssem da coordenação teriam que, obrigatoriamente, passar pela unanimidade da visão dos representantes dos gerentes jurídicos. Caso não houvesse uma decisão unânime, isso ia para a reunião de coordenação, onde estavam o gerente executivo e o gerente de primeira linha, e ali se definia a orientação. E eu comecei a perceber que, apesar de haver discordância e não haver unanimidade, algumas orientações jurídicas estavam saindo. Inclusive tem, dentro da documentação que eu apresentei, uma prova de que isso estava acontecendo. E, quando isso aconteceu, mudaram inclusive a norma interna. O que aconteceu nesse processo? Eu já vinha sofrendo essa pressão. Houve um problema com a área de comunicação do Abastecimento também. Nesse momento, eu voltei a sofrer algumas pressões. E aí começou a pressão de que eu deveria ratificar alguns pareceres que eram dados para a área de serviço.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Dr. Fernando, só para ser mais objetivo, quem especificamente lhe fazia essas pressões? E quais eram as pressões? Eram diretamente do Renato Duque, de algum assessor dele...

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Não.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - ...ou do Paulo Roberto Costa ou de algum assessor dele?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Não. Eu me reportava ao gerente executivo do Jurídico.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Quem era o gerente executivo do Jurídico?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Nilton Maia.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Nilton Maia.

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Isso.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Ele fazia essas pressões?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Na realidade, ele fez algumas determinações, e algumas decisões foram dele.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Decisões e determinações em que sentido? Para beneficiar os contratos?



O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Não foram... Desculpe. Não foi isso que eu disse. Na realidade, eu sofri pressões, no sentido de apoiar pareceres que eu disse que eu não ratificaria.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Com que o senhor não concordava.

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Exatamente.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - O senhor deu uma entrevista... Estou fazendo as perguntas em sequência só para dar celeridade à oitiva, até porque temos outros depoentes. Os Deputados depois vão ter oportunidade de falar.

O senhor deu uma entrevista ao *Estadão* nesse sentido. O senhor questionou o Sr. Nilton Maia sobre as interferências da ABEMI nos modelos de contrato para a construção das refinarias. De que maneira a ABEMI interferia nesses contratos? O senhor teve resposta do Dr. Nilton Maia?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Eu nunca dei nenhuma entrevista ao *Estado de S. Paulo*.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Ao *Estadão*?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Não. Eu nunca dei nenhuma entrevista à imprensa.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - O *Estadão* publicou como se o senhor estivesse dado essa entrevista. Não foi o senhor que deu?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Não fui eu. Na realidade, eu fui convocado pelo Ministério Público Federal. Houve uma publicação na *Veja*, e eu não dei nenhuma entrevista. E todas as publicações, que eu saiba, se referiam à publicização que foi feita do meu depoimento do Ministério Público do Trabalho.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Mas essa pressão do Sr. Nilton Maia acontecia com o senhor?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Na realidade, o que aconteceu é que, dentro dessa escalada que eu estava falando, houve um momento em que eu fui mais enfático, dizendo que eu não aceitava o que estava acontecendo. E aí, nesse momento, foi determinado que eu comprovasse o que eu estava dizendo. Aí, eu fiz um levantamento e fiquei muito assustado com o que eu vi. Havia inclusive participação de pessoas do Jurídico em reuniões da ABEMI para definir coisas como cláusula de responsabilidade nos contratos. Havia uma determinação de que a



minuta padrão de contrato da PETROBRAS, antes de ser aprovada pela Diretoria, teria que passar na assessoria jurídica da ABEMI.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Então, a minuta de contrato que a PETROBRAS assinava passava na Diretoria Jurídica da ABEMI para ela dar uma olhada?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Não sei se chegou a passar. Essa ata dizia...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Caminhava para isso.

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - ... que seria feito dessa forma.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Que pessoas do Jurídico da PETROBRAS teriam participado dessas reuniões na ABEMI?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - A ata traz o nome das pessoas. Essa ata está entre a documentação toda que já foi entregue ao Ministério Público.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - O senhor entregou?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Foi entregue ao Dr. Nilton Maia lá atrás, porque...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Seria de quando? O senhor tem essa data? Que ata é essa?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Ela é de 2007, 2008. Essa documentação está em poder do Ministério Público Federal. E obviamente a PETROBRAS tem isso, porque, quando eu tive que fazer a prova disso, eu fiz esse dossiê — são em torno de 600 páginas —, e ele foi entregue ao gerente executivo do Jurídico. Deve estar guardado lá, arquivado nos sistemas da PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Primeiro, eu quero até registrar aqui que, neste momento, eu pensei em dar os parabéns ao senhor por essa postura diferenciada, diante de toda essa suspeita de corrupção e participação dos membros do Jurídico da PETROBRAS, cedendo aos empresários da ABEMI.

Qual era a relação do senhor, se o senhor tinha relação direta, com o Sr. Paulo Roberto Costa ou com o Sr. Renato Duque? O senhor recebeu algum pedido deles diretamente?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Eu conheço ambos os ex-Diretores desde a década de 90. Quando eu era chefe do setor de elaboração e revisão de



contratos, o Diretor Paulo Roberto era chefe do setor de comercialização de gás da PETROBRAS, o antigo Departamento Comercial. Depois, o Diretor Paulo Roberto foi para a área de gás, e eu não tive mais contato com ele. Voltei a ter contato com ele quando voltou como Diretor de Abastecimento. Eu já era Gerente Jurídico de Abastecimento, já tinha atendido previamente o Dr. Rogério Manso e outros Diretores. O Diretor Duque eu conheço. Eu já era chefe do setor de elaboração e revisão de contratos, e o Diretor Duque veio do Departamento de Perfuração da Bacia de Campos assumir a Gerência de Contratações do antigo DEPER, Departamento de Perfuração. Posteriormente, quando foi criado o E&P, que foi uma fusão da exploração, perfuração e produção, o Diretor Duque foi para a área de RH. Eu não tive mais contato. Voltei a ter alguns contatos com o Diretor Duque quando ele já estava na Diretoria. Mas eu conheço ambos desde a década de 90.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Sobre que itens básicos dos contratos a ABEMI mais pressionava? Porque os contratos, num todo, seguiam mais ou menos um roteiro, e a ABEMI com certeza estava interessada em alguns pontos para defender essas empresas. Que pontos eram esses?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Existe uma série de comunicados da ABEMI que foram construídos junto com a PETROBRAS e que informam quais seriam os novos procedimentos em contratos. Isso estava lá no *site* da ABEMI e ainda deve estar, eu acredito. Está nessa documentação que eu apresentei. Eu acho que alguns pontos marcantes eram a cláusula de responsabilidade, porque na realidade nós estávamos fazendo contratos de EPC — Engineering, Procurement and Construction, sem a característica típica desse contrato, que é o *single point responsibility*. Essa era uma briga grande, foi uma briga grande do Abastecimento com a Engenharia na negociação dos contratos da RNEST, da Refinaria do Nordeste. Havia alguns pontos de garantia, que eram (*ininteligível*). Havia um ponto muito interessante que era a questão das chuvas. Essa é uma questão, sem dúvida, mais marcante. A questão da garantia de pagamentos do FEED, dos quantitativos do FEED era outro ponto que também você...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - O que significa isso?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Na realidade, você faz todo um levantamento, uma expectativa, uma estimativa daquilo que você vai utilizar, o que



não necessariamente você vai utilizar na obra. E se buscava ter uma garantia de que tudo isso ia ser pago, ainda que não fosse...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Utilizado.

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - ... utilizado.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Isso acontecia com frequência? Pagavam pelo que não era utilizado?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Olha só, eu não posso entrar nesse detalhe, porque isso era conduzido pela área de serviços, e eu não era do Jurídico que conduzia isso. O que eu tenho é um exemplo que não é bem isso, é uma coisa um pouco mais grave, que é o pagamento de serviço não realizado.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - O senhor tem quais exemplos de pagamento de serviço não realizado?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Por exemplo, houve uma greve num determinado período na Refinaria de Duque de Caxias, e aí eu fui consultado na época sobre efetuar um pagamento antecipado em serviços não realizados, porque, com a greve, a empresa estava com problema de caixa. E a minha área foi taxativa e disse que não. E aí a área questionou, porque isso teria sido feito na área de engenharia, lá na Diretoria de Serviços. E aí foi que nós tomamos conhecimento disso. Na realidade, era um parecer que falava em antecipação de pagamento, o que não era o caso, porque antecipação de pagamento significa que eu tenho um valor medido, eu tenho uma fatura para pagamento e eu altero a ordem de pagamento da fatura. A lei permite isso, desde que eu traga todos os pagamentos para a frente, eu não quebre a ordem cronológica de pagamento. Mas o que dizia esse parecer, na realidade, era diferente. Você fazia, na realidade, uma fraude. Você media serviços que não tinham sido prestados, considerava que eles tivessem sido, para que houvesse o faturamento e o pagamento desses valores.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Isso aconteceu muitas vezes?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Não sei. Eu tenho esse exemplo.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Dr. Fernando...

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Esse parecer também está na documentação.



O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Esse parecer também está na documentação. É isso o que eu gostaria de perguntá-lo. Sobre esse tipo de atitude da PETROBRAS, de pagar por serviço não realizado, onde é que nós podemos obter essa informação? Dentro dos próprios contratos e pareceres jurídicos esse posicionamento existia? Porque para pagar tinha que ter parecer jurídico.

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Existe... A norma da PETROBRAS, desde lá do passado, desde o Manual Geral de Contratação, que é bem antigo, é clara: você só faz pagamento de serviço realizado e medido. Então, ela é clara. O que você faz? Você pega o valor do contrato, diminui a parte realizada e faz o pagamento. É mais ou menos esse o processo que é feito. Então, assim, eu fiquei muito chocado na época, porque eu nunca supus existir um parecer tão claramente contra a norma interna da companhia.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Absolutamente contra a norma interna.

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Contra a lei...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Contra a lei, não é?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - ... e contra a norma.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Mas esse questionamento...

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Agora, eu não sei precisar outros casos.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Outros casos estariam... Os pareceres estariam incluídos nos contratos?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Em tese, sim. Deixa eu explicar. Tem uma questão que é importante. Nenhum assunto que vai à Diretoria Executiva da PETROBRAS vai sem parecer jurídico. Isso é uma determinação estatutária na companhia. E, geralmente, todos esses contratos grandes vão. Pelo valor deles, eles caem no limite de competência da Diretoria Executiva.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Eu fiz um requerimento, solicitando os pareceres jurídicos exarados pela companhia de 2005 a 2015 no âmbito administrativo. O senhor acha que, nesses pareceres, essas possíveis irregularidades estarão autorizadas ou não?



O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Pode ser que sim, pode ser que não. Isso é relativo. Isso depende de como foi feita a consulta, como foi feita a elaboração do parecer...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Qual foi a solicitação.

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - A grande questão...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Desde quando o senhor desconfiava da corrupção na PETROBRAS?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Eu nunca desconfiei da corrupção na PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Não da corrupção. Talvez eu tenha usado aqui uma palavra... Eu falei sobre o senhor desconfiar, vamos dizer, dessa boa relação da PETROBRAS com as empresas, dessa...

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Não. Na realidade, existem situações que chamam a atenção, mas que você não pode partir do pressuposto de que você tem ilícitos. Então, por exemplo, a primeira questão que era um tanto confusa para mim era: por que a PETROBRAS é associada da ABEMI? A PETROBRAS é uma empresa de óleo e gás. Ela contrata serviços de montagem industrial. Qual é a lógica de ela ser associada de uma associação de montagem industrial? É mais ou menos como: eu preciso ir ao médico. Mas eu não sou parte do Conselho Regional de Medicina porque eu preciso ir ao médico. Da mesma forma, não teria razão, eu sendo uma empresa, só porque eu sou tomador de serviços, eu ser daquela associação. Esse era o primeiro ponto. Acho que existe uma importância grande quando o contratante e o contratado ou o mercado têm uma conversa para que haja uma melhoria nas condições dos serviços prestados, da qualidade daquilo que se contrata, mas me parece que o caminho mais adequado numa situação dessa talvez fosse um fórum mais amplo, como, por exemplo, a CNI, porque é a Confederação Nacional da Indústria. Uma associação agrega somente um grupo, e não necessariamente todas as empresas do setor. E havia um fato que também chamava muito a atenção. Como a gente passou a ter um grau de competitividade muito grande, se você fizer uma análise dos contratos de serviço, os preços começaram a cair nas licitações. E aí muitas empresas não conseguiam, não tinham fôlego para chegar ao final do contrato. A gente passou um período na



PETROBRAS com muitos contratos sendo desfeitos. Quando você chegava à área de construção e montagem, você tinha duas situações deferentes: o grupo das grandes empresas deixou de fazer manutenção rotineira e passou só a fazer o que a gente chamava de obra nova, novas implantações. E aí, na área de manutenções rotineiras, tinha a mesma situação das outras prestações de serviço: o preço caía, e muitas vezes elas tinham dificuldade. E, ao contrário, na área de implantação, os preços subiam. Era estranho, porque, por exemplo, se a gente for pensar em construção e montagem de refinaria, um dos pontos principais, um dos principais custos é aço, e muitas vezes essa era uma *commodity* em baixa no mercado. Então, se aquilo era o mais pesado, qual era a lógica de esse preço estar subindo? E aí algumas alterações que estavam sendo feitas a pedido da ABEMI eram no sentido de que com isso os preços cairiam. E, quando você olha o histórico no tempo, você verifica que os preços continuaram subindo, apesar dessas medidas. Isso é muito importante. Quando você está numa função de gestão, e isso aí, para quem estuda o assunto, é o clássico funil da gestão, quanto mais você avança enquanto gestor, você tem uma visão mais estratégica da coisa e menos técnica. Então, quando você começa com uma visão estratégica e vê como era o mercado, você começa a entender que há algumas coisas que não estão fechando. Então, eu nunca tive uma visão de que houvesse corrupção, mas nitidamente eu via que havia uma situação de mercado estranha, entendeu? Inclusive há um estudo que foi feito, um estudo técnico, e está apresentado também para o Ministério Público. Foi um estudo técnico que, quando foi decidido que a Refinaria Abreu e Lima ia entrar no projeto de aceleração, o Diretor Paulo Roberto solicitou isso ao Abastecimento Corporativo, e o Abastecimento Corporativo contratou uma consultoria. E essa consultoria fez uma análise que foi muito interessante. Por quê? Ela pegou, fez um *benchmarking*, considerando obras da própria PETROBRAS. E você vê lá que as obras ficaram mais caras, e elas não cumpriam prazo. Esse foi um dos pontos que foram levados, quando teve a questão do (*ininteligível*). Quais eram os grandes problemas para você conseguir fazer o aceleração de construção? Equipamentos prioritários, que eram de difícil aquisição, e a questão da construção. E aí, como a PETROBRAS adota um modelo de investimento em obras de engenharia em que você tem os portões e as fases, e aí, a cada fase, você faz uma análise crítica naquele portão e,



se você não chega em condições mínimas de valor presente líquido, você, em tese, não deve seguir, o que aconteceu? Quando a gente olhava o estudo dessa consultoria internacional também, via que a PETROBRAS tem uma posição muito interessante, tanto na área de projeto, de especificação, de análise, mas, quando chegava à execução, à implantação da obra, a gente caía no último quartil da análise, comparado com as outras empresas. Isso tudo foi objeto de estudos, de análises, antes de tomar qualquer decisão nessa área da aceleração da refinaria.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Deputado Altineu, tenho só uma colaboração que eu gostaria de fazer.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - O Dr. Fernando fez uma observação que eu acho muito relevante na resposta à pergunta anterior. Ele disse que nenhuma decisão da PETROBRAS, no âmbito da Diretoria, em qualquer uma das Diretorias e muito mais na Executiva, deve ser tomada ou pode ser tomada, por exigência estatutária, sem parecer jurídico. Acho que isso é altamente relevante e caberia um pergunta, se V.Exa. aceitar, em relação a Pasadena.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Fique à vontade, Deputado.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - O senhor acha que é possível que a decisão do Conselho de Administração da PETROBRAS pela compra de Pasadena, da Diretoria Executiva, tenha acontecido sem a adequada análise do parecer jurídico da PETROBRAS? É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Com a palavra o Deputado Altineu.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Bom, o senhor vai ter a oportunidade de responder ao Deputado.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Sr. Presidente, eu teria uma questão também.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Só... Só...

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Desculpe-me, Relator, se V.Exa. permitir, também como sugestão, como fez o Deputado Onyx, peço apenas ao depoente, se V.Exa. concordar, que precise que pareceres são esses que ele não ratificaria e sobre os quais ele recebeu pressão.



Eu acho muito interessante isso. Se o senhor puder fazer essa pergunta, exatamente sobre o conteúdo dos pareceres, seria importante para a Comissão. Sobre o que versavam?

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Eu acho que vou fazer mais três perguntas, até para dar oportunidade a outros, já que temos outros depoimentos. É verdade que o senhor fez um dossiê sobre as irregularidades verificadas na PETROBRAS?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Bom, o que aconteceu foi que, como eu expliquei, eu fiz uma última, em 2009... em meados de 2009, eu fiz uma reclamação formal, por *e-mail*, sobre essa questão dos procedimentos que estavam sendo adotados, diante dos pedidos da ABEMI quanto a orientações contratuais. Aí, o gerente executivo do Jurídico determinou que eu comprovasse isso. Eu comecei a fazer um levantamento. E, quando eu comecei a fazer esse levantamento, eu comecei a encontrar essas atas, esses pareceres e fiquei muito preocupado. E eu passei um correio, fazendo alguns questionamentos para a coordenadora da área de contratos, lá, a advogada que cuidava dessa área. Ela respondeu dizendo que não sabia como responder àquilo. Aí o gerente executivo deu um despacho, dizendo que ele não estava esperando perguntas da minha parte. Ele esperava a entrega de um dossiê escrito e firmado. Eu voltei ao então gerente jurídico lá da área de gestão e disse para ele que...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Quem era, na época?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Da área de gestão, na época, era Eduardo Jorge Albuquerque. Eu disse a ele que estava me preocupando montar um dossiê desse porte. Aí isso foi confirmado que devia ser feito. E eu preparei esse dossiê, por determinação do gerente executivo do Jurídico. Ele marcou uma data para a entrega, desmarcou essa data, e aí, na nova data que ele marcou, que foi dia 7 ou 8 de julho, quando eu cheguei, ele disse que eu estava retirado da função e que ele não queria receber. E eu disse que ele receberia, sim, que estava ali, que estava tudo ali, o que estava ali. Ele disse para mim que eu não deveria procurar nenhum dos Diretores, porque ele já havia selado com o Presidente Gabrielli, o Diretor Duque, o Diretor Paulo a minha saída e que eu estava sendo transferido para a área internacional, para o Jurídico internacional, como advogado comum.



O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - O senhor pode encaminhar essa cópia desse dossiê para a Comissão, para a CPI, por favor?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Eu vou ter que resgatar isso, mas eu posso encaminhar.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Mas o senhor tem condições de resgatar?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Posso, posso.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Seria muito importante.

Só para finalizar, atualmente o senhor está onde, em que área da PETROBRAS?

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Deputado Altineu, permita-me sugerir só uma pergunta. Pergunte a ele se ele tinha alguém presente nessa reunião em que ele foi destituído da função e encaminhado para outra área.

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Tinha. Quem estava presente nessa reunião era Eduardo Jorge de Albuquerque. Inclusive tem uma peculiaridade. Todas as destituições, na PETROBRAS, têm uma frase ao final, agradecendo os serviços prestados. Houve uma determinação expressa do gerente executivo de que se tirasse essa frase, no meu caso, para a pessoa que cuidava para área de RH.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Quem era o gerente executivo, na época?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Nilton Maia.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Nilton Maia. Então, ele foi o responsável direto, vamos dizer, pelo afastamento do senhor?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Ele fez o meu afastamento porque ele era o meu superior hierárquico.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Dr. Fernando, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Bom, antes de passar a palavra para o Sub-Relator Valmir Prascidelli, eu passo a palavra, a pedido, ao Relator, o Deputado Luiz Sérgio.

Com a palavra o Deputado Luiz Sérgio.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. poderia, aqui, relatar mais detalhadamente quais cargos e funções exerceu na PETROBRAS?



O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Como eu havia dito, em setembro ou novembro de 1995, eu assumi a função de chefe de setor de elaboração e revisão de contratos da PETROBRAS, na divisão de contratos do antigo serviço jurídico. Em 2000 — eu acredito que em outubro de 2000 —, eu assumi a Gerência Jurídica de Abastecimento, onde eu fiquei até julho de 2009. Em novembro de 2009, eu assumi uma coordenação de projeto na área comercial, no Abastecimento, Marketing e Comercialização. E, em 2013, eu fui convidado para ser — em julho de 2013, e estou até hoje —, Gerente de Informação Técnica e Propriedade Intelectual da empresa.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas V.Sa. era um Gerente Jurídico e atualmente é Gerente de Informação Técnica de Propriedade Intelectual, é isso?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Se V.Sa. era gerente e continua gerente, onde está a punição que V.Sa. recebeu?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Deixe-me explicar. Eu acho que tem um processo que ocorreu aqui nesse meio do caminho. Quando eu fui afastado da função, logo depois, eu tomei conhecimento de que havia uma comissão de sindicância, que hoje é chamada de comissão interna de apuração, em relação à minha pessoa. Eu comecei a perceber alguns movimentos. Primeiro, algumas das pessoas que eu havia indicado como testemunhas não foram arroladas. Dois, essa comissão era formada por três advogados: o Gerente do Rio Grande do Norte, Ulpiano; o Gerente da Bahia, Celso; e um advogado do Rio Grande do Norte, Honório. E aí, quando começaram as perguntas, eu perguntei sobre a análise dos pareceres jurídicos que estavam no dossiê. A informação que, na época, o Ulpiano me deu, ali, naquele momento, foi que não seria feita uma análise dos aspectos jurídicos. E aí eu não entendi muito bem o que estava acontecendo. E eu percebi que havia um outro tipo de pressão contra a minha pessoa. Eu nesse dia marquei um horário, subi à sala do Diretor Paulo Roberto, falei com o Diretor Paulo Roberto, e esse diálogo eu posso reproduzir para os senhores aqui. Eu disse para ele: *“Diretor, eu sei o que está acontecendo, eu tenho um respeito muito grande pela empresa, eu nunca revelei nada do que está aqui. Eu estou sendo cobrado por amigos. Eu tenho amigos na Procuradoria da República, tenho amigos na imprensa*



e eu não falei nada em respeito à PETROBRAS. Mas, se, realmente, estão criando uma situação para fazer a minha demissão, eu vou ser obrigado a ir à Justiça do Trabalho, e isso vai ficar público". E, neste momento, o Diretor Paulo virou para mim e disse o seguinte: "Eu já avisei para eles pararem com isso. Essa gente é maluca". Esses foram os termos que ele utilizou.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Não, mas eu fiz...

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Eu vou chegar, eu vou chegar. Desculpe-me, Deputado. E aí, nesse momento, o Diretor Paulo sugeriu que eu fosse para a área comercial, saísse do Jurídico... Mentira! Ele primeiro sugeriu que eu fosse para Londres. Havia uma posição no escritório de Londres, na área administrativa, e eu disse a ele que eu não poderia deixar o País. Eu tinha um problema pessoal, de família. E ele sugeriu, então, que, como ele tinha um projeto na área de *world trade*, que eu fosse para lá assumir a parte de regulação de substâncias químicas, internacional, que era na área comercial. Eu disse para ele que seria uma coisa interessante. Eu sairia do Jurídico, faria um trabalho que eu gostava. E aí, apesar dessa proposta, eu fui mantido no Jurídico até novembro. Eu fiquei numa sala confinado. Para quem conhece a PETROBRAS, são baias baixas. Eu fui confinado numa sala fechada. Eu não tinha limpeza, eu não tinha computador, eu não tinha trabalho. Vocês podem pegar o sistema da PETROBRAS e ver qual era o meu nível de produtividade. Vocês vão ver que de julho até novembro eu fiquei sem fazer nenhum trabalho. Eu um dia saí de ambulância do prédio da PETROBRAS, numa crise hipertensiva. Eu já tinha um infarto. Tive outro, duas semanas depois, pela pressão. Eu cheguei a conversar com o assistente do diretor que eu estava pensando em pedir demissão da empresa, porque eu não estava suportando. E aí... Isso não aconteceu só comigo, isso aconteceu com outras pessoas também. E, finalmente, só em novembro eu fui liberado e fui trabalhar na área comercial.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Sr. Presidente, Sr. Relator, eu gostaria que ele relatasse que outras pessoas também sofreram essa perseguição.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Ele não... eu fiz uma pergunta muito simples.

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Hoje eu sou gerente.



O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas eu fiz uma pergunta muito simples e objetiva. V.Sa., nas várias declarações, diz-se uma pessoa perseguida pela empresa. V.Sa. era gerente e continua gerente, que é o cargo que V.Sa. exerce. Então, mesmo continuando gerente, onde houve a perseguição do ponto de vista profissional, já que o cargo de gerente é um cargo de livre nomeação?

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Relator, o que ele disse configura tortura psicológica. Ser colocado numa sala! É extremamente complicado ser confinado numa sala! Vergonhoso isso! Eu digo isso para o Brasil tomar conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Deputado Delegado Waldir...

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Está bem.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Eu estou perguntando a ele no aspecto profissional. Ele era o gerente, continua gerente e se diz perseguido. O cargo de gerente é um cargo de livre nomeação. Ninguém faz concurso público para gerente da PETROBRAS. Ele chega a gerente por uma indicação, por uma nomeação.

Então V.Sa., no aspecto ascensão profissional, sente-se perseguido?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Não. Eu não tive ascensão profissional nem manutenção. Eu era um gerente de primeira linha no Jurídico, eu fui a coordenador e hoje eu sou um gerente setorial. Então, não existe uma ascensão nesse processo, pelo contrário, é um decréscimo no corpo gerencial. Na realidade, eu não digo que eu...

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas continua gerente?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Continuo gerente. Eu não fui perseguido pela empresa...

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Relator, eu acho que o senhor... É só para ajudar. Acho que o Relator não entendeu. Ele ocupava um cargo de gerência superior, passou a coordenador e gerente inferior. É lógico.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Não, não, não. Com todo o respeito, se eu tiver necessidade, eu terei a humildade de pedir ajuda.

Mas V.Sa., a pessoa, a sua pessoa, Fernando de Castro Sá, respondeu a alguma sindicância relativa a sua pessoa na PETROBRAS?



O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Como eu disse aqui, foi criado o que hoje é chamado de Comissão Interna de Apuração. Essa comissão interna dizia, no seu teor de criação, que era para apurar as denúncias que eu fiz. O que ocorreu foi que, depois dessa conversa que eu narrei aqui, que eu tive com o Diretor Paulo, eu soube por um gerente amigo que houve uma reunião dos gerentes do Jurídico e que foi informado que a comissão não tinha apurado nada. Isso só me foi informado lá pelo dia 2 de setembro daquele ano, quase 1 mês depois...

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Não, V.Sa. soube por quem? Não pode ter aqui: *“Eu soube por um amigo tal”*. Fica um negócio...

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Não, não. Na realidade, uma ex-gerente setorial que trabalhava comigo — ela já não está mais hoje na casa, Ana Veiga — me informou que houve uma reunião dos gerentes, e, nessa reunião, foi informado que não tinha sido comprovado nada naquela análise. Eu só fui comunicado disso em 2 de setembro, mais de 1 mês depois, numa reunião.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - De que ano?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - De 2009.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Não, mas V.Sa. não está respondendo a minha pergunta.

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Sim, desculpe-me.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Eu quero saber se a PETROBRAS abriu uma comissão de sindicância relativa a V.Sa.

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Não.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Porque uma coisa é a PETROBRAS abrir uma comissão de sindicância...

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Eu entendi.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - ... para apurar o conjunto das questões que ocorreram na PETROBRAS; outra coisa é a PETROBRAS abrir uma sindicância para poder apurar um ato específico de um funcionário.

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Sim. Tá.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Então, houve uma comissão...

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Não.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - ...de sindicância específica para...



O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Com o objeto da minha pessoa, não, mas eu não conheço o resultado do relatório para saber se eles me citam ou não.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas os resultados da sindicância não são públicos para os funcionários?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Eu não fui informado. Na realidade, só nessa reunião do dia 2 de setembro foi-me dito que... Nessa reunião estava presente o gerente executivo do Jurídico e um outro gerente jurídico, que é o Hélio, e foi-me dito que na realidade não havia sido apurado nada, mas que eu não seria liberado ainda para o Abastecimento, visto que algumas pessoas queriam que eu fosse punido, e eu não tinha sido punido.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Algumas pessoas quem?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Não. Foi... São os termos que foram usados. Eu estou sendo literal nos termos usados pelo gerente executivo do Jurídico naquele momento.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. critica a participação da PETROBRAS em associação na ABEMI, mas V.Sa. tem conhecimento de que a PETROBRAS participa de várias associações.

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Eu não critico a participação. O que eu coloquei foi um fato que me causa estranheza. Agora...

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Não, V.Sa. disse aqui, usando o exemplo do médico, que, para ir ao médico, não precisa se associar.

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - No meu entender, V.Sa., nesse caso específico, estava criticando a participação da PETROBRAS na ABEMI.

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Mas a PETROBRAS...

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Agora, V.Sa. está dizendo que não.

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Não, eu não estou dizendo que não. Eu estou dizendo que o que eu coloquei foi um fato e eu dei um exemplo. Agora, no que diz respeito a participar de outras associações, a PETROBRAS participa. A PETROBRAS participa da ABIQUIM, o que é lógico, porque é a Associação Brasileira da Indústria Química, o setor onde ela está inclusa. Ela participa de algumas associações de pesquisa e desenvolvimento, inclusive no exterior, porque



ela faz parte disso. Ela participa da ANPEI, que é uma associação voltada para pesquisa e desenvolvimento, onde ela está inserida também. São áreas de inserção da empresa dentro dos negócios da empresa.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas, em relação à ABEMI, V.Sa. entende que é um equívoco a PETROBRAS participar dessa associação?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Porque construção e montagem não estão no objeto, não é a atividade-fim da empresa.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E V.Sa. disse aqui que algumas ações da PETROBRAS estavam sendo submetidas à decisão da ABEMI. V.Sa. podia dizer quais?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - O que eu coloquei aqui foi: há uma ata em que há participação de pessoas do Jurídico da PETROBRAS, e essa ata diz, entre outras coisas — há dois casos que a gente pode citar —, que há uma cláusula de responsabilidade no contrato da carteira de gasolina da RPBC que seguiu o modelo indicado pela ABEMI, mas que ainda não estava adotado no contrato padrão da empresa e que, como estava sendo analisado um novo modelo de contrato para a empresa, esse novo modelo passaria pelo Jurídico da ABEMI, antes da implementação. Obviamente que isso significa que, para ser implementado, ele tinha que passar pela Diretoria Executiva da PETROBRAS. Então, passaria antes por lá para ir para a Diretoria Executiva da PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas esse é o exemplo concreto que V.Sa. tem?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Não. Existem, por exemplo, os comunicados da ABEMI, que são claros, são comunicados conjuntos da PETROBRAS e da ABEMI que determinam procedimentos contratuais. Essa documentação toda está no dossiê, Deputado. Eu vou encaminhar para vocês.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas as deliberações e a pauta da ABEMI são de acesso público?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Não sei. Não sei. Desconheço.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. participou ou participa de algum desses grupos temáticos de que a PETROBRAS participa como associada?



O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Eu participo somente do Comitê de Gestão de Produtos Químicos da ABIQUIM, em razão de eu ter cuidado no passado do Programa REACH da PETROBRAS, que é a adequação ao controle de substâncias químicas pela Comunidade Europeia.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sim, mas voltando aqui à ABEMI, nesse período em que V.Sa. discordou dos procedimentos, V.Sa. tem conhecimento de quantas propostas foram aprovadas na ABEMI com a participação da PETROBRAS?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Deputado, eu não participava das reuniões com a ABEMI, então eu não tenho como precisar isso. Recentemente, eu vi publicado que havia, pelo menos, 17 comunicados comuns que mexiam com a questão de procedimentos contratuais.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E V.Sa. tem conhecimento desde quando a PETROBRAS participa da ABEMI?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Eu tive conhecimento da participação efetiva em 2009, quando eu fui fazer o levantamento. Até então, o que eu achava é que a ABEMI encaminhava os pleitos dela para a área de engenharia que cuida das contratações, e que eles encaminhavam isso para a área de contratos. Era esse o entendimento que eu tinha. Eu não sabia que havia uma participação no comitê pela área jurídica.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Presidente, se houver necessidade, eu vou retornar. Mas confesso que “ouvi dizer”, “disseram-me”, “contaram-me”, “fiquei sabendo” é um negócio meio abstrato para a objetividade da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Bem, agradeço ao Relator Luiz Sérgio e passo a palavra ao Sub-Relator Valmir Prascidelli.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sr. Fernando, qual é a atividade principal da PETROBRAS?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - A PETROBRAS, quando eu entrei, era uma empresa de petróleo; hoje ela é uma empresa de energia.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Petróleo, energia, gás, óleo, enfim...

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Sim.



O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - E, para ter essa atividade principal, ela precisa fazer pesquisa e a extração desses produtos, não é isso?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Isso. Ela tem que gerar energia.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Ela tem de gerar energia. E gerar energia pressupõe extrair...

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Ela pode estar gerando energia tanto na área hoje de termoelétricas, onde ela está gerando energia elétrica...

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Através do gás.

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - ...como ela pode estar gerando através da exploração e produção de petróleo.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Certo.

Por que ela participa da ABIQUIM, a que o senhor se referiu?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Porque, na realidade, nós sempre tivemos uma participação na área petroquímica. Havia a PETROQUISA, que foi recentemente incorporada, mas a PETROBRAS sempre teve participação. Tanto é que a participação na ABIQUIM era da PETROQUISA, e a PETROBRAS substituiu, como sucessora, a PETROQUISA na ABIQUIM.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Mas ela participa da ABIQUIM para poder ter condição de entender aquilo que significam as pesquisas relacionadas ao produto que ela extrai, não é isso?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Isso. Pois é, na área de GEPRO, que ela acompanha, é a parte de *stewardship*, ou seja, como se faz o controle de substância química, como se fazem fichas de informação sobre perigos.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - E ela não precisa, para fazer esse trabalho, essa extração, fazer montagem de plataformas, montagem de sondas, etc.? Precisa ou não? Ela precisa contratar alguém para fazer?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Ela precisa ter ativos. Ela pode contratar essas construções, ela pode comprar esses ativos prontos dentro de especificações, ela pode comprar isso (*ininteligível*). Ela vai fazer aquisição.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Então, ela agiu corretamente em 1997, quando ingressou na ABEMI? Se ela precisa ter essa relação...



O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Não. Eu acho que é importante ter uma relação com os fornecedores para entender o mercado e mostrar as necessidades que você tem, mas isso não quer dizer que você tenha de ser um associado. É uma opção da empresa. Eu vou colocar aqui como eu tinha colocado antes. Eu não entendi por que necessariamente ser associado. Você pode falar com vários segmentos do mercado que te atendem sem estar associado.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sim, mas ela também é associada a outras associações, como o senhor se referiu aí. O senhor se lembra de quais são?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Por exemplo, a ANPEI.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - O que faz a ANPEI?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - A ANPEI é a associação que cuida, que preza pela parte de pesquisa, desenvolvimento e inovação no País.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Qual a outra associação?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Que eu me lembre, a OTM, que é uma associação de pesquisa e desenvolvimento na área de exploração e produção.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Qual a outra? o senhor se lembra ou não?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - A ABIQUIM já foi falada.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - A ABENDI?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Eu não sei. Só estou falando as que conheço.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - A ABRACO? A IBRACON?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Parece-me que a PETROBRAS fazia parte da ABIMAQ.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Pois é, então, são diversas associações. A ABIMAQ é da indústria de máquinas, por exemplo. A PETROBRAS não produz máquinas, mas ela utiliza máquinas para fazer exploração da atividade principal dela, que é gerar energia, como o senhor está dizendo.

Portanto, a participação da PETROBRAS, eu posso compreender, nesse conjunto de associações, é pela complexidade da empresa e pela necessidade dela de poder... O senhor concorda comigo?



O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Concordo.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Necessidade de poder ter uma relação.

Bom, na ABEMI, a que o senhor se refere e que o senhor considerou... Primeiro, vou fazer-lhe uma pergunta, pois o senhor parece ser uma pessoa bastante experiente na área jurídica. O senhor concorda comigo que o Direito não é uma ciência exata?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Concordo.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - E que há interpretações muitas vezes diferenciadas sobre um determinado tema?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Sim, sem dúvida.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - E é possível, dentro de uma corporação, haver pareceres e opiniões diferentes sobre um determinado tema?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Concordo.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Está bem. O senhor disse que havia uma pressão, por exemplo, para aprovação de pareceres com relação às questões relacionadas à ABEMI. É isso?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - O que eu disse aqui, na realidade, foi que havia algumas questões para as quais já haviam sido dadas orientações de acordo com pedidos da ABEMI e que foi solicitado que eu ratificasse esses pareceres. E eu, por uma posição profissional, disse que não ratificaria.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - De 2006 a 2008, segundo as informações que obtive, foram 48 propostas apresentadas — 48. Três delas apenas foram acolhidas. Isso demonstra uma pressão, na opinião do senhor?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Não, eu não disse que está demonstrada na parcial. Eu disse que havia situações em que parecia haver ingerência e que eram temas muito pesados e que envolviam, por exemplo, questões de chuva, que envolviam valores... Se nós formos analisar...

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - O que são questões de chuva? Por exemplo, é tempo? O que é isso? O que são questões de chuva?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Não. A questão de chuva é a seguinte: existe, na realidade, um estudioso chamado Faizer, que fez um levantamento



pluviométrico do País inteiro. Então, o que você faz? Quando você faz uma contratação, você diz que você contrata uma obra molhada. Então, se algum dia a empreiteira que está fazendo a obra vier questionar, por exemplo, que ela quer um acréscimo porque houve um excesso de chuvas e isso atrapalhou as obras e não estava na previsão, gerou um desequilíbrio econômico na equação econômico-financeira do contrato, o que você faz? Você pega essa tabela do Faizer, analisa com os estudos meteorológicos daquele momento, pluviométricos daquele momento, e você vê e você paga por essa diferença. Você indeniza essa diferença, porque realmente houve um fato que causou desequilíbrio econômico-financeiro. Essa sempre foi a forma de contratação da PETROBRAS desde 1993, quando eu estava lá.

O que aconteceu? Nós passamos a contratar obra seca. O que é obra seca? Eu considero que não vai chover, e aí eu tenho que indenizar qualquer índice de chuva que venha. Então, o que acontece com isso? Eu passo a ficar muito mais exposto.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Deixe-me perguntar, só para eu entender. O senhor está explicando aqui e eu estou querendo entender. O senhor disse que tem um índice de chuvas que estabelece um determinado valor. Se a obra contratada for obra seca, esse valor diminui. É isso?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Não, esse valor não existe. Passa a existir um índice que se paga por qualquer chuva.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Mas é um índice em cima de um determinado preço?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Não, ele é um custo que está lá embutido no contrato, que vai ser realizado ou não. Em tese, vai ser sempre realizado, porque não existe uma situação em que não chova.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Ou que determine uma condição para a obra de atraso ou não, porque pode acontecer chuva, e, evidentemente, acontece. Mas...

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Mas cuidado, porque, em tese, quando eu faço a contratação de obra seca, eu não estou levando nenhum tipo de análise pluviométrica.



O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Já sei...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Com a palavra, o Sub-Relator Arnaldo Faria de Sá. Em seguida, o Deputado Bruno Covas.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Dr. Fernando, o senhor ainda é Gerente Jurídico da PETROBRAS?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Não.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Desde quando o senhor deixou de sê-lo?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Em 8 de julho de 2009.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Por que o senhor foi afastado? Qual o motivo que alegaram para afastar o senhor, nessa época?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Não houve uma alegação expressa. Foi marcada uma data para entregar esse dossiê sobre essas questões contratuais, e no dia em que eu apresentei isso, eu fui informado de que eu estava afastado da função. Não me foi dito por quê. Só me foi dito, como eu já havia relatado aqui, que isso estava definido...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O senhor continua sendo funcionário da PETROBRAS?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Continuo funcionário.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O que o senhor faz atualmente lá?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Eu sou Gerente de Informação Técnica e Propriedade Intelectual. Eu cuido, na realidade,...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O que isso tem a ver com a área jurídica?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Tem alguma coisa a ver com a área jurídica.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O senhor está encostado, não é?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Não; não. *(Risos.)* Na realidade fui Consultor de Propriedade Intelectual quando eu trabalhava na área contratual do



Jurídico e, há 2 anos, fui convidado para assumir essa área. É uma área que cuida dos patenteamentos, das invenções, essa parte da companhia.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mas é uma função de menor importância do que aquela que o senhor ocupava anteriormente?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Não sei dizer se é de menor importância. Acho que todas as funções de uma empresa são importantes. É uma gerência, no nível hierárquico da companhia, menor.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Só para ajudar o Deputado Arnaldo. Financeiramente o senhor recebe menos?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Sim.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Recebe menos?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Sim.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Quanto a menos?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Eu não sei precisar, porque eu não sei quanto eu estaria ganhando hoje na função em que eu estava.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mas, na época em que o senhor desceu de degrau, quanto representou isso percentualmente?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Foi mais de 50% do meu salário.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E o senhor ficou quieto?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Deputado...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis. Risos.)

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Deputado, existem momentos na vida da gente... Eu tenho uma peculiaridade na minha vida: eu sou responsável por três senhoras de idade. Inclusive sabia-se que uma dessas pessoas estava muito doente à época, e eu não podia, naquele momento, tomar alguns atos de rebelião que não fossem afetar outras pessoas além de mim. Eu sou muito consciente das minhas responsabilidades pessoais e profissionais. Além disso, eu não — por uma opção também, e eu tinha dito isso ao Diretor Paulo Roberto — exporia a companhia. Falando muito francamente com o senhor, eu sempre tive muita honra de trabalhar na PETROBRAS. Eu, desde criança, vejo a PETROBRAS, porque eu nasci e sempre morei em Petrópolis. Eu passava pela REDUC e eu sempre acalantei o sonho de um dia trabalhar na PETROBRAS. O Brasil é um país em que a gente não



tem muitos heróis, a gente não tem muitos modelos, a gente tem uma série de problemas, e a PETROBRAS era essa coisa que dava reconhecimento ao brasileiro da capacidade técnica, do desenvolvimento, de quebrar padrões, de ser uma grande empresa multinacional brasileira. E é muito triste ver o que aconteceu com a PETROBRAS, me dói muito. E naquele momento eu sentia que alguma coisa estava para acontecer e eu não queria estar nesse processo. O que foi feito contra a PETROBRAS foi um crime de lesa-pátria.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Por quem?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Eu acho que foi uma conjuntura de situações que a Lava-Jato está levantando. Eu acho que o Ministério Público Federal...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mas independente da questão da Lava-Jato, independente da CPI, V.Sa. era o Gerente Jurídico, conhece coisas complexas. Então, a sua obrigação aqui é colaborar.

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Tá, tá.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Se são sonhos, e imagina herói, o senhor pode ser neste momento a pessoa que vai permitir que a gente faça isso.

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Não, não. Olhe só: Deputado, eu não me sinto herói e não sou herói. O que eu queria dizer é o seguinte: é muito difícil fazer algumas avaliações no momento em que você está vivendo.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O senhor não se sente herói, e eu respeito a sua posição, mas nesse jogo tem herói e tem bandido. Quem são os bandidos?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Eu acho que a Justiça é que vai dizer quem são os bandidos. Não me cabe. Não posso, Deputado.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não, não. Você, como Gerente Jurídico, esteve lá dentro. Você esteve... Não, você está como testemunha. Não pode dizer que você não pode, não. Você está aqui como testemunha. Você é obrigado a dizer a verdade e você tem que dizê-la aqui.

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Eu vou dizer a verdade para o senhor.



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Então vai dizer quem eram os bandidos? Fale aí.

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Não, eu não posso dizer quem são os bandidos, que isso não é dizer a verdade.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O senhor tem medo?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Não. Eu acho que isso é papel da Justiça. O que eu posso dizer para o senhor é que, por exemplo, eu nunca sofri nenhum pedido de cometimento de um ato ilegal pela Diretoria de Abastecimento, por exemplo. Nunca me foi pedido isso.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Por que você está defendendo o Paulo Roberto?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Não, não estou defendendo o Paulo Roberto. Eu estou dizendo isto: eu nunca sofri nenhum tipo de pedido da Presidência da PETROBRAS para que eu fizesse algo ilegal, até porque eu sempre... As pessoas me conheciam e sabiam que eu tinha um caminho técnico na companhia.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Você defendeu o Paulo Roberto e agora está defendendo o Gabrielli. Qual a razão disso?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Eu não estou defendendo. Desculpe, Deputado. Eu estou dizendo que eu não posso testemunhar uma coisa que eu não vivi. Eu não posso fazer isso. Eu posso comentar aqui com o senhor os fatos que eu vivi.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Então, se eu lhe perguntar nada... Qual fato que você acha que, naquela época em que você era Gerente Jurídico, pode trazer para nós para colaborar neste momento de esclarecimento desse crime de lesa-pátria, como você falou, que ocorreu com a PETROBRAS?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Eu acho que o que eu posso trazer — se é que isso traz alguma coisa — é o que eu vi nesse momento em que eu achei, ou entendo que havia sido refeitos posicionamentos contratuais e que geraram parte desse prejuízo. É isso que eu posso... que eu estou apresentando, Deputado.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Essa Diretoria que você não quer acusar usava a ABEMI para fazer isso que era errado?



O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Não posso precisar isso, Deputado. Eu não estava presente.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Você estava no olho do furacão!

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Não. Deputado, eu não... Olhe, eu não posso dizer, testemunhar coisas que eu não vi, que eu não estava presente, Deputado.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mas, como Gerente Jurídico, as coisas chegavam a você para dar o seu parecer, a sua opinião. E os seus pareceres eram respeitados, eram cumpridos?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Olhe só, os meus pareceres jurídicos sempre foram respeitados. Existe um parecer jurídico meu que foi revisto.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Qual é?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - É um parecer sobre a participação de consórcios em licitações na modalidade de convite. Foi o único parecer... Mentira, mentira, teve mais um parecer que foi movido. Foi um parecer que previa uma situação de terceirização com o qual eu não concordava.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Esse é outro parecer?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - É. Esses pareceres foram revistos pelo Gerente Executivo do Jurídico.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Qual a terceirização?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Oi?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Qual a terceirização que você não concordava?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Eu não me recordo agora exatamente. Era na área do compartilhado, era uma área de prestação de serviço. Eu não concordei com uma situação de terceirização, e esse parecer foi revisto.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E a sua não concordância não valeu nada?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Eu tinha uma autoridade acima de mim, e essa autoridade acima de mim fez um parecer substitutivo.



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Voltando um pouquinho a um momento anterior, você disse que se submeteu a perder 50% do salário e que precisava sustentar três senhoras.

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Isso.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Essa queda de salário permitiu a você continuar sustentando essas três senhoras?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Foi muito difícil. Eu tive que cortar várias coisas da minha vida. Eu tive a ajuda de amigos naquele momento. E foi muito difícil.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E hoje qual é a situação?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Eu tenho uma situação de vida simples, como eu sempre tive. Deputado, eu sou uma pessoa que tem uma vida muito simples e muito tranquila.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Você tem um dossiê a respeito desses problemas da PETROBRAS com que você conviveu?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Sobre esse eu já comentei aqui: foi entregue ao Ministério Público. O Sub-Relator pediu que eu encaminhe para cá.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Há quanto tempo você soube que teria que vir aqui hoje?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Quarta-feira passada.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não deu tempo de você trazer esse dossiê?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Não estavam claros na convocação quais seriam os assuntos que seriam tratados, Deputado.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mas você sabia que era uma CPI?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Sim.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Você devia ter trazido o dossiê. Concorde?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Não sei. Mas eu posso mandar isso quinta-feira, sem nenhum problema.



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Está bom. Esse dossiê está atualizado?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Não. Esse foi um dossiê que foi feito naquele momento e entregue (*ininteligível*).

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mas você atualizou agora com...

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Não, não.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E vendo a situação atual, 2015, você acha que se com aquele dossiê tivessem sido tomadas as providências em 2009, teria outro contexto hoje o escândalo da PETROBRAS?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Não sei. Talvez algumas medidas ali na área contratual pudessem ter sido tomadas.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O que é mais importante nesse dossiê que você pode rapidamente colocar para nós?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Eu acredito que seja aquilo que eu já coloquei aqui: algumas questões de orientação que foram alteradas, como a questão de chuva, pagamento dos quantitativos de FEED, que eu acho que foram os mais impactantes na parte das obras.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Deputado Arnaldo Faria de Sá.

Passo a palavra ao Sub-Relator Bruno Covas e, em seguida, aos autores do requerimento, começando pelo Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Fernando de Castro Sá, do depoimento que V.Sa. prestou na força-tarefa da Operação Lava-Jato consta que V.Sa. tenha afirmado que:

“Com a criação da S.A., aquela “não era mais uma obra da PETROBRAS.” “Na prática, isso não aconteceu, sendo que os procedimentos permaneceram sobre a condução da aprovação da PETROBRAS. Teve um parecer, depois de uma discussão pesada minha com o jurídico de Serviços. Eles soltaram um parecer dizendo



que todas as licitações tinham que ser instauradas pela Abreu e Lima (porque ela era uma SA subsidiária). Aí eu descobro que estava tudo sendo instaurado na PETROBRAS.”

V.Sa. confirma esse depoimento?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Confirmando.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Desse modo, parece prática da PETROBRAS a criação de empresas para empreendimentos e a manutenção da condução e decisões sob o seu poder.

V.Sa. tem conhecimento sobre o caso GASENE. Por acaso houve a criação dessa sociedade, propósito específico, com a finalidade de burlar procedimentos licitatórios e manter contratos irregulares?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Deputado, deixa eu... Eu não conheço o caso GASENE que era da área de gás e energia. Eu não tinha envolvimento, eu não posso precisar nada. Mas, na realidade, a criação da Abreu e Lima S/A não foi uma forma de burlar o procedimento licitatório. Eu queria deixar isso claro aqui. O que aconteceu na realidade? Em 2006/2007 foram assinados uma série de memorandos da PETROBRAS com a PDVSA sobre negócios em comum em várias áreas. Uma dessas áreas era a área de refino e que envolveria a Refinaria do Nordeste. O que aconteceu nesse momento? Não havia uma certeza da participação ou não da PDVSA nesse processo. Nós tínhamos que conduzir a refinaria, independente da entrada dos venezuelanos ou não no projeto. Então, o que acontece? Se eu começasse a fazer a implantação do projeto na PETROBRAS todos os custos cairiam contabilmente na PETROBRAS. Na hora em que eu fosse fazer a parceria com os venezuelanos não necessariamente a participação deles cobriria todos os custos. Então, o que que foi feito? Foi criada um PEP, que é uma rubrica contábil, esses valores iniciais foram alocados nesse PEP. E aí foi criada a Abreu e Lima S/A. E aí foi transferida esse PEP da contabilidade da PETROBRAS para a Abreu e Lima S/A. E na Abreu e Lima S/A. passou-se a ser feitos esses investimentos. Ou seja, se um parceiro entrasse, adquiriria ações pelo valor da companhia, com todos os ativos ali, os custos desses ativos. Então, isso dava uma cobertura a PETROBRAS. O outro aspecto importante a salientar é o seguinte: o



fato de ela ser uma S/A, uma subsidiária, não eximia a Abreu e Lima de realizar licitações. Ela tinha que se submeter às mesmas regras da PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Em outro depoimento à Operação Lava-Jato V.Sa. afirmou:

“A coisa ia num crescente tão grande que um belo dia, olha como a coisa era feita, chegou lá da Engenharia para o Abastecimento informando que tinham que aprovar os aditivos 5, 6 e 7 da terraplanagem (nas obras da Refinaria Abreu e Lima). Só que quando você lê o expediente, os aditivos já estavam assinados (...)”

Ao que conclui com a seguinte indagação: *“Como é que você vai pedir autorização para celebrar um aditivo que já está assinado?”*

Por sua vez, o Sr. Paulo Roberto Costa, em depoimento que prestou ao Juiz da 13ª Vara Federal Criminal de Curitiba, declarou que o Conselho de Administração da Refinaria Abreu e Lima, formalmente presidido por ele em determinado período, na realidade era um conselho formal, mas todos os contratos da Abreu e Lima foram aprovados na Diretoria da PETROBRAS.

Então, fazia o formalismo da Abreu e Lima — desse aí, por exemplo — para o processo legal, que era a Abreu e Lima S/A, uma S/A, mas como a PDVSA não entrou, então todo o processo era aprovado na diretoria de *holding* da PETROBRAS.

V.Sa. acredita que os aditivos que lhe foram submetidos já assinados eram esse chamado formalismo da Abreu e Lima, descrito por Paulo Roberto Costa em seu depoimento?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Deputado, vou responder por parte. Na realidade, nós estamos falando aqui de uma obrigação a termo. Ou seja, o contrato tinha um tempo de vigência, o que caracterizava que ele gerava uma obrigação a termo. Qual é a razão de encerramento das obrigações a termo? O advento do prazo. Então, quando você tem o advento do prazo, em tese você tem que fazer a prorrogação se você quer que ele continue. E você tem que fazer essa prorrogação antes que ele se vença ou que você demonstre que efetivamente num prazo adequado você já estava nessa negociação. O que aconteceu nesse caso é que a área da engenharia era quem cuidava de todas as contratações, acompanhamentos



de contratos. E a área de abastecimento fazia uma análise pela questão de que como o ativo seria dela, o orçamento estava ali. Então, a área de abastecimento recebeu um expediente, dizendo que esses aditivos vão ser aprovados pela Abreu e Lima. Não é? O que aconteceu? Quando a área de abastecimento corporativo foi olhar os aditivos já estavam aprovados, inclusive eram aditivos de prazo. Não é? O que que acontecia? Foi feito um, foi feito outro, porque aquele primeiro prazo morreu de novo, e outro. Então, na realidade, foram três situações seguidas. E aí o Abastecimento Corporativo me fez um questionamento e eu disse: *“Há um problema aqui, de acordo com a norma, já que a norma interna determina, na PETROBRAS, que você só pode prorrogar um contrato enquanto ele ainda estiver vigente”*. Você não pode fazer uma prorrogação depois. E aí o que aconteceu é que quando o Abastecimento se negou a conduzir esse processo e devolveu para a Engenharia, a Engenharia foi ao Jurídico, na área dele, e pediu um parecer. Foi dado um parecer dizendo que os contratos da PETROBRAS tinham caráter cível e comercial, que então não haveria nenhum problema e que o descumprimento da norma interna da PETROBRAS era uma desconformidade administrativa, não era uma ilegalidade, o que não é verdade. Por quê? Quando foi aprovado o procedimento licitatório simplificado da PETROBRAS ele determina num dos últimos itens que poderia ter um manual procedimental, desde que publicado no *Diário Oficial* da União. E assim foi feito. O Manual de Procedimentos Contratuais foi publicado no *Diário Oficial* da União. Então, ele passou a ter força de lei, porque ele tinha uma publicidade *erga omnes*. Então, havia uma ilegalidade, quando não. E aí voltou com esse parecer jurídico, de novo o Abastecimento Corporativo me questionou porque eu era o Jurídico de Abastecimento, e aí eu fiz um Documento Interno PETROBRAS, que a gente chama de DIP, questionando os termos desse parecer à área própria. Esse foi o meu último DIP na função de Gerente Jurídico na PETROBRAS, e eu não sei se foi feita resposta a ele ou não.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Outros aditivos referentes à Refinaria Abreu e Lima foram submetidos já assinados a V.Sa. ou a outro empregado do Jurídico da PETROBRAS?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Não sei, não sei precisar.



O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O senhor não acha que isso constitui crime de falsidade ideológica, tipificado pelo art. 299?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - De novo: como testemunha eu posso falar dos fatos, eu não posso fazer juízo de valor.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O que V.Exa. tem a declarar sobre as assinaturas de aditivos acionados a contratos já extintos. (*Pausa.*) Bom, V.Sa. já mencionou.

V.Sa. confirma a informação de que o ex-Diretor Renato Duque desconsiderou o Manual de Procedimentos Contratuais da PETROBRAS para prorrogar os prazos de contratos já extintos?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Vamos colocar as questões aqui, num tamanho, por parte. Não é? Como eu disse: eu conheço o Diretor Duque, desde a década de 90. Perdi contato com ele quando ele deixou a área contratual do AIP. E eu tive quatro contatos mais próximos do Diretor Duque durante o período que ele esteve na Diretoria. Não é? O primeiro contato que eu tive com ele foi uma questão contratual, que havia um parecer contrário a uma questão que se pretendia. Eu fui convocado, inclusive a pedido dele, porque ele reconheceu a minha qualificação, e eu disse que eu também era contrário àquela posição. Eu estive novamente com o Diretor Duque quando foi feita a licitação de concurso para a escolha do projeto arquitetônico do prédio de expansão do CENPES, porque eu era o único advogado que tinha feito uma licitação nesse modelo, e eu fui chamado para isso. E tive um contato com o Diretor Duque, que já foi narrado publicamente, que foi o problema de que nós havíamos discutido, o Abastecimento e a Engenharia, sobre o modelo do contrato da RNEST. E foi uma reunião em que o Diretor Duque disse que seria da forma que a Engenharia queria. Não é? E ele, depois, confirmou isso num despacho. Que eu me lembre foram as vezes que eu estive com ele. Estive mais uma vez com ele que foi quando ele me disse que ele não sabia do problema que eu estava tendo no Jurídico. Foram as únicas vezes que eu tive contato com ele.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Uma última pergunta, Sr. Presidente.

Qual a avaliação de V.Sa. a respeito da necessidade de que, sob a gestão do ex-Diretor Renato Duque, as minutas de contrato elaboradas pelo Jurídico e



aprovadas pela Diretoria passou a ter que ter o crivo da ABEMI, a associação das empreiteiras?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Na realidade, repetindo aqui o que eu já disse, existia uma ata, é o que eu tenho para declarar, que foi apresentada ao Jurídico, inclusive naquele dossiê, e que essa ata informa que a minuta padrão da PETROBRAS, que estava sendo refeita, iria passar pelo Jurídico da ABEMI antes da implementação.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Desculpe. Que ata?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - É uma ata de reunião da ABEMI com a PETROBRAS da qual participam pessoas do Jurídico da PETROBRAS também.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Nesse dossiê tem cópia dessa ata?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Tem.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Deputado Bruno Covas.

Vamos agora aos autores do requerimento.

Inicialmente, o Deputado Izalci, pelo tempo de 5 minutos. Em seguida, a Deputada Eliziane Gama, pelo tempo de 5 minutos. São os dois autores do requerimento.

Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu gostaria de pedir ao depoente Fernando que anotasse para depois responder de uma vez.

Gostaria que V.Sa. comentasse sobre os prejuízos da venda de óleo combustível. A informação que tenho é a de que o Sr. Daniel da Silva Gomes Filho, inclusive parente de um Ajudante de Ordem do Palácio do Planalto, fez com que desse diversos prejuízos. Pasadena, a mesma coisa. Comprava-se o óleo, depois se vendia para a PETROBRAS mais caro. Nesse caso aqui não, houve prejuízos de compra e venda de óleo combustível de navio. Então, gostaria que V.Sa. comentasse sobre esse episódio.

Quando Renato Duque esteve aqui, eu o indaguei, disse a ele que o Gerente Jurídico da Diretoria de Abastecimento da PETROBRAS, Fernando de Castro Sá, V.Sa., acusou Renato Duque de ter interferido, de ter impedido, junto ao



ex-Presidente José Sérgio Gabrielli a demissão do ex-Gerente de Comunicação da companhia, Geovane de Moraes. Isso no ano de 2009, uma decisão da sindicância presidida pela ex-Gerente Venina Velosa.

Em depoimento à Polícia Federal, o dono da agência de *marketing* Muranno Brasil, Ricardo Vilani, declarou ter sido Giovane o responsável pelo pagamento de serviços que chegaram a 7 milhões de reais para divulgação da marca PETROBRAS nas provas de Fórmula Indy 2006 e 2009 sem que a Muranno tivesse contrato com a PETROBRAS.

De acordo com Alberto Youssef, na sua colaboração premiada, a empresa estava pressionando o Governo Lula para receber os valores atrasados. Youssef declarou claramente — está na delação premiada — que Lula soube da ameaça e teria determinado a Gabrielli que usasse o dinheiro das empreiteiras para resolver essa pendência. O Gabrielli então pediu ao Paulo Roberto Costa para interceder e determinou que Alberto Youssef realizasse o pagamento de 1 milhão e 700 mil reais à Muranno, *marketing*, do Brasil, o que foi efetivamente feito. O que V.Sa. tem a declarar em relação a esse episódio?

Além dessas, pergunto: quais os principais problemas identificados por V.Sa. e por Venina Velosa nesses pleitos com relação aos aditivos? Já se falou muito aqui sobre aditivo, mas eu gostaria de perguntar sobre os problemas identificados por V.Sa. e por Venina.

Como se materializaram as ações de perseguição a V.Sa. e Venina? Levaram o assunto ao conhecimento de seus superiores? Como foi essa retaliação? V.Sa. levou isso ao conhecimento de alguém e, a partir daí, foi então perseguido? V.Sa. saberia dizer se a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração tiveram conhecimento desses problemas de V.Sa.? E da Venina? Vocês relataram isso à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração? Eles tinham conhecimento? Na opinião de V.Sa., todos esses problemas surgiram como uma ação isolada de dois diretores da estatal ou havia uma interlocução externa? Essa questão da PETROBRAS, V.Sa. poderia atribuir apenas aos dois Diretores Paulo Roberto Costa e Renato Duque ou V.Sa. acha que teria envolvimento de outras pessoas com esse episódio da PETROBRAS? Tenho ainda — V.Sa. está anotando isso? —, algumas coisas já foram perguntadas, só para reforçar, V.Sa. confirma a informação de que o



ex-Diretor Renato Duque desconsiderou o Manual de Procedimentos Contratuais da PETROBRAS para prorrogar os contratos existentes? Só quero a confirmação.

Essa questão da ABEMI, de fato... Também acho muito estranho uma empresa tomadora de serviço participar como membro da associação.

Pode informar a esta CPI outras irregularidades ou ilicitudes que V.Sa. tenha observado na implementação da Refinaria Abreu e Lima?

Essas são as minhas indagações.

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Eu anotei aqui, Deputado. Se faltar alguma coisa, eu peço ao senhor.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Isso.

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Bom, eu acredito que o primeiro caso que o senhor citou se refira às operações de *bunker* em Singapura.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Exato.

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Na área comercial, houve uma denúncia, um questionamento sobre algumas operações de *bunker* que estavam ocorrendo naquela unidade operacional e houve a criação de um grupo de trabalho cujo objetivo eram melhorias procedimentais. Esse grupo de trabalho era constituído pelo — eu estava nesse grupo de trabalho — assistente do Gerente Executivo de Marketing e Comercialização, o Gerente de Relacionamento Externo do Abastecimento, um assistente do Gerente Executivo de Marketing e Comercialização e um Gerente de Bunker lotado em Rotterdam, na PGT. Basicamente era esse o grupo que havia. Era um grupo voltado exclusivamente para analisar soluções de melhoria para o processo. Duas pessoas foram designadas para irem a Singapura ouvir as pessoas, e não estava entre elas. Eu estava num congresso, nos Estados Unidos, sobre legislação de controle de substâncias químicas. E, nessa ida, houve um local, que é um empregado do país que trabalha para a PETROBRAS — a gente chama de local —, que confirmou algumas denúncias em relação a um empregado que estaria lotado lá. Isso constou do relatório. Houve uma grande discussão se continuava mantendo relações comerciais ou não com as empresas que estavam ali sendo questionadas e foi gerado um relatório que foi encaminhado ao Gerente Executivo de Comercialização e Marketing. Posteriormente eu sei que houve uma auditoria pela auditoria interna da



PETROBRAS e, depois, houve uma comissão de apuração para aplicação de sanções e penalidades. Eu não participei dessas duas outras fases. Eu participei só da primeira.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Mas essas empresas que foram acusadas não foram afastadas, continuaram prestando serviços. A informação que tínhamos é exatamente de que o Daniel, envolvido, tinha algum parentesco com a Chefe de Ordem do Palácio do Planalto. Aí colocaram panos quentes nisso. Era essa a conversa que tinha na PETROBRAS?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Não sei. Não vou precisar o senhor se foi isso o que aconteceu.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sim, mas as empresas continuaram prestando serviços normalmente.

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Não eram prestadoras de serviços, na verdade.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sim. Faziam operações.

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Eram parceiras comerciais.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sim. Mas continuaram atuando normalmente.

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Sim.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Com relação à questão da Muranno, do afastamento do Geovane.

Geovane é homem ou mulher?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Geovane.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Geovane.

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Quanto a essa questão do Geovane, saiu uma publicação dizendo algo que não foi dito por mim. Eu não disse que o Presidente Gabrielli e o Diretor Duque vetaram a demissão dele. O que eu disse foi... Eu fui a um despacho com o Gerente Executivo do Jurídico, e o Gerente Executivo do Jurídico... O que aconteceu? Quando a Venina terminou essa comissão de apuração, ela verificou que existia e entendeu que isso deveria ir para a área de auditoria interna. E me parece que ela recebeu uma orientação que não fosse para a auditoria interna. Então ela pegou e fez uma consulta ao Jurídico, onde ela perguntava se isso não teria que ir para a área competente, que se poderia ser



feita a demissão desse funcionário. E eu havia recebido uma orientação do gabinete da Diretoria de que esse assunto não seria mais conduzido por mim, seria conduzido diretamente pelo Gerente Executivo do Jurídico na época.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Passou essa informação?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Essa informação foi passada ao gabinete do Dr. Paulo Roberto pelo assistente Francisco Paes, que eu não deveria cuidar desse assunto, que esse assunto seria tratado pelo Gerente Executivo do Jurídico. E aí, num despacho com o Gerente Executivo, ele me disse que sobre esse assunto foi entendido que a autoridade competente não era a auditoria interna; era, na realidade, a área de comunicação. Então, foi mandado para a área de comunicação. E ele disse que — eu posso precisar isso por causa da data — na Quinta-Feira Santa, ele já estava em casa, quando recebeu uma ligação do Diretor Duque procurando por ele e que ele disse que já estava em casa. E aí ele recebeu, pelo fixo, uma ligação do Presidente Gabrielli, porque não teria gostado daquele parecer que dizia que podia fazer a demissão do Geovane e que ele teve que fazer uma alteração no parecer. Agora isso foi dito a mim num despacho, eu e ele. O máximo que eu posso fazer é uma acareação com ele. Agora, eu, em nenhum momento, disse que foi o Diretor. Eu simplesmente disse que isso me foi informado num despacho.

O SR. DEPUTADO IZALCI - V.Sa. tem conhecimento desse fato de que Geovane teria autorizado o pagamento a Muranno, sem contrato da PETROBRAS, da Fórmula Indy?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Não, desconheço.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Desconhece.

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Desconheço.

O SR. DEPUTADO IZALCI - E também que houve o pagamento a Muranno, depois, de 1 milhão e 700?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Desconheço completamente isso.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Tá. Mas o Geovane foi demitido ou não foi demitido?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Ele foi demitido 4 anos depois.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Quatro anos depois.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Bem, e as outras perguntas?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Vamos lá. Na realidade,...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Os principais problemas identificados por V.Sa. e por Venina.

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Na realidade, o que acontece? Quando eu deixei o Jurídico estava muito incipiente o processo de contratação da Abreu e Lima. Estava, basicamente, no contrato de terraplanagem que estava rolando. Então, havia alguns aditivos, que são esses casos que eu citei. Mas eu não acompanhei outras situações posteriores no Jurídico, porque eu já tinha, eu fui transferido para a área internacional e de lá, depois, eu fui para a área comercial. Então, eu não acompanhei, eu não posso precisar isso. A questão de levar às instâncias superiores, eu não sei se a Diretoria sabia do que houve comigo com a Venina, não sei se o Conselho sabia. Eu tive, como eu disse aqui, um contato com o Diretor Duque, que o Diretor Duque falou comigo que ele me conhecia, me considerava um excelente técnico, mas que eu era muito inflexível, mas que ele não concordava com o tratamento que eu estava sofrendo.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Por que que o senhor acha que ele falou “inflexível”, que V.Sa. era “inflexível”, só para... O Duque disse isso?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - É, talvez, porque eu...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Ele pediu alguma coisa que...

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Não, talvez seja por causa da discussão que nós tivemos, o Abastecimento e a Engenharia, sobre o contrato da RNEST.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Muito bem...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Só a última, só faltou uma, Presidente. Eu perguntei a V.Sa. — a última —, a opinião de V.Sa., se esses problemas que surgiram V.Sa. acha que foi uma ação isolada dos dois Diretores Paulo Roberto Costa e Renato Duque, ou acha que tem mais gente envolvida?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Eu não sei precisar, Deputado. Realmente eu não tenho condições de precisar isso.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - O.k. Agradeço ao Deputado Izalci.

Passo a palavra à Deputada Eliziane Gama, pelo tempo de 5 minutos.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, Srs. Relatores, Srs. Deputados aqui presentes, Sr. Fernando de Castro Sá, a pergunta inicial que eu faço: o senhor se considera uma vítima da PETROBRAS?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Não. Eu acho que a PETROBRAS é muito maior do que as pessoas. Eu acho que foi um momento da PETROBRAS. Mas eu tenho muito orgulho da empresa e acho que é um lugar de aprendizado e de crescimento.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Em uma de suas falas ao Ministério Público o senhor fala, por exemplo, a seguinte frase: *“Me disseram que o Gabrielli queria a minha demissão e o Duque também”*. O senhor reafirma isso?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - É. Isso foi... O que aconteceu na realidade? Quando eu fui transferido para a área de abastecimento, eu mandei um *e-mail* para aquelas pessoas mais próximas do Jurídico dizendo onde eu estava, qual era o meu novo ramal e dizendo que eu estava feliz com o trabalho que eu estava tendo. E aí eu fui surpreendido porque eu e o Gerente Executivo de Marketing e Comercialização, onde eu estava trabalhando, fomos chamados no gabinete do Diretor Paulo Roberto. E aí o Chefe de Gabinete dele informou que havia sido procurado pelo Gerente Executivo do Jurídico de posse desse *e-mail*, dizendo que eu estava tentando fazer um motim com o Jurídico, alguma coisa assim. E ele pediu que eu me abstinêsse de maior contato com as pessoas do Jurídico para evitar problemas, porque havia uma predisposição dessas pessoas em fazer a minha demissão. Foi isso o que foi dito.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Quando o senhor fez o relato... E eu falo a V.Sa. assim: pessoalmente, parece aquelas seções de tortura o relato que o senhor coloca, quando foi colocado numa sala sem janela, sem ventilação, num total isolamento, depois, inclusive, culminando com um problema grave de saúde. Nesse momento, qual a atitude imediata que o senhor tomou? Não digo nem imediata, mas no momento em que o senhor foi remanejado para esse ambiente sombrio. Parece tortura, que lembra logo violação de direitos humanos. O senhor tomou uma medida



mais enérgica referente a isso, por exemplo, de fazer uma denúncia, inclusive, até nesse sentido de colocar em risco a sua saúde?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Não havia muito a quem denunciar. Era uma medida que vinha do meu superior hierárquico. A informação que me foi dada naquele momento é que isso era uma decisão que havia sido tomada com aval de membros da Diretoria. Eu não teria muito, internamente, a quem fazer qualquer tipo de denúncia. Só para precisar, eu fui retirado da função numa terça-feira, se não me engano, e na quinta-feira a minha equipe foi reunida e foi dito a eles — os termos foram estes — que eles eram considerados talibãs, seriam monitorados e que era sugerido que eles não mantivessem qualquer trato comigo, mesmo fora do ambiente da PETROBRAS.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - O Tribunal de Contas da União. Como o senhor vê a participação do Tribunal de Contas da União referente inclusive a algumas auditorias que foram feitas pela PETROBRAS? O Tribunal de Contas da União acompanhou, no seu entendimento, à altura, como deveria acompanhar? As medidas que deveriam ser tomadas foram tomadas?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Olha, eu não posso fazer um juízo de valor porque eu não acompanhei isso. Na realidade, a gente sabe que a PETROBRAS é uma empresa que tem muitas auditorias. A gente às vezes brinca que a gente trabalha mais para responder auditoria do que para fazer o trabalho da gente.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - O meu tempo está acabando.

O senhor fala de termo, por exemplo, de alguns aditivos feitos em contratos, inclusive que já foram expirados, uma ação inclusive totalmente ilegal, digamos assim. O Tribunal de Contas da União nunca pegou um caso específico desses?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Desconheço.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Vou fazer várias perguntas, Presidente, porque eu estou vendo que o meu tempo já acabou.

Eu queria que o senhor, ainda falando referente ao Daniel... O Deputado anterior fez uma citação que foi referente a — inclusive consta isso da auditoria que foi feita pela PETROBRAS — prejuízo da ordem de quase 2 milhões de reais/mês por falta de fixação de preços, referente ao caso do Sr. Daniel da Silva Gomes Filho,



um negociador que acabou tendo, inclusive, penas abrandadas — alguém afirma — supostamente pela relação de parentesco com funcionário do Planalto. Isso aconteceu de fato? Deu-se esse abrandamento de penas pela relação dele...?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Como eu disse aqui no início, eu participei só dessa primeira fase, que foi um grupo de trabalho para aprimoramento de procedimentos. Eu não participei da fase final, que foi um grupo específico para aplicação de penalidade. Agora, para dizer a verdade, eu não sei nem quais foram todos os que foram apenados e como foram as penalidades.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Farei três perguntas em sequência. O senhor foi advertido verbalmente por tentar proteger os interesses da PETROBRAS contra as voracidades das empresas? Quem o advertiu? Mais uma pergunta: por que a área de engenharia passou a não colocar o parecer jurídico nos processos que eram encaminhados à Diretoria de Abastecimento? Houve a supressão, inclusive, de pareceres de V.Sa. Outra pergunta: como a Diretoria justificava o descumprimento das regras básicas de contratação estipuladas no Manual de Procedimentos Contratuais? São essas as três perguntas que eu faço na sequência.

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Vamos lá. Eu vou tentar responder aqui. A segunda pergunta é sobre a questão de colocar nos pareceres os procedimentos. Eu não posso responder isso, porque eu não acompanhava os procedimentos feitos pela área de engenharia.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Mas os seus pareceres, em alguns momentos, pararam de ser admitidos ou recebidos.

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Não, na realidade, o que aconteceu é que, como a área de engenharia conduzia, os pareceres eram da área de engenharia.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Não houve supressão de pareceres?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Meus, pessoalmente, da área de abastecimento, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Conclua, Deputada.

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - O que aconteceu foi que, num determinado dia, numa conversa com o Diretor Paulo, eu comentei com ele que eu



tinha uma preocupação sobre os pareceres que tinham, da área de engenharia, para algumas situações. E o Diretor Paulo, naquele momento, falou comigo: *“Fernando, nós somos engenheiros. Eu e o Diretor Duque, nós temos que nos valer do que vem como parecer jurídico. Esses são os pareceres jurídicos recebidos, e nós vamos nos valer dele”*. E aí eu tive um sinal de alerta, que eu tinha que ser mais cauteloso ainda com os meus pareceres.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - O Sr. Augusto Mendonça, quando veio aqui à CPI, falou de uma forma enfática da importância da ABEMI, colocando inclusive a necessidade, por conta da competitividade do mercado internacional. Como o senhor vê essa...?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Todas as associações, elas têm uma finalidade, têm uma importância. Eu acho que ela tem uma importância no setor que ela atua, se ela age em favor dos associados dela. Isso é normal, em todo o mundo, você tem associações de empresas por setor, isso é normal.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - O senhor ouvia comentários entre os funcionários e diretores da própria PETROBRAS referentes à questão do pagamento de propina, do aumento do aditivo, do superfaturamento em algumas obras?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Nunca ouvi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Deputada, conclua.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço à Deputada Eliziane.

Temos agora, na sequência, no horário das Lideranças, dos Líderes, Líderes Aluisio Mendes, Onyx Lorenzoni, que está deixando para o próximo depoente, Deputado Ivan Valente, que também não se encontra.

Vamos agora para a lista de inscrição para debates. Membros: Deputado Jorge Solla, que não se encontra; Deputado Izalci, que tem a palavra o pelo tempo de 3 minutos.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, como nós temos ainda quatro depoentes, eu abro mão exatamente para ganharmos tempo. Se não, não vamos conseguir ouvir os demais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Muito bem, muito bem!



Tem a palavra o Deputado Delegado Waldir, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Presidente, Dr. Fernando de Castro, eu vou ler um trecho aqui, e o senhor vê se adequa à situação que o senhor ficou, confinado nessa sala: *“Houve uma pressão desmedida e injustificada por parte do empregador ou prepostos, houve um terror de ordem pessoal na sua vida e moral, praticado no seu labor. Parcas condições de trabalho, sem telefone, ameaçado”*. Aconteceu isso no período em que o senhor esteve nessa sala?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Parcialmente, sim.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Parcialmente, sim. Então, isso configura tortura psicológica, Sr. Presidente. Eu recomendo que seja feito um ofício ao Ministério Público do Rio de Janeiro para que se apure essa conduta, por quem foi praticada. Eu acho que esta Comissão tem que praticar esses atos.

Vamos agora às minhas perguntas específicas: a partir de quando V.Sa. percebeu que foi rasgado o manual de procedimento contratual, prorrogando apenas contratos vigentes, aditivos de contratos já mortos? A partir de quando começou a acontecer isso?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Cuidado, porque o manual serve para a companhia toda.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sim.

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - O que a gente verificou é que em alguns casos havia uma flexibilização das normas ou descumprimento num caso específico, que foi o que nós acompanhamos naquele momento, ali na...

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - A partir de quando começou isso? Em que ano?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - A gente verificou essa coisa mais a partir de 2007, com a construção da Abreu e Lima.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - O.k. Eu pediria que o senhor anotasse as demais perguntas, porque o meu tempo é exíguo, não tenho o tempo dos Relatores e nem dos Líderes. Então, eu peço a V.Exa. que, por favor, anote as minhas perguntas agora.

Área jurídica da PETROBRAS. Eu queria saber se ela era um braço das empreiteiras, dos diretores, dos presidentes que concordavam com aquela situação



anômala, se era um braço da ABEMI, um braço das pessoas corruptas infiltradas. Para quem trabalhava a área jurídica da PETROBRAS? Porque, pelo que eu vi, um desmando total, extremamente qualificadas algumas pessoas, mas muita omissão.

Segunda pergunta que eu gostaria que o senhor anotasse: A RNEST era da Diretoria de Abastecimento, mas era conduzida por Duque, da Diretoria de Serviços. Explique para o povo brasileiro como isso acontecia! O senhor deu até um exemplo muito bom, em um depoimento que o senhor prestou. Como é que — o senhor falou de uma conta — você é dono de uma conta corrente e o outro coloca serviço lá e você tem que pagar essa conta? Eu gostaria que o senhor explicasse isso, porque nós estamos sendo ouvidos pelo povo brasileiro neste momento.

Por que Duque e Gabrielli tinham interesse em sua demissão, em seu afastamento? O senhor estava atrapalhando os negócios escusos que estavam acontecendo na PETROBRAS? Eu quero que o senhor fale com a visão já que o senhor tem agora da corrupção que estava lá dentro. O senhor é uma pessoa — eu vi pela sua biografia, pelo seu currículo — extremamente gabaritada. Então, eu gostaria de ter essa visão com as provas já produzidas.

Eu gostaria também que o senhor detalhasse para mim como foi aquela reunião em que o senhor foi humilhado, o senhor levou um sabão do Duque — o senhor comentou. Eu gostaria de saber como foi essa humilhação que o senhor sofreu de um diretor da PETROBRAS. O senhor levou um pito, não é? Então, eu gostaria que o senhor esclarecesse para nós como que foi essa reunião.

Por último, para finalizar, quais foram — e essa é até uma pergunta trazida pela imprensa — os diretores que mudaram métodos ou regras para favorecer empreiteiras no cartel?

Seriam essas as minhas perguntas, Sr. Presidente. Obrigado.

Obrigado, Dr. Fernando.

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Começando, eu acho que o jurídico não necessariamente trabalhava para um ou para outro na realidade. O jurídico é formado por várias pessoas. Há pessoas muito gabaritadas no jurídico, há pessoas muito sérias no jurídico, há pessoas a quem eu reputo uma conduta ilibada dentro do jurídico. Agora, existem situações de desvio, como existe em qualquer tipo de organização, em qualquer situação.



O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Mas só o senhor estava vendo essa irregularidade? Não tinha outros advogados competentes? Ninguém poderia fazer uma denúncia ao Ministério Público, à Polícia Federal? Todo mundo ficou calado vendo essa situação anômala, doutor?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Talvez eu estivesse mais à frente por causa da implantação dos projetos da área de abastecimento. Talvez eu estivesse mais próximo. Eu acredito que tenha sido isso. Quanto à RNEST — deixe eu explicar —, lá, atrás, quando o Presidente Reichstul chegou à PETROBRAS, ele deu uma cara de áreas de negócio na PETROBRAS. Então, o que ele fez? Antigamente, a área de engenharia ficava com o orçamento das obras. E aí, quando chegou essa mudança de visão para áreas de negócio, o orçamento passou a ser das áreas de negócio. Mas a implantação era feita... dos ativos era feita pela engenharia. Ou seja, é mais ou menos o seguinte: você quer construir a sua casa, você tem o dinheiro, você tem o terreno, mas obrigatoriamente quem vai construir a sua casa é aquele pedreiro. Qual é o grande problema que você tem aqui? É que você não tem o controle do que o pedreiro está gastando. Na realidade, o pedreiro vai construindo, vai gastando e vai te passando a conta. E você só acompanha para ver como é que isso está cabendo ou não no orçamento. Então, esse era o grande problema que havia. Mas isso era uma caracterização que gerou pela situação de que a área de negócio era dona do orçamento daquele ativo que um dia ia vir pra ela, e toda parte de implantação dos ativos ficavam numa outra área, que fazia contratação, gasto, fiscalização, o processo todo. Então, era essa a situação. Não sei por que as pessoas poderiam querer me demitir. Talvez, até a frase do Diretor Duque falando que eu era inflexível. Talvez, não sei! Há um fato interessante. No dia da Comissão interna, criada pela PETROBRAS para analisar a questão da Abreu e Lima, uma das pessoas, um dos membros que estava lá, que era um membro da auditoria, ele pegou e fez um comentário, e foi quando eu talvez tenha acordado. Ele disse para mim o seguinte: "*Quando você saiu da área jurídica, a gente viu que a coisa piorou*". Talvez eu estivesse, realmente, de alguma forma, sendo muito inflexível e com isso atrapalhando, não sei.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - O senhor ouviu que o Dr. Sérgio Gabrielli tinha interesse na sua demissão?



O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Isso foi dito por um assistente no gabinete quando houve essa reclamação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - O.k.

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Como eu disse anteriormente. A reunião com o Diretor Duque, o que que aconteceu? Quando foi criado o Plano de Aceleração da Refinaria, foi feito esse estudo que eu citei mais cedo, verificando quais eram os pontos de impacto para você conseguir fazer esse projeto andar. E isso foi pego, foi apresentado à Diretoria Executiva e, posteriormente, ao Conselho de Administração. O Conselho de Administração determinou que em 45 dias fosse trazido um planejamento detalhado. Isso efetivamente foi feito, foi levado à Diretoria e foi levado ao Conselho de Administração. Então, qual era a orientação que nós tínhamos, institucional? Fazer o que a gente chama de um contrato de obra, Engineering, Procurement and Construction — EPC, num modelo internacional, como tinha sido proposto naquela coisa. Quando nós começamos a discutir com a engenharia, houve um embate grande, e aí não fechava a posição do abastecimento e da engenharia, e aí houve essa reunião. Foi uma reunião em que o Diretor Duque chamou o Diretor Paulo, a mim, o Barusco, a Venina, e tinha mais uma pessoa nessa reunião. E, nessa reunião, o Diretor Duque disse que nós estávamos criando problemas, que não adiantava querer contratar de uma forma que as empreiteiras não contratavam, porque elas sabiam, e a engenharia é que sabia como elas faziam, e que não seria dessa forma. E aí acabou a reunião, ele disse que ia ser da forma que a engenharia queria, e posteriormente ele passou um correio que o Barusco tinha copiado. Esse correio foi para o Diretor Paulo. O Diretor Paulo o repassou, onde ele diz que deveria ser feito da forma que a engenharia queria, e que eventuais sugestões do Abastecimento seriam incorporadas, se fosse o caso, e deveria iniciar a contratação imediatamente *ad referendum* da Diretoria Executiva.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Muito bem.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - A última pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - V.Exa. já abusou do tempo, Delegado Waldir, já fez todas as perguntas possíveis.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Não, eu fiz a pergunta, só quero a resposta.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - O.k.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - É a última pergunta que eu fiz em relação aos diretores. Mudaram os métodos a partir de quando?

A pergunta foi — não sei se o senhor anotou: quais foram os diretores que mudaram métodos e regras para favorecer as empreiteiras do cartel? Quais foram os diretores que fizeram isso.

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Olha só, nenhum diretor pode mudar essas regras. Essas regras continuavam válidas na companhia. O que você vê é que houve uma flexibilização na atuação...

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - E quais foram os diretores que fizeram isso?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Eu só posso falar sobre a área de serviço em que eu vi acontecer algumas situações que foram citadas aqui.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Quem era o diretor?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Era o Diretor Duque na época.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Muito bem. Obrigado, Deputado Delegado Waldir.

Dando sequência, tem a palavra o Deputado Aluisio Mendes. (*Pausa.*) Não se encontra S.Exa.

Seria a minha vez, mas também dispenso.

Deputada Eliziane Gama tem a palavra.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, eu quero falar. Vou fazer só uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - O.k. V.Exa. tem 3 minutos.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Eu queria que o senhor esclarecesse melhor. Quando o senhor falou dos pagamentos feitos por serviços não realizados, o senhor fez referência a um período de greve. Queria saber se de fato isso aconteceu nesse período.

Outra pergunta. Eu queria saber do senhor... O senhor, como um grande jurista, sabe que não pode mentir aqui nesta Comissão. Então, ou o senhor está



mentindo, ou a mídia está mentindo, porque o jornal *Valor Econômico*, por exemplo, faz a citação de uma fala. O senhor falou que o senhor nunca deu nenhuma declaração à imprensa, que não falou com nenhum jornalista, mas o jornal *Valor Econômico* coloca isso, inclusive fazendo referência ao caso das irregularidades referentes aos preços dos *traders* internacionais do negociador Daniel da Silva Gomes.

Então, eu queria saber do senhor qual é a justificativa, se realmente o senhor não deu essa declaração à imprensa ou se realmente o senhor deu. Se o senhor falou à imprensa, o senhor não falou a verdade no começo aqui da reunião da CPI.

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Não, eu não dei essa declaração à imprensa. Eu não falei com a imprensa.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - É, mas o jornal coloca aqui, inclusive estou aqui com a matéria.

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - O jornal também colocou que eu tinha feito uma imputação ao Diretor Gabrielli, coisa que eu não falei.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Não, tudo bem. Eu só quero esse esclarecimento. E referente aos serviços não pagos, isso se deu apenas no período da greve?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Esse caso específico foi num período de greve. Agora, eu me lembro que, quando teve aquela comissão de apuração, estava sendo estudado um outro caso para isso. Eu não sei se ele se realizou ou não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Muito bem.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Dando sequência, tem a palavra o Deputado Edio Lopes. *(Pausa.)* S.Exa. também não se encontra.

Deputada Maria do Rosário. *(Pausa.)* S.Exa. também não se encontra.

Tem a palavra o Deputado Paulo Magalhães, pelo tempo de 3 minutos.

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Boa tarde, Presidente Imbassahy, Sras. e Srs. Deputados.

Dr. Fernando, V.Sa. tem prestado um bom serviço esclarecendo algumas dúvidas e nos dando uma noção de como era o comportamento do Departamento



Jurídico da PETROBRAS em relação ao que se discorre. O senhor nos deu algumas informações e, num dos trechos, diz que discordou frontalmente da metodologia. O senhor o fez por escrito? Está naquele dossiê que o senhor anunciou que fez, com 600 páginas?

A tão famosa ata, em que constou a cláusula de responsabilidade, tratava também do pagamento de serviços não realizados? Como é que o senhor afirma que todos os pagamentos que a PETROBRAS realizou vinham acompanhados de pareceres? Será que, quanto a esses pagamentos de serviços não realizados, foram apresentados pareceres? Eu queria que o senhor nos respondesse.

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Só a primeira pergunta, por favor, que eu perdi aqui.

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - O senhor disse que discordou frontalmente da metodologia. O senhor fez esse relatório por escrito? Ele constou daquele dossiê, ou o senhor fez em separado?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - O.k.

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Porque o senhor fez uma afirmativa. Depois eu vou fazer outra inquirição.

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - O.k. Eu acredito que a metodologia que o senhor esteja comentando é, por exemplo, a questão lá das chuvas — por exemplo.

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Essa virá depois.

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Na realidade, essas são decisões que são feitas na área técnica, e elas vêm para a análise do jurídico. Isso sofreu uma análise do jurídico da área de serviços, que atendia a engenharia. Não foi feito por mim. Mas os pareceres, o comunicado da ABEMI está nesse dossiê que eu falei. A ata em questão não tratava dessa questão do pagamento de serviços não realizados. A ata trata da cláusula de responsabilidade na carteira de gasolina da RPBC e da submissão da nova minuta padrão da PETROBRAS ao jurídico da ABEMI. Não são os pagamentos que são acompanhamentos de pareceres jurídicos. Em regra, os contratos, as minutas contratuais ou os pedidos de contratação, eles têm um parecer jurídico. Existem pagamentos...



O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Mas, para acontecer o pagamento, tem que vir o parecer.

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - É... Não.

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Lógico.

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Olha só, o pagamento, ele se dá no processo normal do contrato. O que pode ocorrer é, por exemplo: existe um aditivo para uma indenização...

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - É que a PETROBRAS inovou tanto...

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Aí, você teria que ter um parecer jurídico para o aditivo.

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - E esses serviços não realizados e pagos?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - O caso que eu citei aqui, que é o único que eu conheço, o...

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Mas foram muitos, não é?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Não tenho certeza. Esse é o caso que eu sei, e o parecer está nesse dossiê.

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Pode repetir, por favor, esse caso que o senhor citou?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Esse caso que eu conheço, eu tomei conhecimento dele por força da existência de um parecer jurídico, e esse parecer jurídico está nesse dossiê que eu...

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - E foi ele que contribuiu para colocá-lo na geladeira?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Não, ele, ele... Eu descobri ele dentro do... um pouco antes. Mas foi parte do processo de ver algumas coisas estranhas que aconteciam.

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Estou satisfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Deputado Paulo Magalhães.

Passo a palavra para o Deputado Otavio Leite.



Em seguida, ouviremos o Deputado Silas Câmara.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Sr. Presidente, Sr. Relator, Dr. Fernando, todos tivemos notícia do balanço da PETROBRAS. Entre os itens relevantes, um apontou a providência de fixar o percentual de 3%, linear, sobre o montante dos contratos das empresas envolvidas na Lava-Jato, que perfaz 6,2 bilhões de reais, que teria sido o prejuízo com a corrupção. Ponto.

Há uma construção de tese, que vemos muito presente ao longo dos nossos debates, que se assenta na seguinte ideia: ora, a PETROBRAS é uma instituição sólida, séria, tem profissionais concursados e terceirizados, uma gente gabaritada. Portanto, considerando isso, os certames licitatórios são todos acautelados, há muita acuidade, muita atenção. Então, os problemas da corrupção, da propina, são *a posteriori*, não se comunicam com os certames licitatórios, que, uma vez feitos com essa robustez, esse rigor, não haveriam de ensejar desvios.

Seu depoimento me parece muito analítico, ele na verdade coloca em xeque esse discurso, haja vista a quantidade de procedimentos relativos a aditivos ou contratos que já traziam em si a intenção embutida, naquele documento, de superfaturamento, de sobrepreço, etc.

Considerando, então, a primeira parte, os 3%, considerando que é uma balela imaginar que não houve ajustes prévios — e, portanto, alguns sobrepreços já estavam em curso nos contratos —, o senhor não acha que esse percentual de 3% fixado como média — foi uma hipotética prática, na verdade, do balanço — não é inferior ao efetivo, real prejuízo que nós tivemos na PETROBRAS do ponto de vista... O que significa o quantitativo da propina efetivamente aferida ou usurpada no assalto à PETROBRAS?

Não sei se me fiz entender. Quer dizer, havia contratos, os contratos estavam cheios de problemas, e há toda uma construção da seguinte tese: *“Não, não, ali tudo percorre uma tramitação rigorosíssima, não há por que se aceitar algum tipo de falha nesse percurso; se as empreiteiras depois se acertaram, é outro papo”*. Mas nós estamos vendo que a banda não tocava assim, era um procedimento diferente. Na sua opinião, 3% não é pouco, não?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Deputado, eu não tenho como fazer essa análise, até porque eu assumo aqui que eu não sou bom em contabilidade. É



uma área que para mim é muito difícil, e respeito muito quem estuda essa área. O que eu posso dizer para o senhor, do que o senhor disse aqui hoje inicialmente, é que, quando eu entrei na PETROBRAS, a empresa era muito menor, em termos de tamanho e de áreas. Mas os advogados participavam das comissões de licitação, exatamente para que houvesse um controle de como a coisa estava indo. A outra coisa que existia, naquele momento que eu entrei na PETROBRAS, é que você tinha uma amarração muito grande com o orçamento de contratação. Como é que isso funciona? Na realidade, no procedimento licitatório, a primeira coisa que existe é uma estimativa, uma... Desculpe, a primeira coisa que você faz é uma análise do que você precisa contratar — é como na vida pessoal da gente, você faz uma análise do que você precisa contratar e faz uma estimativa do preço daquilo para ver se aquilo cabe ou não cabe no seu orçamento. E aí, quando você faz uma licitação, você vai receber propostas, e você vai ver se elas cabem ou não nesse orçamento. O que talvez chame atenção é que esses orçamentos originais foram muito modificados na hora do julgamento das propostas. Então, assim: os orçamentos ficaram muito flexíveis para contratar, e você não tinha uma participação de advogados, por exemplo, nas comissões, para ver se havia alguma falha, se havia alguma questão, que às vezes não é nenhuma falha dolosa, é uma questão mesmo de ignorância. Quem está conduzindo aquilo ali, que é um processo jurídico-formal, é uma pessoa técnica que não tem essa formação jurídica. Então, você pode ter esse tipo de problema na contratação, ali, independente de qualquer coisa, nessa fase inicial. Agora, eu não sei precisar o tamanho disso.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Quero deixar apenas uma indagação, e é de foro mais íntimo, sobre a percepção de um servidor de carreira da empresa, que todos nós respeitamos e queremos salvar. Fique muito à vontade. Considerando a sua saída, que se deu em 2009, dessa titularidade que tinha um relevo maior, de lá para cá, e fazendo uma avaliação hoje, como é que o senhor interpreta os rumos da empresa, dada a magnitude do assalto que foi praticado contra ela?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - O.k.

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Essa é uma análise difícil. Eu acho que foi um processo de administrações diferentes, de estilos diferentes, e que vão ser analisadas no momento próprio. É importante a gente lembrar que, uma



administração, muitas vezes você pode avaliá-la no tempo; o resultado dela não é imediato, ele é no tempo. Então, eu acho que talvez seja muito difícil fazer essa análise de imediato, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Deputado Otavio Leite.

Dando sequência, com a palavra o Deputado Silas Câmara.

Em seguida, falará o Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - Sr. Fernando de Castro Sá, pelo que eu pude observar, o lugar onde o senhor estava, em termos de local estratégico, era muito importante para dar legitimidade a algumas situações que estão sendo questionadas hoje como honestas ou não honestas na PETROBRAS.

O senhor está na PETROBRAS há quanto tempo?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Vou fazer 22 anos.

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - Vinte e dois anos.

Em que momento da sua vida profissional, Dr. Fernando de Castro Sá, o senhor percebeu que dentro da PETROBRAS estava acontecendo alguma coisa que não era normal?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - A PETROBRAS, ela passou por processos de evolução que eram muito diferentes. Eu sou da época em que a PETROBRAS trabalhava só com petróleo, e eventualmente a gente tinha etanol no processo, e talvez até uma sobra ainda do PROÁLCOOL. Era uma outra PETROBRAS, menor, mais enxuta, com menos dinheiro, era uma empresa diferente. Nós tivemos um segundo momento, que eu vejo nesse meu período, que é o período em que vem o Presidente Reichstul, em que ele muda um pouco a cara da empresa, a empresa fica com uma visão mais profissional. E acho que depois a gente passa a ter um outro momento, que é uma empresa diferente, é uma empresa que cresceu muito, é uma empresa que parecia ter mais dinheiro do que aquela empresa que eu conheci lá atrás, que era uma empresa mais mirradinha. Era mais difícil. Foi uma empresa que fez grandes captações de valores, se envolveu em negócios mais internacionais. Foi um passo maior. Agora, se você me perguntar assim: *“Você teve a sensação de que havia essa situação que é mostrada hoje?”* Não. Eu acho que, até o ano passado, você podia achar que era uma forma de



condução da empresa diferente. Mas eu não sei se você conseguia ter a percepção de que essas coisas estavam acontecendo. E eu vou lhe dizer por quê, e com toda a sinceridade. O dia em que eu fui informado de que o Diretor Paulo Roberto foi preso, eu achava que era simplesmente por uma questão de alguma remessa indevida de dólar para o exterior. Eu nunca pude... eu nunca imaginei que a coisa fosse essa. No momento em que a gente discutia aquela questão do contrato da RNEST, a gente não estava discutindo aquilo achando que alguém era ladrão ou que alguém recebia dinheiro. Nada disso. A gente estava discutindo porque a gente acreditava que aquilo traria mais economicidade para a empresa.

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - Mas, no comportamento, no dia a dia da instituição, no relacionamento entre diretores... O senhor tinha um cargo muito importante. Estrategicamente falando, eu o considero muito importante. Na medida em que o senhor fazia pareceres jurídicos para determinadas circunstâncias, tinha uma ligação direta como diretor, acabava percebendo, porque é um homem muito inteligente, movimentos diferentes. A minha pergunta é: o senhor tinha com clareza a percepção de que a mudança do perfil da escolha de diretorias deslanchou um momento diferente dentro da PETROBRAS? Ou seja, o Sr. Paulo Roberto chegando, o pessoal todo se movimentando... O senhor via algum movimento dentro da PETROBRAS entre essas pessoas? Porque não são pessoas estranhas. Na verdade, é todo mundo muito importante, provavelmente estavam no mesmo andar, etc., ou no máximo em outro. O senhor via entre eles uma movimentação que lhe causasse alguma coisa?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Não. Não, Deputado. Não, Deputado. Não.

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - Satisfeito.

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Até porque a maioria dos diretores, tanto daquela administração quanto da última administração da Presidente Graça, eu conhecia desde que eu entrei na companhia. E eu nunca tive essa presunção de que alguma coisa menos séria estivesse ocorrendo.

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - O senhor nunca, então, ouviu falar que a movimentação entre o que eles eram e o que eles estavam sendo naquele momento tinha sido algo político, enfim, em favor de A, B ou C?



O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Eu acho que... Não, não em favor de A ou de B ou de C. Mas a gente sabe...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Conclua, Deputado.

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - ... que todas essas movimentações no alto escalão acabam sendo políticas, porque é uma estatal; isso acontece independente de qualquer situação. Mas não com esse nível de precisão, de que poderia ter algum interesse escuso por trás. Não.

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - O.k., Sr. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Deputado Silas Câmara.

Passo a palavra para o Deputado Ivan Valente.

Em seguida, ouviremos o Deputado Onyx Lorenzoni, último Deputado inscrito como membro da CPI.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Presidente, peço que associe o meu tempo de Líder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - V.Exa. terá 6 minutos: 3 minutos como tempo de Líder e 3 minutos como membro da CPI.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Fernando Castro, a pergunta que me fica é a seguinte: V.Exa. depôs na Promotoria Pública e hoje está depondo aqui na CPI. Então, V.Exa. vem na qualidade de pessoa perseguida no processo. É isso?

O SR. FERNANDO CASTRO DE SÁ - Eu venho como testemunha pelos fatos que eu tive conhecimento, não é?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - E o que você relataria como os principais fatos que o fizeram trazer aqui, de ir à CPI e à Procuradoria?

O SR. FERNANDO CASTRO DE SÁ - Na realidade, eu acho que o que desencadeou toda a minha participação nesse processo foi o fato de ter sido informado num depoimento que eu havia sido afastado porque eu tinha redigido um dossiê sobre essa situação da ABEMI, do relacionamento da ABEMI com a PETROBRAS. Em razão disso, eu fui convocado pelo Ministério Público Federal, passei os fatos, fui convocado...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Alguém falou isso...

O SR. FERNANDO CASTRO DE SÁ - Sim.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE ... para a Polícia Federal ou para o Ministério Público.

O SR. FERNANDO CASTRO DE SÁ - Sim.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Quem foi? O Sr. Paulo Roberto Costa?

O SR. FERNANDO CASTRO DE SÁ - Não, não. Foi a Gerente Executiva...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Venina?

O SR. FERNANDO CASTRO DE SÁ -... de Abastecimento Corporativo, na época, Venina Velosa.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Venina, não é? Muito bem.

Acho que a questão principal aqui da sua presença, e o interesse da CPI, Sr. Fernando, é a seguinte: é a questão do cartel e da aprovação que as coisas teriam que passar pela ABEMI, que é a associação das empreiteiras. Ora, se esse fato for comprovado, então, nós temos realmente uma prova robusta de que as coisas andaram da pior maneira possível. Porque se todos os contratos tinham que passar ou passaram a ter que passar pela ABEMI, então, eu diria que a advocacia da PETROBRAS perdeu função, no caso, vocês. Ou seja, a forma como os contratos eram aprovados... Na verdade era um grande negócio entre diretores da PETROBRAS e os empreiteiros representados na sua associação.

Então, eu gostaria que V.Sa., no tempo, o mais objetivamente possível, pudesse me descrever se realmente, ao fazer o dossiê, pensou nisso. Porque aqui no seu depoimento vocês vão ver mais na frente, quando eu falar de cartel, que a minuta que era feita pelo jurídico tinha que ser aprovada pela ABEMI, a associação das empreiteiras. Então, V.Sa. acha que o Departamento Jurídico da PETROBRAS foi substituído pela decisão da ABEMI. É isso?

O SR. FERNANDO CASTRO DE SÁ - Olha, eu acho que a gente tem que tomar só um cuidado: não é o Departamento Jurídico da PETROBRAS. Como eu disse, o Departamento Jurídico da PETROBRAS tem pessoas de alta reputação, de alto valor.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas não eram levados em conta, então.

O SR. FERNANDO CASTRO DE SÁ - O que aconteceu, na realidade, foi que nesse dossiê que me foi solicitado, que eu fizesse como prova do que eu estava



dizendo, que estava tendo uma ingerência, eu encontrei essa ata. Essa ata está junta nesse dossiê, foi entregue ao Ministério Público, foi entregue ao (*ininteligível*), vai vir aqui para os senhores, da qual participam... E, após essa denúncia e que eu fui retirado de função, salvo engano, o jurídico oficializou a participação nesse comitê da ABEMI.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Oficializou? O termo é esse? Então tem uma coisa oficial, na prática. É um procedimento. É um procedimento institucional, então. O senhor está afirmando que a ABEMI passa então a ser parte...

O SR. FERNANDO CASTRO DE SÁ - Existem...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - ... constitutiva das decisões dos contratos?

O SR. FERNANDO CASTRO DE SÁ - O jurídico passaria a participar oficialmente das reuniões.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Quem?

O SR. FERNANDO CASTRO DE SÁ - O jurídico passaria a participar oficialmente dessas reuniões aí.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Com a ABEMI?

O SR. FERNANDO CASTRO DE SÁ - Com a ABEMI.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Porque o Presidente da ABEMI diz aqui que a associação nunca alterou normas contratuais da PETROBRAS e negou que os contratos passassem pelo crivo da associação. Bom, eles negaram isso. Mas, pela sua afirmação, e V.Sa. é de dentro do processo e, pelo jeito, foi perseguido... É muito importante a sua fala aqui neste momento. Acho que criou uma institucionalidade, uma constatação, realmente, de que o Departamento Jurídico passou a ser parte componente, e não parecerista, dos processos e dos contratos. Então, eu queria perguntar a V.Sa. o seguinte. Mais duas perguntas eu preciso fazer, Sr. Presidente. A primeira é a seguinte: V.Sa. foi afastado e foi para uma diretoria internacional, mas V.Sa. é de carreira. É um servidor de carreira da PETROBRAS. Isso que ainda não entendi.

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Não, eu não fui para a Diretoria Internacional. Eu fui para o jurídico, que atende área internacional.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas é um cargo de livre nomeação?



O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Não, não era cargo. Eu fui como advogado normal.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Então, o senhor não está em um cargo de livre nomeação?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Em nenhuma função.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Isso é importante. Eu havia entendido o contrário.

A outra questão, finalmente, Presidente, é a seguinte: o senhor citou dois diretores, o Sr. Eduardo Jorge e Nilton Maia.

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Não, gerente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Gerentes, isso. Dois gerentes. E que o Sr. Nilton Maia estaria acima...

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Ele era o Gerente-Executivo.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Executivo. E o Sr. Eduardo Jorge era...

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Ele era meu par, estava no mesmo nível.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Seu par. V.Sa. poderia descrever aqui, como última pergunta, que papel esses senhores tiveram nesse processo?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Foi naquele que eu já disse.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Isso, eles estavam mancomunados com as diretorias da PETROBRAS?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Não sei. Não sei.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Renato Duque, Paulo Roberto Costa?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Não sei, não sei. O Eduardo Jorge foi quem me substituiu na Gerência Jurídica de Abastecimento.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas tem alguma acusação contra ele?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - E o Sr. Nilton Maia?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Não.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O senhor julga que ele tomou decisões acima do senhor que revogaram observações e pareceres seus e que são suspeitos, então?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Não sei se são suspeitos. São contrários, tecnicamente, à minha visão técnica nesse aspecto da mudança dos pareceres.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas o dossiê, foi ele que negou?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Ele me solicitou...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - E depois negou?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Como V.Sa. interpreta isso, a negação dele em receber algo que ele solicitou?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Cada um responde pela sua consciência, Deputado.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - A pergunta é pouca, a resposta sua é econômica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Deputado Ivan Valente.

Vamos agora ao último Deputado inscrito como membro da CPI, o Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Dr. Fernando, eu quero me valer aqui da sua vivência jurídica na PETROBRAS. Toda a sua carreira foi ligada à área jurídica da PETROBRAS. Eu estou aqui com a última alteração do estatuto da companhia. E aqui diz, no art. 31, que o Conselho de Administração da PETROBRAS se reunirá, e, no item II, diz claramente: *“As matérias submetidas à apreciação do Conselho serão instruídas com a decisão da Diretoria-Executiva, as manifestações da área técnica ou do comitê competente e ainda o parecer jurídico”*.

O Deputado Antonio Imbassahy, que preside a sessão, tem um parecer, e eu gostaria que o senhor o tivesse em mãos, para responder à minha pergunta. Esse é o Parecer Jurídico nº 4.060, de 2006, datado do dia 27 de janeiro de 2006, Protocolo do Jurídico da PETROBRAS 0604711.



Eu queria que o senhor olhasse a Cláusula 5º e a Cláusula 7º desse parecer jurídico, verificasse quem assina esse parecer jurídico e se o senhor reconhece quem é essa pessoa. Por que eu estou dizendo isso? Porque na Cláusula 5º e na Cláusula 7º, esse parecer analisa a proposta de compra da Refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos. Esse parecer coloca na Cláusula 7º, claramente, a questão da cláusula *put option* e a questão da cláusula de Marlim. Ele foi apresentado no dia 27 de janeiro de 2006. A reunião do Conselho foi na primeira semana de fevereiro de 2006, e o *agreement*, a assinatura do contrato é de 20 de março de 2006. A pergunta que eu faço ao senhor é a seguinte. Primeiro, as decisões administrativas e corporativas da PETROBRAS têm que se cingir ao estatuto, portanto, é obrigatória a chegada desse documento até o Conselho de Administração e à Diretoria-Executiva, ainda mais para decidir uma aquisição do montante de Pasadena. A pergunta: tudo que eu estou dizendo aqui corresponde ao que determina o estatuto? O senhor reconhece quem assina o documento?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - O estatuto diz exatamente isso que o senhor diz. Em tese, isso aí, os assistentes... Como funciona, um pouquinho, o procedimento? A área técnica tem uma proposta, ela faz, encaminha para o gabinete já com o parecer do jurídico, o assistente do diretor analisa, volta, se há alguma necessidade. Se não houver necessidade, ele coloca para o diretor, o diretor aprova ou não e coloca na diretoria. Aí, há uma reunião dos assistentes de diretoria, e todos eles chegam a uma conclusão final. Por quê? Na PETROBRAS tudo se aprova por consenso, não por maioria. E uma das questões que os assistentes fazem é exigir que haja o parecer jurídico acompanhando, porque isso é uma questão...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - É a garantia para o lado técnico.

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Cumprimento do estatuto.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - E quem é que assina? O senhor lembra?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Esse parecer é assinado pelo gerente jurídico da área internacional.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - O nome dele?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Carlos Borromeu.



O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - E Carlos Borromeu era a pessoa responsável por coordenar a equipe jurídica para fornecer qualquer parecer de eventuais aquisições na área internacional da PETROBRAS?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Ele cuidava dos assuntos da área internacional. Ele era o meu par. Eu era da área de abastecimento, ele era da área internacional. Quando eu fui retirado da função, fiquei como advogado, submetido a ele.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Submetido a ele. Então, fica claro aqui, porque essa pergunta eu havia feito, na época, à Sra. Maria das Graça Foster, e ela tergiversou. Então, aqui o senhor reafirma, na sua condição de gerente-jurídico da PETROBRAS, que o trâmite normal da PETROBRAS e o exigido pelo estatuto para uma deliberação do Conselho Administrativo da companhia, este parecer jurídico teria de ser de conhecimento dos membros do Conselho de Administração. Nisso, nós estamos todos de acordo. O senhor confirma que esse seria o procedimento estatutário e do regimento das boas normas de gestão corporativa da companhia?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Essa é a determinação do estatuto.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Isso é muito importante, Sr. Presidente, porque desmonta a versão, veiculada pelo Palácio do Planalto, de que a Presidenta Dilma, então Presidenta do Conselho de Administração da PETROBRAS, desconhecia as cláusulas que, por mais de uma testemunha, estão surgindo, confirmando que esse documento, o jurídico da PETROBRAS elaborou, apresentou ao Conselho de Administração e fazia parte. Há outro capítulo aqui — não vou gastar tempo lendo — do estatuto da PETROBRAS que diz que todos os membros do Conselho de Administração e da Diretoria-Executiva são responsáveis pelos prejuízos infligidos à companhia. Portanto, todos os membros do Conselho de Administração daquela época e todos os diretores-executivos daquela época infligiram à PETROBRAS um brutal prejuízo de 1,1 bilhão de dólares, portanto, poderão ser responsabilizados.

Duas perguntas objetivas aos depoentes. Primeira: Pedro Barusco era o contador, segundo palavras e da delação premiada de Renato Duque, era o homem que cuidava do cotidiano das finanças dele. Qual era a sua relação? Ou que relação



Pedro Barusco teve com o senhor no período em que o senhor era o jurídico da Diretoria de Serviços.

Última pergunta: como uma Prefeitura, ou um Governo Estadual não consegue fazer um aditivo superior a 25 ou 50%? Como Abreu e Lima arrancou de 2,5 bilhões e está hoje com mais de 25 bilhões? Como fizeram essa mágica de quintuplicar, sextuplicar, decuplicar o valor da Refinaria Abreu e Lima?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Eu conheci o Pedro Barusco quando ele deixou o Centro de Pesquisas e foi assumir a área de materiais do AIP. Isso, em 2000. Eu era do Setor de Elaboração e Revisão de Contratos. Eu estava em um grupo resolvendo uns problemas de uma obra de Urucu, do Polo Arara. Eu perdi contato com ele, porque fui ser o Jurídico de Abastecimento. E só voltei a encontrar o Barusco quando ele já era Gerente-Executivo da Engenharia, e eu estava na discussão sobre o modelo de contrato para a RNEST, dentro desse novo padrão que o Conselho havia indicado, que deveria ser feito por causa do par. Então, foi esse o momento em que voltei a encontrar o Barusco.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Mas no cotidiano do convívio?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Conclua, Deputado.

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Nenhum. Na realidade, existe uma pequena peculiaridade nos contratos da PETROBRAS, porque eles são contratos cíveis, comerciais, precedidos de procedimentos licitatórios, por exigência constitucional. Não necessariamente você teria que respeitar os 25%. Todavia, existe uma norma interna na companhia que diz que se qualquer aditivo for acima de 10% do valor orçado, você tem que levar isso para a autoridade que passava a ter a competência. Então, em regra, como esses contratos são muito altos e tudo dá um espectro muito alto, em regra, todos eles têm que, necessariamente, ir para o topo da pirâmide decisório da companhia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Deputado Onyx Lorenzoni. Só temos um Deputado inscrito, não membro, o Deputado João Gualberto. S.Exa. está presente? E não havendo mais nenhum Deputado inscrito para o debate...

Antes de conceder a palavra ao depoente para as suas considerações finais, concedo a palavra ao Deputado Altineu Côrtes.



O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Deputado Altineu, só uma colaboração. A última frase do Dr. Fernando é importantíssima para o futuro das investigações. O Deputado Delegado Waldir pegou muito bem. Para se proceder a um aditivo superior a 10%, na PETROBRAS, pois os contratos eram muitos altos, somente com a autorização do topo da pirâmide de comando.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Quem era o topo da pirâmide?

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Isso é importantíssimo, porque isso desmonta as alegações de Maria das Graças Foster e, principalmente, de Sérgio Gabrielli.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Deputado, só para obedecer aqui ao nosso Presidente, quem era o topo da pirâmide?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Na realidade, acima de um valor, se eu não me engano, hoje, 35 milhões, já passa a ser a Diretoria-Executiva.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Eu quero fazer um agradecimento ao senhor. Temos mais algumas perguntas. Quero encaminhá-las para o senhor por escrito, se o senhor puder nos esclarecer, já que nós temos outras oitivas, e só registrar aqui... Hoje foram colocadas aqui situações que eu considero muito importantes para a nossa CPI. Quero lhe agradecer. Considero que serviços pagos e não prestados estão acima de qualquer tipo de corrupção. Aí passa de um cartel para aquilo que é inadmissível. Quer dizer, o cara pagou por aquilo que não foi feito. Foi isso que a PETROBRAS fez.

Também quero registrar aqui um ponto muito importante: as decisões jurídicas da PETROBRAS estiveram passando pela ABEMI. Isso é um verdadeiro absurdo, mostrando a força dessas empresas.

Quero lhe agradecer, Sr. Fernando. Parabéns pela sua coragem! Parabéns pela sua conduta! Vou encaminhar-lhe algumas perguntas por escrito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Passo a palavra ao Dr. Fernando para as suas considerações finais.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Presidente, pela ordem. Como eu pedi à Comissão que fizesse um ofício ao Ministério Público do Rio Janeiro solicitando providências acerca da tortura sofrida pelo depoente, eu gostaria de



saber de quem foi a ordem de seu afastamento e para colocar o senhor nessa sala, de quem partiu essa ordem, para a gente poder colocar o nome da pessoa no ofício.

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - O afastamento foi pelo Gerente-Executivo do Jurídico, e o lugar que me foi designado foi aquele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Para as considerações finais.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Qual é o nome dele?

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Nilton Maia.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Dr. Fernando, suas considerações finais, por favor.

O SR. FERNANDO DE CASTRO SÁ - Eu espero, de alguma forma, ter contribuído aqui. Essa situação, para mim, saibam, é extremamente constrangedora. Eu sou uma pessoa de vida muito simples. Essa coisa dessa exposição é muito difícil para mim. E é muito mais difícil porque eu devo muito à PETROBRAS pelo que fiz na minha vida, pelo que eu fiz no meu patrimônio, e me dói muito essa situação toda. Para o que for necessário, eu estou à disposição dos senhores. Como eu me comprometi aqui, vou encaminhar aquela documentação pedida e responder às perguntas que me forem formuladas por escrito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Dr. Fernando de Castro Sá.

Imediatamente, convido o próximo depoente, Dr. Mauro Cunha, ex-integrante do Comitê de Auditoria da PETROBRAS. *(Pausa.)*

Cumprimento o Dr. Mauro Cunha.

Após examinar os requerimentos aprovados, esta Presidência informa que o depoente será ouvido na qualidade de testemunha, prestando o compromisso de dizer a verdade sobre o que souber e lhe for perguntado, sob as penas da lei.

Registro que S.Sa. prestará seu depoimento na qualidade de testemunha, nesse sentido recaindo sobre a testemunha intimada a depor o dever de dizer a verdade.



Exorto-o a prestar o compromisso de dizer a verdade sobre o que souber e lhe for perguntado, nos termos do disposto nos arts. 203 e 210 do Código de Processo Penal. Advirto-o de que o descumprimento desse dever legal o submeterá às penas da lei.

O SR. MAURO GENTILE RODRIGUES DA CUNHA - Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Peço a atenção das senhoras e dos senhores para as normas estabelecidas no Regimento Interno da Casa.

O tempo concedido aos convidados — no caso, ao Dr. Mauro Cunha — será de 20 minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão. Os Deputados interessados em interpelá-lo deverão inscrever-se. Já estão inscritos.

O Dr. Mauro se faz acompanhar de seu procurador e advogado, o Dr. Gustavo Emílio Contrucci Alexandrino de Souza.

Com a palavra o Dr. Mauro Cunha, pelo tempo de 20 minutos.

O SR. MAURO GENTILE RODRIGUES DA CUNHA - Srs. Deputados, boa tarde. É uma honra ter a oportunidade de contribuir com os trabalhos desta Casa no sentido de apurar e evitar a recorrência dos problemas que assolaram a PETROBRAS nos últimos anos. Primeiro, gostaria de me apresentar. Meu nome é Mauro Rodrigues da Cunha. Fui criado no Rio de Janeiro, com origens familiares na cidade de Uberaba, Minas Gerais, por parte de pai, e de imigrantes italianos por parte de mãe. Sou casado — minha esposa me honra com sua presença aqui — e tenho cinco filhos. Sou formado em Economia e atuei por mais de 20 anos como analista e gestor de investimentos em diversas instituições. Durante toda minha carreira me interessei pelas questões relacionadas aos direitos dos acionistas, governança corporativa e desenvolvimento do mercado de capitais. Atuei junto ao IBGC — Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, um dos maiores e mais respeitados institutos sobre o tema no mundo. Fui membro de seu Conselho de Administração por 7 anos e o presidi por 2 anos. Muito me orgulha ter participado nesta Casa da tramitação da Lei nº 10.303, de 2001, que reformou nossa legislação societária, e da criação do Novo Mercado. Desde 2012, presido a AMEC — Associação de Investidores no Mercado de Capitais, uma organização criada há 8



anos para defender os acionistas minoritários e promover o desenvolvimento do mercado de capitais. A AMEC é formada por investidores institucionais — bancos, gestoras, fundos de pensão — que investem em nome de terceiros. Além disso, sou consultor, professor de Governança Corporativa e conselheiro de administração de empresas abertas. Tenho a convicção de que o mercado de capitais é uma ferramenta fundamental para promover o crescimento econômico, a geração de empregos, a democratização do capital, a transparência e a formalização da economia. A função social do mercado de capitais é canalizar a poupança privada para o setor produtivo, o que hoje não ocorre. Há uma série de fatores que explicam esse problema, mas, para o assunto de interesse desta Comissão, devemos incluir os problemas da PETROBRAS. E é aqui que gostaria de explicar o meu envolvimento com a companhia. Em 2009, estive nesta Casa, mais especificamente na Comissão Especial do Pré-Sal, transmitindo aos Srs. Deputados a visão do IBGC sobre a então iminente capitalização da PETROBRAS. Como consta nos Anais daquela Comissão e em artigo de minha autoria no jornal *O Estado de S.Paulo*, em 19 de setembro daquele ano: *“Se tomar as decisões corretas, seguindo o espírito dos princípios que regem as melhores práticas, o governo permitirá a continuidade do desenvolvimento de nosso mercado de capitais, com enorme geração de valor e empregos para a sociedade. Ganham o país e a própria Petrobras. Caso se opte por ferir esses princípios, escudando-se em formalidades, mas atropelando direitos, corremos o risco de induzir o mercado a um novo coma prolongado — um erro que já cometemos no passado.”* Infelizmente, optou-se pela segunda via. A enorme capitalização da PETROBRAS atropelou direitos e princípios e deu a partida para um processo inédito de destruição de valor. Do dia 31 de agosto de 2009, quando o formato da capitalização foi anunciado, até o final de 2014, foram US\$330 bilhões em destruição de valor, se compararmos as ações da PETROBRAS com uma cesta de ações de empresas petrolíferas mundiais. Se considerarmos que as perspectivas de crescimento de reservas da PETROBRAS, graças ao pré-sal, eram maiores do que a média de suas congêneres, a destruição de valor se torna ainda mais impressionante. Diante dessas perdas, acionistas minoritários brasileiros e estrangeiros começaram a se mobilizar em 2011. Pela primeira vez buscaram eleger um membro independente para o Conselho de Administração da PETROBRAS, na



cadeira cuja eleição é reservada por lei aos minoritários. Por ocasião da renúncia do Sr. Fabio Barbosa, esses investidores convergiram em torno da AMEC e decidiram submeter o nome do seu então Presidente, Edison Garcia, à eleição. Perderam, tendo em vista as dificuldades operacionais de incluir candidatos nas cédulas de votação e o fato de fundos de pensão de empresas estatais, além do BNDES, terem votado como se minoritários fossem. Em 2012, o esforço se repetiu. Nesse momento eu já era Presidente da AMEC; portanto, fui o candidato. Perdemos novamente. Em 2013, fruto de um trabalho negocial entre investidores e a companhia, além de aprimoramento nas normas da CVM que permitiram a inclusão de candidatos verdadeiramente independentes, fui eleito membro do Conselho de Administração. Também foram eleitos dois membros para o Conselho Fiscal da companhia. Em 2014, o processo se tornou ainda mais transparente, e foi possível a eleição de um segundo membro independente para o Conselho de Administração, através das ações preferenciais, e a recondução dos independentes eleitos no ano anterior. Desde 2013, portanto, mergulhei num trabalho intenso para conhecer e identificar as oportunidades e os problemas da PETROBRAS. Foco nos problemas por ser o tema desta Comissão. Minhas preocupações iniciais residiam na política de preços da companhia, na realização de investimentos antieconômicos e no nível de endividamento. Questionei ainda aspectos relacionados à falta de transparência do Conselho, políticas de risco, exposição cambial, definição de estratégia e de controles internos, por conta de denúncias de corrupção que já surgiam no horizonte. Meus posicionamentos foram registrados nas atas do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria e em petições à CVM, que considero relevantes para os trabalhos desta Comissão. Ao ser eleito, passei quase que automaticamente a compor o Comitê de Auditoria, no assento anteriormente ocupado pelos Srs. Fabio Barbosa e Josué Gomes da Silva. Trata-se de um órgão extremamente importante, criado por força da legislação norte-americana, uma vez que a PETROBRAS tem suas ações listadas em Nova Iorque. As atribuições desse órgão incluem, em apertada síntese: assessorar o Conselho de Administração em questões contábeis; acompanhar os trabalhos da auditoria independente; acompanhar o sistema de controles internos, de risco e de recebimento de denúncias; supervisionar a Auditoria Interna; rever as transações com partes



relacionadas, incluindo relações com o controlador, entre outras. Pela natureza dessas atribuições, a legislação americana determina que o órgão seja composto, em sua maioria, por conselheiros independentes. E a PETROBRAS historicamente sempre o fez, ainda que através da participação de conselheiros independentes convidados pelo acionista controlador. Minha participação nesse órgão me deu acesso a informações muito importantes. Através dela, pude identificar situações de risco, solicitando informações e providências. E, de maneira crucial, ela me permitiu concluir que as demonstrações financeiras de 2013 não representavam adequadamente a realidade econômico-financeira da PETROBRAS. Assim, em março de 2014, votei contrariamente à sua aprovação, apresentando justificativa com quatro pontos: falta de tempo para análise, uma vez que os balanços eram distribuídos na própria reunião; política equivocada de contabilidade de *hedge*, que mascara perdas cambiais e não me parece adequada à realidade da PETROBRAS; falta de opinião dos auditores sobre essa política; e falta de baixas contábeis nos investimentos em refinarias, notadamente RNEST e COMPERJ. Acredito que esse voto negativo, além da solicitação de informações a respeito de irregularidades na RNEST, na fundação PETROS, entre outros, foi determinante para a decisão do Presidente do Conselho de Administração, Guido Mantega, de propor um “rodízio” que me expelia do Comitê de Auditoria. Faço um parêntese para explicar a falácia e a hipocrisia de tal proposta. Rodízios entre os agentes de governança podem ser justificados para renovar, arejar ou eliminar potenciais vícios de membros que exercem há muito tempo a mesma função. Sob nenhuma hipótese pode ser alegado para retirar de uma função um conselheiro que a exercia há apenas 1 ano. Pior: foi aplicado seletivamente, pois o Presidente do órgão, Sr. Sergio Quintella, no cargo há 6 ou 7 anos, foi mantido, enquanto eu fui expulso. O Comitê passou então a ser formado pelos Srs. Sergio Quintella, Luciano Coutinho e Miriam Belchior — ou seja, todos indicados pelo controlador, e, em sua maioria, funcionários do controlador. Desaparece, portanto, a independência do órgão exatamente no momento em que essa independência se revelava mais importante para a PETROBRAS. O Comitê foi aparelhado. Resta-me especular sobre as razões do Presidente do Conselho, que, como sempre, foi acompanhado na decisão pelos demais membros do Conselho indicados pelo controlador, que sempre votam em uníssono, como um monólito, de



acordo com o Presidente. Muito se passou nesse período, e espero poder comentar, dentro das limitações de confidencialidade que a Lei das Sociedades Anônimas me impõe, nas perguntas dos Srs. Deputados e Sras. Deputadas. Espero particularmente contribuir para a compreensão dos danos causados pelo acionista controlador na gestão que reputo ilegal da política de preços dos combustíveis, que causou prejuízos de aproximadamente R\$100 bilhões à PETROBRAS nos últimos anos. Encerro estas palavras agradecendo a paciência desta Comissão, com alguns comentários sobre como posso contribuir para o andamento dos trabalhos. Entendo que a Comissão esteve recentemente na PETROBRAS para conhecer seus processos de governança. Essa compreensão é fundamental para entender como foi possível o ambiente que permitiu as alegadas ações de corrupção e a gigantesca destruição de valor que aconteceu na PETROBRAS. O Conselho de Administração, pela sua natureza, não consegue enxergar atos isolados de corrupção. Ele pode e deve construir e verificar as estruturas de controles internos que impedem a corrupção e que assegurem que os atos de gestão atendam aos objetivos sociais e à perenidade da companhia. Essas estruturas falharam. A governança falhou. É preciso entender como. A PETROBRAS possui um dos sistemas de governança mais detalhados e completos que já presenciei. Ao ser eleito, recebi um documento chamado Manual de Governança Corporativa, com estatutos, regimentos, normas e procedimentos, que sugerem uma governança fantástica. Infelizmente, ela só é fantástica no papel. Muitos dispositivos não eram cumpridos. E algumas brechas foram usadas capciosamente, de forma que o sistema deixou de funcionar naquilo que era relevante. Era a forma prevalecendo sobre a essência — governança para inglês ver. A PETROBRAS sofreu um processo de desmonte de gatilhos de governança. Esse processo começou a ser revertido nos últimos anos, mas ainda há muito a ser feito. A pergunta de todos os brasileiros é: de quem é a culpa? Entendo que existam duas réguas para responder. A primeira é a régua criminal, operada pela Justiça, Polícia Federal e Ministério Público. A outra é a régua da responsabilidade de gestão, ou seja, os deveres fiduciários daqueles com poder decisório. Essa é uma régua mais complexa e se baseia nos princípios da Lei das Sociedades Anônimas. O Brasil, infelizmente, ainda tem pouca tradição na imposição desses deveres fiduciários. O caso da PETROBRAS, sem dúvida, será



uma jurisprudência importantíssima nessa questão. Portanto, as decisões que saírem desse caso atenderão não apenas à reparação de danos e ao sentimento de justiça dos brasileiros, atenderão também à criação de um ambiente saudável de governança corporativa, ao desenvolvimento do mercado e à prática da boa gestão nas nossas empresas. As decisões baseadas nessa régua não podem ser excessivas nem insuficientes, precisam ser corretas, bem calibradas. Avaliar as responsabilidades dos administradores, sua diligência e lealdade à companhia requer, nas palavras do eminente jurista Modesto Carvalhosa, o exame não de um ato determinado, mas de um padrão de comportamento. É esse padrão de comportamento que precisa ser analisado por esta Comissão. Diretoria-Executiva, Conselho de Administração e Acionista Controlador precisam ser julgados por esse padrão. Um controlador que impõe uma política de preços destrutiva, balanços aprovados sem ao menos serem lidos, planos de investimento aprovados sem análise de retorno, administradores que aquiesceram à pressão do controlador e justificaram investimentos ruins, procedimentos ignorados para viabilizar determinados projetos sem preocupação com malfeitos que poderiam advir, são essas as dimensões que precisam ser analisadas. Não existe maniqueísmo na responsabilidade corporativa. A responsabilidade é dividida no sistema de gestão pelos diversos agentes que o compõem. É um sistema de freios e contrapesos, todos os componentes dever estar bem calibrados. A responsabilidade de cada um deve ser medida por seu papel no caso específico. Acredito que esta Comissão Parlamentar de Inquérito pode avançar muito com compreensão e administração das responsabilidades, neste caso, de acordo com essa régua da responsabilidade, atuando de maneira complementar à esfera criminal para a elucidação dos fatos. Espero poder contribuir e fico à disposição para responder às indagações dos Srs. Deputados. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Obrigado, Dr. Mauro Cunha.

Antes de passar a palavra ao Relator, Deputado Luiz Sérgio, indago ao Dr. Mauro se ele poderia passar esse documento que acaba de ser lido para a Secretaria da CPI para facilitar o nosso trabalho de degravação.

Obrigado.



Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Vou permitir que o Deputado Altineu Côrtes, Sub-Relator, seja o primeiro a fazer as perguntas.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Muito obrigado, Deputado Luiz Sérgio.

Sr. Mauro Cunha, na realidade, o senhor foi membro do Conselho da PETROBRAS, vaga que foi ocupada, se não estou errado, pelo Sr. Jorge Gerdau, Josué Gomes da Silva, filho do nosso ilustre ex-Vice Presidente da República, empresários reconhecidos no Brasil. E o senhor conseguiu representar os acionistas minoritários. Sem sombra de dúvida, uma experiência, eu diria, única até aquele momento.

Vou começar por uma pergunta que eu não havia feito, sobre palavras do senhor. O senhor disse que o Sr. Guido Mantega, quando Presidente do Conselho, propôs um rodízio que, na realidade, teria a intenção de afastá-lo do Conselho. O senhor considera que o Sr. Guido Mantega teve algum motivo de interesse pessoal ou exatamente foram fatos relativos ao seu posicionamento frente à defesa dos acionistas minoritários?

O SR. MAURO GENTILE RODRIGUES DA CUNHA - Preliminarmente, só esclarecendo, eu ocupo a cadeira que foi ocupada pelo Sr. Fábio Barbosa e, depois, pelo Sr. Josué. A cadeira é eleita pelo voto em separado dos minoritários ordinaristas. O Sr. Jorge Gerdau ocupava uma cadeira eleito pelos preferencialistas, que era ocupada, até a semana passada, pelo Sr. José Monforte. Eu ainda sou o Conselheiro até amanhã, quando acontece a assembleia da PETROBRAS, à qual eu não me recandidatei. Então haverá a substituição da minha posição. Também acho muito importante, Deputado, esclarecer que, embora eleito pelo voto em separado dos minoritários, eu não sou o representante dos minoritários. Esse foi um esclarecimento que eu fiz no meu primeiro dia, na minha primeira reunião, e pedi que fosse corrigido no *site* da companhia, porque, pela lei societária, uma vez que o Conselheiro é eleito, ele representa a totalidade dos acionistas. Então, isso é muito importante. Com relação à motivação, Deputado, eu me atenho às minhas palavras iniciais: aqueles foram os atos que estavam sendo discutidos naquele momento. Eu me considero um especialista financeiro para os efeitos legais de participação de um



comitê de auditoria e entendo que a minha participação no comitê seria muito importante naquele momento. Eu sugeri, inclusive, que, se havia a vontade do Conselho de colocar novos nomes, que o regimento permitiria a participação de quatro membros no Comitê. Isso foi rejeitado. Então, não consigo enxergar outra razão além daquelas que eu mencionei.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Sr. Mauro Cunha, quando da sua decisão de não concorrer a mais um mandato de Conselheiro, o senhor alegou que *“a incapacidade do acionista controlador em agir com o devido grau de urgência para reverter os inúmeros problemas que trouxeram a PETROBRAS à situação atual.”* O senhor falou também sobre os abusos cometidos contra a companhia. Em que momentos ou situações a empresa demonstrou, a União demonstrou tal incapacidade? E quais foram os abusos cometidos contra a companhia?

O SR. MAURO GENTILE RODRIGUES DA CUNHA - Deputado, nós temos visto os problemas da PETROBRAS se acumularem nos últimos meses...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Desculpe, mas o senhor pode citar situações mais objetivas, porque eu sei que essa é uma pergunta abrangente, mas, se o senhor quiser citar alguns fatos específicos, os mais importantes...

O SR. MAURO GENTILE RODRIGUES DA CUNHA - Os problemas da PETROBRAS têm se avolumado nos últimos tempos e eu acho natural que uma primeira reação seja de tentar entender. E a diretoria — tanto a que saiu quanto a nova — passou por esse processo. Mas há uma série de atitudes que poderiam e, no meu entendimento, deveriam ter sido tomadas talvez com um grau de urgência mais elevado, a começar, em primeiríssimo lugar, pela reformulação do Conselho de Administração da PETROBRAS. A reformulação do Conselho é, no meu entendimento, o primeiro passo a ser dado, porque os passos seguintes decorrem dele. O Conselho de Administração, pela nossa legislação, tem o dever de indicar e monitorar a diretoria e, portanto, deve escolher a diretoria. Muito embora nas empresas controladas pela União ou pelos Estados seja natural o envolvimento do acionista controlador nesse processo, é fundamental que o Conselho cumpra o seu papel. Infelizmente, na PETROBRAS, a mudança de diretoria antecedeu a mudança no Conselho, o que já retira do Conselho que será eleito no dia 29 de abril, agora, um papel importante nesse processo. Então, é uma mudança que talvez pudesse ou



devesse ter acontecido talvez 6 meses atrás, quando ficou claro que era importante mudar determinadas coisas na PETROBRAS. E a eventual mudança da diretoria poderia vir depois. Eu acho que esse é o fator mais preponderante com relação a essa falta de urgência. Situações de conflito se avolumam ao longo desse tempo e eu posso me ater aqui à questão dos preços dos combustíveis que, como eu disse, causou um prejuízo gigantesco à empresa. Os senhores sabem que no Brasil nós vivemos um regime de livre concorrência nos preços dos combustíveis e, infelizmente, não foi o que se verificou na PETROBRAS. Nesse sentido, a análise das atas do Conselho de Administração será fundamental para que esta Comissão entenda a dimensão desse processo.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - O senhor — uma última pergunta, aqui eu vou unir duas para dar celeridade aos processos —, se opôs à nomeação do Sr. Aldemir Bendine para a Presidência da PETROBRAS. Em nota ao jornal *O Globo* o senhor disse que “*gostaria de dizer em público as verdades que pus em ata, mas correria o risco de sofrer retaliações, como já sofri no passado.*”

Quero saber que verdades são essas e que tipo de retaliações o senhor sofreu no passado. Ainda registrando que, além do senhor, o Sr. Sílvio Sinedino e o Sr. José Guimarães Monforte também votaram contra a nomeação do Sr. Bendine. Era uma questão pessoal? É uma questão de ele ter sido indicado?

O SR. MAURO GENTILE RODRIGUES DA CUNHA - Deputado, as verdades vieram a público, porque a PETROBRAS, por determinação da CVM, publicou a ata na qual eu registrei a minha manifestação nesse caso. Não era, em absoluto, qualquer opinião pessoal em relação ao Sr. Aldemir Bendine. Eu não o conhecia e nem posso dizer ainda que o conheço, embora tenha participado de duas reuniões com ele. Quando a nova diretoria foi indicada, eu solicitei reuniões com todos os diretores e, infelizmente, não tive oportunidade de estar com o Sr. Bendine. O meu posicionamento era com relação ao processo, pela absoluta falta de envolvimento do Conselho de Administração na escolha da diretoria da PETROBRAS, pela inoperância do Comitê de Remuneração e Sucessão, que deveria estar pronto para agir num caso de renúncia da diretoria, como aconteceu, e o Comitê simplesmente não operava, e também pelo fato de que a nomeação do Sr. Bendine aconteceu antes da deliberação do Conselho. E, enquanto nós estávamos reunidos, a *Folha de*



S.Paulo já noticiava, na sua primeira página, que o Sr. Bendine havia sido não indicado, mas nomeado Presidente da PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Só para finalizar, o Conselho da PETROBRAS pode se reunir extraordinariamente?

O SR. MAURO GENTILE RODRIGUES DA CUNHA - Sim.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - O senhor considera, tendo participado — aliás, estando participando até amanhã — do Conselho, que uma reunião do Conselho teria força para estancar essa situação desde que iniciadas essas denúncias da Operação Lava Jato? Se o Conselho se reunisse exatamente por esse objetivo de dar uma freada absoluta nessa questão isso poderia ter ocorrido de forma diferente antes de ter chegado até aqui com essa vergonha toda?

O SR. MAURO GENTILE RODRIGUES DA CUNHA - Deputado, as funções do Conselho de Administração são bastante amplas. Eu não acredito que uma reunião específica do Conselho de Administração tivesse o condão de evitar ou deixar de evitar um determinado ato. O Conselho precisa atuar sobre processos. E, ao longo do ano de 2014, conforme as denúncias foram se avolumando, houve solicitações minhas e do Conselheiro José Monforte de realização de reuniões extraordinárias, que foram negadas. Elas começaram a acontecer, e com uma velocidade bastante grande, a partir do mês de novembro de 2014. Nesse momento já estávamos, de fato, apagando incêndios.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Muito obrigado, Sr. Mauro Cunha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Bem, agradecendo ao Deputado Altineu Côrtes, passo a palavra ao Sub-Relator Bruno Covas, pelo tempo de 10 minutos.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Sr. Mauro Cunha, V.Sa. poderia repetir quais são as atribuições do Comitê de Auditoria da PETROBRAS?

O SR. MAURO GENTILE RODRIGUES DA CUNHA - De cabeça eu poderia esquecer alguma. Se eu puder só pegar o documento novamente... Porque está “somalizado” em cinco pontos e no Regimento, se não me engano, são nove ou dez pontos. Mas aqui eu digo: assessorar o Conselho de Administração em questões contábeis; acompanhar os trabalhos da auditoria independente; acompanhar o sistema de controles internos de risco e de recebimentos de denúncias;



supervisionar a auditoria interna; rever as transações com partes relacionadas, incluindo as relações com o acionista controlador.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - V.Sa. considera que atualmente o Comitê de Auditoria exerce essas atribuições?

O SR. MAURO GENTILE RODRIGUES DA CUNHA - Deputado, ele exerce as atribuições. A questão é de efetividade. Neste momento, o Comitê de Auditoria tem trabalhado muito, realmente, na administração das denúncias que estão em andamento. São comissões internas de apuração, são trabalhos especiais de auditoria interna, que têm, de fato, requerido tempo dos Conselheiros, que são membros do Comitê de Auditoria. Eu não posso responder pelos atos do próprio Comitê, porque não faço mais parte daquele colegiado.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Que período o senhor integrou o Comitê?

O SR. MAURO GENTILE RODRIGUES DA CUNHA - De abril de 2013 até o final de março de 2014.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O senhor já disse que foi vítima do rodízio evocado pelo Sr. Guido Mantega. V.Sa. tem informação de que esse rodízio tenha ocorrido em outras oportunidades com relação aos membros dos Comitês de assessoramento ao Conselho de Administração?

O SR. MAURO GENTILE RODRIGUES DA CUNHA - Não.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - V.Sa. foi indicado por outro Comitê com esse rodízio?

O SR. MAURO GENTILE RODRIGUES DA CUNHA - Eu fui indicado para o Comitê de Meio Ambiente, o que, por considerar que eu não tinha a devida experiência, eu recusei.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - V.Sa. sabe dizer quem presidia esse Comitê de Meio Ambiente?

O SR. MAURO GENTILE RODRIGUES DA CUNHA - Deputado, eu não vou me recordar neste momento... Desculpe-me, prefiro não responder porque eu não recordo o nome.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Quem o substituiu no Comitê de Auditoria?



O SR. MAURO GENTILE RODRIGUES DA CUNHA - Não houve uma substituição nominativa, mas eu e o Conselheiro Francisco Albuquerque fomos substituídos por Luciano Coutinho e Miriam Belchior.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O senhor acha que eles preenchem todos os requisitos exigidos para ocupar esse cargo?

O SR. MAURO GENTILE RODRIGUES DA CUNHA - Deputado, eu acredito — não só acredito como li em pareceres de advocacia encomendados pela própria PETROBRAS — que eles não preenchem o requisito de independência. Ocorre que a PETROBRAS se encontra numa exceção da legislação americana, que permite um Comitê de Auditoria não independente para empresas estatais estrangeiras, e a legislação brasileira não requer objetivamente essa independência. Na prática, para atribuição dessas funções que listei aqui, a independência parece-me uma atribuição crítica que, de fato, eles não possuem.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Foi noticiado pela imprensa que, na verdade, a verdadeira razão para V.Sa. ter sido retirado do Comitê de Auditoria foi o fato de ter solicitado informações pormenorizadas sobre a compra da Refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos, sobre a construção da Refinaria de Abreu e Lima, em Pernambuco, e sobre outros empreendimentos da estatal sobre os quais pesam graves suspeitas de corrupção e de outras irregularidades.

V.Sa. confirma ou nega?

O SR. MAURO GENTILE RODRIGUES DA CUNHA - Deputado, trata-se de especulações. Parecem-me fazer sentido, porque não vejo outra razão para a retirada de um membro independente do Comitê. E, mais, quer dizer, para que a PETROBRAS deixasse de ter um membro independente no seu Comitê de Auditoria, como, aliás, determina o seu Regimento Interno. Algumas dessas solicitações de informações redundaram na realização de comissões internas de apuração. Agora, com relação à Fundação PETROS, as informações que eu requeri naquele momento, e requeri reiteradamente em outros momentos, nunca me foram entregues.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O senhor sabe dizer em que data o senhor solicitou esses documentos?



O SR. MAURO GENTILE RODRIGUES DA CUNHA - São as Reuniões nºs 72 e 73 do Comitê de Auditoria, realizadas no início de 2014, talvez em janeiro e fevereiro.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O senhor poderia explicar como se davam as relações entre o Comitê de Auditoria e a PricewaterhouseCoopers, responsável pela auditoria externa da PETROBRAS, que se havia negado a auditar o balanço de 2014 da empresa?

O SR. MAURO GENTILE RODRIGUES DA CUNHA - Bom, eu preciso voltar ao período anterior a este fato. Enquanto eu estava lá, a Pricewaterhouse participava de boa parte das reuniões do Comitê de Auditoria, prestando esclarecimentos sobre questões contábeis e dividindo conosco preocupações inclusive sobre as recomendações de controles internos e melhorias, como é da praxe usual do trabalho de auditoria.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - V.Sa. poderia também explicar como se dava a relação entre o Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração da PETROBRAS? Quer dizer, o Comitê examinava as contas da PETROBRAS antes do Conselho de Administração? V.Sa. poderia explicar pormenorizadamente como se dava a interlocução entre o Conselho e o Comitê?

O SR. MAURO GENTILE RODRIGUES DA CUNHA - Com relação às demonstrações trimestrais, não, não havia qualquer tipo de anterioridade. Com relação às demonstrações anuais, aquela da qual eu participei, ou seja, o balanço de dezembro de 2013, o Comitê de Auditoria se reuniu antes do Conselho de Administração, na mesma data, para analisar as explicações dos auditores sobre as demonstrações financeiras em dólares, que são submetidas ao regulador americano. Então, é uma reunião de uma ou duas horas, que aconteceu imediatamente antes da reunião do Conselho de Administração. No curso normal dos trabalhos, o Conselho se reunia e era elaborado pelo Presidente do Comitê um relatório que era lido no início dos trabalhos do Conselho de Administração.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - No exercício de suas atribuições como Conselheiro do Conselho de Administração, como integrante do Comitê de Auditoria, V.Sa. chegou a compulsar documentos que deixavam entrever a prática de atos ilícitos ou irregulares no âmbito da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco?



O SR. MAURO GENTILE RODRIGUES DA CUNHA - Não, o que saltavam aos olhos, Deputado, eram os valores envolvidos. Desde que eu entrei já estava claro que esse era o investimento que superava em larga medida todas as métricas internacionais. Havendo ou não corrupção, houve algo muito errado, que já estava claro naquele momento, em relação a como esses investimentos foram feitos. A corrupção me parece ter sido uma consequência desse problema.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - E o senhor tomou alguma providência para tentar sanar essa irregularidade?

O SR. MAURO GENTILE RODRIGUES DA CUNHA - Sim, solicitei informações e averiguações. Solicitei reiteradamente a constituição de uma comissão interna de apuração, que foi de fato instituída alguns meses depois e finalmente tive discussões muito grandes com a parte de contabilidade e com os auditores independentes a respeito do real lançamento contábil dos valores de Abreu e Lima e não obtive sucesso, o que levou ao meu voto negativo.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Agradeço as respostas. Eram essas as perguntas, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Por escrito essas...?

O SR. MAURO GENTILE RODRIGUES DA CUNHA - Tudo registrado em ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Deputado Bruno Covas.

Passo a palavra ao autor do requerimento, Deputado Izalci, pelo tempo de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Mauro Cunha, de acordo com o balanço de 2014, a dívida líquida da PETROBRAS, em 31 de dezembro, estava em 282,1 bilhões, 27% acima do valor registrado em dezembro de 2013. Foram baixados contabilmente 44,3 bilhões pela desvalorização de ativos e mais 6,2 bilhões por corrupção. A empresa de auditoria externa aprovou o balanço sem ressalvas. Apenas V.Sa. e o Conselheiro Sílvio Sinedino não aprovaram as contas. Os representantes minoritários do Conselho Fiscal, Walter Albertoni e Reginaldo Ferreira Alexandre, também rejeitaram as contas.

Pergunto: por que razão V.Sa. não aprovou o balanço da PETROBRAS?



O SR. MAURO GENTILE RODRIGUES DA CUNHA - Deputado, as razões estão expostas no meu voto, que foi submetido à reunião. E, pelo que eu tive conhecimento, foi protocolado na CVM, tornou-se público hoje de manhã, às 9h51min. A partir desse momento eu posso comentar em cima desse voto. E, basicamente, nós estamos falando de um aprofundamento das razões que já aconteceram no meu voto negativo de 2013. A primeira razão do meu voto é tempestividade. Nós recebemos 319 páginas de documento na abertura dos trabalhos da reunião, cuja leitura era absolutamente impossível em condições normais. E, particularmente, dadas as dificuldades por que a PETROBRAS passa, eu considereei que não seria possível fazer uma deliberação instruída acerca dessa documentação.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Mauro Cunha, antes de complementar, eu vou fazer algumas perguntas...

O SR. MAURO GENTILE RODRIGUES DA CUNHA - Claro.

O SR. DEPUTADO IZALCI - ...depois V.Sa. as responde, senão o meu tempo expira e eu não posso mais falar.

Então, complementando essa questão do balanço: por que V.Sa. não o aprovou?

Quanto ao número apontado como fruto de corrupção — 6,2 bilhões — V.Sa. acredita que os cálculos foram subestimados?

Quanto à baixa de 31 bilhões com o COMPERJ e com a RNEST, V.Sa. entende adequado esse valor apurado de 31 bilhões?

Na opinião de V.Sa., quais foram as razões para a instalação desse processo de corrupção dentro da empresa?

Ainda em sua opinião: é possível acreditar que todo esse esquema criminoso instalado na PETROBRAS foi arquitetado por apenas dois diretores da estatal?

Em sua opinião, haveria mais pessoas envolvidas nesse procedimento? Pessoas essas, inclusive, mais importantes do que os dois diretores?

Como membro do Conselho de Administração, V.Sa. nunca percebeu que algo muito errado estava acontecendo na empresa?

Essas são as perguntas relacionadas ao balanço.



Mas eu ainda quero, rapidamente, fazer algumas perguntas. A consultoria internacional de voto, ISS, e a Glass Lewis recomendaram aos acionistas da PETROBRAS que votassem contra a chapa indicada pelo acionista controlador, a União, para o Conselho da estatal. A ISS justifica a indicação de voto contrário à chapa da União citando evidências fortes de que houve falhas de governança na empresa e de que alguns desses administradores falharam em seus deveres para com a companhia. Três dos sete nomes dessa chapa fizeram parte do Conselho da empresa nos anos em que sofreu os atos de corrupção, que é o caso de Francisco Roberto de Albuquerque, que está no Conselho desde 2007; Luciano Coutinho, desde 2008; e Sérgio Quintella, desde 2009.

Pergunto: qual a opinião de V.Sa. a respeito dessa recomendação?

Em sua opinião, qual a responsabilidade do Conselho de Administração nesse trágico episódio que se abateu sobre a PETROBRAS

Ainda na opinião de V.Sa., de que forma o Conselho de Administração poderia ter mitigado ou mesmo evitado que esse processo de corrupção se instalasse na companhia?

E, na opinião de V.Sa., o Conselho de Administração, ou ao menos parte dele, tinha conhecimento desse esquema de corrupção?

E, por último, na opinião de V.Sa. esse esquema atendeu aos interesses do Governo?

Eram essas as minhas indagações.

O SR. MAURO GENTILE RODRIGUES DA CUNHA - Deputado, eu vou tentar lembrar todas as perguntas. Se por acaso eu pular alguma, peço que me lembre. Bom, continuando nas razões do meu voto. Ele hoje está disponível no *site* da CVM. Eu listo uma série de documentos que eu solicitei que não me foram entregues que teriam sido fundamentais para eu poder chegar a uma conclusão a respeito das demais perguntas. O segundo item, no meu voto, é o teste de imparidade dos ativos. Eu tenho uma longa explicação técnica, porque eu acho que esse ajuste — esses 44 bilhões — não atende, de fato, à realidade econômico-financeira da companhia. E cito um exemplo: pelas contas que nos foram mostradas, a Refinaria de Abreu e Lima estava registrada nos balanços da PETROBRAS a 27 vezes EBITDA. Esse é um múltiplo do valor pela geração de caixa. Com o ajuste,



isso cai para algo como 22 vezes EBITDA, o que ainda é elevadíssimo dentro de qualquer métrica internacional. A razão fundamental disso é que o número a que se chegou tem três causas fundamentais. E o Presidente Bendine, dando declaração no Senado agora de manhã, falou exatamente isso. Quer dizer, uma causa importante foi a queda dos preços de petróleo, o que afeta o valor dos ativos de exploração e produção. As duas outras foram as decisões de interrupção ou adiamento dos investimentos do COMPERJ e da Refinaria Abreu e Lima, decisões essas — todas — de fatos que aconteceram em 2015. Ocorre que, em 2013, por ocasião do meu voto, já havia uma sinalização de superavaliação de ativos. Mas, com a data-base de setembro de 2014, por determinação do Conselho e da Diretoria (*ininteligível*), foi feita uma análise independente do valor dos ativos, para que se tivesse uma dimensão do eventual ajuste a ser feito no balanço. Esses avaliadores independentes chegaram a números que significariam um ajuste de 88 bilhões no balanço, que não se trata de um ajuste contábil diretamente, porque a metodologia utilizada do valor justo é um dos fatores que devem ser olhados contabilmente. Então, não é um número que tem que ir direto para o balanço, mas dá uma ordem de grandeza. Então, em 30 de setembro, essa ordem de grandeza já acontecia. Por tudo isso e pelas coisas que estão no meu voto, eu entendo que o ajuste foi feito na direção correta, mas, talvez, não na dimensão correta. O terceiro item do meu voto diz respeito exatamente à questão do lançamento de fraude e corrupção. Trata-se de uma outra questão técnica, que, no meu entendimento, é um lançamento inoportuno.

O SR. DEPUTADO IZALCI - (*Ininteligível*) conceito da economia diferente. Não é mais corrupção.

O SR. MAURO GENTILE RODRIGUES DA CUNHA - É lançamento de valores de fraude ou corrupção, baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente. A norma contábil prevê a correção de erros em casos de fraude. Ocorre que, como foi dito pela própria PETROBRAS na defesa que protocolou na semana passada, nas ações nos Estados Unidos, a PETROBRAS não pagou propina para ninguém aparentemente. Nesse sentido, o lançamento do valor de 3%, calculado sobre os contratos, baseado na declaração inicial do ex-Diretor Paulo Roberto Costa, me parece inoportuno e inadequado. Eu entendo que eventual



fraude, se constatada e transitada em julgado, deveria ser lançada naquele momento e não nesse. E eu temo muito, Deputado, como foi dito pelo Presidente do Conselho e foi dito por diversas autoridades, que esse número será utilizado como base para ressarcimento ou acordo de leniência. No meu entendimento, em se verificando os alegados casos de corrupção, o prejuízo à PETROBRAS não é 3% do valor dos contratos, é um número diferente desse. E se basearmos os eventuais pedidos de ressarcimento simplesmente no número que foi trazido à tona pelo ex-Diretor, que se encontra preso, nós corremos o sério risco de estar buscando valores inferiores àqueles devidos à PETROBRAS. O quarto ponto do meu voto diz respeito à contabilização de *hedge*, que é uma ferramenta contábil aplicada normalmente a empresas exportadoras, que tem o objetivo de minimizar o impacto no lucro das flutuações cambiais que afetam a dívida em dólar. Eu já me manifestei contrariamente a essa política para a PETROBRAS, em 2013, porque a PETROBRAS não é uma empresa exportadora liquidamente. A prática foi aplicada corretamente em termos técnicos, mas não na essência, na representação fidedigna da realidade econômico-financeira da companhia. A PETROBRAS é uma empresa importadora, é uma empresa cujos custos são em dólar, cujo investimento é em dólar e cuja dívida é em dólar. Então, eu entendo que esse procedimento é inadequado. E acaba dando um conforto para a administração manter no balanço um descasamento cambial elevado, descasamento este que, até o momento em que o dólar estava a 3 reais, tinha causado uma evolução de cerca de 50 bilhões de reais na nossa dívida de setembro até 1 mês atrás, quando olhei pela última vez. Por último — e isso foi algo que surgiu durante a própria reunião —, eu entendo que o pagamento da participação de lucros aos empregados, infelizmente não encontra amparo no acordo coletivo que foi firmado pela companhia e os seus empregados. Há uma limitação para o pagamento dessa participação a 25% do valor dos dividendos pagos aos acionistas. E o dividendo pago foi zero. Entendo que o acordo tenha sido mal escrito, Deputados, porque talvez não devesse ser essa a intenção do acordo.

O SR. DEPUTADO IZALCI - O acordo prevê pela produção e não pelo lucro?

O SR. MAURO GENTILE RODRIGUES DA CUNHA - O acordo tem parâmetros baseados em métricas operacionais, mas ele tem um limitador: o valor



não pode ser maior do que 25% do dividendo. E o dividendo foi zero. Então, essas são as motivações do meu voto. Então, eu acho que aqui já enderecei alguns dos pontos — eu não estou entendendo a minha própria letra aqui. Eu pulo aqui para a pergunta com relação às consultorias ISS e Glass Lewis. Eu não tenho como opinar sobre a opinião deles. O que eu posso dizer é o seguinte: o regimento do Conselho de Administração da PETROBRAS diz que ele deveria fazer avaliação dos seus membros. Isso nunca foi feito. Então, não posso avaliar formalmente os membros do Conselho, porque esse mandamento regimental nunca foi obedecido durante o meu período de gestão. V.Exa. pergunta se o Conselho de Administração tinha conhecimento dos atos. Eu não posso dizer que tivesse conhecimento prévio dos atos da Polícia Federal, da Justiça, né? Do que a gente poderia ter conhecimento é que determinados padrões e parâmetros poderiam ser utilizados de uma maneira mais estrita, com maior controle, para que isso não acontecesse. Eu pediria que o Deputado repetisse as perguntas não respondidas.

O SR. DEPUTADO IZALCI - São só três perguntas, que podem ser respondidas numa só resposta. É possível acreditar que todo esse esquema criminoso instalado na PETROBRAS foi arquitetado apenas por dois diretores? E também, segundo sua opinião, haveria mais pessoas envolvidas nesse procedimento, pessoas essas, evidentemente, acima dos diretores? E como V.Sa., por ser membro do Conselho de Administração, nunca percebeu algo, que tinha uma coisa errada acontecendo na empresa?

O SR. MAURO GENTILE RODRIGUES DA CUNHA - Deputado, eu não tenho condições de responder se mais pessoas estariam envolvidas, quem mais, pessoas mais acima. Eu acho que alguns dos canais que o Conselho tinha para identificar eventuais malfeitos não estavam funcionando adequadamente. Foi identificado durante o ano de 2014 que, em todo esse período, a Ouvidora-Geral da PETROBRAS, que deveria receber as denúncias, não havia recebido uma só denúncia com relação a atos de corrupção da natureza investigada pela Lava-Jato. O Conselheiro Silvo Sinedino manifestou reiteradamente que os empregados da PETROBRAS não possuem tranquilidade para fazer denúncias à Ouvidora-Geral. Então, este é um problema. Esse problema foi levado à Diretoria em 2014. E eu



entendo que esteja em andamento um processo de reconstrução da Ouvidora-Geral e do canal de denúncias da PETROBRAS.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Eu agradeço ao Deputado Izalci.

Vamos passar agora à lista de inscrição dos membros da CPI para o debate. Inicialmente falará Deputado Jorge Solla e, em seguida, o Deputado Izalci novamente.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Mauro Cunha, é claro que a sua participação no Conselho foi mais recente. Mas da mesma forma que o Deputado que me antecedeu, eu queria perguntar inicialmente: quais as possibilidades de que apenas dois dirigentes tivessem tido a capacidade de alavancar um conjunto tão grande de atos de desvios de recursos?

Sr. Mauro Cunha, eu sei que não foi o período que o senhor acompanhou, mas pela sua experiência profissional que estou vendo aqui, espantou-me muito quando um profissional chegou aqui à CPI e afirmou que, com um mero cargo de gerência técnica, ele teria conseguido arrancar propinas milionárias da SBM, uma multinacional, quando estava num cargo que não interferiria em nenhum dos processos licitatórios nem em discriminações técnicas que pudessem favorecer a empresa em questão.

Então, eu realmente tenho que concordar com o Deputado Izalci pela primeira vez nesta CPI, porque é muito estranho que pessoas que ocupavam cargos muito circunscritos à sua capacidade tivessem tais benesses na gestão anterior — 1997, se não me engano, é a data a que ele se referiu, em que começou a usufruir essas benesses. Estranha que isso se perpetuasse por tanto tempo, inclusive com mudanças de dirigentes, sem ter tido a sinalização da Ouvidoria, como V.Sa. registrou agora, ou mesmo sem que uma auditoria o tivesse identificado. De certa forma, isso pode se explicar pelo fato de como a operação se dava, ou seja, as empresas entre si construíam esse processo.

E aí vem uma segunda questão, além do número de operadores e dos postos necessários para isso acontecer. A segunda questão é: as empresas teriam como



construir entre si, sem depender internamente de dirigentes que fizessem, digamos assim, mecanismos para favorecer uma ou outra empresa?

A terceira questão que eu queria fazer é: pelo período em que V.Sa. foi membro do Comitê de Auditoria, V.Sa. teria alguma proposição a apresentar à CPI? A gente fica trabalhando muito mais a apuração e a punição, mas eu acho que a gente não pode esquecer o outro lado do processo, em que eu acho que a CPI tem que também dar uma contribuição, que é apontar medidas que aperfeiçoem a governança de uma empresa pública como a PETROBRAS — estou só concluindo, Sr. Presidente — e possam evitar justamente que operadores internos ou externos possam fazer um processo tão amplo, que foi tão prejudicial para a empresa.

Então, como V.Sa. tem uma experiência interna do Conselho e da Auditoria, que proposição poderia sugerir à CPI para aperfeiçoar a governança e, digamos assim, blindar melhor a empresa de ataques dessa natureza?

O SR. MAURO GENTILE RODRIGUES DA CUNHA - O.k., Deputado. Se me permite, nós poderíamos debater o dia inteiro sobre proposições e ideias que surgem do aprendizado com a PETROBRAS. Eu vou tentar ser o mais breve e objetivo possível. Como eu falei no início, nas indagações do Deputado Altineu, é fundamental, para se começar a conversar sobre mudanças na PETROBRAS, desenhar um conselho de administração que funcione. Isso não é simples, porque não basta ir ao supermercado e comprar um conselho que funcione. É preciso pessoas, é preciso missão, é preciso procedimentos que levem esse conselho a funcionar. E fundamentalmente, esse conselho precisa ter capacidade de trabalho, mandato, ou seja, entender exatamente o que os acionistas esperam do conselho — e, preponderantemente, o acionista controlador —, e ter poder sobre a diretoria executiva: poder de nomear, de demitir, de remunerar, de elogiar, de criticar. Eu entendo que todas essas atribuições do conselho de administração, que são naturais em qualquer sociedade anônima, não se encontram plenamente atendidas na PETROBRAS. Talvez até antes disso, de falarmos de conselho de administração, a sociedade deve se perguntar o que a sociedade quer da PETROBRAS, porque, a partir do momento em que uma missão é dada, ela pode ser monitorada. Em determinado momento, a PETROBRAS recebeu um número enorme de missões, inclusive sofrendo uma descapitalização por conta do preço dos seus produtos, que



não podia seguir o mercado. Não há nada de errado numa decisão de se subsidiarem preços de combustíveis, mas ela precisa ser tomada anteriormente, para que todas as decisões sigam o princípio da legalidade e possam ser cumpridas e monitoradas. A partir do momento em que uma coisa tão essencial quanto o preço dos produtos foge do mandamento legal, da lei do petróleo e da lei do CADE, nós temos um efeito sobre a legalidade da companhia que, a meu ver, é muito pernicioso. Quer dizer, começa-se a entender que alguns preceitos legais ou estatutários podem não ser tão importantes assim. E de fato, há uma série de questões estatutárias que não foram observadas também. Então, uma clareza na missão da companhia: num segundo momento, um conselho de administração capacitado em termos de pessoas, recursos e missão, e uma diretoria efetivamente monitorada por esse conselho de administração. Eu acho que, se essas condições forem atingidas, nós temos condições de propiciar um cenário muito saudável não só para a PETROBRAS, mas para as demais empresas controladas pela União. Não sei se respondi à pergunta do Deputado.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Respondeu à terceira, permita-me.

O SR. MAURO GENTILE RODRIGUES DA CUNHA - As demais eram com relação a como um gerente, sozinho, pôde adquirir tantas propinas. Eu tenho uma visão, Deputado — e, se me permite, é uma visão pessoal: a PETROBRAS é muito grande, muito grande, e eu acredito que organizações muito grandes sofram de um problema chamado deseconomias de escala. Isso vale para a PETROBRAS e para outras corporações mundiais que sejam tão grandes quanto. Essas deseconomias de escala têm que ser compreendidas. E a PETROBRAS cresceu muito rápido por conta das oportunidades que lhe foram colocadas. Claramente, o que nós vemos hoje é que as estruturas de controles internos talvez não tenham avançado na mesma velocidade que a escala de operação da companhia, propiciando situações como as descritas pelo Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Muito bem. Agradeço ao Deputado Jorge Solla.

Vamos agora para o Deputado Izalci e, em seguida, para o Deputado Delegado Waldir.

Deputado Izalci, serão 3 minutos para V.Exa.



O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, eu quero pedir a V.Exa. que adicione o tempo de Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - O.k. Serão 8 minutos. Espero que não seja necessário utilizar todo esse tempo.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não, eu só quero aproveitar a oportunidade para esclarecer. Como o Deputado que me antecedeu disse que concordou comigo pela primeira vez, eu tenho que explicar, porque algo está errado. Então, eu tenho que explicar novamente.

O que disse Barusco claramente, aqui na CPI? Ele disse — tanto ele quanto Augusto Mendonça Neto — que nós tivemos dois períodos claros com relação à PETROBRAS. Nós tivemos um período antes de Lula-Dilma, e aí o Pedro Barusco e também o Augusto foram muito claros.

Com relação a Barusco, ele disse claramente que recebeu, sim, propina ou comissões, qualquer que seja o nome, mas recebeu individualmente, tanto ele pedindo ao empresário quanto o empresário oferecendo. E depois ele disse claramente o que aconteceu depois do período Lula-Dilma. Aí, no período Lula-Dilma, ele disse, aqui na CPI, que havia um sistema institucionalizado, uma corrupção sistemática, sistematizada, com a participação dos diretores da PETROBRAS. Essa é a diferença. E aí o Ministério Público deu uma tradução a isso: chamam isso de quadrilha. Então, são dois períodos.

No caso do Augusto Mendonça Neto, ele disse a mesma coisa. Antes do período Lula-Dilma, como aconteciam as licitações? O cartel. Existia o cartel: as empresas se reuniam para se proteger entre elas. Mas, naquele período, não havia interferência nenhuma de ninguém da PETROBRAS.

Agora, a partir do período Lula-Dilma — aí, sim —, os diretores passaram a participar do cartel. Em que sentido? Como a PETROBRAS mandava convites para participação em licitações, a partir dali, os Diretores Paulo Roberto Costa e Renato Duque informavam ao cartel, ao clube, quais as empresas que estariam sendo convidadas. E entre eles, selecionavam, então, aquela que... Há aqui, inclusive, quase que uma tabela de futebol, em que as empresas que participavam do clube colocavam uma ordem de prioridade — um, dois, três — para cada obra licitada. Quando o clube definia quem ganharia a obra, eles já sabiam quais empresas



participavam da licitação. E, portanto, as empresas que não ganhariam apresentavam uma proposta maior. Essa é a diferença muito clara entre os dois períodos.

Agora eu já vou perguntar. Quero perguntar, por exemplo, sobre o caso de Pasadena a V.Sa., que participou do Conselho de Administração. Primeiro, esse Comitê de Auditoria da PETROBRAS, durante a reunião do Conselho, participa como orientação. Como está dito aí nas suas atribuições: orienta o Conselho, responde a questionamentos, etc. E olhe que lei é muito clara, a Lei nº 6.404, Lei das S/A, é claríssima: o presidente do conselho responde pelos atos da empresa. Portanto, a compra de Pasadena é responsabilidade, sim, do Conselho.

Na opinião de V.Exa., caberia ao presidente ou à presidenta do Conselho, num determinado momento, dizer assim: *“Olha, infelizmente, o parecer não estava bem feito”*. Não caberia a ela perguntar ao Comitê de Auditoria se havia alguma dúvida com relação às cláusulas que ela disse? Ela disse, quanto ao Nestor Cerveró, que o parecer foi incompleto ou errado, ou alguma coisa nesse sentido? V.Sa. acha que, com essa justificativa simplesmente, a Presidente do Conselho se exime das responsabilidades?

Eu entendo diferente. Entendo que a lei é muito clara. Assim como vários membros do Conselho de Administração tiveram seus bens bloqueados, é uma pena que o Tribunal de Contas não cumpriu a lei e não fez com a Presidente do Conselho o mesmo procedimento.

Então, a pergunta que faço a V.Sa. é relacionada a Pasadena: qual a opinião de V.Sa. com relação à compra de Pasadena? Realmente a Presidente do Conselho não tinha responsabilidade nenhuma? E qual é o papel do Comitê de Auditoria da PETROBRAS em relação ao Conselho, na tomada de decisão de todas essas ações que foram feitas?

O SR. MAURO GENTILE RODRIGUES DA CUNHA - Deputado, tentando responder a ambas as perguntas, no período em que eu estava no Comitê de Auditoria, meu objetivo foi tentar identificar o custo total dessa transação. E eram essas as solicitações que eu estava fazendo no momento em que não pude mais prosseguir no Comitê. E nesse sentido, ficou claro para mim que, além dos valores que foram trazidos à CPMI, que foram divulgados, Pasadena é uma operação que



deu prejuízo durante muito tempo, uma operação que já era deficitária. Quando se compra uma operação deficitária, o déficit da operação deve ser incluído como parte desse custo de aquisição. Esses valores jamais foram debatidos. E não sei se foram mesmo perguntados fora do âmbito do Comitê de Auditoria. Eu entendo que, além dos custos de aquisição, dos custos jurídicos, das cláusulas e tudo mais, do investimento que foi feito na unidade — uma unidade que ainda, pelo que eu ouço, não atende às melhores práticas operacionais —, tem que ser somado o prejuízo acumulado nesse período, que me parece ser bastante significativo em relação aos números que foram discutidos até aqui. Essa, Deputado, foi a única inquirição que eu pude fazer a respeito de Pasadena, uma vez que já havia uma comissão interna de apuração em andamento e, no meu entendimento, faltava essa informação. Com relação ao papel de cada um dos agentes de governança com relação à aquisição de Pasadena, a resposta deve ser encontrada nas atas do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria. Se diligência houve, ela precisa estar na ata. E eu não tenho condições de responder, porque eu não estava lá e não pude analisar essas atas, até porque já tínhamos bastantes assuntos em tela durante o período em que estávamos no Conselho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - O.k.

Em seguida, concedo a palavra ao Deputado Delegado Waldir, pelo tempo de 3 minutos.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Deputado Delegado Waldir, quero pedir-lhe licença só para fazer uma pergunta ao Presidente.

Nós solicitamos, já faz algumas semanas, as atas da Diretoria Executiva, do Conselho, do Comitê de Auditoria. A pergunta é: a Secretaria da Comissão já recebeu essas atas da PETROBRAS ou ainda não?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Deputado Onyx Lorenzoni, ontem, durante o debate que a CPI da PETROBRAS fez na sede da PETROBRAS, com a presença do Presidente Hugo Motta, do Relator Luiz Sérgio, do Sub-Relator Altineu Côrtes e tantos outros membros, nós reiteramos que fossem enviados os áudios, as gravações das reuniões do Conselho de Administração. E foi respondido pelo Consultor, Dr. Armando, que ele faria isso com a maior velocidade possível.



Hoje pela manhã, eu solicitei ao Secretário da CPI, Dr. Manoel Alvim, e também ao representante da PETROBRAS aqui presente, que enviasse isso o quanto antes, porque realmente não há justificativa para essa demora. Basta simplesmente fazerem cópias dos áudios e enviá-las para a CPI. Então, nós estamos reiterando o pedido mais uma vez à PETROBRAS. E V.Exa. também o reitera mais uma vez.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, só para reforçar isso, a gente podia abrir um prazo razoável para a chegada desses documentos aqui. Se não chegarem, a CPI tem poder — o Deputado Delegado Waldir e os demais que têm formação jurídica sabem — e pode determinar a busca e a apreensão. A gente tem que fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Nós temos o direito inclusive de fixar um prazo, Deputado Onyx Lorenzoni, mas temos que confiar na Direção da PETROBRAS. Vamos aguardar, até porque os documentos estão chegando. Vamos dar essa tolerância. Durante esta semana, nós vamos recebê-los.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - V.Exa. é sempre equilibrado e com bom senso. Mas paciência tem limite. Como diz o nosso Presidente, não dá para confundir a nossa paciência com lerdeza. Então, quero só reafirmar a necessidade de termos esses documentos aqui.

Também reforço a V.Exa., aos demais membros e ao próprio Relator a consideração que eu havia ao Presidente sobre a extensão do contrato da Kroll, para fazermos a análise desse material.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Muito bem, Deputado Onyx Lorenzoni. Lembrando o poeta, *“Quem sabe faz a hora”*.

O SR. MAURO GENTILE RODRIGUES DA CUNHA - Presidente, acredito que seja útil para esta Comissão fazer um esclarecimento: os áudios das reuniões do Conselho de Administração, por força de regimento, são destruídos após a lavratura da ata. Isso mudou a partir da reunião, se não me engano, de novembro, quando, inclusive por força das ações judiciais, o Conselho da PETROBRAS decidiu manter os áudios que estavam pendentes, acredito, desde agosto de 2014. Mas eu diria que, por força do regimento, os áudios anteriores a esse período provavelmente não existem mais.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Eu agradeço a informação do Dr. Mauro. Vamos aguardar, de qualquer forma, a manifestação da PETROBRAS.

Com a palavra o Deputado Delegado Waldir.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Presidente, Sr. Deputado, Dr. Mauro Cunha, eu só queria informar que já me coloco na relação para fazer a busca e a apreensão lá na PETROBRAS. Já estou à disposição. Pela experiência que temos em segurança pública, nós vamos saber fazer isso.

E vou pedir ao Dr. Mauro Cunha que nos acompanhe também, porque ele sabe dos corredores lá mais importantes, onde vamos achar uma documentação extremamente útil para o nosso trabalho.

Dr. Mauro Cunha, agora eu vou fazer minhas indagações a V.Sa. Eu gostaria de saber se é do seu conhecimento quais são os membros do Conselho de Administração que são cargos indicados pelo controlador, quais são cargos políticos.

Da mesma forma, a segunda pergunta é em relação às diretorias: quais eram na época do senhor?

O senhor foi um estudioso. Eu percebi que o senhor estudou toda a história da PETROBRAS. Acho que, se perguntarmos desde 1940, o senhor vai saber responder. Eu vi que o senhor é realmente um especialista.

Eu gostaria de saber por qual razão foi mantida essa política de preços dos combustíveis. Desde quando? E esse prejuízo? Por que foi mantido isso? Isso foi uma estratégia política? Isso foi para enganar o povo brasileiro? Qual a razão? Qual a necessidade? É uma estratégia financeira? É controle de inflação? O senhor é economista e vai dar uma aula para nós aqui. Eu tenho certeza disso.

Eu gostaria de saber também se o senhor tinha conhecimento das cláusulas de Pasadena, as cláusulas Marlim e Put Option? O senhor sabe se outros membros do Conselho de Administração tinham conhecimento dessas cláusulas?

Eu queria que o senhor detalhasse mais – e aqui está no documento que o senhor nos trouxe – como foi a destruição desses 330 bilhões, como se operou isso de 2009 a 2015. Seria uma explanação básica, porque nós somos leigos e não sabemos como isso aconteceu.



A última pergunta que eu gostaria de deixar aqui é: o senhor, com esse conhecimento todo, já que foi expulso da PETROBRAS, aceitaria um convite desta Comissão para nos auxiliar nessas investigações? Se a PETROBRAS não quer uma pessoa honesta, trabalhadora e com o currículo que o senhor tem, eu acho que nós da Comissão aqui, depois de consultar os demais membros, gostaríamos de ter o senhor com esse currículo aqui. Já que o senhor foi expulso da PETROBRAS, eu acho que para nós o senhor seria estritamente útil.

Fique tranquilo, Sr. Presidente, meu tempo não esgotou ainda. *(Riso.)* Eu sei que há outras pessoas desesperadas com o meu tempo, mas V.Exa., eu não acredito, Sr. Presidente.

Seriam basicamente essas as perguntas, Dr. Mauro Cunha. Se o senhor tiver dúvida em alguma delas, eu volto a refazê-las, para que o senhor possa respondê-las no inteiro teor.

Muito obrigado, Dr. Mauro Cunha.

O SR. MAURO GENTILE RODRIGUES DA CUNHA - Deputado, eu anotei cinco perguntas aqui e vou tentar respondê-las pela ordem. Primeiramente, com relação a cargos políticos, o Conselho da PETROBRAS é formado por dez membros; desses dez, sete são indicados pelo Governo. Historicamente, vinham sendo indicados notadamente Ministros de Estado; Presidente do BNDES; Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia; um General de Reserva, o General Francisco Albuquerque; e o Sr. Sérgio Quintella. Na Diretoria, eu não saberia dizer. Quando eu cheguei, já tinha sido indicada a Diretoria que lá estava. Quando houve a mudança esse ano, foi basicamente uma imposição colocada pelo Presidente do Conselho, que trouxe os nomes e foi acompanhado novamente pelos sete — na verdade, seis, porque uma era demissionária. O Presidente da PETROBRAS é sempre conselheiro também. Então, a Presidente Graça renunciou, não participou dessa decisão. Então, os seis conselheiros indicados pelo Governo elegeram a Diretoria. Desses membros, nós temos duas novas pessoas, o Presidente Bendine e o Diretor Ivan Monteiro, e ex-gerentes executivos da PETROBRAS que assumiram a Diretoria na qualidade de interinos. Eu não saberia qualificar quais são políticos, mas a indicação é feita pelo Governo dessa maneira. A segunda pergunta: como foi a questão dos preços? A defasagem de preços



começou a ficar mais elevada a partir de 2011. E o argumento para a manutenção dessa defasagem fica claro na discussão do Conselho de Administração. E mais uma vez, eu faço referência à importância da leitura e análise das atas do Conselho e da Diretoria. Num determinado momento, Deputado, em 2013, quando eu entrei, a minha impressão é de que esse assunto caía entre as cadeiras, entre a Diretoria e o Conselho, de quem era a responsabilidade. E eu atuei para que fossem obtidos três pareceres de advogados externos, que confirmaram que a responsabilidade pela definição de preços é da Diretoria. A partir desse momento, houve a definição de uma nova política de preços, que foi abortada pelo Conselho e ajustada para que se tornasse uma política confidencial ao Conselho. E nós, a partir desse momento, partimos a acompanhar a eficácia da política que desconhecíamos, mensalmente. Pelo menos nesse momento, começa a se ter uma análise do tamanho da defasagem. E mais uma vez, eu recomendo à Comissão que analise as atas do Conselho, para entender a dimensão dos alertas que eram colocados e as respostas que eram dadas para que nada acontecesse. Então, tendo em vista o impacto que isso traz, a gente pode até considerar que isso tenha sido uma pedalada que a PETROBRAS acabou fazendo, porque ela estava, na realidade, subsidiando preços de combustíveis — e subsídio precisa de lei. Então, isso trouxe de fato um prejuízo muito grande para a companhia. Aliás, houve outras questões parecidas aí, como o crédito que nós demos à ELETROBRAS durante muito tempo e que nos trouxe um prejuízo de 5 bilhões de reais no fechamento do balanço, e os próprios investimentos não econômicos motivados por interesse social que seja.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Sr. Presidente, desculpe-me, mas só quero aproveitar a oportunidade.

Sr. Mauro Cunha, o senhor saberia estimar qual foi o prejuízo da PETROBRAS com essa política de preços?

O SR. MAURO GENTILE RODRIGUES DA CUNHA - É de aproximadamente 100 bilhões de reais, que é o prejuízo da Área de Abastecimento reconhecido nos balanços da companhia de 2011 a 2014.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Muito bem.

O SR. MAURO GENTILE RODRIGUES DA CUNHA - Voltando, a terceira pergunta do Deputado foi se eu tinha conhecimento das cláusulas Marlim e Put, de



Pasadena. Não, realmente eu não participei dessa deliberação. Não tenho conhecimento. Com relação à perda de valor de 330 bilhões de dólares, esse cálculo é feito pegando-se a queda das ações da PETROBRAS. Então, quer dizer, é uma análise externa, não do que está acontecendo dentro da companhia, mas de como o mercado reflete através da queda das ações e de como as ações das empresas congêneres à PETROBRAS evoluíram, porque subiram. Então, somando esses dois efeitos, a diferença de valores é de 330 bilhões de dólares. Com relação a ajudar esta CPI, eu o faço aqui com grande prazer e honra, como cidadão brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Muito bem. Agradeço ao Deputado Delegado Waldir e, mais uma vez, solicito à PETROBRAS — até sugiro o prazo de até segunda-feira — que envie os áudios das gravações. É um prazo largo, não é? E as atas. O áudio relativo às gravações das reuniões do Conselho de Administração, como também as atas.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - É que os áudios foram destruídos, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Uma parte, com certeza, não foi.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sim, mas o resto é ata escrita.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Ata escrita, exatamente. Nós estamos reiterando: até segunda-feira, na confiança e na expectativa de que o nosso Deputado Delegado Waldir não tenha que se deslocar ao Rio de Janeiro para fazer busca e apreensão.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, só para ficar registrado, eu acho que o Deputado Bruno Covas fez uma colocação importantíssima. Ele perguntou ao Sr. Mauro de quanto foi o prejuízo com a questão da defasagem do preço dos combustíveis. Cem bilhões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Isso.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Esse é o financiamento público de campanha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - O.k.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Sr. Presidente, requerimento de áudio e vídeo foi apreciado por esta Comissão, deliberado e aprovado logo no início,



requerimento de minha autoria, de áudio e vídeo do Conselho de Administração, de 2005 até aqui. Se não existem, a PETROBRAS (*ininteligível*).

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - O.k.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - E as atas já foram aprovadas também, as escritas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Na sequência, tem a palavra o Deputado Aluisio Mendes. (*Pausa.*) Não se encontra.

O próximo inscrito seria o próprio Presidente. Dispensou.

Concedo a palavra à Deputada Eliziane Gama, por 3 minutos. Em seguida, ao Deputado Edio Lopes.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares... Sr. Mauro Cunha, referentemente a uma colocação que o senhor faz sobre quando saía do Conselho, o senhor falou o seguinte: "*Faço votos de que a comunidade de acionistas e trabalhadores defenda a PETROBRAS dos abusos cometidos contra a companhia*". Eu queria que o senhor explicasse melhor essa sua frase. O que significa? Estariam eles sendo omissos? Ou, se não, não o fazem por retaliações? Quais retaliações? Explique melhor por que essa colocação.

Primeiro eu vou fazer as perguntas, por causa do meu tempo. Agora que eu lembrei.

Mais uma pergunta. O senhor fez uma colocação referente à questão do fundo PETROS. O senhor teria feito requerimento solicitando informações, mas essas informações não vieram. Quais informações o senhor estava requerendo? Irregularidades...? Enfim, eu queria que o senhor me desse mais detalhes e um aprofundamento acerca desse seu requerimento.

Uma terceira pergunta é referente à sua saída. Foi noticiado que o senhor foi excluído do Comitê de Auditoria da PETROBRAS. Por que essa exclusão? Qual a justificativa? Como se deu de fato essa exclusão?

Outra pergunta. O senhor fez uma colocação referente aos valores que estariam sendo devolvidos por força da investigação da Operação Lava-Jato de que esses valores seriam inferiores, efetivamente, àquilo que foi na verdade desviado através de propinas e superfaturamento. Por que, efetivamente? O senhor poderia nos dar elementos mais específicos sobre por que esses valores estão tão aquém



daquilo que realmente foi desviado? Por exemplo, o Barusco afirmou aqui que os valores chegaram a quase 100 milhões de dólares, que é o valor que ele devolveu ao Brasil por conta desse desvio. O elemento específico que o senhor coloca é que esse valor seja na verdade inferior.

Quando o senhor fala do Conselho... Algo que a gente tem feito é um aprofundamento em relação aos membros do Conselho da PETROBRAS. O senhor foi inclusive contra a nomeação do Bendine, e aí o senhor coloca que seria mais importante a mudança no Conselho. A pergunta que eu faço ao senhor é: seria possível... A gente vê agora há pouco o senhor colocando o valor de 100 bilhões de reais em prejuízos, e ou outros valores mais exorbitantes, dia após dia, nós temos realmente visto, números novos de desvio e de prejuízos que o Brasil na verdade teve, não é? É possível tanto desvio, é possível tanta corrupção e tanta propina sendo paga... A gente vê aí, por exemplo, algumas organizações inclusive sendo criadas. A Sete Brasil foi criada com esse objetivo. O Barusco colocou isso de uma forma muito clara, não é? As sociedades de propósito específico. Enfim, sempre se coloca que seria uma forma de burlar, para eles poderem obter realmente essas propinas. É possível tudo isso acontecer sem efetivamente o Conselho ter informação ou ter conhecimento de que isso estava acontecendo? Essa é, acredito, a minha última pergunta.

O SR. MAURO GENTILE RODRIGUES DA CUNHA - Deputada, muito obrigado. Primeiramente, permita-me fazer um esclarecimento técnico sobre a colocação do Deputado Delegado Waldir. A questão técnica, eu posso colaborar com a CPI respondendo às perguntas, mas não investigando, por conflito de interesse com a minha posição como administrador da companhia — só para deixar claro. Com relação aos abusos contra a companhia, se houve negligência ou omissão por parte de acionistas e empregados, eu acho que é possível fazer mais, sim, Deputada — tanto acionistas quanto empregados. Nós vemos que só agora existem ações de acionistas no exterior buscando ressarcimento. Não tenho notícia de ações aqui no Brasil. Nós temos toda a questão da CVM, o Judiciário... Eu acho que isso tem que ser analisado inclusive num aspecto mais amplo, que vai além da questão da PETROBRAS. Com relação aos empregados, eu também vejo um certo espanto dos empregados da PETROBRAS em relação a tudo que está



acontecendo. Vejo uma categoria com muita história, com muito orgulho, e que se mobiliza em vários momentos, sob vários aspectos, mas que não tem de fato se mobilizado em relação ao que está acontecendo. O maior exemplo disso é, como eu mencionei, a falta de qualquer denúncia de corrupção à Ouvidoria-Geral da PETROBRAS. Então, é nesse sentido que eu fiz o apelo, quando comuniquei que não mais concorreria ao cargo no Conselho de Administração da PETROBRAS. Com relação à PETROS, em 2013 e 2014 eu solicitava informações sobretudo em relação às práticas de investimento da PETROS, que estariam levando a prejuízos, alguns deles já sendo reconhecidos. E mais recentemente solicitei a presença do Presidente do Conselho de Administração da PETROS, sobretudo depois de denúncias feitas pelo Conselheiro Sinedino com relação à indicação de pessoas que talvez não estivessem equipadas para as funções que iriam assumir no fundo PETROS. Infelizmente, 2 dias depois do meu requerimento, o Presidente do Conselho da PETROS renunciou, houve uma nova indicação e essa presença no Conselho da PETROBRAS nunca aconteceu. Então, no meu período no Conselho, não houve qualquer presença de administradores da PETROS, muito embora a fundação tenha um impacto significativo, porque tudo aquilo que a PETROS tem de prejuízo pode acabar afetando o balanço da PETROBRAS. Com relação à minha exclusão do Comitê de Auditoria, essa foi uma decisão, eu diria, quase que monocrática do Presidente do Conselho, acompanhado pelos demais conselheiros indicados pelo controlador, que preferiram abrir mão da independência do Comitê de Auditoria num momento crítico talvez porque o conselheiro que lá estava votou contra o balanço e perguntava algumas questões talvez com excesso de ênfase. É meramente especulativo, Deputada. Com relação aos valores devolvidos, a serem inadequados, eu, se dei essa impressão, peço desculpas. Não foi isso o que eu disse. Eu falei que o reconhecimento contábil dos valores, na forma feita no balanço da PETROBRAS de 2014, não me parece adequado, e principalmente seria inadequado caso seja usado como base para acordos de leniência e de ressarcimento. O prejuízo da PETROBRAS precisa ser averiguado caso a caso, de maneira até pericial, para que seja verificado de fato quanto se perdeu. Não é que o valor seja pouco ou muito, ele é simplesmente incerto, baseado numa declaração do Sr. Paulo Roberto Costa, depois repetida por membros do Ministério Público e por



outros delatores, então, no meu entendimento, inapropriado para o lançamento contábil.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Mauro, ainda nesse mesmo sentido, a Dra. Graça Foster, quando veio aqui, ela falou uma frase: que a Operação Lava-Jato fazia bem à PETROBRAS. O senhor concorda com isso?

O SR. MAURO GENTILE RODRIGUES DA CUNHA - Concordo, concordo. É um remédio amargo, mas que, sem dúvida nenhuma, fará bem para a PETROBRAS a longo prazo. Se me permite, a última pergunta que eu tenho anotado é com relação às mudanças no Conselho, com relação à criação de sociedade de propósito específico que propiciasse atos de corrupção, a Sete Brasil. Deputada, a criação de empresa de propósito específico, ela por si só não é errada. Ela pode servir para permitir o desenvolvimento de atividades de grande monta, como é o caso da PETROBRAS. Tanto esses fatos como quaisquer outros atos de gestão podem ou não propiciar atos de corrupção. Então eu não olharia isoladamente para a criação de empresa de propósito específico como sendo algo feito para propiciar corrupção. Com relação ao Conselho de Administração, eu acho que faltou eficácia, como eu disse aqui, e talvez essa eficácia, ela fosse comprometida pelo histórico de nós termos um Conselho onde a maioria sempre vota junto. A razão de existir de um Conselho é propiciar os debates com diferenças de visões. Ainda que debates houvesse, o fato é que o Conselho votava monoliticamente de acordo com as colocações do Presidente do Conselho.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Mas o senhor acha que não seria possível o Conselho ter conhecimento? Por exemplo, o Barusco colocou aqui que o desvio de recursos da PETROBRAS, ele passou a ser institucionalizado a partir de 2003 e 2004. E nós tivemos várias outras declarações no mesmo sentido. Quer dizer, parece que havia uma organização específica, exatamente uma forma clara, organizada, sistemática e institucionalizada, como ele colocou. A pergunta é exatamente esta: o Conselho não teria conhecimento de tanto desvio de recurso? O senhor acha possível não ter, exatamente por conta desses que votavam de forma unificada?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Conclua, Deputada.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Terminei já, Sr. Presidente.



O SR. MAURO GENTILE RODRIGUES DA CUNHA - Deputada, eu me sinto muito mal-colocado para responder a essa pergunta, porque, quando eu entrei, as denúncias já estavam no ar, então ali a gente já sabia e estava tentando averiguar para ver até onde as coisas iriam. Eu acho que o Conselho, se tivesse maior eficácia, ele poderia ter identificado muito antes, por exemplo, o fato de o canal de denúncias não funcionar; o fato, por exemplo, de empregados argumentarem que não se sentiam confortáveis em fazer denúncias porque poderiam sofrer retaliação. Então, isso poderia ter sido feito. Não foi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Muito bem. Eu agradeço à Deputada Eliziane.

Passo a palavra ao Deputado Edio Lopes. *(Pausa.)* Não se encontra.

Deputada Maria do Rosário. *(Pausa.)*

Deputado Paulo Magalhães. *(Pausa.)*

Deputado Otavio Leite. *(Pausa.)*

O Deputado Silas Câmara está com a palavra.

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Mauro Cunha, o senhor teria alguma informação que pudesse colaborar conosco sobre a questão da venda de ativos? Existe uma informação de que o TCU havia avaliado determinados ativos, por exemplo, na África, por um valor, e de que esse ativo foi vendido por 10% do valor que o TCU havia avaliado. O senhor tem alguma informação, com esse seu profundo estudo, analisando esses documentos, que diga respeito a essa questão dos ativos?

O SR. MAURO GENTILE RODRIGUES DA CUNHA - Deputado, dado o nível de alavancagem da PETROBRAS, vendas de ativos é um assunto que precisará forçosamente ser debatido. O Presidente Bendini, lá no Senado, mencionou que um dos desafios da companhia é o planejamento estratégico. E eu faço eco à sua declaração, porque, para que aconteça uma venda de ativos preservando o valor da PETROBRAS, essa venda de ativos precisa estar inserida dentro de um planejamento estratégico — respondendo àquela pergunta sobre o que se quer da PETROBRAS. Ao longo do tempo, sobretudo no ano de 2013, houve um programa chamado PRODESIN — Programa de Desinvestimentos, da PETROBRAS, que era uma das fontes de capitalização para os vultosos investimentos que a empresa



estava fazendo e que alienou diversos ativos, incluindo um ativo na África. Eu participei dessa decisão. Essa decisão, Deputado, ela se beneficiou de um aprendizado já, de um aprendizado relativo a Pasadena, eu diria. A Presidente Graça disse, na Comissão Mista, que houve um processo de... um aprendizado para se colherem todas as informações relativas àquele caso e que a partir de então a PETROBRAS passou a criar um processo de documentação de toda aquisição e desinvestimento que permite entender, do começo ao fim, como se deu uma transação. A alienação dos ativos na África já se beneficiou desse processo. Nós tivemos a oportunidade de ver uma apresentação muito detalhada de análises externas sobre a justeza do valor sendo alienado. Posteriormente, inclusive tendo em vista determinadas alegações na imprensa, eu voltei à companhia para estudar mais esse assunto, e pude verificar, Deputado, que muito do que se dizia na imprensa — eu desconheço a opinião do TCU sobre esse assunto — partia de uma premissa equivocada, de um valor colocado por um banco de investimento de segunda linha que se baseava em hipóteses absolutamente impensáveis, hipóteses, por exemplo, que, se aplicássemos à PETROBRAS como um todo, faria com que ela valesse 600 bilhões de dólares, muito mais do que ela vale de fato. Então, somando-se o processo diligente que foi informado ao Conselho às explicações que eu recebi posteriormente da gerente responsável por esse processo, trata-se de um processo bem documentado e bem embasado em relação a tudo que foi mostrado ao Conselho de Administração. É o que eu tenho a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Deputado Silas Câmara.

Com a palavra o Deputado Ivan Valente. *(Pausa.)*

Na sua ausência, com a palavra o Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Presidente, eu queria agregar à minha fala o tempo de Liderança também. Eu vou fazer algumas considerações e eu pediria ao Dr. Mauro que as anotasse, para depois poder se manifestar. Então é preciso só ajustar o tempo ali, que está equivocado. Tem que agregar lá o tempo de Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - V.Exa. dispõe de 3 minutos, mais 5 minutos do tempo de Liderança: 8 minutos.



O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Eu vou tentar resumir aqui.

Primeiro, eu quero saudar a vinda do Dr. Mauro Cunha aqui, porque ele está tão apropriado da sua verdade que traz a sua esposa. Isso não me passou despercebido. Só uma pessoa que está apropriada da verdade e se sente segura para enfrentar todo e qualquer questionamento faz o gesto que o senhor fez. Então, eu quero, primeiro, reconhecer isso.

Segundo, quero dizer que a minha experiência em CPIs me ensinou talvez um pouco do que o Deputado Delegado Waldir conhece, que é tentar, na forma como as pessoas se posicionam, identificar se há ali indícios de culpabilidade ou não. Enquanto o senhor teve a altivez de ter esse gesto, outros aqui usam cunhadas, esposas para fazerem ilícitos, o que é algo... E outros usam ainda esposas para serem advogadas de defesa, como é o caso de um certo diretor da PETROBRAS. Então eu queria fazer esse reconhecimento.

Depois, eu quero trazer à sua consideração... Aqui eu já trouxe isto em outra oportunidade. O Dr. Gilson Dipp, num seminário sobre corrupção, disse que a coisa que causava mais estranheza para ele na PETROBRAS era que a maior lesada não fez nada. Não há uma sindicância, não há um processo, não há nada, nem contra empreiteira, nem contra operador político, nem contra funcionário, nem contra coisa nenhuma. A PETROBRAS, a instituição que teve uma destruição, como o senhor diz aqui — me impressionou muito o dado — de 300 bilhões de dólares, ela não tomou nenhuma atitude em relação àqueles que a vitimaram.

Depois eu queria trazer à consideração do senhor o seguinte: aqueles 70 bilhões da capitalização de dólares de 2009, aquilo foi uma benção ou foi uma tragédia para a PETROBRAS? Porque teria que ter sido uma benção, junto com o pré-sal, e se transformou numa tragédia, porque eu não tenho nenhuma dúvida — a conclusão é minha — de que lá estava aposta uma quadrilha para saquear a PETROBRAS, assaltar a PETROBRAS, e fazer dela fonte de financiamento do projeto de poder que nos sonhos idílicos de alguns deveria durar 30 anos ou 40 anos no Brasil.

E aí eu quero saber da experiência que o senhor viveu no Conselho de Administração: se porventura o senhor compartilha uma leitura que tenho de que, ao longo desses últimos anos, o Conselho de Administração da PETROBRAS, apesar



de ter pessoas aparentemente competentes na sua conformação, emitiu reiterados cheques em branco à Diretoria Executiva. Porque há pouco aqui lhe antecedeu uma pessoa que era Gerente Jurídico da Diretoria de Serviços, que disse que Abreu e Lima só saiu de 2 bilhões de dólares para algo superior a 25 bilhões de dólares porque recebia autorização da Diretoria Executiva para fazer aditivos superiores a 10% do contrato, porque isso está nas normas de governança corporativa da PETROBRAS e no estatuto da PETROBRAS, o que significa que o Sr. Sérgio Gabrielli, de 2003 ou 2004 até 2012, foi quem pilotou! E esteve aqui e quis dar aula de professor acadêmico da área de petróleo. Esse cidadão, na minha opinião, ainda vai precisar ser adequadamente responsabilizado, porque os aditivos de Abreu e Lima se dão exatamente no mandato do Sr. Sérgio Gabrielli. Portanto, não podia pular de 2 bilhões para 25 bilhões sem a conivência desse cidadão.

Também eu queria perguntar ao senhor seguinte. Existem dois personagens que me intrigam nessa história da PETROBRAS. Era para ter um aporte de 70 bilhões e virar 600 bilhões, e virou o que é hoje, o que a gente viu no último balanço. Primeiro, os investimentos da PETROBRAS, a partir ali daquela data de 2008 e de 2009, pós-capitalização, que impacto eles tiveram com a forma de escolha dos investimentos, a forma como eles foram conduzidos no prejuízo que a PETROBRAS tem hoje? E qual foi o papel de Guido Mantega? Porque Guido Mantega não tem um papel menor. Ele era o Ministro do Planejamento, foi o Ministro da Fazenda, era Presidente do Conselho de Administração da PETROBRAS. Então, o que que ele fez? Ele, contrariando a Lei do Petróleo, ele, como Ministro, levou uma decisão de Governo para dentro da PETROBRAS, tirou da PETROBRAS o direito de emitir o preço do combustível e obrigou a PETROBRAS a assimilar um prejuízo de 100 bilhões de reais, que é o que o senhor aqui estimou, que é o prejuízo da administração do preço de combustíveis.

E depois — uma história rápida, para concluir —, que o Sr. José Sérgio Gabrielli... Eu estou me dedicando a estudá-lo porque ele foi muito doutoral aqui, e me parecia cínico e muito irônico, e foi um pouco hipócrita. Eu vou ficar acompanhando essa história. O Sr. Sérgio Gabrielli aprovou em 2009 o plano de investimento anual da PETROBRAS sem a RNEST, que é Abreu e Lima. E aí conta-se uma história de que o Sr. Paulo Roberto Costa... Aliás, perdão, tenho que dar um



passo para trás. O então Presidente Lula, o mesmo que tem o sítio de Atibaia que vem agora na *Veja* desta semana que recebeu investimentos maravilhosos, talvez um SPA de segurança máxima em Atibaia que talvez possa servir para prisão domiciliar no futuro, o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva fez o seguinte: convocou ao Palácio do Planalto o Conselho de Administração da PETROBRAS e a Diretoria Executiva da PETROBRAS. Eu queria saber se isso era normal, usual, na história da PETROBRAS. Ao que me conste, não, não era rotineiro. O Sr. Luciano Coutinho disse que foi a única vez em que ele viu, enquanto membro do Conselho de Administração, isso acontecer na PETROBRAS. E nesta reunião o Sr. Paulo Roberto Costa apareceu com um jornal dizendo que na década de 70 Pernambuco sonhava com uma refinaria e que era hora de fazer justiça, e Lula mandou fazer a RNEST, contra todos os pareceres técnicos da PETROBRAS. Eu queria saber se o senhor conhece essa história, porque eu perguntei para o Dr. Luciano Coutinho, e o Dr. Luciano Coutinho aqui tergiversou e fugiu da resposta. Por que que ela é importante? Porque, se nós entendermos e conseguirmos provar que realmente o Presidente Lula interferiu na PETROBRAS para fazer a RNEST e os amigos dele pegaram os contratos da RNEST e beneficiaram inclusive o “sítio que ele usa” — entre aspas, porque não está no nome dele, mas está no nome do sócio do filho —, e se o Guido Mantega, com Dilma Presidente, administra o custo do combustível, que tem impacto decisivo no processo eleitoral e causa à companhia, irregularmente, o prejuízo de 100 bilhões de reais, nós estamos falando aqui de crime de responsabilidade de um e de outro. Portanto, eu queria uma breve análise do senhor sobre o que eu acabei de dizer.

O SR. MAURO GENTILE RODRIGUES DA CUNHA - Deputado, tentando lembrar todos os pontos aqui, primeiramente, sobre o comentário do jurista Gilson Dipp, eu ouço notícias, nos últimos 2 dias, de que a PETROBRAS está pedindo para entrar como assistente de acusação do Ministério Público em algumas das ações penais. Recebo essa notícia com alívio, porque, em várias das comissões internas de apuração que chegaram ao Conselho de Administração, havia a definição de culpabilidade de determinados ex-administradores e a determinação de que fossem tomadas as medidas. E elas estavam demorando, e isso me deixando bastante angustiado. Existem medidas que podem ser tomadas no âmbito do Ministério



Público, da improbidade, inclusive esta é a recomendação da unidade jurídica da PETROBRAS; existe a ação de responsabilidade do art. 159 da Lei das Sociedades Anônimas, que não foi utilizada, embora, no meu entendimento, seria o caso. No meu entendimento, demorou, está demorando para isso acontecer. Nós estamos falando de alguns atos que aconteceram há quase 10 anos, e não termos iniciado atos na Justiça causa espécie. Com relação aos 70 bilhões, se foi uma benção ou tragédia, bom, o resultado nós já temos — é muito fácil dirigir olhando para o retrovisor. As ações caíram muito. Mas eu acho fundamental mencionar, Deputado, que mau negócio não é crime. Quer dizer, é perfeitamente lícito a uma empresa tomar dinheiro do mercado e perder dinheiro, e a gente não pode criminalizar esse ato. A responsabilidade dos gestores da PETROBRAS, como eu disse na minha abertura, deve ser medida pela régua da responsabilidade corporativa, que tem duas vertentes: a lealdade e a diligência. E através da análise dos atos de gestão de todo esse período, a que eu não tive acesso, é que se pode chegar à conclusão do que foi feito com relação a esse dinheiro. Em relação a cheques em branco, imagino que o Deputado se refira ao processo de aprovação de investimentos da PETROBRAS. Eu tendo a concordar que o processo é falho, e me manifestei no Conselho... No período em que eu estive, ou eu estou ainda, no Conselho de Administração, eu não me recordo de nenhum projeto individual que tenha sido levado para aprovação no Conselho de Administração, o que é uma situação inusitada em empresas de capital aberto. Toda empresa tem um nível “x” a partir do qual o projeto, individualmente, é levado para o Conselho, com as suas taxas de retorno e tudo o mais. Aqui entra um pouco o problema das brechas de governança da PETROBRAS, que acabaram se tornando muito importantes. Dentro das alçadas aprovadas pelo Conselho de Administração contra o meu voto, todo investimento que se encaixe dentro do Plano de Negócios e Gestão — PNG encontra-se automaticamente aprovado. Então, nós recebemos uma alocação setorial, conceitual, dos investimentos e aprovamos, no ano de 2014, sem o meu voto, 94 bilhões de reais de investimentos, nos quais a Diretoria tem inclusive poder discricionário. Eu não considero essa uma prática adequada de governança. E temos algumas outras situações. Por exemplo, contrato com o acionista controlador nem precisa passar pelo Conselho de Administração. Contrato de cessão onerosa, por exemplo, de 15 bilhões de reais não passou pelo



Conselho de Administração. Foi apresentado como uma oportunidade, mas não para deliberação. Com relação ao papel do Presidente do Conselho, eu repito que ele deve ser medido pela régua da responsabilidade, a partir da análise dos documentos de gestão, das atas. No que tange especificamente à gestão da política de preços, eu de fato me incomodei e me insurji algumas vezes, inclusive em petição a CVM, porque alguns dos argumentos utilizados para que não se aumentasse o preço dos combustíveis, notadamente durante os anos de 2013 e 2014, não se sustentavam. Mas isso tudo está em ata, e os senhores poderão requisitar acesso a isso. Sobre uma suposta reunião no Palácio do Planalto, é um período que antecede muito a minha gestão. Eu também escutei algo parecido, e solicitei as atas tanto da Diretoria quanto do Conselho desse período. Infelizmente, não fui atendido. Então, esse é um documento que entrou na lista das solicitações não atendidas ao Conselho de Administração, embora o conselheiro tenha a prerrogativa de ter acesso a esse tipo de informação.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Presidente, eu reputo como altamente relevante o que foi dito aqui agora, porque eu estou aqui com o Estatuto da PETROBRAS nas mãos, e o art. 28 estabelece o que cabe ao Conselho de Administração da PETROBRAS. E, por exemplo, aprovar o plano estratégico, no item II do art. 28... E aí há toda uma série aqui... Eu não vou gastar tempo. Eu só queria pedir a V.Exa. que o extrato da resposta dada, com os questionamentos que fiz, fosse editado pela CPI, pedindo o trabalho da Taquigrafia, e fosse enviado ao Dr. Sérgio Moro e ao Ministério Público Federal, porque essa sequência da exposição do Dr. Mauro pode abrir uma nova linha investigativa e de responsabilização da Diretoria Executiva da PETROBRAS e dos Conselheiros da PETROBRAS. Porque é aquilo que eu disse e V.Exa. ouviu no último depoimento que houve aqui: eu não consigo enxergar um tamanho grau de desvio ao caixa da PETROBRAS sem que houvesse uma coordenação, e essa coordenação, como disse o Dr. Fernando Sá, que esteve aqui antecedendo o Dr. Mauro Cunha, ela, na minha opinião — agora tenho que falar como Parlamentar e como investigador aqui da CPI, Sr. Presidente —, está no topo da pirâmide de comando da PETROBRAS dos últimos 10 anos. E essas pessoas precisam ser responsabilizadas e não escapar ilesas, como



aparentemente estão escapando, da mão da Justiça, da mão do Ministério Público e da responsabilidade que devem à sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Deputado Onyx Lorenzoni e passo a palavra para o Deputado Efraim. *(Pausa.)*

Na ausência do Deputado Efraim, tem a palavra a última Deputada inscrita, Deputada Mara Gabrilli. *(Pausa.)* Não vai utilizar a palavra?

Temos ainda aqui, na lista dos não membros, o Deputado João Gualberto, que também não se encontra.

Antes de passar a palavra para o Dr. Mauro Cunha, voltamos agora a palavra para o Relator, Deputado Luiz Sérgio.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Mauro Cunha, a questão relativa à corrupção, ela é também um processo de uma certa cultura. A PETROBRAS sempre foi vista como uma empresa muito forte, muito poderosa, mas a questão relativa a denúncias de corrupção não é uma questão nova.

O jornalista Paulo Francis fez uma denúncia, há muito tempo, de que os diretores da PETROBRAS tinham contas em bancos suíços. A PETROBRAS, em vez de investigar, corporativamente resolveu processar o jornalista.

Ainda na década de 90, talvez 1996 ou 1998, uma única pessoa, sem ter um parque industrial para a construção das plataformas, sozinha, ela deteve contratos, se não me engano algo em torno de 16 contratos para construção de plataformas. O ativo que ele tinha eram exatamente os contratos que ele tinha na PETROBRAS. Novamente foram feitas denúncias de corrupção. A PETROBRAS não apurou.

Do ponto de vista de um professor e de um auditor, V.Sa. entende que não se terem levado em consideração essas denúncias pode ter criado uma cultura de impunidade na empresa para aqueles que estavam no alto escalão da empresa?

O SR. MAURO GENTILE RODRIGUES DA CUNHA - Deputado, eu tenho muita dificuldade de comentar sobre questões anteriores ao período em que eu me aproximei da PETROBRAS. Alguns dos atos que estão sendo objeto de investigação desta CPI voltaram a nós, nesta gestão 2013/2014, através de comissões de apuração e tudo o mais. Eu não tenho como julgar a cultura da PETROBRAS há 10, 20 anos.



O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas, como auditor, V.Sa. não pode nem omitir uma opinião, quando é feita uma denúncia como a que foi feita e a empresa, em vez de apurar, processa o denunciante? V.Sa. não tem nenhuma opinião, se é certo ou se é errado, no seu juízo de valor?

O SR. MAURO GENTILE RODRIGUES DA CUNHA - Eu considero errado, por exemplo, eu ter sido alvo de uma interpelação da companhia baseada numa...

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Não foi isso o que lhe perguntei.

O SR. MAURO GENTILE RODRIGUES DA CUNHA - Mas é a mesma ação, ou não?

O SR. DEPUTADO IZALCI - O Relator, infelizmente, está...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - A palavra está garantida ao Relator.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Em outro momento V.Sa. se dirigiria, como advogado...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Mas eu não induzi... Não estou induzindo.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - ... a expressão sempre utilizada por advogado. Ele pode dizer que não quer emitir nenhum juízo de valor, aceito, sobre a pergunta.

O SR. MAURO GENTILE RODRIGUES DA CUNHA - É, Deputado, eu realmente tenho dificuldade de julgar um ato complexo que aconteceu, do qual eu não participei. Acho só importante fazer uma correção: eu não sou auditor. Apesar de membro do Comitê de Auditoria naquele momento, eu era conselheiro da companhia. A função de auditor...

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Eu só quero deixar registrado que eu não lhe perguntei para fazer um julgamento, eu perguntei se V.Sa. poderia dar uma opinião acerca deste fato. Porque, se um jornalista faz uma denúncia e é processado, na minha visão vai se construindo uma cultura de impunidade.

O SR. MAURO GENTILE RODRIGUES DA CUNHA - Para eu dar opinião sobre esse fato, eu precisaria ter todas as informações daquele momento, e eu, infelizmente, não tenho.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa., segundo notícias veiculadas por diversos órgãos de imprensa, tem críticas à contabilidade da PETROBRAS e



participou do Comitê de Auditoria. Nesse período, V.Sa. apresentou alguma proposta concreta para tornar esse mecanismo de contabilidade mais eficiente?

O SR. MAURO GENTILE RODRIGUES DA CUNHA - Sim. Na realidade, quando nós identificamos eventuais problemas, nós partimos do princípio de que aquilo é um ponto dentro de um todo. E isso causa uma preocupação sistêmica. Quando eu identifiquei o problema na contabilização dos ativos de refino, eu me aprofundei no mesmo, solicitei maiores informações e detalhamento das planilhas de cálculo utilizadas para isso — que não me foram entregues — e argumentei que a abordagem contábil utilizada de considerar todas as refinarias como se fossem uma só unidade geradora de receita talvez propiciasse uma deficiência de análise no teste de imparidade. Então, propus que isso fosse olhado de uma maneira mais atomizada.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E V.Sa. administra ou já administrou algum fundo de investimento ou empreendimento ligado ao mercado de capitais no Brasil ou no exterior? Se positivo, quais? Qual é o valor administrado por esse fundo, ou fundos? É possível detalhar se esses fundos tinham investimento em ações da PETROBRAS?

O SR. MAURO GENTILE RODRIGUES DA CUNHA - Deputado, eu fui analista e gestor de investimento por mais de 20 anos, registrado na CVM, então geri fundo de investimento em diversos momentos até 2011, até janeiro de 2012. A partir de então me desliguei completamente. Hoje... Inclusive pedi a suspensão do meu registro na CVM. Isso aconteceu em 2012 ou 2013, se não me engano. Então, hoje eu não administro nenhum fundo de investimento.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas, antes, esses fundos tinham investimentos na PETROBRAS?

O SR. MAURO GENTILE RODRIGUES DA CUNHA - Pontualmente, sim.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Pontualmente, sim.

V.Sa., aqui e na sua apresentação, tece uma certa crítica à política brasileira acerca dos investimentos, principalmente em ações. Os órgãos de controle, no caso o semelhante à Comissão de Valores Mobiliários, o órgão semelhante a esse nos Estados Unidos, certificou a PETROBRAS. V.Sa. teve conhecimento desse ato?



O SR. MAURO GENTILE RODRIGUES DA CUNHA - Deputado, eu não tenho conhecimento do que seja a CVM certificar a PETROBRAS. O balanço da PETROBRAS? A PETROBRAS é uma empresa de capital aberto com registro na CVM desde 1977. Ela recebe as informações da companhia sem tomar qualquer juízo de valor.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Em 2007, o órgão americano que faz o papel, aqui no Brasil, relativo à Comissão de Valores Mobiliários, ele certificou a PETROBRAS como uma empresa que estava bem avaliada e cumprindo as normas exigidas para uma empresa que negocia ações na Bolsa de Nova Iorque. V.Sa. teve conhecimento disso? Tem crítica...?

O SR. MAURO GENTILE RODRIGUES DA CUNHA - Eu desconheço essa certificação, Deputado. Eu entendo que também na SEC a PETROBRAS tenha o seu registro, talvez desde a década de 90, quando houve uma oferta de ações ordinárias. E eu não sei a natureza dessa certificação. Então, peço desculpas.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - O Comitê de Auditoria participa de alguma maneira da indicação de diretores?

O SR. MAURO GENTILE RODRIGUES DA CUNHA - O Comitê de Auditoria, não. O Comitê de Remuneração e Sucessão, sim.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Neste período em que V.Sa. esteve no Comitê de Auditoria, V.Sa. recebeu muitas denúncias contra diretores da PETROBRAS no que se refere a denúncias de corrupção?

O SR. MAURO GENTILE RODRIGUES DA CUNHA - Não. Nós recebíamos relatórios da auditoria interna e da Ouvidoria-Geral. Esses relatórios evoluíram de um caráter consolidado, em que a gente não enxerga exatamente a denúncia "A" ou a denúncia "B", e, por solicitação do próprio Comitê, começamos a ver os assuntos de maior destaque com maior detalhe. Mas nunca houve debate, que eu me recorde, sobre um ato qualquer de um diretor, isoladamente.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Porque aqui na CPI, às vezes como pergunta e às vezes como afirmação, muitos dos Parlamentares, enquanto perguntam, dizem não concordar que os órgãos de auditoria e de ouvidoria não tivessem captado nenhuma denúncia desta gravidade, e muitos não concordam que



o Conselho de Administração não tivesse também captado essas denúncias desta gravidade.

V.Sa. esteve no Comitê de Auditoria por um período. Nesse período, V.Sa. pôde buscar apurar fatos que eram conhecidos, mas nenhum fato novo chegou de denúncia contra o diretor “A” ou o diretor “B” da PETROBRAS?

O SR. MAURO GENTILE RODRIGUES DA CUNHA - Houve alguns atos, que inclusive já são de domínio público, que surgiram não de denúncias externas, mas de investigações da própria PETROBRAS, através da auditoria interna. Eu faço referência, por exemplo, ao contrato de SMS internacional, que, depois de um trabalho da auditoria interna, redundou numa redução de 50% mais ou menos no valor do contrato. Esse processo foi acompanhado pelo Comitê de Auditoria. O que ficou claro, em 1 ano de atuação nesse Comitê, Deputado, é que alguns canais estavam entupidos, por assim dizer.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Bloqueados.

O SR. MAURO GENTILE RODRIGUES DA CUNHA - E hoje se pode dizer que claramente o canal de denúncias da PETROBRAS não foi eficaz para trazer à alta Direção os problemas que estavam acontecendo.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Outra questão relativa a políticas de preços levantada aqui por V.Sa.: em alguns momentos, a política de preços coloca os combustíveis abaixo do que seria uma cotação internacional de preços. Em alguns momentos, como no momento atual, os preços estão acima. Então V.Sa. defende uma flutuação permanente da política de preços?

O SR. MAURO GENTILE RODRIGUES DA CUNHA - Deputado, não cabe a mim, como Conselheiro da PETROBRAS, escolher a melhor política. Isso tem que ser dado pelo ambiente legal. Cabe a mim, como Conselheiro da PETROBRAS, averiguar se a política exercida atende aos ditames da lei. Nós temos uma lei que prescreve o princípio da livre concorrência na precificação dos derivados de petróleo. Infelizmente essa livre concorrência não existe hoje, porque ninguém, em sã consciência, iria investir na atividade de refino de petróleo sabendo que o maior operador, que é a PETROBRAS, pode, durante largos momentos de tempo, precificar seus produtos muito abaixo ou muito acima daquilo que é permitido pela realidade do mercado. O refino permite uma margem estreita sobre um volume muito



grande que é produzido, e se essa margem é comida por uma administração, por qualquer motivo que seja, torna inviável o princípio da livre concorrência. Então, nesses 2 anos no Conselho de Administração da PETROBRAS, eu pautei a minha crítica à política de fato exercida não pelo seu mérito, mas pela sua adequação ao que diz a lei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço ao Relator.

Passo a palavra ao Sr. Mauro Cunha, para que ele possa fazer as considerações finais e nós possamos dar seguimento às demais oitivas que temos marcadas para o dia de hoje.

O SR. MAURO GENTILE RODRIGUES DA CUNHA - Sr. Presidente, eu agradeço. Não tenho mais nenhuma colocação a fazer. Fiz uma exposição até um pouco longa na abertura, na qual eu trazia os pontos principais. Faço votos de que realmente esta CPI encontre, na análise dos atos de gestão, um trabalho complementar ao esforço que está sendo feito pela Justiça. Ambos esses esforços, eu tenho certeza, vão contribuir para uma PETROBRAS mais forte. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço ao Dr. Mauro Cunha que aqui esteve presente participando da CPI. *(Pausa.)*

Estamos só aguardando o Sr. Nilo Carvalho descer para que possamos iniciar a sua oitiva. *(Pausa.)*

Convido o Sr. Nilo Carvalho Vieira Filho para tomar assento à mesa. *(Pausa.)*

Registro que V.Sa. prestará seu depoimento na qualidade de testemunha. Nesse sentido, recaindo sobre a testemunha intimada a depor o dever de dizer a verdade, exorto V.Sa. a prestar o compromisso de fazê-lo sobre o que souber e lhe for perguntado, nos termos do disposto nos arts. 203 e 210 do Código de Processo Penal. Advirto ainda que o descumprimento por parte da testemunha desse dever legal...

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Sa. tem o tempo de até 20 minutos para a sua exposição inicial.

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Boa tarde a todos os Srs. Deputados, às Sras. Deputadas e a todos os presentes. Eu me formei em



Engenharia Mecânica e, em 1985, entrei na PETROBRAS através de concurso público para a carreira de analista de comercialização e logística. Dos primeiros 10 meses a 1 ano na PETROBRAS, é um curso que todos os novos empregados fazem. Em seguida, eu fui trabalhar na área de petróleo, na área de comercialização. Os senhores verão, ao longo da minha trajetória, que basicamente toda a minha carreira foi na área de comercialização, de negociação, enfim, nessa área. A minha primeira função na PETROBRAS — função como chefe — ocorreu de 1990 a 1991, quando eu fui nomeado chefe do Setor de Comercialização Externa de Petróleo. Era o setor, na ocasião, responsável pela importação de petróleo para a PETROBRAS. Eu fiquei nessa posição durante aproximadamente 7 ou 8 meses, quando, então, eu fui nomeado para ir para o exterior, para Londres, onde eu fiquei como *trader* de petróleo e de derivados durante 4 anos. *Trader* é a pessoa que comercializa, que compra, vende, analisa o mercado e fecha os negócios em nome da companhia, tanto de petróleo quanto de derivados, tanto de compra quanto de venda. Fiquei em Londres até setembro de 95, quando retorno ao Brasil e sou nomeado chefe da Divisão de Comercialização Externa de Derivados. Essa divisão era responsável pela importação e exportação de todos os derivados da PETROBRAS. Então, listo: GLP, que é o gás de cozinha; nafta; petroquímica; gasolina; querosene de aviação; *diesel*; óleo combustível; parafinas, que são usadas para fazer velas, por exemplo; lubrificantes; solventes e outros produtos. Todos os derivados da PETROBRAS, então, estavam sob essa Divisão de Comercialização Externa de Derivados. Ao final de 97 e início de 98, na verdade, bem no iníciozinho de janeiro de 98, eu sou nomeado Superintendente-Adjunto do Abastecimento, Marketing e Comercialização, que era o segundo cargo da área comercial da PETROBRAS. Havia o Superintendente-Geral e eu era o Superintendente-Adjunto. Como Superintendente-Adjunto, eu cuidava não só da importação e exportação de derivados, como antes falei, mas também cuidava da importação e exportação de petróleo, da comercialização doméstica de todos os derivados da PETROBRAS e da política de *marketing*. Ali eu fiquei durante 2 anos, quando, no início de 2000, em janeiro de 2000, eu sou nomeado Diretor de Downstream — *downstream* é o abastecimento — da BRASPETRO. A BRASPETRO era uma subsidiária que a PETROBRAS possuía e que era a subsidiária responsável pelos investimentos no



exterior. Naquela época, a BRASPETRO estava começando a fazer investimentos na área de *downstream*, na área de abastecimento. Eram refinaria e postos de serviço. Fiquei como Diretor da BRASPETRO durante aproximadamente 15 meses, até março de 2001, quando a BRASPETRO foi incorporada pela PETROBRAS e transformada na Diretoria Internacional da PETROBRAS. Nascia ali a Diretoria Internacional da PETROBRAS. E eu assumi o cargo, então, de Gerente Executivo de Abastecimento Internacional. Fiquei durante, então, 7 meses, aproximadamente, 8 meses, como Gerente Executivo de Abastecimento Internacional. A PETROBRAS, nesse momento, comprou uma empresa argentina chamada de EG3, que possuía uma refinaria e postos de serviço, e eu fui nomeado Diretor da área comercial e da área industrial dessa empresa chamada EG3, na Argentina, para onde eu me dirigi no início de 2002, final de 2001, dezembro de 2001, janeiro de 2002. E lá fiquei durante 1 ano e meio. Após 1 ano e meio, a PETROBRAS comprou a Pérez Companc, na Argentina. Era um processo de expansão que estava ocorrendo na área internacional da PETROBRAS. A Pérez Companc era uma grande companhia na Argentina e foi transformada na PETROBRAS Energia, que é a PESA, como é conhecida hoje. Ela absorveu a EG3. Então, eu passei a ser o Gerente de Comercialização Externa da PETROBRAS Energia, onde fiquei durante cerca de 1 ano, até que, em meados de 2004, junho de 2004, eu fui convidado para voltar ao Brasil como Gerente Executivo de Marketing e Comercialização, que era o cargo máximo na área de comercialização da PETROBRAS, de derivados, petróleo, *marketing*, mercado internacional, mercado doméstico e os escritórios no exterior. Ali eu fiquei durante 4 anos, até meados de 2008, e finalmente chegamos ao início de 2009, quando é criado o COMPERJ, em fevereiro de 2009. Em fevereiro de 2009, eu sou, então, nomeado Presidente do COMPERJ, cargo em que eu ficaria até setembro de 2013, quando o COMPERJ foi incorporado pela PETROBRAS e a empresa foi extinta. Por que foi criado o COMPERJ? O COMPERJ foi criado por decisão da empresa, que tinha como objetivo estratégico não ter 100% das ações do COMPERJ. Não era objetivo da PETROBRAS ter 100% da petroquímica. Então, para que fosse possível segregar os investimentos que estavam sendo feitos no COMPERJ e, ao mesmo tempo, negociar com os futuros sócios, prospectar os sócios e negociar com eles, foi criada a empresa COMPERJ S.A. A empresa



COMPERJ S.A. tinha a função, portanto, de segregar os ativos da PETROBRAS nesse investimento e negociar com os sócios. Não tinha a função de construir o COMPERJ. A construção do COMPERJ era executada dentro da PETROBRAS, por outros órgãos. Existe uma Gerência-Geral, ligada ao Diretor de Serviços da PETROBRAS, chamada Gerência-Geral do COMPERJ, também com o mesmo nome Implementação do COMPERJ, e havia uma Gerência-Geral ligada ao Diretor de Abastecimento chamada de Gerência-Geral de Implantação do COMPERJ. Portanto, duas gerências-gerais dentro da PETROBRAS eram as responsáveis pela implantação do empreendimento, que já vinha ocorrendo e continuou depois, e foram criadas empresas com o objetivo de se agregar esses investimentos e poder, então, negociar com os sócios, para que a PETROBRAS tivesse cerca de 40% da petroquímica. Naquele momento, o COMPERJ vinha com um conceito que nasceu em 2003. Em 2003, quando nasceu o conceito do COMPERJ, entrava petróleo e saíam petroquímicos. E esse era o conceito que estava em vigor em fevereiro de 2009, quando foram criadas as empresas. Mas como isso acontecia? Da seguinte forma: o petróleo entrava, e a primeira unidade do COMPERJ petroquímico era uma refinaria. Era uma refinaria que produzia *diesel*, que produzia querosene de aviação, gasolina. Enfim, era uma refinaria, uma refinaria convencional, embora sofisticada, porque era uma refinaria moderna. Da metade para frente, o COMPERJ era uma petroquímica, uma petroquímica convencional, que tinha a central de matérias-primas e todas as plantas mais convencionais na produção de petroquímicos. Muito bem. Por que se diz, então, que entrava petróleo e saíam petroquímicos? Porque entre a refinaria e a petroquímica existia uma unidade de processo que seria construída pela primeira vez — não existe no mundo nenhuma unidade de processo como essa — que transformaria o *diesel* da refinaria do COMPERJ em insumos petroquímicos. Que insumos são esses? Eteno e propeno. Então, o que ligava e fazia o complexo ser integrado, refinaria e petroquímica, era uma unidade chamada FCC Petroquímico, que estava sendo desenvolvida para ser construída pela primeira vez. Ao longo de 2009, no entanto... Observem que a empresa COMPERJ foi criada em fevereiro de 2009, mas, ao longo de 2009, depois da grande recessão, da grande crise financeira havida, os técnicos da PETROBRAS estavam reavaliando e reanalisando o COMPERJ. E a conclusão a que estavam chegando...



O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Sr. Presidente, desculpe-me por interromper o orador, que está dentro do tempo e tudo, mas nós estamos querendo saber objetivamente sobre a questão da corrupção no COMPERJ, e não saber o que acontece, o que era o plano do COMPERJ, porque isso aí está tudo paralisado. Então, nós estamos aqui... Temos outros depoentes.

V.Exa. me perdoe...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kaio Maniçoba) - A palavra está garantida ao Sr. Nilo Carvalho por 20 minutos. Pode ficar à vontade, depoente.

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Pois não. O que eu estava explicando é o seguinte: é que, naquele momento, em 2009, os técnicos estavam debruçados sobre a economicidade do projeto. Então, a decisão que estava sendo indicada pelos técnicos era de não mais construir essa unidade de processamento que ligaria a refinaria à petroquímica. Ao fazer isso, a refinaria ficou, dentro do *site* do COMPERJ, como uma refinaria. E essa decisão foi tomada em fevereiro de 2010 pela Diretoria da PETROBRAS. Então, o que acontece? A refinaria ficou sendo uma refinaria, e a petroquímica continuou sendo uma petroquímica, apenas não era uma coisa integrada, como antes. Quando o COMPERJ foi criado, portanto, a função da empresa COMPERJ S.A. — não digo das gerências-gerais do COMPERJ, mas da empresa COMPERJ S.A. — era segregar os ativos petroquímicos e negociar com os possíveis sócios. No início, esses ativos petroquímicos incluíam a refinaria. A partir de dezembro de 2010, esses ativos petroquímicos não mais incluíam a refinaria. Então, partiam simplesmente da unidade de produção de petroquímicos básicos, que eu mencionei, e da petroquímica convencional. Eu achei importante explicar isso porque existe uma confusão. As pessoas confundem a Refinaria do COMPERJ com o Complexo Petroquímico do COMPERJ. Originalmente era realmente uma coisa só, mas, a partir de fevereiro de 2010, a Refinaria do COMPERJ torna-se independente do Complexo Petroquímico do COMPERJ, embora os dois estejam no mesmo *site*. Eu fico à disposição dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kaio Maniçoba) - Com a palavra o Sub-Relator, Deputado Valmir Prascidelli.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sr. Presidente, o Relator Luiz Sérgio precisou sair e pediu para que eu ficasse em seu lugar. Como ele está



adotando a prática de o Sub-Relator Altineu Côrtes fazer as perguntas primeiro, vamos seguir essa prática.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Quero agradecer ao Relator Luiz Sérgio e ao Deputado Valmir Prascidelli.

Sr. Presidente, vou começar meus questionamentos.

Eu quero até falar da minha ansiedade, porque eu estive com o Sr. Nilo, quando fui Deputado Estadual, numa visita ao COMPERJ. Fazendo parte desta Comissão, sabendo do sofrimento do povo de Itaboraí, no Rio de Janeiro, e de toda a corrupção, a primeira pergunta que eu faço ao senhor é a seguinte. O senhor relatou aqui uma história na PETROBRAS. Como o senhor se sente, depois de todos esses anos na PETROBRAS, por ter presidido um projeto como o COMPERJ, no qual é apontada a maior corrupção deste País? O senhor foi o Presidente de um projeto que assaltou o País!

Esta é a minha primeira pergunta: o senhor se sente bem? O senhor tem família? Tem filhos? Como o senhor se sente com isso?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Sr. Deputado, o COMPERJ é dividido, como eu disse, em uma refinaria e uma área petroquímica. As empresas COMPERJ/S.A., que eu presidi, não tinham a ver com a refinaria; tinham a ver com a petroquímica, com o desenho da petroquímica e com a negociação com os sócios. Essa é a diferença que eu gostaria de deixar marcada aqui. Eu não tinha nenhuma ligação com a refinaria.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Sr. Nilo, eu quero lhe dizer que o senhor está aqui hoje e eu gostaria que o senhor respondesse concretamente os nossos questionamentos, porque ninguém aqui está perdendo tempo.

O senhor foi Presidente do COMPERJ. Se é refinaria, se é a parte petroquímica que ia ser construída, isso eu não estou... O senhor foi Presidente do COMPERJ. Durante esse tempo em que o senhor esteve lá, o senhor sabe que eu participei, ali no COMPERJ, de algumas greves. O senhor sabe bem, porque o senhor estava lá dentro, na Diretoria, presidindo o COMPERJ, enquanto os funcionários estavam lá fora, sofrendo. Eu estava lá, muitas vezes, em cima do caminhão, e observava que havia ali um combinado entre o COMPERJ — entre o



senhor, que era Presidente, e os seus subordinados — e os empresários, enquanto os trabalhadores estavam fazendo papel de bobo.

O senhor, como Presidente do COMPERJ, acha que as greves beneficiaram os empresários em relação aos aditivos que foram feitos dentro do empreendimento de que o senhor era Presidente?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Deputado, eu era Presidente das Empresas COMPERJ Petroquímicas.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - O senhor já respondeu isso.

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - E essas empresas não estavam construindo nenhuma unidade naquele momento, como não foram construídas até hoje. Então, o que estava em construção não estava sob a minha gestão. Eu gostaria de poder esclarecer ao senhor, mas realmente não estava sob a minha gestão.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Mas o senhor foi Presidente do COMPERJ! Hoje nós temos, no balanço da PETROBRAS, que foi publicado, que o maior prejuízo que aconteceu foi no COMPERJ. A Operação Lava-Jato aponta o COMPERJ. O senhor foi Presidente do COMPERJ. Então, o senhor está dizendo que o COMPERJ não é o COMPERJ que foi citado na corrupção? O COMPERJ é COMPERJ? Há dois COMPERJs? Como funciona isso? Nós não estamos entendendo. Eu, pelo menos, não estou entendendo isso bem.

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Eu vou esclarecer ao senhor. O COMPERJ era composto por uma refinaria 100% PETROBRAS, cuja construção era gerenciada pela PETROBRAS, havendo duas gerências gerais do COMPERJ dentro da PETROBRAS, uma ligada ao Diretor de Serviços, chamada Gerência- Geral de Implementação do COMPERJ, e outra ligada ao Diretor de Abastecimento, chamada Gerência-Geral de Implantação do COMPERJ. Eu não tinha ligação com esta área. A minha função, quando eu fui contratado e nomeado pela PETROBRAS para assumir a Presidência do COMPERJ, não era obra; a minha função era COMPERJ Petroquímico.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - O que foi contratado pelo COMPERJ Petroquímico? Quais licitações foram feitas?



O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - O COMPERJ Petroquímico, isoladamente, não chegou a fazer licitações, porque nós negociávamos com os sócios a estrutura das companhias para construir o COMPERJ Petroquímico. Só que o COMPERJ Petroquímico não avançou até hoje, senhor.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Eu gostaria de saber, porque não estou entendendo bem: Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro — COMPERJ. O senhor é o ex-Presidente do COMPERJ. Dentro do complexo petroquímico, haveria as refinarias e a unidade petroquímica.

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Sim.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Então, o senhor acha que esse título de ex-Presidente, naquele momento, Presidente do COMPERJ, era um título errado? Com a refinaria e com tudo o que foi construído ali o senhor não tinha nada a ver? E era Presidente, ao mesmo tempo, do COMPERJ, onde estava... Era tudo ali dentro, mas com essa parte o senhor não tinha nada a ver?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Eram diversas empresas dentro de uma área.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - O senhor era Presidente do COMPERJ, que era essa área?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Eu era Presidente do COMPERJ...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Que era essa área toda?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Não, não, não, senhor.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Não?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Não.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Então, lá em Itaboraí, aquela área toda não é o COMPERJ? Tem outro nome?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Não. Ela pode ter o mesmo nome por uma questão de marca, não é? Mas, na verdade, ali existiam diversas empresas. Existiam o COMPERJ Participações, o COMPERJ Poliolefinas, o COMPERJ MEG, o COMPERJ Estirênicos e a parte do COMPERJ que era a refinaria da PETROBRAS. Ou seja, essas outras unidades que eu mencionei, essas outras empresas, que eram as empresas que estavam se dedicando à construção do COMPERJ Petroquímico, não avançaram.



O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - E o senhor era Presidente de qual COMPERJ, no meio desses tantos COMPERJs que o senhor citou?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Petroquímico. Da parte petroquímica.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Quando eu fui Deputado Estadual, nós, da Assembleia Legislativa, fomos fazer uma visita lá — devia haver outras autoridades presentes, não me lembro bem —, e o senhor nos recebeu, como Presidente daquele complexo.

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Sim.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - O senhor era o Presidente do complexo todo ou era do Petroquímico? Eu estou confuso nisso.

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Só do Petroquímico. Mas eu explico para o senhor.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Mas por que o senhor nos recebeu, se o senhor era Presidente só de um pedaço?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Eu explico para o senhor. O que acontece é que é muito difícil... Normalmente, um empregado da PETROBRAS... Pelo menos essa era a minha maneira de ver as coisas e de fazer as coisas... Eu entendia que era minha responsabilidade ter um relacionamento com o público externo que fosse o mais gentil possível. Então, quando eu recebia Deputado, outras pessoas, outros visitantes, eu não ia ficar gastando o tempo das pessoas tentando explicar esses detalhes de que *“aqui é uma empresa, aqui é outra empresa”*. Eu não me preocupava com isso. Eu achava que o importante era mostrar o empreendimento. E naquele momento eu acreditava muito no empreendimento. Agora, a verdade é que, naquele momento, existia um COMPERJ que estava 100% na PETROBRAS e existia um COMPERJ que era 100% da PETROBRAS, mas eram CNPJs diferentes.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Quem era, para poupar o tempo do senhor, então, o responsável, ou quais eram os responsáveis? O senhor vai me dizer quem são. O senhor está aqui sob juramento. Eu espero que o senhor não falte aqui com... ou esqueça. Quem eram os responsáveis ali, colegas do senhor — não sei se eram considerados presidentes também ou gerentes —, pelas licitações



que foram feitas naquele complexo? Quais os nomes? O Jansem, por exemplo, era um deles.

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - O Jansem era o Gerente-Geral de Implementação do COMPERJ dentro da engenharia...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Esse era um responsável pelo que acontecia ali?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Eu posso dizer ao senhor que ele era responsável pela construção, pela obra.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Opa!

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Pela obra. Certo? Eu não estou dizendo que ele fosse responsável pela licitação A ou B, mesmo porque...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Não, não. É pela construção. Mais quem além dele?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Então, dentro da Engenharia da PETROBRAS, que era um órgão subordinado ao Diretor de Serviços, havia uma gerência geral...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Não, não. Era o Renato Duque. Dentro da Gerência...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Além do Jansem?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Dentro da Engenharia, havia a Gerência-Geral do COMPERJ, chamada de Implementação do COMPERJ, e, naquele momento, o Gerente-Geral era o Engenheiro Jansem. Dentro do Abastecimento, subordinado ao Diretor de Abastecimento, havia o Gerente-Geral de Implantação do COMPERJ, que era o engenheiro Heyder Carvalho, que era o responsável por essa Gerência-Geral naquele momento.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - E quantos subgerentes havia ali sob o comando do Sr. Jansem?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Quantos gerentes?

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Subgerentes.

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Olha, Deputado, eu vou ser sincero. Eu nunca tive nenhuma reunião com o engenheiro Jansem.



O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Mas o senhor estava lá dentro. O senhor não sabe quantas subgerências havia, não?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Eu não sei, porque, como eu disse, eu não tinha nenhuma ligação com a obra. A minha função não era a obra. Então, eu não tive...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Olha, Dr. Nilo, eu vou dizer uma coisa ao senhor, com todo o respeito ao senhor, pela sua idade — o senhor é mais velho que eu: o senhor estar dentro daquele empreendimento ali e não saber quantos subgerentes o Dr. Jansem tinha, realmente...

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Não sei. Agora...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Realmente, é esquisito, entendeu? O senhor está ali dentro, o senhor recebeu ali a Assembleia Legislativa, o senhor atendia todo mundo. Havia lá aqueles módulos, onde a PETROBRAS... Havia o canteiro de obra da PETROBRAS. O senhor não sabe quantos subgerentes o Jansem tinha? O senhor ficou lá 4 anos! Então, realmente...

Agora, outra pergunta: quem indicou o senhor para o cargo?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - A Diretoria Executiva da PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Quem era o Diretor Executivo?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Não, a Diretoria Executiva.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Mas quem era o Diretor Executivo?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Não, o Diretor da área de Abastecimento...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Quem indicou o senhor? Quem indicou? Quem era o Diretor Executivo que indicou o senhor?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - O Diretor de Abastecimento era o Diretor Paulo Roberto Costa.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Qual é a sua relação com o Paulo Roberto Costa?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Profissional.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - De quantos anos?



O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Eu o conheci quando eu era Superintendente Adjunto da área comercial, quando ele foi trabalhar na Gerência de Gás, na ordem de 1998, 1999. Ele trabalhou durante 1 ano, mais ou menos, na Gerência de Gás, que era uma das gerências de que eu cuidava, na ocasião. Como eu disse, eu cuidava de todas as gerências de importação e exportação de produtos derivados e petróleo, além do mercado doméstico. Uma das gerências que existia era a Gerência de Gás, onde trabalhava o Paulo Roberto Costa. Ele ficou ali cerca de 1 ano, quando ele saiu e foi... Mais tarde, foi criada a GASPETRO. Eu não acompanhei a carreira dele fora do Abastecimento. Eu não tinha nenhum contato com ele fora do Abastecimento.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Durante os 4 anos em que o senhor esteve ali, o senhor assinou algum projeto, algum contrato, que, naquele momento, estivesse sendo executado ali?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Sim. Se eu assinei contrato que tenha sido negociado? Olha, deixe-me explicar, porque eu não sei se entendi bem a pergunta. Como o COMPERJ foi criado?

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Não, só para eu ser direto com o senhor: as empresas estavam lá fazendo obras dentro do COMPERJ. O senhor, como ex-Presidente, assinou algum contrato daquele, daquelas empresas?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Sim, sim. Assinei.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Quais contratos o senhor assinou? Para construir o quê?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Eu vou explicar. Como a empresa foi criada para segregar os custos da PETROBRAS e posterior negociação com os sócios, então, a partir de janeiro de 2010, o Orçamento da União, o OAI — Orçamento Anual de Investimentos, colocou dentro do COMPERJ, da empresa COMPERJ S.A., o orçamento de investimento no COMPERJ. Naquele momento, ainda não tinha sido aprovado pela Diretoria Executiva da PETROBRAS o que ocorreria 1 mês depois, em fevereiro de 2010: a separação entre a refinaria e o restante do complexo. Então, como o orçamento foi aprovado dentro do COMPERJ, e o nosso objetivo era segregar os investimentos, todo o trâmite era feito pela PETROBRAS, mas alguns contratos, a maioria deles, a maioria dos contratos foi



cedida pela PETROBRAS ao COMPERJ, e alguns contratos, mais no final do ano de 2010, cujo procedimento de contratação tinha começado depois de janeiro de 2010, nós assinamos dentro do COMPERJ. Em seguida, em setembro de 2010, a Diretoria Executiva da PETROBRAS, tendo em vista a complexidade desse procedimento, achou por bem que ele não fosse mais executado dessa forma. Todos os contratos foram devolvidos à PETROBRAS. Os investimentos eram feitos dentro da PETROBRAS, e, ao final do ano, o aporte seria feito em bens nas empresas, de tal forma a manter a segregação dos investimentos.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Olha só, eu estou satisfeito com a resposta do senhor, porque eu quero andar um pouquinho rápido aqui, porque nós queremos ouvir o Sr. Jansem. Mas, se for o caso, o senhor volta aqui outro dia, não é?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Claro!

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Porque eu, sinceramente, vou dizer uma coisa ao senhor, Sr. Nilo: esses contratos geraram aditivos. O senhor também assinou os aditivos, não é?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Olha, esses contratos que eu assinei, como eles foram devolvidos para a PETROBRAS, possivelmente os aditivos que tenham sido gerados foram gerados dentro da PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Mas o senhor não assinou aditivo nenhum?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Não. Dos contratos que vieram cedidos da PETROBRAS que eram anteriores a 2010 e que vieram cedidos para o COMPERJ com o objetivo de segregar os investimentos, alguns tiveram aditivos e foram assinados por nós.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - A minha pergunta é a seguinte: o senhor assinou contratos no COMPERJ que tiveram aditivos? Sim ou não?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Aí... Que tiveram posteriormente?

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Não, posterior ou anterior. O senhor assinou contratos no COMPERJ que geraram aditivos?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Sim, sim.



O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - O senhor participou de reuniões para a elaboração do projeto básico do COMPERJ?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Não.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Nós temos aqui uma conclusão do Tribunal de Contas da União de que a terraplenagem do COMPERJ teve um superfaturamento de 130 milhões de reais. A PETROBRAS, primeiro, apontou 17 milhões; depois, quando foi julgado no TCU, ela concordou que fossem 40 milhões. O TCU não concordou, e agora, na conclusão do TCU, 130 milhões de reais.

O senhor foi Presidente do COMPERJ. Ali seria construído, como o senhor disse... Eu preciso entender isso direito. Vou pegar inclusive a degravação desta reunião, que é para eu ouvir direito o que o senhor disse sobre haver vários COMPERJs ali dentro. Mas, como a terraplenagem atendia a tudo, o senhor assinou o contrato da terraplenagem também?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - O contrato de terraplenagem foi assinado pela PETROBRAS e, em 2010, foi cedido às empresas COMPERJ, para que houvesse a segregação dos investimentos, para futura negociação com os sócios.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Então, o senhor assinou esse aditivo também?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Assinei a recepção dos contratos e assinei um aditivo... Eu não me lembro se um ou dois aditivos.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Então, o senhor saiba que o TCU concluiu que há 130 milhões de reais de superfaturamento em um aditivo que o senhor assinou.

Eu vou parar por aqui. Tenho várias outras perguntas, mas eu quero dar espaço aos colegas, porque nós temos outra oitiva ainda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kaio Maniçoba) - Vou conceder a palavra ao Sub-Relator, o Deputado Bruno Covas.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Sr. Presidente, Sr. Nilo Carvalho Vieira Filho, quero só entender as respostas às perguntas que o Relator fez.

O senhor é Presidente da COMPERJ Petroquímica?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Petroquí...



O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Ou da COMPERJ Refinaria?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Não da refinaria.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Muito bem. E a COMPERJ Petroquímica até hoje não saiu do papel?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Até hoje não saiu do papel.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O senhor foi Presidente durante quanto tempo da COMPERJ Petroquímica?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - De fevereiro de 2009 até setembro de 2013.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O senhor era Presidente de uma ideia?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Não era somente... não era exatamente Presidente de uma ideia. O que acontece é que era um conceito que todos acreditavam que ia funcionar. Eu cito como exemplo o seguinte: nós conversávamos com os sócios alemães que investiram anos de trabalho no COMPERJ para a construção de planta petroquímica; com os sócios japoneses que investiram também; com sócios brasileiros diversos, três sócios brasileiros que investiram também, pesado — inclusive, um deles chegou a montar uma equipe grande, com investimento grande, para tocar o COMPERJ. Ocorre que o COMPERJ não conseguiu deslanchar e não foi, acredito eu — isso aí... eu também já tinha saído do COMPERJ —, não foi por falta... não foi pelo valor do investimento em si, pelo menos pelo que eu tenho de informação. Uma das razões principais para o COMPERJ não ter funcionado foi a competição com o gás nos Estados Unidos, que se tornou extremamente barato. Mas isso aí é preciso esclarecer com os diversos órgãos.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O senhor era o Presidente da COMPERJ Petroquímicos Básicos S.A. — CPRJBAS?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - COMPERJ Petroquímicos Básicos, nasceu em fevereiro de 2009.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O senhor era o Presidente?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Unidade Petroquímica Básica. Sim.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O senhor era o Presidente da COMPERJ Estirênicos S.A.?



O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Sim.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O senhor era o Presidente da COMPERJ Participações S.A.?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Sim.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O senhor era Presidente da COMPERJ MEG S.A.?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Sim.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O senhor era Presidente da COMPERJ PET S.A.?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Sim.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O senhor era Presidente da COMPERJ Poliolefinas S.A.?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Sim.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Quais foram os cargos ocupados por V.Sa. no âmbito da Diretoria de Abastecimento da PETROBRAS?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - No âmbito da Diretoria de Abastecimento, quase todos os cargos: chefe de setor de comercialização externa de petróleo; fui o *trader* de petróleo e derivados em Londres; Chefe da Divisão de Comercialização Externa de Derivados; Superintendente-Adjunto do Abastecimento, Marketing e Comercialização; Gerente Executivo de Marketing e Comercialização; e finalmente a Presidência do COMPERJ.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Desde quando o senhor passou a ocupar cargos na Diretoria de Abastecimento?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Desde 1990.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O senhor chegou a ser subordinado direto do ex-Diretor, o Paulo Roberto Costa?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Só agora, depois que ele foi Diretor.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Então, sim, chegou.

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Sim.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Foi ele que o indicou para a Presidência do COMPERJ?



O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Para... Foi ele que levou à Diretoria Executiva da PETROBRAS o meu nome.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Os custos de 6 bilhões e 100 milhões de dólares referem-se ao custo inicial do Complexo Petroquímico?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Custo... Perdão, eu não sei do que está falando.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Está aqui a informação de um custo inicialmente previsto de 6 bilhões e 100 milhões de dólares para o Complexo Petroquímico COMPERJ.

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Eu não tenho esse número, Deputado.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O senhor tem algum número?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Olha, quando foi aprovada a Fase 2 do COMPERJ, o número era da ordem de 8 bilhões e 300 milhões. Isso foi no ano de 2006. No ano de 2010, quando foi revisto o programa COMPERJ, que foi retirada essa unidade que eu mencionei que fazia a ligação entre a refinaria e a petroquímica, então, os custos tinham subido bastante, estavam na ordem de 25 a 27 bilhões de dólares, sendo que a Petroquímica, que era a parte que cabia a mim, era da ordem de 10 bilhões de dólares.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - E como é que se deu essa escalada?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Essa escalada, é preciso verificar direito com as pessoas que trabalhavam na área de custos, mas tem a ver com o encarecimento dos equipamentos, com o encarecimento da engenharia, com toda a questão financeira que aconteceu depois da crise de 2008.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O senhor acha que pode ter tido alguma coisa em relação à falta de planejamento?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Olha, o que eu posso dizer ao senhor é o seguinte: em fevereiro de 2010, nós aprovamos uma fase, uma revisão do COMPERJ na Diretoria da PETROBRAS em que a parte central da petroquímica, que era a parte que envolvia a Poliolefinas, que era a central de matérias-primas, mais algumas unidades de petroquímicos, que é a parte central e que seria construído pela Braskem, nós estimamos em 5 bilhões e 900 milhões de dólares,



mais ou menos. Essa foi a estimativa dos técnicos da PETROBRAS. Um ano e 3 meses depois, a Braskem montou uma equipe, montou uma diretoria, investiu pesado nesses estudos. Chegou ao mesmo nível dos estudos em que nós estávamos, em termos de avanço nos estudos. E o número que a Braskem encontrou era da ordem de 5 bilhões e 700 milhões de dólares para essas mesmas unidades. Então, isso demonstra que, em termos de orçamentação do investimento, pelo menos até aquele momento, não havia grandes distorções. O que aparentemente aconteceu foi, a partir de um determinado momento, o advento do gás de xisto nos Estados Unidos, que trouxe o preço para cerca de 3, 4 dólares por milhão de BTU, quando no Brasil era 10, 12 dólares por milhão de BTU. Eu acredito — e aí eu não posso afirmar, porque as negociações eram PETROBRAS e Braskem — que essa é parte que realmente gerou a maior dificuldade para a implementação do projeto.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Então, o senhor acha que não foi falta de planejamento que levou a esse aumento de 8 para 25 bilhões?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Olha, de 8 para 25 bilhões inclui a refinaria, e eu, como falei, eu não tinha envolvimento com a refinaria.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Está certo. Estou perguntando se o senhor acha que não foi por falta de planejamento.

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Eu acredito que não foi por falta de planejamento. Foram... Foram... Tudo isso pode ser explicado pela PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - No dia 15 de maio de 2014, em audiência pública sobre a PETROBRAS, realizada aqui no Senado Federal, a ex-Presidente Graça Foster afirmou o seguinte sobre o COMPERJ: *“Não há justificativa para o sobrepreço. Temos trabalhado muito, depois do COMPERJ, para ir para a rua com projetos que tenham um nível de maturidade adequado. Quando a minha equipe vai para a rua contratar e não tem a maturidade do projeto, o outro lado, que é o contratado, começa com sobrepreços.”*

O que V.Sa. tem a declarar sobre essa fala da ex-Presidente Graça Foster?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Deputado, para que as pessoas possam entender, os senhores possam entender melhor qual era a minha função, a



minha função não tinha a ver com obra, não tinha a ver com licitação, não tinha a ver com engenharia básica, não tinha a ver...

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Sim, mas o senhor trabalhou dentro da PETROBRAS, o que o senhor pode falar em relação a essa fala da ex-Presidente Graça Foster?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Não, o que eu posso dizer é o seguinte: ela era a Presidente da PETROBRAS, ela tinha informações que eu não tinha. Eu posso dizer ao senhor o seguinte: nós assumimos o COMPERJ, e o COMPERJ começou a ter orçamento, em janeiro de 2010. A partir de janeiro de 2010, começam a migrar para o COMPERJ os contratos que estavam na PETROBRAS, para que pudessem ser segregados os investimentos. Em março de 2010, nós então firmamos um contrato de prestação de serviço com a PETROBRAS, como mandam as normas da companhia. Eu vou somente ler rapidamente a segunda cláusula do contrato.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Se o senhor puder deixar aí, a gente lê depois, porque eu tenho tempo e eu preciso terminar as perguntas.

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Não, tudo bem.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O senhor, portanto, considera crível que a PETROBRAS, como uma companhia dotada de um corpo técnico de altíssimo nível, tenha simplesmente falhado nas contratações realizadas no âmbito desse empreendimento?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Deputado, eu não posso comentar sobre a área de outras pessoas, eu não trabalhava nessa área. Eu nunca trabalhei... Eu li meu currículo aqui, eu nunca trabalhei na área de obras.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Realmente, é algo muito estranho. O senhor trabalhou tanto tempo na PETROBRAS, assumiu a presidência de tantas empresas, não conseguir aqui ajudar em nada a CPI, com nenhum nome e nenhuma informação relevante.

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Mas...

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kaio Maniçoba) - Com a palavra o Sub-Relator Arnaldo Faria de Sá.



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Nilo, em 19/8/2009, ocorreu uma convocação para o senhor participar de uma reunião na Comissão de Minas e Energia, e o senhor não compareceu. Por quê?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Perdão, Deputado. Em...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Em 19/8/2009, uma audiência pública, na Comissão de Minas e Energia, a respeito da paralisação das obras do COMPERJ contratadas pela PETROBRAS, fiscalizadas pelo Tribunal de Contas. O requerimento convocou Paulo Roberto, o senhor, André Luiz e Julio Cesar. O senhor não apareceu. Por quê?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Deputado, sinceramente, eu não me lembro dessa convocação. Em... No início de 2009, eu estava... o COMPERJ estava começando a nascer, eu era o crachá número 1, havia o crachá 2 e o 3, que eram dois diretores, e não tinha empregados. Talvez não tenha chegado ao destino essa convocação, porque eu jamais faltaria sem uma explicação.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Eu vou lhe passar a cópia dessa pauta da reunião...

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Pois não.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - ...de 19/8, para o senhor tentar avivar a sua memória.

O senhor, além de ser Presidente de várias empresas do Complexo COMPERJ, ainda é funcionário da PETROBRAS?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Não, senhor. Eu sou aposentado.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Aposentado?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Sim.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E foi depois de aposentado que o senhor foi indicado para a Presidência do COMPERJ, do Complexo Petroquímico?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Não, não. Eu me aposentei depois.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Então, teve um tempo em que o senhor acumulou?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Não, senhor. Eu me aposentei no ano passado.



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Então, teve um tempo em que o senhor acumulou: o senhor foi da PETROBRAS e foi Presidente do Complexo também?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Ah, sim. Eu era empregado da PETROBRAS...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - É isso o que eu estou perguntando.

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Ah, sim. Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E o senhor tinha um salário adicional por ser...

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Não, senhor. Eu tinha o meu salário normal da PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sim. Mas não era uma outra empresa de que o senhor fazia parte?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Sim, mas a PETROBRAS tem essa prática. Eu não tinha nenhum salário adicional por ser... Eu tinha o salário que eu teria por ser Presidente de uma empresa, de acordo com as normas da PETROBRAS. Não tinha nenhum salário extra.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E quando o senhor se aposentou, o senhor passou a ter algum salário?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Não. Eu tenho a minha aposentadoria.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O senhor continua Presidente de alguma dessas empresas?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Não, não. Essa empresa foi... foi... As empresas não existem mais. Elas foram incorporadas pela PETROBRAS em setembro de 2013 e extintas.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Elas foram incorporadas pela PETROBRAS?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Sim.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O senhor sabe quais são?



O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Quais são as empresas que foram incorporadas?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - É, isso.

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Em setembro, foram incorporadas a COMPERJ MEG, COMPERJ Estirênicos, COMPERJ Poliolefinas e COMPERJ Participações.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Ficou faltando qual?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - COMPERJ UPB, que é Unidade Petroquímica Básica, já havia sido incorporada em janeiro de 2011, e a COMPERJ PET também já havia sido incorporada em janeiro de 2011.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E quando o senhor era funcionário da PETROBRAS, antes de se aposentar, e era Presidente de todas essas empresas aí, que, na verdade, não tinham atividade, o senhor trabalhava onde?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Eu trabalhava...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Fisicamente.

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - A empresa, onde estava sediada fisicamente? Num prédio... Inicialmente, num prédio muito próximo do prédio da PETROBRAS, na Avenida Chile, e mais tarde na Rio Branco 1, no prédio chamado RB1, que o pessoal conhece como RB1, lá no Rio de Janeiro.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O que quer dizer RB1?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Rio Branco 1, Avenida Rio Branco 1.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Segundo o Tribunal de Contas, a PETROBRAS tem ocultado informações sobre os gastos no COMPERJ, e não é possível identificar de forma precisa os totais dos investimentos, tanto o que já foi realizado quanto o que ainda é necessário para a conclusão do empreendimento.

Por que a PETROBRAS tem agido dessa maneira? Para tentar esconder a verdade, será?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Deputado, eu não tenho como responder essa pergunta. Nem sou empregado mais da PETROBRAS.



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mas isso aqui é da época em que o senhor era empregado da PETROBRAS.

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Não, mas, quando eu era empregado da PETROBRAS, eu não tinha nada a ver com as obras. Ou eu não entendi a pergunta, ou... Eu não sei disso: esconder valores. Isso aí é algo para mim totalmente...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O senhor foi indicado por quem para ser Presidente de todas essas COMPERJs aí?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Como eu expliquei, as empresas só foram criadas porque a PETROBRAS não ia ser dona de 100% do COMPERJ. Então, para que fosse possível segregar os investimentos e, posteriormente, negociar com os sócios, elas foram criadas. Então, a nossa função era segregar e negociar com os sócios.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Quem era os sócios?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Os sócios eram Braskem, para a central de matérias-primas, e as poliolefinas, que são plásticos mais comuns. Era uma... Eu não sei se eu posso falar, porque havia um acordo de confidencialidade, mas eu vou dizer que havia uma grande empresa alemã para a produção de MDI, que é uma matéria-prima para a produção dessas espumas que são usadas em painéis de automóvel e que permitem que...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O senhor não deve falar porque a reunião está aberta. Mas o senhor fica obrigado a informar à CPI qual era essa empresa.

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Eu forneço o nome das empresas.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Por favor.

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Mas eu posso listar para o senhor quais eram as empresas sem dizer o nome.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Eu quero que o senhor liste, sem dizer o nome, e mande para a CPI, para não quebrar a tal da confiabilidade, porque é uma reunião aberta. O senhor manda — sob sua responsabilidade — essas informações.



O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Pois não. Mas então havia a empresa a alemã, com a qual nós negociávamos o MDI, para a fabricação dessas espumas que eu mencionei, policarbonato também, com um empresa alemã, fábrica de elastômeros para a fabricação de borracha para pneus...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Também com a alemã.

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Com uma japonesa. Fábrica de estireno, com brasileira, com uma companhia brasileira...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Essa também tem cláusula de confidencialidade?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - É porque eu não sei se a cláusula já está vencida ou não. É possível...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mande reservadamente.

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Tá, eu mando. E MEG também, com uma empresa brasileira, foi desenvolvido estudo.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E quando o senhor foi Presidente de todas essas COMPERJs aí, o senhor continuou só com o salário da PETROBRAS?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Só com o salário da PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E o senhor foi indicado para ser Presidente dela por quem? Eu já fiz a pergunta, e o senhor não respondeu.

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Não, eu fui indicado... A Diretoria-Executiva da PETROBRAS é que aprova o nome do Presidente.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Quem levou o senhor para a Diretoria-Executiva?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - O Diretor Paulo Roberto Costa, que era o Diretor de Abastecimento.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Foi o Paulo Roberto que indicou o senhor?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Sim, para a Diretoria-Executiva.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E antes de o senhor ser indicado, qual foi a conversa que o senhor teve com o Paulo Roberto?



O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Ele me convidou para assumir uma nova empresa, ele era muito esperançoso de que aquilo fosse uma revolução na petroquímica brasileira, e eu aceitei. Não houve, assim, nenhuma conversa específica.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Ele só disse: “*Você vai ser Presidente lá*”, e não te orientou, não te esclareceu?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Não, orientou...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não disse nada?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - ...no sentido de que nós tínhamos que buscar sócios rapidamente, porque era a orientação que existia por causa disso.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Ah, os sócios... Foi o senhor que foi buscar os sócios?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Na verdade, era um trabalho conjunto, porque são coisas muito grandes, investimentos muito pesados, mas...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Conjunto com quem?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Nós trabalhávamos muito juntamente com a área petroquímica da PETROBRAS, Gerência-Executiva de Petroquímica da PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Quem era esse Gerente?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - O Gerente-Executivo, naquela ocasião, era o Aquino, Gerente-Executivo de Petroquímica. Agora, alguns desses sócios nós fomos buscar sozinhos, nós mesmos. Por exemplo, os alemães nós fomos buscar. Então, era um trabalho em que nós buscávamos os sócios e negociávamos com eles. A Braskem, por exemplo, por ser uma empresa brasileira enorme, fez um acordo de associação com a PETROBRAS. Então, nós já recebemos esses sócios...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - A sociedade com a Braskem vem por causa do COMPERJ? Não é um fato anterior, então?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Não, a sociedade com a Braskem ocorre em janeiro de 2010. E a partir daí, então, a Braskem passa a ser o sócio prioritário no núcleo do COMPERJ.



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O senhor era Diretor-Executivo do COMPERJ, e o senhor disse que “nós” íamos buscar os parceiros. Quem é esse “nós”?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Eu, minha equipe, naturalmente. Eu, os outros diretores, os técnicos. Não era uma equipe grande, era uma equipe pequena e formada por técnicos da PETROBRAS que foram cedidos ao COMPERJ.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Foram cedidos para o COMPERJ. Quem pediu a cessão desses funcionários, foi o senhor?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Nós solicitávamos a cessão.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - “Nós” quem?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Nós Diretoria do COMPERJ, ou eu. Eu, como Presidente, solicitava, enviava um documento oficial à PETROBRAS solicitando a cessão, e a PETROBRAS então concordava ou não. Normalmente concordava, porque a gente já tinha conversado antes.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Algum desses “nós” foi indicado pelo Paulo Roberto?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Não.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Só o senhor.

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Ah, o senhor quer dizer os Diretores?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - É.

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Os Diretores todos foram aprovados pela Diretoria-Executiva. Eu diria ao senhor o seguinte: o Diretor Financeiro foi indicado pelo Diretor Financeiro da PETROBRAS, o Diretor Corporativo foi indicado pelo Diretor Paulo Roberto, eu fui indicado pelo Diretor Paulo Roberto para a Diretoria-Executiva da PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Além do Paulo Roberto, quem mais indicou para o senhor ser aproveitado no COMPERJ?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - O Paulo Roberto não indicou outro nome para ser...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não, além do Paulo Roberto, o senhor disse outro Diretor que também indicou. Quem é esse outro diretor?



O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Ah, os outros Diretores do COMPERJ?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Isso.

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Um chama-se Sérgio Bezerra, que foi... Naquele momento, tá? Naquele momento em que ainda estava nascendo o COMPERJ, um chamava-se Sérgio Bezerra e outro chamava-se Laerte Pires.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O Sérgio foi indicado por quem?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Pelo Paulo Roberto.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E o Laerte?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Pelo Diretor Financeiro da PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Quem é?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Almir Barbassa.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Sr. Relator...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - À vontade.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Sérgio Bezerra era Diretor de quê?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Corporativo da... da... do COMPERJ.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - E o Laerte Pires, por favor?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Financeiro.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E todas essas indicações para empresa natimorta? A empresa não chegou a produzir nada?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Olha, é uma empresa que não chegou a produzir. No entanto, eu faço a seguinte observação: os alemães investiram anos trabalhando conosco. Foram mais de sete reuniões no Brasil que eles vieram. Portanto, eles acreditavam. A Braskem montou uma equipe com cerca de 30 pessoas para desenvolver o projeto e avançou durante 3 anos nesse projeto. Portanto, eles acreditavam. Outras companhias...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Acreditavam no que não aconteceu?



O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Infelizmente, um projeto de 10 bilhões de dólares, quando surgem barreiras, as companhias se retraem, e surgiram barreiras.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E os alemães e os japoneses não cobraram nada por não ter tido resultado nenhum?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Não, pelo contrário, cada um bancava a sua parte, com seus custos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Eu sei, mas eles não cobraram o fato de não ter sido realizado nada concretamente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kaio Maniçoba) - Conclua, Deputado.

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Não, fazia parte do acordo. O que nós chamávamos de um acordo entre as companhias, escrito, previa que cada um bancaria seus custos. Não, não tinha isso de cobrar do outro, não.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer outras perguntas, mas prefiro me fazer de bobo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kaio Maniçoba) - Concedo a palavra ao Sub-Relator Deputado Valmir Prascidelli.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sr. Nilo, eu tenho um conjunto de perguntas aqui, mas algumas delas já foram feitas pelos Sub-Relatores que me antecederam. Então, eu vou tentar ir intercalando aqui.

A primeira pergunta, dentro desse contexto, seguindo um pouco essa linha de raciocínio das atividades de V.Sa. como Presidente do COMPERJ: como era a composição da Diretoria do COMPERJ ou dessas diversas Diretorias? O senhor se referiu a várias Diretorias. Todas elas tinham a mesma composição, ou eram composições distintas? Como eram exatamente as de que o senhor participava?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Todas elas tinham a mesma composição. Todas as empresas tinham a mesma Diretoria. Não justificava ter diversas Diretorias para essas empresas.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - E qual era a composição dessa Diretoria? Tinha o senhor, que era Presidente, e mais quem, quais os cargos?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Tinha o Diretor Laerte Pires, tinha o Diretor...



O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Diretor do quê? Ele era Diretor...

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Financeiro.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Financeiro.

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Tinha o Diretor Corporativo, que era o Sergio Bezerra, e tinha o Diretor Industrial, que era o Gilberto... Gilberto, depois eu dou o sobrenome, e eu.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Não havia estatutariamente subordinação à Diretoria da PETROBRAS, ou havia?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Eu diria que, estatutariamente, nós éramos subordinados ao Conselho de Administração, mas a empresa era uma empresa 100% PETROBRAS. Portanto, o órgão máximo executivo da PETROBRAS a que nós respondíamos era a Diretoria da PETROBRAS, mas estatutariamente ela era subordinada ao seu Conselho de Administração.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Com relação às suas atribuições estatutárias como Presidente, quais eram essas atribuições? O senhor se referiu aqui, por exemplo, a tentar buscar parceiros no mercado. Essa era uma das suas atribuições ou não era? Quais mais atribuições o senhor tinha como Presidente do COMPERJ?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - O fundamental é o seguinte: a PETROBRAS vinha construindo o COMPERJ sozinha e não precisava das empresas COMPERJ S.A. para construir o COMPERJ. As empresas só foram criadas porque a PETROBRAS tomou a decisão de ter sócios, então era necessário segregar os investimentos. Então houve a segregação dos investimentos...

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Essa decisão de ter sócios era por conta dos investimentos? A PETROBRAS achou que era possível dividir esses investimentos?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Era uma decisão estratégica tomada e aprovada pelo Conselho de Administração da PETROBRAS de que a PETROBRAS deveria ter cerca de 40% da petroquímica e no máximo 80% da petroquímica básica. Com base nisso, foram criadas as empresas para segregar esses investimentos e, naturalmente, negociar com os sócios potenciais esses



investimentos. Para isso, foram criadas as empresas. O COMPERJ, se fosse 100% PETROBRAS, não havia necessidade de as empresas existirem. Então, qual era a minha função principal, a minha razão de existir lá como Presidente do COMPERJ? Era segregar ativos e negociar com os sócios. Essa era a razão de existir. Obviamente que a gente fazia outras coisas, como, por exemplo, representação. O Deputado visitou o COMPERJ, eu estava lá, mas...

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - O Deputado Altineu?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Altineu, por exemplo, eu estava lá. Mas, na verdade, até eu, para entrar no *site* do COMPERJ, na área do COMPERJ, eu pedia autorização, porque eu não tinha nada a ver com a obra em si. Eu não era responsável pela obra. Isso que é muito importante e que as pessoas confundem.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Quando o senhor disse que não era responsável pelas obras ou pela obra, eu não conheço lá. Evidentemente é bastante complexo — o Deputado Altineu conhece —, mas quem fazia os processos de contratação dessas obras, os processos licitatórios dessas obras? Era o senhor, a Diretoria, ou era atribuição de quem?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Cem por cento PETROBRAS. Do início ao fim, com base no acordo, no contrato que havia entre PETROBRAS e COMPERJ, para formalizar, mas era 100% PETROBRAS, do início ao fim.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - E era feita pela Diretoria de Serviços da PETROBRAS? É isso?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Nasce... a engenharia desenvolve junto com a área cliente, que é o abastecimento, os conceitos básicos, faz a engenharia do empreendimento, faz a engenharia básica, detalhamento, prepara o memorial descritivo, leva para a Diretoria Executiva da PETROBRAS, autoriza o início da licitação, faz a licitação, aprova a licitação, e, depois de aprovada a licitação, somente depois de aprovada a licitação, indica quem vai assinar o documento. Normalmente quem assinaria o documento seria um Diretor ou um Gerente-Executivo da PETROBRAS. E a partir daí o documento seria cedido à COMPERJ — empresa — S.A.



O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Então todo esse processo era feito com a Comissão de Licitação da PETROBRAS, dentro dos departamentos de licitação, nos moldes, nos critérios e nas normas da PETROBRAS?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Sim, senhor. Cem por cento. Nós só recebíamos um contrato depois de aprovado pela Diretoria-Executiva da PETROBRAS, recomendando que nós recebêssemos o contrato.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - V.Sa. já falou aqui do seu relacionamento com o Sr. Paulo Roberto Costa. Queria que o senhor pudesse também... O senhor tinha algum relacionamento com o Sr. Renato Duque, com o ex-Diretor Renato Duque?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Eu fui amigo de infância — de infância, não —, de universidade de Renato Duque. Nós estudamos juntos Engenharia. Porém...

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Onde foi?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Em Petrópolis, inicialmente. Depois, na Universidade Federal Fluminense, onde nos formamos. No entanto, por razões da vida, cada um segue seu caminho na vida, nos últimos 30 anos, o nosso relacionamento não existe. Eu não sei onde ele mora, ele não sabe onde eu moro, nós não nos relacionamos. Então eu gostaria de deixar bastante claro que, durante os 8 anos, 9, não sei quanto tempo que ele foi Diretor da PETROBRAS, eu jamais fui ao gabinete dele, eu jamais tive uma reunião de trabalho com Renato, eu jamais estive com ele pra tomar um cafezinho, eu jamais almocei com ele, eu jamais jantei com ele, eu jamais saí para me encontrar com ele. Ou seja, fomos amigos. Conheço Renato, do tempo de faculdade. Nos últimos 30, 35 anos, cada um seguiu seu caminho na vida.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Mas o senhor trabalhando na PETROBRAS num cargo, digamos assim, de relevância, ele, como Diretor da PETROBRAS, também num cargo de maior relevância ainda, os senhores tendo sido amigos na faculdade, não houve nenhum momento de... *“Eu vou ligar para o Diretor, vou tentar conversar, lembrar...”* Em muitas faculdades, as turmas acabam, por vezes, se encontrando anualmente. Cada universidade tem o seu critério. Isso nunca aconteceu com vocês?



O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Afirmo ao senhor que não. Afirmo ao senhor que eu nunca visitei o gabinete do Diretor Renato Duque. Afirmo que nunca tive nenhuma reunião, nenhum cafezinho com ele. Aliás, eu encontrava com ele eventualmente quando, dentro da academia de ginástica da PETROBRAS, coincidia de ele estar fazendo ginástica no mesmo horário que eu.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - E com o Sr. Pedro Barusco, o senhor teve alguma relação, teve algum contato, tinha alguma amizade? Como era com o Sr. Pedro Barusco?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Não conheço Pedro Barusco.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Não conhece de nunca ter visto?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Não, não conheço. Eu posso tê-lo visto num corredor, uma vez ou outra. Não conheço Pedro Barusco.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Ele trabalhava numa Diretoria, numa Gerência subordinada ao Sr. Paulo Roberto Costa — não é isso?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Não, não; ao Renato Duque.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Ao Renato Duque. E não tinha a ver com as companhias aí em que o senhor trabalhava, o COMPERJ?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Não, porque, como eu falei, eu não tinha nenhuma ligação com a obra. Minha relação com a obra era zero. Então, já que eu não tinha relação com a obra, eu não tinha relação com Renato Duque, eu não tinha relação com Pedro Barusco, eu não tinha relação com empreiteiras. Eu não tinha relação com a obra. A obra eu só visitava para acompanhar visitantes.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - O ex-Gerente ou o atual Gerente — não sei exatamente ainda — de Segurança Empresarial da PETROBRAS, Sr. Pedro Aramis, Coordenador da Comissão Interna de Apuração sobre o COMPERJ, afirmou em depoimento na Justiça Federal que a instalação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro — COMPERJ, que foi orçado em 13,5 bilhões, foi marcada por um planejamento precário. V.Sa. concorda com essa afirmação dele, ou não?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Olha, o que eu posso afirmar é que, quando eu entrei no COMPERJ, em 2009, havia estudos que indicavam a



conveniência de não construir aquela unidade que faria a ligação entre a refinaria e a petroquímica, estudos esses que culminaram numa proposição à Diretoria que foi aprovada em fevereiro de 2010. Eu não sei exatamente a que o Sr. Aramis...

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Aramis. Pedro Aramis.

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - ...Aramis estava se referindo quando ele falou em uma organização precária — é isso?

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Na verdade, ele fala que houve um planejamento precário.

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Eu realmente... Mas, como eu estou dizendo, a minha função era conversar com os sócios. A minha função não era ligada à obra. Então, fica muito difícil eu avaliar trabalhos que eu não participava.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Ele também afirma — e saiu uma matéria no *Estadão* —, esse Sr. Pedro Aramis, que houve uma imposição para acelerar a construção do COMPERJ, e isso deu margem a uma série de quebras de padrões usuais de trabalho. O senhor era Presidente e está dizendo que não acompanhava obras, mas o senhor acha que houve essa imposição? E, se houve, quem fez essa imposição? Como é que foi isso? Porque é uma afirmativa bastante grave; não o fato de acelerar as obras, porque isso é normal muitas vezes, mas a quebra de padrões da empresa para que isso acontecesse.

O senhor tem ou teve informações disso?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Olha, eu fui entrevistado, fui ouvido pela Comissão. E, na Comissão, eles me perguntaram a mesma coisa. O que acontece é que, depois que eu assumi a Presidência do COMPERJ, o que aconteceu foi o contrário: o COMPERJ, que estava previsto parte em dezembro de 2012, a proposição que veio da engenharia, e que foi aceita pela PETROBRAS, era parte em setembro de 2013. A petroquímica... Devido à crise financeira, houve a proposição de atrasar a petroquímica em 2, 3 anos e até 4 anos, para que ela entrasse junto com o crescimento do mercado. Então, essa parte que o Pedro Aramis mencionou é anterior. Eu não estava lá.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Então o senhor não tem nenhum conhecimento de alguma imposição que levou à quebra de padrões da



PETROBRAS? Enfim, o senhor não tem nenhum conhecimento? O senhor não estava, mas o senhor tem o conhecimento de que houve isso?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Não, eu não tenho esse conhecimento.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Mais duas perguntas aqui, só para encerrar, Sr. Presidente.

O Ministério Público Federal faz uma denúncia de que os aditivos de contratos firmados com o consórcio das empresas que foram contratadas para a construção — a Queiroz Galvão, a Galvão Engenharia e a IESA — das unidades U-2500 e U-2600 e as subestações do COMPERJ também foram objeto de corrupção, segundo o Ministério Público Federal. Esta corrupção, segundo o Ministério Público Federal, foi praticada entre o ex-Diretor Paulo Roberto Costa e os representantes dessas empresas, da Galvão Engenharia. V.Sa. teve ciência desses atos de corrupção?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Se eu tive ciência na ocasião?

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Na ocasião, suspeitou, acompanhou, viu ou tinha alguma informação?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Nenhuma. Nenhuma suspeita. Nenhuma suspeita. Tudo era feito pela PETROBRAS e seguia os procedimentos da PETROBRAS, pelas gerências gerais que eu mencionei e outras que, eventualmente, eu nem... Muitas pessoas participavam dentro da PETROBRAS. Os técnicos trabalhavam com a máxima seriedade — eu tenho certeza absoluta disso. E, depois que a Diretoria-Executiva da PETROBRAS aprovava um determinado contrato, aí, sim, ela nomeava quem iria assinar o contrato. E alguns desses contratos foram cedidos para o COMPERJ por força da necessidade de segregar os ativos. Eu não tinha participação. Eu não tenho como dizer nada além disso, porque esse era o meu trabalho. O que estou descrevendo aqui era o meu trabalho. Eu sei que as pessoas, às vezes, confundem... Presidente do COMPERJ. Mas esse era o meu trabalho. Meu trabalho como Presidente do COMPERJ não envolvia essa parte.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - O senhor está dizendo que os procedimentos adotados eram exclusivamente dentro das normas da PETROBRAS.

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Exatamente.



O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Então, o senhor acredita que havia alguma possibilidade de, dentro do contexto de discussão desses contratos, discutir-se propina ou alguma questão relativa a superfaturamento?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Olha, a PETROBRAS é enorme, tem muitas áreas e milhares de empregados. Eu conheço a minha parte. Eu nunca trabalhei com obras. Óbvio que, olhando hoje, lendo hoje as notícias que a gente lê, a gente diz assim: *“Deve existir espaço para aperfeiçoar os sistemas de controle”*. Mas, naquela época, eu não tinha nenhuma razão para imaginar isso, mesmo porque eu não vivia nesse mundo de obras e contratos, eu vivia em uma outra área, na área comercial. Então, eu não posso dizer que não havia espaço para aperfeiçoamento, porque é claro que havia, uma vez que está demonstrado.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Está bom. Para encerrar, Sr. Presidente: a Polícia Federal e o Ministério Público, segundo o que eles afirmam que colheram de documentações, dizem que as obras do COMPERJ foram loteadas pelos integrantes de um chamado cartel ou de um chamado de grupo de empresas, que era um jogo de cartas marcadas, segundo essa denúncia do Ministério Público, da Polícia Federal.

V.Sa. tinha conhecimento de alguma coisa relativa à formação de cartel das empresas, ou de divisão de obras por essas empresas, ou de beneficiamento de algumas dessas empresas com relação ao COMPERJ?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Nem ao COMPERJ, nem a nenhuma outra obra da PETROBRAS. Jamais tive qualquer informação a esse respeito.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Está bom. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kaio Maniçoba) - Como Líder, passo a palavra ao Deputado Aluisio Mendes. *(Pausa.)*

Não estando S.Exa., concedo a palavra ao Deputado Onyx Lorenzoni. *(Pausa.)*

Também não estando S.Exa., passo a palavra ao Deputado Ivan Valente. *(Pausa.)*



Não estando, concedo a palavra ao Deputado Izalci, que acumula o tempo de Líder e de inscrito para falar aqui como primeiro inscrito. O tempo será de 8 minutos mais 3 minutos.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Bem, parece até que V.Sa. foi chamado aqui por equívoco. Mas acho que dá para nos ajudar ainda.

Quando V.Sa. falou aqui dos sócios, que V.Sa. era responsável por captar sócios para o projeto da petroquímica, V.Sa. disse que houve muitas barreiras. Quais foram essas barreiras? E qual a justificativa que V.Sa. deu para esses sócios que investiram, provavelmente, muito dinheiro, e que não tiveram resultado nenhum? Que barreiras foram essas?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Bem, as barreiras a que me referi são as barreiras impostas pelo mercado. A grande barreira, a meu ver — e aí é necessário ouvir, eu aconselho que se ouça também, as outras petroquímicas brasileiras —, a grande barreira, a meu ver, foi o preço da matéria-prima nos Estados Unidos. A partir de 2010, a produção de gás de xisto nos Estados Unidos cresce vertiginosamente, e o preço do gás lá cai a um terço ou a um quarto do preço do gás no Brasil. Nenhuma petroquímica no mundo, digo, no hemisfério ocidental, Europa ou Brasil, fica confortável numa situação como essa. A Braskem estava e está terminando de construir uma petroquímica no México com matéria-prima ao preço do gás americano. Mas, no Brasil, a PETROBRAS, que era quem negociava — não era eu quem negociava o preço do gás —, mas a PETROBRAS, que era quem negociava com a Braskem, deve ter tido naturalmente as suas dificuldades, porque o gás brasileiro é um gás muito mais caro. O gás americano é extremamente barato. Pode ser circunstancial, mas essa é a realidade. Então, quando eu me refiro a barreiras, eu quero dizer o seguinte: não foi — pelo menos até onde eu acompanhei —, não foi o valor do investimento, o orçamento do investimento, porque a estimativa que tínhamos feito estava muito próxima da estimativa da Braskem. Nós trabalhávamos direto com os sócios alemães, então nós sabíamos exatamente a estimativa que eles consideravam; os sócios japoneses e outros. Então, até aquele momento — eu diria, segunda metade de 2012 —, não era o valor do investimento; a grande barreira que eu imagino que tenha sido, que tenha



acontecido, é o preço da matéria-prima, que nos Estados Unidos estava barato demais.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Quando V.Sa. foi convidado, em 2004, para retornar ao Brasil...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kaio Maniçoba) - Deputado Izalci, V.Exa. está...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu vou falar, e V.Sa. vai anotando e depois me responde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kaio Maniçoba) - Lembro a questão do tempo como Líder e, depois, de inscrito.

O SR. DEPUTADO IZALCI - O.k. Eu vou falar. Vá anotando, porque depois vou perguntar.

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Ah, é para eu anotar?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu vou insistir no que o Relator disse aqui. No depoimento prestado à Justiça Federal do Paraná, o Gerente de Segurança Empresarial da PETROBRAS, o Pedro Aramis de Lima Arruda, que atuou como Coordenador da Comissão Interna de Apuração do COMPERJ entre abril e novembro de 2004, afirmou que a instalação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro — COMPERJ, orçada em 13,5 bilhões, foi marcada por um planejamento precário. Segundo o depoimento, ele diz aqui: *“Houve um conjunto de fatos que chamou a atenção. O primeiro que chamou a atenção foi o planejamento precário para toda a atividade do COMPERJ. Isso implicou em três grandes obras com previsão de duração em torno de 3 anos, que tiveram início sem que as demais obras tivessem partido em tempo adequado, para que todas fossem concluídas no mesmo período, no mesmo tempo, o que evitaria perda de recurso”*. Indago se a situação poderia ser evitada. Depois V.Sa. me responde.

Pedro Aramis foi enfático: *“Se fossem observadas as regras previstas na PETROBRAS para a realização de projetos, certamente, a chance de que isso acontecesse seria muito menor”*.

Vou fazer algumas colocações e, depois, se for o caso, V.Sa. pode fazer alguns comentários ou responder no final.



Tendo em vista o vínculo de V.Sa. com o empreendimento COMPERJ, o que teria a dizer sobre a conclusão do Gerente de Segurança Empresarial no sentido de que os problemas das COMPERJ passaram necessariamente pela *“desorganização do planejamento de toda atividade, a antecipação do projeto de 2014 para 2012 e problemas de contratações das empresas”*? Ainda sobre as conclusões do Gerente, gostaria de saber a opinião de V.Sa.

Diz ele: *“Não posso dizer se na área houve identificação de direcionamento, porque as coisas todas fluíam em cima de justificativas e explicações que levavam a mudanças nas estimativas da PETROBRAS. A gente, depois, olhando o processo, vê nitidamente que aquelas mudanças de estimativas conduziram a um direcionamento. Há casos em que as estimativas foram revistas por três vezes, e a terceira vez entra a empresa que a gente entende que tenha sido eleita”*. É aquele negócio de indicação, quais as empresas que foram convidadas e, entre elas, aquela que foi selecionada para ganhar. Depois de a gente saber do cartel, a gente viu que isso aqui é um claro direcionamento. Não tenho convicção de que à época da realização da obra, as pessoas pudessem perceber isso. Naquela época, não era possível.

Ainda quanto ao depoimento do gerente, o que V.Sa. tem a comentar sobre a constatação de que *“o que poderia caracterizar ajuste de proposta entre os licitantes seria mais um fenômeno que aconteceu repetidas vezes na RNEST.”* Na RNEST, nos diferentes BIDs, para a mesma obra, as empresas se apresentavam sempre com a mesma gradação. Era como se elas tivessem, em conjunto, colocado o mesmo percentual de correção de reajuste.

Diz ainda o Gerente Empresarial que as obras das unidades de destilação atmosférica começaram em 2010, mas somente em 2013 veio a ser contratada a unidade de geração de hidrogênio. Segundo ele: *“isto implicou uma perda significativa para a PETROBRAS, pela mobilização do ativo, pela necessidade de fazer a hibernação das obras e o chamado condicionamento de equipamentos.”* Houve uma antecipação dessas construções e também houve a antecipação de aquisição de alguns equipamentos. Inclusive o projeto que originalmente foi concebido para ser o grande projeto petroquímico, aos poucos, evoluiu para uma



refinaria. Qual a opinião de V.Sa. nesse sentido? Já falou alguma coisa, mas reforço que, na prática, o projeto era petroquímico e depois passou a ser refinaria.

Ainda segundo o Gerente, ao longo desse processo, alguns equipamentos adquiridos perderam a sua utilidade. Pela mudança e abandono da atividade petroquímica, esses equipamentos ficaram inservíveis. O que V.Sa. tem a dizer sobre esses equipamentos inservíveis?

Por fim, eu gostaria de saber a opinião de V.Sa. sobre a seguinte constatação do Gerente Empresarial: *“a Diretoria Colegiada autorizou, seguindo a proposta da Diretoria de Abastecimento, que era dona do negócio...”* Há um aspecto interessante, a PETROBRAS, em 2006, tinha contratado a Technip Italy para fazer o projeto conceitual em si, e, ao terminar o projeto, quando a gente observava o prazo para a execução de cada ação, para que o projeto entrasse em operação, o prazo mais cedo para a conclusão da obra, dando certo, era 2014. Houve, então, uma imposição de que essa obra deveria terminar inicialmente em 2010 e depois em 2012.

A Engenharia, pressionada, fez um ajuste regressivo: se tem que estar pronto em dezembro de 2012, vamos comprimir todas as fases anteriores, para chegar em dezembro de 2012 funcionando. Isso deu margem a uma série de quebras de padrões usuais de trabalho na PETROBRAS. Na opinião de V.Sa., essa antecipação de prazos decorreu de uma imposição política? E de quem foi essa imposição? Eu gostaria que V.Sa. focasse um pouco nesses equipamentos, principalmente, que foram adquiridos, ficaram inservíveis e foram abandonados. V.Sa. tem noção de quanto representava o valor desses equipamentos, que foram comprados, adquiridos para o projeto petroquímico, e depois, com a mudança da refinaria, foram abandonados? V.Sa. tem noção do valor? Eles foram vendidos? Foram reaproveitados? De que forma aconteceu? Para finalizar, eu gostaria que V.Sa. dissesse exatamente o que Paulo Roberto Costa disse a V.Sa. quando o chamou de volta para o Brasil e disse: *“Olha, meu amigo Nilo, ou companheiro Nilo, V.Sa., a partir de agora, vai comandar o processo COMPERJ.”* Ele o orientou? Falou por que convidou V.Sa.? Como se deram esse entendimento, as recomendações, os objetivos? Por que V.Sa. foi convidado? Ele chegou a entrar nesses detalhes?

Eram essas as minhas perguntas, Sr. Presidente.



O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Deputado, o Gerente Arruda identificou, a partir de uma comissão — não sei se ele era parte ou ele era o Presidente da comissão —, ele identificou uma série de... ele chamou de desorganização. Ele teve uma informação, uma visão geral que eu não tinha. Porque a grande quantidade de itens mencionados o senhor pode ver que eles têm... todos eles estão ligados com o mesmo problema, com o problema de como gerir uma obra: quando eu compro equipamento, quando eu contrato uma empreiteira. Essa afirmação dele está baseada certamente nas avaliações dele. Eu não tenho acesso a esse documento. Eu não conheço o relatório dessa comissão. Então, eu não tenho como...

O SR. DEPUTADO IZALCI - V.Sa. sabe identificar qual é a obra para a petroquímica e qual é a obra para a refinaria? Havia diferença? Mudaram o projeto em função disso?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Sim. Então... Eu só estava falando... primeiro dando uma resposta mais abrangente, porque eram muitos itens, mas quase todos os itens têm a ver com a obra, com a questão de engenharia, da qual eu não participava. Com relação à data de partida, 2012, essa data de partida está escrita no fato relevante que a PETROBRAS divulgou, quando foi criado o COMPERJ. Quando foi criado o COMPERJ, ele foi criado... No fato relevante está dito: *“A partir do final de 2012”*. Então, quando eu entrei no COMPERJ, essa era a data. E eu me lembro muito bem de que nós conversávamos internamente se era possível cumprir, e as pessoas diziam: *“É. É possível cumprir”*. As pessoas acreditavam — pelo menos aquelas com as quais eu conversava. Então, 2012, para mim, era a data. O que aconteceu daí a 1 ano é que nós tivemos um adiamento dessa data para 2013. Bem, com relação à data...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Esses equipamentos foram comprados quando?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Os equipamentos críticos, por exemplo, começaram a ser comprados a partir de autorização... Essas autorizações começaram a surgir eu creio que em 2006. Eles foram comprados em 2009, em 2010, agora, dentro de uma sequência, que era uma sequência que a Engenharia da PETROBRAS entendia ser a necessária para cumprir o cronograma. Como eu... Sinceramente, desculpe dizer que eu não tenho como dar uma explicação de



sequência de equipamentos, de contratações para a obra, porque eu não participava da obra.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Esses equipamentos foram comprados para a petroquímica ou para a refinaria?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Para a refinaria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kaio Maniçoba) - Conclua, Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - E para a petroquímica, nada?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Para a refinaria.

O SR. DEPUTADO IZALCI - É porque ele vai respondendo, e aí eu preciso...

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Não, para a refinaria. São equipamentos da refinaria. E, com relação à mudança do COMPERJ, que de repente era um projeto integrado e se transformou numa refinaria, foi o que eu expliquei no início. Havia uma unidade que transformava o *diesel* em eteno e propeno, que são insumos petroquímicos. E essa unidade, em 2009, foi visto pelos técnicos que ela era antieconômica, ou estava, tinha-se tornado antieconômica. E, em fevereiro de 2010, a Diretoria da PETROBRAS aprovou não mais construir essa unidade. Então, a refinaria ficou separada da petroquímica. Sim, é um fato. A refinaria ficou 100% PETROBRAS, e a petroquímica ficava, a partir dali, sem a união direta entre petroquímica e refinaria. Foi o que eu tentei explicar no início. O projeto nasceu integrado, mas, com a evolução do tempo, passado o tempo, as análises técnicas indicaram que não era conveniente. Isso aconteceu em 2009, esse estudo, e concluiu com a aprovação da Diretoria em fevereiro de 2010.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Quais os aditivos que V.Sa. assinou, como o delator disse?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Não, como eu falei, é o seguinte: como o orçamento do COMPERJ passou para... Quando a empresa foi criada, em fevereiro de 2009, ainda era um complexo integrado. Então, o Orçamento da União colocou, dentro das empresas COMPERJ, o orçamento do COMPERJ. A razão de colocar dentro era para poder segregar os custos para negociação com os sócios. Como o orçamento, portanto, a partir de janeiro de 2010, estava nas empresas do COMPERJ, então a PETROBRAS teve que ceder todos os contratos que ela tinha firmado para as empresas COMPERJ. Isto é uma determinação da Diretoria



Executiva da PETROBRAS de dezembro de 2009: ceder todos os contratos para as empresas COMPERJ. Só que nós assinávamos aquela cessão, recebíamos aqueles contratos para que fosse cumprida a determinação de segregar os ativos, de segregar os custos, para posterior negociação. Nós não participávamos da negociação com os empreiteiros, processos de obra, contratações, nada disso. Nós não participávamos disso. Nós apenas estávamos...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Os alemães, os sócios, ninguém reclamava de nada, ninguém questionava preço nenhum?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Não, porque isso era da refinaria, não era da... Nunca iria ser passado. Os custos dos equipamentos da refinaria eram da PETROBRAS. Quando nós estávamos conversando com os alemães, nós... Isso já estava acontecendo depois de fevereiro de 2010, porque o ano de 2009 foi o ano de começar a empresa. Durante o ano de 2009, a empresa só teve um Presidente e dois Diretores. Ela só passou a ter empregados cedidos a partir de janeiro de 2010. Então, a conversa com os sócios não levava em conta os equipamentos que tinham sido comprados para a refinaria, porque era aquele investimento da PETROBRAS. Já estavam separadas. As coisas já não estavam mais juntas. Tanto que, em janeiro de 2011, a PETROBRAS incorpora todos esses ativos da refinaria, e eles saem totalmente da gestão até mesmo orçamentária do COMPERJ e passam a ser somente da PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO IZALCI - A PETROBRAS indenizou os alemães e os outros sócios?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Não, não, os alemães não tinham nada a ver com isso. A conversa com os alemães não era sobre a refinaria, era sobre petroquímica. E a...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Perderam tudo, a petroquímica? Não houve... Foi indenizado?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Não houve investimentos em equipamentos, em obras em petroquímica.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não teve capital nenhum injetado por eles na empresa?



O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Não, na empresa... Eles tiveram os custos deles para desenvolver os estudos de engenharia, viagens, gastos com engenheiros...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Então não foi efetiva essa sociedade?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Essa sociedade estava num estágio preliminar.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Pois é, não houve a concretização dela, então?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Não, não, não. Não houve.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Está bom, Presidente.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Eu queria saber a minha posição na ordem das falas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kaio Maniçoba) - Primeiro, falará o Deputado Delegado Waldir, depois, V.Exa.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Eu queria declinar da minha inscrição, porque está claro aqui que o depoente foi convocado de forma errada por esta CPI. Então, eu quero declinar da inscrição já, para poder adiantar a reunião e passar para o próximo depoente, a fim de ganharmos tempo e termos resultados nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kaio Maniçoba) - Com a palavra o Deputado Delegado Waldir, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Obrigado, Sr. Presidente.

Dr. Nilo Carvalho, eu gostaria de fazer algumas perguntas básicas. A primeira delas: a petroquímica existiu de quando a quando? Ela foi extinta? Ela não existe mais?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - As empresas que foram criadas para segregar os ativos...

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Em 2009.

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - ...em 2009 foram extintas em setembro, no final de setembro de 2013.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - O Polo Petroquímico acabou?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Eu não posso dizer que o Polo Petroquímico acabou, porque isso aí é uma atribuição da PETROBRAS.



O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Mas quando o senhor saiu de lá, em 2013, o senhor tem conhecimento sobre se ele foi extinto e foi mantida só a parte da refinaria?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - A parte... Olha, aí o senhor está me fazendo uma pergunta que é algo da PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Não, o senhor esteve lá dentro, o senhor sabe...

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Eu estive lá dentro.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - ...se foi extinto ou não. O senhor acompanha as notícias.

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - O que eu posso, acompanhando as notícias, o que eu posso afirmar é o seguinte: a Braskem montou uma grande equipe para fazer a engenharia da parte dela da petroquímica, que era uma parte muito importante. E eu li, nos jornais, que a Braskem dissolveu essa equipe.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Acabou.

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Então, ou ela dissolveu porque acabou, ou dissolveu porque adiou.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Certo. E me diga uma coisa: o senhor é filiado a algum partido?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Qual era o seu salário?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Meu salário como...

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Presidente.

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - ...Presidente do COMPERJ? Da ordem de 60 mil.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sessenta mil. Quantos funcionários o senhor tinha?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Entre 25 e 30, cedidos da PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Que custo aproximado?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Uns 10 milhões por ano.



O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Dez milhões por ano. Quanto o Governo brasileiro investiu na petroquímica?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Quanto o Governo brasileiro investiu na petroquímica?

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Quanto o sócio majoritário, quanto a PETROBRAS investiu no Polo Petroquímico? Os 10 bilhões que o senhor falou?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Quanto que foi... Não, 10 bilhões eram em quanto estava orçada, em fevereiro de 2010, a parte petroquímica da petroquímica COMPERJ.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Certo. Mas quanto foi gasto desses 10 bilhões?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Hum... Eu diria que, sob o ponto de vista de obra, de contratações, investimento, nada. Agora, infraestrutura, infraestrutura houve investimento.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - De aproximadamente quanto?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Quando as empresas foram incorporadas pela PETROBRAS, os ativos da empresa eram 600 milhões na Poliolefinas e cerca de 80 milhões em MEG, cerca de 80 milhões em estirenos — de reais.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Seiscentos, 760 milhões, aproximadamente.

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Era a parte que estava alocada nos ativos das empresas, relativa unicamente à infraestrutura.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - O senhor tem conhecimento de quanto os sócios alemães, japoneses gastaram...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kaio Maniçoba) - Conclua, Deputado Delegado Waldir.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Presidente, eu estou fazendo a pergunta e aguardando a resposta, e isso leva um pouquinho mais de tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kaio Maniçoba) - Eu entendo, só que...



O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Eu queria a sua colaboração, só para... Serei muito rápido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kaio Maniçoba) - ...temos que dar andamento à reunião.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - O senhor tem conhecimento de quantos milhões os nossos sócios gastaram ou investiram nesse projeto?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Eu imagino que a Braskem tenha gasto bastante dinheiro, uma vez que ela montou uma equipe grande, que ficou 3 a 4 anos trabalhando nesse projeto. Quanto aos sócios alemães eu não tenho como imaginar, porque cada companhia arca com seus custos. Eu não tenho como imaginar...

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - O senhor não tomou conhecimento, extraoficialmente, de quanto eles gastaram?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Não, não. Não era algo... Não é normal perguntar aos sócios quanto eles gastaram.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - O senhor não tem conhecimento básico do que foi gasto?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Não, não.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - O senhor recebeu algum dinheiro de corrupção?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Claro que não, senhor!

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Eu tenho que perguntar para o senhor. Eu sou investigador aqui.

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Eu...

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Então, tenho que perguntar. Como o Paulo Roberto foi quem indicou o senhor e ele ganhou muito dinheiro, tenho que estender essa pergunta.

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Não.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - O senhor recebeu...

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Não, senhor!

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - O patrimônio do senhor...

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Não, senhor!



O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - ...é compatível...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kaio Maniçoba) - Deputado Delegado Waldir, conclua, amigo.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Vou concluir. O patrimônio do senhor é compatível com o que o senhor ganha hoje?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Absolutamente, senhor!

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Certo. Para finalizar, então, Sr. Presidente, tudo isso foi um oba-oba. Criou-se um projeto, gastou-se, investiu-se, pagaram-se os salários para o senhor, para vários funcionários, arrumaram-se sócios, e tudo virou em nada. É esse o resumo da ópera?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Olha...

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Ou nós temos alguma coisa prática nisso tudo? Existe alguma coisa que vai produzir algo, no Brasil, ou é um faz de conta? Pelo que eu escutei aqui... Eu fiquei aqui mais de 1 hora escutando. Inclusive, o Deputado Altineu estava aqui, desesperado, porque eu acho que deve ser a pessoa que mais conhece lá. Até ele ficou perdido, porque não sabia a estrutura. Então, tudo isso, em resumo, se a gente for pegar, não produziu nada, não resultou em nada para a sociedade brasileira. É esse o resumo da ópera?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - O senhor está perguntando a respeito da petroquímica?

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Petroquímica, só. Vamos esquecer a refinaria.

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Da petroquímica. Muito bem. Nem todos os projetos que são estudados pelas empresas vão à frente. Para isso, eles são divididos em fase 1, fase 2 e fase 3.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Tranquilo.

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Certo?

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Isso está tranquilo.

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Se esse projeto não passou da fase 3, então, é porque não foi conveniente para as empresas que o estavam considerando ir à frente com ele nesse momento. Embora essas decisões tenham sido tomadas depois que eu saí do COMPERJ, eu compreendo que as empresas



tenham tomado essas decisões. Agora, se elas tomaram a decisão definitiva, ou se foi provisória, isso eu não posso informar ao senhor porque eu já estava fora.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Não, isto que eu queria saber: que não resultou em nada. Nós tivemos 1, 2, 3...

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Até agora...

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Nada!

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Até agora...

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Até hoje, nada!

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Até agora, nada.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Nada!

Muito obrigado. No Brasil é isto: dinheiro jogado fora.

Muito obrigado, Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kaio Maniçoba) - Com a palavra o Deputado Otavio Leite, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Sr. Presidente, Sr. Nilo...

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Pois não.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - ...um dado que me parece muito relevante, de tudo o que nós já ouvimos nos últimos tempos sobre a epopeia quase tragédia do COMPERJ foi dito pela ex-Presidente Graça Foster, que, a certa altura afirmou: *“O COMPERJ não estava ainda, como projeto, suficientemente maduro”*. Eu, curiosamente, com a minha ignorância, vim a saber, mais adiante, que o plano do empreendimento macro só poderia produzir resultados positivos à PETROBRAS se todas essas unidades estivessem concomitantemente funcionando: as duas plantas da refinaria, a petroquímica, e o gás.

O senhor também concorda que, quando o Presidente Lula foi, ao lado de Parlamentares e do Governador do Estado e sua *entourage*, ao início das obras do COMPERJ, usando quepe, tirando fotos, andando de patrol — *“Formidável! Em 2012 estaremos com tudo pronto”* —, àquela altura, quando se decidiu, estava certa a Presidente Graça Foster, porque o projeto ainda não estava maduro, tecnicamente falando?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Deputado, o senhor...

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Porque é um investimento alto.



O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - O senhor diz isso em que época?

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Eu falo dos idos de 2009. Eu falo do início, da pedra fundamental, quando houve uma grande solenidade, badaladíssima...

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Hum, hum.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - ...com pompas e circunstâncias, com todo o mundo com quepe de engenheiro, andando de patrol, tirando foto, o Presidente Lula dizendo: *“Escolhemos Itaboraí. Escolhemos o COMPERJ. Vai ser uma planta formidável. Em 2012, estaremos já produzindo, refinando 150 mil barris por dia”*. Enfim, estamos em 2015. Do Complexo, apenas um empreendimento restou, que é a planta que está 85% concluída e que nem se sabe quando se vai concluir. E as demais? E o prejuízo acumulado? Recentemente, a única coisa que se tem informada como confirmada, nisso tudo, é que já se acumulam 45 bilhões em prejuízos.

Então, a minha pergunta inicial é esta. A Presidente Graça, a certa altura, já ao sabor desses conflitos e problemas que está enfrentando, ela afirmou: *“O COMPERJ não estava suficientemente maduro”* — a ideia. Será que era isso mesmo, na sua opinião?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Deputado, a Presidente, certamente, tem uma visão de cima muito mais completa do que a minha. Eu, não posso dizer o que estava acontecendo em 2009, quando o COMPERJ estava nascendo como empresa, com o fim específico que eu mencionei aqui, de se agregar e negociar com os sócios. A minha visão, naquele momento, era a visão que me era entregue pela Engenharia, pelo pessoal que entrava em contato comigo para me mandar as informações: era de que as coisas iriam funcionar. Hoje, a ex-Presidente Graça, certamente, tem informações que eu não tinha, na ocasião, nem tenho como dizer hoje, porque...

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Mas se o senhor, pela sua experiência, tivesse que afirmar onde houve a falha nas decisões, qual foi o ponto, assim, em que, enfim, ali se extrapolou — *“Olha, tem uma falha aqui. Isso não vai funcionar, não vai dar certo”* —, onde é que foi a falha, na sua opinião?



O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Eu acredito que a principal dificuldade para a petroquímica foi, realmente, o preço da matéria-prima.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Na petroquímica. E na planta de refino?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Essa é mais difícil eu comentar, porque eu, realmente, não sei nem de onde saíram esses números que estão nos jornais! Eu não tenho essas informações.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Mas o senhor tem ciência de que a obra está paralisada.

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Sim, eu estou vendo nos jornais. A ciência que eu tenho é através dos jornais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kaio Maniçoba) - Conclua, Deputado Otavio Leite.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Pois é, pela sua experiência, ali, à frente do COMPERJ, faça uma projeção sobre o que acha que vai acontecer.

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Eu acho que vai terminar a obra; 85% pronta, eu... É o que eu estou lendo nos jornais, que está 85% pronta. Tem que terminar, é...

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Mas o senhor, como profissional, não tinha ciência de que, para não dar prejuízo ao Brasil, tinham que estar todos esses equipamentos prontos, funcionando como um todo? Por isso se intitula complexo petroquímico?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Ah, o senhor menciona a refinaria e as petroquímicas?

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Isso, exatamente: refinaria, petroquímica...

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Olha, a refinaria...

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - ...e o gás.

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - ...é relativamente independente da petroquímica, porque, ficando pronta, ela vai produzir *diesel*, que vai para o mercado, vai produzir querosene de avião, que vai para o mercado. Enfim, os produtos que ela vai produzir vão para o mercado.



O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Então, o senhor concorda que a falha foi tentar dar um passo maior do que a perna? Deveriam ter iniciado só pela refinaria, concluir a refinaria e depois ir expandindo?

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - “*Em vez de*”, que o senhor está dizendo?

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Isso, em vez de tentar fazer todos de uma vez.

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Mas, na prática, foi o que aconteceu, não é? Na prática, foi o que aconteceu. A refinaria está ficando pronta, e a petroquímica não avançou ainda.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - A refinaria já deveria estar pronta há muito tempo, não é? E a petroquímica e o gás estão ali. Então, como leigo no assunto, independentemente disso, eu sou forçado, como homem público, a asseverar e a indagar V.Sa.: se tivesse feito por etapas, primeiro a refinaria, por si só, não teríamos ultrapassado essa refinaria, que já estaria gerando algum recurso para a PETROBRAS, para depois fazer o resto? Não houve uma falha? Isso não tem a ver com a “maturidade” — entre aspas — do projeto, problema apontado pela Graça Foster? Não houve aí uma megalomania?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kaio Maniçoba) - Deputado Otavio Leite, nós ainda temos duas pessoas para serem ouvidas. Se V.Exa. puder concluir...

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Muito obrigado, Deputado. Era isso. Obrigado.

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - É para responder? (*Pausa.*) Deputado, olha, o que foi gasto na petroquímica é muito menos do que esse valor que está sendo colocado na imprensa — no complexo, na refinaria. Então, a resposta que eu tenho para o senhor é a seguinte: na verdade, o que aconteceu é que foi feito em fases mesmo. A primeira fase é a refinaria. Ela é que está atrasada. E por que ela está atrasada? Eu não sei, eu não trabalhava com essa área. Eu lamento, mas eu não tenho essa informação. Eu posso ter sentimento, mas sentimento não adianta, não é informação para CPI.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Mas qual é o seu sentimento?



O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Meu sentimento é que deveria estar pronta. É uma pena que não esteja pronta, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kaio Maniçoba) - Deputado Altineu Côrtes, V.Exa. quer falar ainda?

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEES - Olha, eu digo que um dos depoimentos mais impressionantes que eu vi, na minha vida, eu estou vendo aqui com o senhor, porque depois dessa última frase que o senhor respondeu ao Deputado Otavio, que de petroquímica o senhor também não pode falar nada... O senhor não pode falar nada de nada!

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - Não, não, não. Não foi isso.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEES - Não, deixe-me terminar! Eu não estou perguntando nada ao senhor, não. O senhor tem escola. O senhor estudou com o Renato Duque! O senhor fez ginástica e malhou com o Renato Duque! O senhor o chamava de Renato, senão de Renatinho, o que o senhor pode ter omitido aqui, como o senhor omitiu muitas coisas, em minha opinião. O senhor foi indicado por Paulo Roberto Costa para fazer nada! O senhor recebia 60 mil reais por mês. O senhor disse, numa das frases do senhor aqui... Primeiro, o senhor era o crachá número um do COMPERJ! O senhor era o crachá número um do COMPERJ! O senhor disse aqui que o senhor não sabe nada de obra, que o senhor não é responsável por obra nenhuma. O senhor era o crachá número um do COMPERJ! O senhor recebia 60 mil reais por mês e disse aqui que o senhor era Presidente, mas o senhor só visitava para acompanhar os visitantes. E por isso recebia 60 mil reais por mês.

Mas o senhor não se esqueça, Sr. Nilo, de que o senhor, por exemplo, assinou o aditivo. Segundo o Tribunal de Contas da União, o senhor assinou e deu 138 milhões de reais de prejuízo, só na terraplanagem, fora os outros contratos. O senhor disse que assinou mais alguns contratos aditivos, e nós vamos verificar quais deles o senhor assinou e qual é a posição do Tribunal de Contas da União sobre eles.

Então, de forma alguma, o depoimento do senhor aqui hoje contribuiu para a CPI. O senhor aqui negou muitos fatos. Mas, quando o Renato Duque esteve sentado, o colega de escola do senhor, aquele com quem o senhor fez ginástica lá,



quando ele esteve sentado aqui, ele também negou! Quando o Sr. Vaccari esteve sentado aqui, ele também negou! Então não é nenhuma novidade isso, não.

Uma das Deputadas mais ativas desta CPI é a Deputada Eliziane Gama, sem sombra de dúvida, mas eu discordo dela. O senhor não foi convocado erradamente, não. O senhor está tendo uma atitude aqui hoje... O senhor trabalhou na PETROBRAS durante, talvez, mais de 30 anos, segundo as contas que eu fiz. O senhor é aposentado da PETROBRAS. E, se o Brasil tem lei e tem Justiça, o senhor vai ter que pagar com o patrimônio do senhor o prejuízo que o senhor deu ao povo brasileiro, sobretudo a minha revolta sobre o COMPERJ, porque eu fui lá visitar o senhor, eu vi a estrutura do senhor, e hoje a cidade está lá como está. São 40 milhões de metros quadrados. O senhor recebia 60 mil reais por mês e o senhor quer dizer aqui que não sabia de nada, como crachá número um do COMPERJ? O senhor me desculpe, mas é muita cara de pau do senhor.

Seria só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kaio Maniçoba) - Sem mais perguntas no momento, encerramos o depoimento do Sr. Nilo. Agradecemos aqui a sua participação.

O SR. NILO CARVALHO VIEIRA FILHO - O.k. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kaio Maniçoba) - Agora, gostaria de chamar o Sr. Jansem.

(Pausa prolongada.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kaio Maniçoba) - Sr. Jansem, registro que V.Sa. prestará o seu depoimento na qualidade de testemunha. Assim, recaindo sobre a testemunha intimada a depor o dever de dizer a verdade, exorto V.Sa. a prestar compromisso e fazê-lo sobre o que souber e o que lhe for perguntado, nos termos dos dispostos nos arts. 203 e 210 do Código de Processo Penal. Advirto ainda que o descumprimento por parte da testemunha desse dever legal fará incidir sobre si as penas cominadas no crime de falso testemunho, previstas no art. 342 do Código Penal.

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e do que me for perguntado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Kaio Maniçoba) - Peço a atenção das senhoras e dos senhores para as normas estabelecidas no Regimento Interno da Casa. O tempo concedido aos convidados será de até 20 minutos, prorrogáveis a juízo desta Comissão (art. 256, inciso II), não podendo ser aparteados. Os Deputados interessados em interpelá-los deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria.

Com a palavra, por até 20 minutos, o Sr. Janssem.

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - De acordo com a convocação, eu creio que não é necessário eu me estender. Eu estou aqui convocado como Gerente-Geral do COMPERJ para área de Engenharia, onde estive no período de outubro de 2010 a meados de maio de 2012. Então, dito isso e estando de acordo com as condições, eu estou absolutamente à disposição de V.Exas. para responder o que me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kaio Maniçoba) - Com a palavra o Deputado Valmir Prascidelli.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sr. Presidente, como vamos também neste caso seguir o roteiro adotado pelo Relator Luiz Sérgio, eu vou passar a palavra, inicialmente, ao Sub-Relator Altineu Côrtes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kaio Maniçoba) - Com a palavra o Sub-Relator Deputado Altineu Côrtes.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Obrigado, Deputado Prascidelli.

Sr. Janssem, como era o nome do Gerente antes do senhor?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Antes de mim era o José Orlando.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Quem era o Diretor do senhor?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - O Diretor Renato Duque.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Qual era a relação do senhor com o Renato Duque? Há quanto tempo o senhor o conhecia?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Há mais de 30 anos.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - O senhor foi indicado por ele?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Fui.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - O senhor tem certeza da legalidade de todos os atos do senhor como ex-Gerente do COMPERJ?



O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Tenho. Eu desconheço qualquer coisa que me faça pôr em dúvida a legalidade de tudo o que lá foi praticado durante... não só os meus, mas da minha equipe; tudo o que lá foi praticado durante o tempo em que estive lá.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Inclusive o senhor afirma aqui que o senhor não acredita que o Dr. Renato Duque participou de nenhuma ilegalidade também, já que o senhor era da equipe dele?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Eu não tenho nenhum elemento...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - O senhor não acredita. O senhor falou que o senhor tem certeza de que não só a equipe do senhor, mas... Já que o senhor era da equipe dele, na opinião do senhor, o senhor defende a honestidade e a legalidade dos atos do Dr. Renato Duque?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Eu não tenho nenhum elemento... E aqui eu não posso prestar falso testemunho, porque, além das penas da lei, no meu caso, em função das minhas convicções religiosas, há consequências ainda piores, mas eu não tenho...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Convicções religiosas?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - *(Riso.)* Falso testemunho...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Qual a religião do senhor?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Eu sou cristão.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - O senhor é cristão. O senhor me desculpe. Já que o senhor tocou aqui nessa questão religiosa, eu tomei a liberdade de perguntar. Não era intenção minha saber qual é a religião do senhor.

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Isso pra mim é fundamental afirmar, porque eu não posso...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - O senhor era Gerente-Geral do COMPERJ. Abaixo do senhor, quantos gerentes o senhor tinha?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Eu tinha...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - E de que áreas?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Eu tinha cerca de dez.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Dez gerentes?



O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - É, mas eu preciso me recordar disso, porque eu estou fora do COMPERJ há praticamente 3 anos.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Três anos. O senhor tinha dez gerentes?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Aproximadamente. Primeira linha e gerente... Gerente e gerente setorial de primeira linha.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - O senhor se compromete aqui com esta CPI a nos enviar o nome e a função de cada gerente?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Ó, eu não tenho o menor problema com isso. Apenas eu queria destacar o fato de eu estar aposentado no momento.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Não, mas o senhor... Trabalharam com o senhor, o senhor tem que ter esses dados.

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Não, mas claro que tenho!

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - O senhor pode enviá-los então? Só para não perdermos tempo.

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - É que eu gostaria que a própria PETROBRAS enviasse.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Não, mas já que o senhor foi Gerente, estou pedindo ao senhor, para o senhor enviar, porque senão nós vamos ter que descobrir quem é e, possivelmente, ter que chamar o senhor aqui de novo.

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Ah, não!

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - O senhor pode enviar para nós?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Vamos descomplicar o processo.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - É, porque é mais fácil o senhor enviar.

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Não precisamos complicar.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - É lógico.

Agora, diga-me uma coisa: essas dez gerências, cada uma delas... Eu estou fazendo essa pergunta...

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Por favor, essas cerca de dez gerências...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Cerca de dez gerências.



O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - ...ou onze...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Ou nove, ou oito, enfim, o senhor vai responder lá o número certo, não tenho dúvida disso, não.

Mais uma pergunta ao senhor. É o seguinte: eu estou fazendo essa pergunta porque nós já ouvimos o ex-Gerente-Geral da RNEST. Então, eu não sei se o organograma era mais ou menos o mesmo. Desses dez gerentes, cada um indicava uma comissão de licitação para licitar os contratos do COMPERJ? Quantas comissões de licitação havia dentro do COMPERJ? Porque, na RNEST, o ex-Gerente-Geral citou que era nessa linha, cada gerência tinha uma comissão de licitação. Como é que funcionava no COMPERJ?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Era de forma análoga.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Mais ou menos na mesma...

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - A grande diferença é que, no COMPERJ, o número de processos... O COMPERJ foi muito mais fatiado.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Fatiado.

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - E a RNEST foi contratada em grandes blocos. Então, essa foi uma diferença fundamental entre os dois empreendimentos.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - No COMPERJ ainda era mais complexa essa operação, porque eram mais... como era fatiada, era mais trabalho, vamos dizer assim.

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Foram muito mais processos. Olha, eu me lembro assim... Eu estou falando, por favor, não tome ao pé da letra, mas até...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Quantas licitações?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Vou dar uma ordem de grandeza.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - É, isso.

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Alguma coisa como 40, 45 — quatro dezenas.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - O senhor poderia também nos enviar, além do nome dos gerentes, o nome dos responsáveis, dos presidentes dessas comissões de licitação, por favor, na sua época?



O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Eu tenho que pedir à PETROBRAS. Por favor, não me aperta no prazo, porque eu tenho que pedir...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Não, vamos dar um prazo ao senhor para o senhor nos fornecer isso, porque esses dados são importantes para evitar que o senhor tenha que... Possivelmente eu — pelo menos é a minha vontade —, como responsável aqui por essa sub-relatoria, se é questão fundamental, porque nós estamos... Primeiro, eu quero dizer ao senhor, Sr. Jansem, que eu sou de Itaboraí.

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Eu sei, eu o conheço.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Pois é. E o senhor sabe o que a cidade está sofrendo, o que Estado está sofrendo, o que o Brasil está sofrendo. O senhor foi Gerente-Geral no local onde houve o maior processo de corrupção do País. O senhor esteve ali por 2 anos. O senhor esteve sentado no local que foi o foco do maior processo de corrupção do País. E o que é que está acontecendo aqui nesta CPI? Nós estamos buscando as informações, as pessoas estão falando, estão tendo as delações premiadas. O senhor está aqui como testemunha. Obrigatoriamente, deveria falar a verdade, ou tem que falar a verdade — principalmente o senhor, como cristão, como o senhor citou. Isso está se cruzando. Então, quanto mais clara essa situação, mais importante.

Eu, por exemplo, no meu sentimento pessoal, porque isso aconteceu na RNEST e nas outras refinarias... Ontem nós tivemos uma reunião na PETROBRAS, onde foi dito, por um Diretor, que, em Premium I e Premium II, 2 bilhões e 700 milhões de reais foram jogados no lixo. Fizeram terraplanagem, compraram um projeto de 1 bilhão e meio de reais e jogaram no lixo. O Deputado Bruno estava lá. Então, em tudo quanto é lugar é isso. Eu queria que o senhor esclarecesse o nome dos gerentes, o nome dos responsáveis por essas compras e que o senhor fosse claro aqui, porque esses cruzamentos de informações são importantes. Nós vamos chamar os gerentes aqui. Nós vamos chamar aqui os responsáveis pelas compras. Eu faço uma pergunta ao senhor: o senhor assinou os aditivos?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Até à época em que eu estive lá, não tinha nenhum aditivo encaminhado, com exceção dos aditivos de terraplanagem.



O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - O senhor assinou os de terraplanagem?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Eu não assino aditivos, eu encaminho...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Mas o senhor encaminhou, deu um parecer lá: *"Encaminho..."*

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Ah, sim, os aditivos... Deixa eu fazer uma pequena explicação sobre a terraplanagem.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Pois não.

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Os aditivos da terraplanagem, em sua grande maioria, eram em função do anexo de chuva, que foi inclusive questionado pelo TCU, e depois foi tudo esclarecido. O TCU apenas não concordou e fez a gente descontar do consórcio a indenização por tempo de equipamento parado. Então, essa foi a pendenga que foi resolvida. O TCU julgou, determinou, e nós assim...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - O senhor sabe que nesse aditivo — falando só desse aditivo — a verba de chuva é um dos itens onde existe a maior suspeita de corrupção? Um dos itens onde acontece a maior suspeita de corrupção é a verba de chuva. Esse aditivo gerou um prejuízo, segundo o Tribunal de Contas da União, de 138 milhões de reais. O senhor foi gerente lá e assinou esse aditivo.

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Não, foram diversos aditivos.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Não, não. Eu estou falando em relação à terraplanagem, só em relação à terraplanagem.

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - É na terraplanagem...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Cento e trinta e oito milhões.

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - ...que eles eram automáticos.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - O senhor se considera responsável por esse prejuízo?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Não.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Um dos responsáveis?



O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Aquilo ali... A gerência que encaminhava o aditivo pra mim — e eu encaminhava ao gerente executivo — estava cumprindo simplesmente o que estava escrito no anexo.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Não, segundo o Tribunal de Contas da União. O Tribunal de Contas da União não entende assim. Entende que houve um superfaturamento, uma corrupção, um desvio de dinheiro público de 138 milhões de reais, só no contrato de terraplanagem.

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Perdão, Deputado, até o tempo em que eu estive lá, eu não tinha essa informação.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - A informação é de agora. Tenho aqui.

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Deve ser uma informação recente que, me perdoa...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Eu vou dar uma cópia para o senhor...

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Não, eu não tenho a menor razão para...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - ...do acórdão do Tribunal de Contas da União, até para o senhor... Isso vai servir para defesa do senhor, porque o senhor é um dos responsáveis por isso. O senhor assinou. Mas eu posso fornecer essa cópia para o senhor. Foi recente essa... A PETROBRAS, só para o senhor ter uma ideia, a princípio, aceitou que houve um desvio de 17 milhões. Depois ela aceitou que poderiam ser 40 milhões, mas não houve esse entendimento do Tribunal de Contas da União. Então, o prejuízo foi de 138 milhões de reais, de um aditivo que o senhor assinou também, além das outras pessoas que o assinaram.

Agora, eu quero também andar rápido aqui, porque os colegas vão falar, e ainda teremos mais uma oitiva hoje.

O senhor conheceu algum Diretor Executivo da Camargo Corrêa?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Não.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - O senhor, como Gerente-Geral, não desconfiou de absolutamente nada em relação ao cartel, em todas as obras que existiam ali?



O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Não tinha nenhum elemento que pudesse provar o cartel. Agora, como observação...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Pois não.

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - ... e uma observação sincera...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Pois não.

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - ...cartelização é um fenômeno. E todos nós tomamos as precauções que podemos com relação à cartelização. Então, se o mercado está demandado, a probabilidade de cartelização cresce. A forma de combater isso é aumentar sempre o número de convidados para os processos.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Isso aí é uma consideração do senhor.

Além dessas empresas que já foram citadas na Operação Lava-Jato, qual era a maior empresa que fornecia mão de obra terceirizada para o COMPERJ? Qual o nome da maior empresa que forneceria mão de obra terceirizada para o COMPERJ?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Essa pergunta eu não consigo responder porque não me lembro, mas não é difícil levantar isso.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - O senhor pode levantar, então, qual é... Aliás, eu vou até perguntar ao senhor, porque, na realidade, o senhor estava ali dentro, não é? Então, normalmente esses funcionários, provavelmente, no crachá, tinham o nome da empresa de que eles eram funcionários e prestavam serviços ao COMPERJ. Gostaria que o senhor levantasse quais as empresas que forneciam mão de obra terceirizada ao COMPERJ, não as empreiteiras, apenas as empresas.

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Eu entendi a pergunta perfeitamente.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Se o senhor pudesse nos fornecer...

Eu vou ficar por aqui, Sr. Presidente, para dar espaço aos colegas de complementarem as perguntas.

Muito obrigado, Sr. Jansem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kaio Maniçoba) - Com a palavra o Sub-Relator Deputado Bruno Covas.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Sr. Jansem Ferreira, no depoimento que prestou à Polícia Federal, no âmbito da Operação Lava-Jato, o Gerente de



Segurança Empresarial da PETROBRAS, Sr. Pedro Aramis de Lima Arruda, declarou que, em muitos casos, empreiteiras participavam de licitações da companhia sem cumprir todos os requisitos do projeto. De acordo com Pedro Aramis, havia indicativos de que os pedidos para a inclusão de tais empresas nos certames eram feitos pelos ex-Diretores Paulo Roberto Costa e Renato Duque, além do ex-Diretor Executivo de Serviços Pedro Barusco. Tais indicações também seriam feitas por V.Sa. e pelo Gerente Heyder de Moura Carvalho. V.Sa. confirma ou nega essa informação?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Eu desconheço indicação minha ou do Heyder de Moura Carvalho. Quer dizer, apenas para a gente ter uma ideia do processo, antes de o processo ser submetido para a aprovação da Gerência Executiva, havia um grande debate acerca dos critérios.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Quem discutia? Quem debatia?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Sempre a gerência que está...

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - O nome das pessoas.

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Não, foram diversos casos, senão eu vou... Quer dizer, eu não me lembro do nome de todas as pessoas, e são muitos casos. Então, havia um debate, mas esse debate era absolutamente parte do processo. Encaminhavam-se uma relação de empresas e os critérios para os dois Gerentes Executivos, tanto o da Engenharia quanto o do Abastecimento. Na realidade, a estrutura é paralela: há a área da Engenharia e há a área do Abastecimento. A Engenharia constrói, o Abastecimento especifica, dá o cronograma mestre, acompanha, faz as modificações — a Engenharia constrói. Então, é assim que funciona. Tanto que há a Gerência-Geral da Engenharia e a Gerência-Geral do Abastecimento para o COMPERJ, assim como há a Gerência Executiva para toda a Engenharia e havia a Gerência Executiva para os programas de investimento do Abastecimento; só para dar um quadro de como era o organograma.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Quem indicou V.Sa. para ocupar o cargo de Gerente Executivo do COMPERJ?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Eu nunca fui... Eu fui Gerente-Geral de Engenharia do COMPERJ. Esse cargo de Gerente Executivo que...



O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Quem te colocou Gerente-Geral?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Foi o Diretor Renato Duque.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O Sr. Júlio Camargo, em depoimento prestado em regime de colaboração premiada, Termo de Colaboração nº 6, declarou o seguinte: *“(...) que Jansem era o Gerente do empreendimento denominado COMPERJ — Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro; que o declarante teve diversas reuniões com ele, desde a parte da elaboração do projeto básico, depois do projeto detalhado e como prosseguir com o projeto, pois estava envolvido com o Consórcio TUC”*. O Consórcio TUC é formado pelas companhias Toyo Engeneering Company, UTC Engenharia S/A e Construtora Norberto Odebrecht S/A, cuja proposta inicial era a construção de unidade de utilidades — hidrogênio, água e oxigênio — e a venda de serviços à PETROBRAS; vender tantos metros cúbicos de hidrogênio e água a tantos reais.

Diante disso, pergunto: V.Sa. efetivamente manteve reuniões com o Sr. Júlio Camargo?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Não nesses termos aí.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Em que termos o senhor teve reuniões com ele?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Eu o recebi, acredito que umas três ou quatro vezes no meu escritório, onde ele vinha para fazer um acompanhamento da situação, de como o processo estava se desenvolvendo. Mas eu nunca tive discussão técnica com ele nem nada. Eu o conheço. Esteve lá.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Essas reuniões ele ligava e marcava? O senhor chamava ele? Como ele aparecia lá?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Não, ele sempre ligava e pedia, então, para a secretária marcar uma reunião com ele, tudo registrado direitinho.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Os empresários e seus representantes participavam da elaboração de projetos básicos e detalhados no âmbito do COMPERJ?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Projeto básico?

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - É.



O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Projeto básico, a área de utilidades é uma exceção, mas, o resto não, projeto básico, não. Já o projeto de detalhamento, dentro da concepção que era adotada lá, o projeto de detalhamento era de responsabilidade do vencedor do certame. Só para distinguir bem.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - V.Sa. confirma a informação de que foi afastado da PETROBRAS em decorrência das investigações realizadas no âmbito da própria companhia em comissões internas de apuração?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Eu fui afastado do meu cargo que nada tinha a ver com o COMPERJ. Eu era gerente-geral de uma outra área, a área de materiais. E todos os gerentes gerais que tiveram, de alguma forma, nessas comissões foram afastados porque havia... Tinha que ser afastado. Havia um problema de balanço e havia uma suspeição.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Muito obrigado. Eram essas as perguntas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kaio Maniçoba) - Passo a palavra para o Deputado Sub-relator Valmir Prascidelli.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sr. Jansem, seguindo no roteiro de perguntas que os outros sub-relatores fizeram, quais são os cargos de gerência ou os cargos que o senhor já ocupou na PETROBRAS, de gerente ou de outras funções?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Eu já ocupei, no AIP, eu fui Gerente Setorial da Área de Inspeção na Perfuração. Depois eu fui Gerente do SIMA — Serviço de Instalações Marítimas, que é um órgão operacional. E, a partir de 2008, fui convidado para a Gerência-Geral da Engenharia no COMPERJ.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - O senhor era subordinado a quem nessa Gerência-Geral de Engenharia? É isso?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Na Gerência-Geral do COMPERJ, eu era subordinado, nos dois primeiros anos... Quer dizer, de 2008 a 2011, eu fui subordinado ao Pedro Barusco e, a partir daí, eu fui subordinado ao Roberto Gonçalves.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - E quais são as atribuições dessa gerência que o senhor ocupou? Quais eram as suas atribuições na época?



O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Era coordenar todos os serviços de construção do COMPERJ.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - A parte de construção, então, o senhor acompanhava toda ela?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Houve, conforme já relatado aqui, alguma pressão, em algum momento, para acelerar as obras do COMPERJ e dentro desse processo de aceleração das obras, para quebrar as normas internas de segurança da PETROBRAS?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Não. Jamais para quebrar norma de segurança da PETROBRAS.

A PETROBRAS é extraordinariamente severa com essa questão. Eu diria que às vezes até extrapola.

A eficiência no limite briga com o SMS. Há uns casos até engraçados para contar. Uma vez, em função de um caminhão não estar com o alarme de marcha a ré, não deixaram o caminhão descarregar.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - O senhor disse que foi indicado pelo ex-Diretor Pedro Barusco.

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Não, eu fui indicado pelo Diretor de Serviços engenheiro Renato Duque.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Renato Duque.

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Dentro das normas...

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Pedro Barusco era o gerente de...

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Dentro das normas da casa, são sempre dois patamares acima.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Certo.

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - O diretor indica o gerente-geral. A Diretoria Executiva indica o gerente-executivo. O gerente-geral indica o gerente setorial, mas não indica o gerente. Quem indica o gerente é o gerente-executivo.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - É o gerente superior.

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Sempre dois...



O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Qual era a sua relação com o Sr. Renato Duque?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Sempre foi muito amistosa.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Mas o senhor tinha relação pessoal com ele, de amizade, de visita, ir à casa dele, ele visitar a casa do senhor?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Eu sou amigo dele há mais de 30 anos.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Mais de 30 anos.

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Há mais de 30 anos. Eu o conheci em 1984, quando começamos a operar na área *offshore*. Ele era do *upstream*, e eu também era.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Com o Sr. Pedro Barusco o senhor também tinha uma relação de amizade ou não?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Não, sempre tivemos...

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Ele era o superior hierárquico do senhor?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Imediato.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Imediato do senhor.

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Não, nunca tivemos relação de amizade, embora...

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Mas o senhor o conhecia há muitos anos já da PETROBRAS? O senhor trabalhou com ele bastante tempo?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Eu trabalhei com ele diretamente, diretamente, de 2008 ao final de 2011.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - O Sr. Paulo Roberto Costa o senhor conhecia?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Conhecia. Como ele foi gerente-geral, foi de subsidiária... Mas não tenho relações de amizade com ele.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - O senhor, em algum momento, ouviu falar de algum esquema de corrupção interna na PETROBRAS, principalmente esses envolvendo essas pessoas?



O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Nunca. Nunca ouvi, nunca vi e nunca nem ao menos uma denúncia me foi encaminhada.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - O senhor disse que foi destituído do cargo, porque havia uma suspeita geral, já que havia um conjunto de denúncias.

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Não. Perdão! Eu fui destituído do cargo de gerente da área de materiais para logística, compras globais corporativas e inspeção. Eu estava numa outra área da companhia por ocasião desse episódio aí. Nada tem a ver com o COMPERJ.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Por que o senhor saiu dessa área do COMPERJ?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Quando houve uma reestruturação, e a engenharia deixou de ter um gerente-executivo para ter quatro, o novo gerente-executivo que entrou insistiu com a diretoria para colocar alguém mais alinhado com o estilo gerencial dele. Mas é uma questão meramente gerencial, sem a menor dúvida.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - A destituição do senhor desse segundo cargo de gerência não tem, na sua interpretação, nenhuma conexão com essa questão das irregularidades ou das suspeitas de irregularidades por parte desse conjunto de pessoas?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Ah, não. Aí é outra pergunta. Vamos ver se eu entendi direito que é para... A interpretação dessa destituição, quando eu já estava na área de materiais, minha e de outros gerentes-gerais, dos gerentes-gerais que estiveram colaborando nessas comissões de investigação interna, no meu modo de entender, foi uma precaução do Diretor de Engenharia e do Diretor de Abastecimento, os gerentes-gerais da área que responderam nessas comissões internas de investigação tanto da RNEST quanto do COMPERJ, ou o que quer que seja, mas que já não lembro... Então, eu acho que, de uma forma, como se precaver contra qualquer problema, eles resolveram destituir esse grupo de gerentes-gerais.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Mas o senhor tem segurança de que a destituição foi em função desse processo geral, não em função de algum ato ou de alguma questão em que o senhor diretamente esteja envolvido?



O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Não, processo geral.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Voltando à questão do COMPERJ, o senhor falou que era da gerência-geral, portanto uma das suas atribuições era a questão das obras.

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Exatamente.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Por que houve tantas dificuldades na conclusão dessas obras? O que seriam essas dificuldades que houve? E quais foram as razões da postergação, portanto, do projeto?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Espera aí, porque essa sua pergunta dá margem a uma série de vertentes. Vamos ver se eu entendi direito a pergunta.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Não, o senhor disse que era gerente-geral responsável pelas obras. Houve muitas...

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Entre 2008 e maio de 2012.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Entre 2008 e maio de 2012. Assim, houve dificuldades na conclusão das obras. A que o senhor atribui isso?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Olha, eu não posso falar em dificuldade da conclusão das obras, porque a única obra concluída até então foi a terraplanagem. As outras obras de construção e montagem, as grandes obras de construção e montagem estavam em consecução. Quando eu saí de lá, por exemplo, o histograma devia ter... Lá se chegou a 35 mil pessoas. Quando eu saí de lá, eu acho que estavam em torno de 20, e subindo. Então, era uma fase da obra.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Eram 35 mil pessoas que trabalhavam na construção desse complexo?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - No pico, eu soube que atingimos cerca de 35 mil pessoas. Quando eu estava lá, estava em ascensão. Eu me lembro — não tenho certeza absoluta, e naturalmente todos vão me perdoar — que estávamos com algo perto de 20 mil pessoas, e aumentando.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Então, a paralisação dessas obras causa um impacto bastante relevante na região.

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Ah, naturalmente. Sem dúvida nenhuma.



O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - E quais, do ponto de vista do senhor, foram as razões, então, dessa interrupção, se causa impacto e se era importante?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Olha, eu não posso responder, porque eu desconheço o tema. Qualquer coisa que eu fale sobre a interrupção é pura ilação. Eu posso estar fornecendo aqui uma resposta errada.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Na opinião do senhor, havia alguma alteração do projeto, havia uma suspensão por uma decisão puramente empresarial? O que é exatamente?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Hoje em dia, o quadro como se afigura, nós temos aí alguns fatores superpostos. Nós temos a própria desmobilização natural de um empreendimento desse tipo; tivemos uma diminuição em função de financiabilidade, em função do caixa da companhia; e ainda tivemos o fracasso de determinadas firmas que até nem pagaram ou não pagou...

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Essas empresas não pagaram os trabalhadores, porque a PETROBRAS não as pagou ou por algum outro motivo?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Nunca, a PETROBRAS não deixa de pagar a ninguém.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Então, a PETROBRAS sempre cumpriu os seus compromissos com essas empresas.

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Sempre.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Os atrasos de pagamento foram responsabilidade diretamente dessas empresas?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - É a minha convicção e não tenho muita dúvida a respeito disso, não. Eu nunca vi... Eu me aposentei com 38 anos de PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - O senhor tem alguma informação de solicitação de embargo ou de criação de alguma dificuldade com relação à realização das obras por parte das Prefeituras dos locais?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Muitas queixas. Muitas queixas. Não era da minha área.



O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Em função do quê, de compensação ambiental, exigência? Isso propiciou o atraso das obras? Isso propiciou o aumento de custo? Como é que se deu essa situação quando as Prefeituras, em especial...

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Desapropriação sempre foi um problema no COMPERJ. E licenciamento ambiental nunca nos ajudou, sempre nos prejudicou.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Prejudicou em que sentido? No atraso de obras, no aumento de custo?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Em tudo.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - O que foi que prejudicou? Qual foi o prejuízo?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Qualquer atraso é aumento de custo, para começar. Atrasou, aumentou o custo. Atrasou, prejudicou o nosso EVTE.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - O senhor, para eu ir partindo aqui para o...

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Olha que não é a minha área. Essa área é a área da gerência-geral do abastecimento, responsável pelos licenciamentos e tal. Eu acompanhava com eles, via a dificuldade que eles tinham. Não os estou acusando de nada. Muito pelo contrário, eu estou me solidarizando com os meus colegas que tentavam, tentavam, e sempre aparecia dificuldade.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Bom. Algumas das pessoas que estão sendo investigadas, alguns réus confessos inclusive, alguns dos que até prestaram depoimentos na CPI afirmaram a existência de um cartel de empresas relacionadas também a essa questão do COMPERJ. O senhor, em algum momento, ouviu falar dessa questão de haver um cartel?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Nunca.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - O senhor participou de alguma situação que pudesse beneficiar?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Nunca soube nenhuma informação, não tenho nenhum fato sólido para apresentar a esta Comissão a respeito de cartel. Faço, de novo, a minha observação: cartelização é um fenômeno de ordem



econômica. Ele pode ter existido? É possível. Eu desconheço. A companhia como um todo, em todas as áreas, toma cuidado com o fenômeno de cartelização? Toma, mas nem sempre a gente consegue ser vitorioso no processo, ter êxito. Perdão! Ser vitorioso eu acho que é uma expressão que não cabe. Perdoe-me!

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - O senhor está dizendo que a ocorrência de cartéis é uma coisa típica do mercado, pelo que eu estou entendendo, acontece eventualmente. Segundo as investigações, aconteceu na PETROBRAS e pode acontecer em qualquer outro lugar, segundo as palavras do senhor. Só para eu entender.

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Não, eu afirmo que cartel é um fenômeno de ordem econômica. Eu não estou nem dizendo que eu acho, ou que eu tenho a ideia, parece-me que... Não, eu estou afirmando, e em todas as áreas.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Segundo aquilo que o senhor conhece da PETROBRAS e segundo essa convicção do senhor, era possível se identificar dentro da PETROBRAS, pela estrutura de auditoria da PETROBRAS, de procedimentos da PETROBRAS, a existência desse cartel?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Não, não era possível. Eu nunca consegui identificar de forma clara, precisa...

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - O senhor não, mas existia algum órgão da PETROBRAS, auditoria, algum órgão, a gerência, as diretorias... Existia algum órgão que conseguisse detectar isso?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Se algum órgão pudesse detectar isso, talvez a auditoria, não é?

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - De que forma? Se o senhor está dizendo...

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Não sei.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - ...que é uma coisa...

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Fazendo uma análise de todos os processos.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - O senhor acredita que houve superfaturamento nos preços?



O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Não, eu não acredito. Eu não posso afirmar algo que... Eu não posso prestar falso testemunho perante esta Comissão. Eu não tenho nenhum fato sólido. Não tenho nenhuma suspeita. Não tenho nenhuma evidência comprovada que eu possa trazer aqui, para os membros desta Comissão, e apresentar. Não, eu acho... Não tenho.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - O senhor acredita que houve pagamento de propina para funcionários da PETROBRAS?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Eu desconheço o fato, muito embora eles estejam aí na mídia, por delação. Mas eu não vi, não sei, não sabia e não tinha indicação...

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - E o senhor acha que esta possibilidade... O senhor está dizendo, o senhor está afirmando que existe cartel em todos os lugares.

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Não, eu estou dizendo que existe a possibilidade...

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - A possibilidade...

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA -... de cartel em todos...

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI -...de cartelização em todos os lugares.

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Em qualquer ramo da atividade...

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Qualquer ramo...

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA -.... econômica. Aqui, no Brasil, existe possibilidade...

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Só para eu entender, dentro dessa lógica, isso se constitui dentro de uma empresa, dentro de um órgão, dentro de alguma instituição e, a partir disso, vai para fora ou existe de fora para dentro? É possível... Como é que é isso?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Cartelização é um fenômeno exógeno. Ele vem de fora para dentro.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Mas ele precisaria ter ramificações internas para isso?



O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Não necessariamente. Não necessariamente.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Está bom.

Por enquanto, Sr. Presidente, eu vou ficar por aqui. Depois, eventualmente, eu volto às demais perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kaio Maniçoba) - Com a palavra, pela Liderança, Deputado Izalci, com o tempo de 8 minutos mais 3 minutos.

Lembro, Deputado, a questão de perguntas no seu tempo...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Está bem.

Só para minha referência aqui, V.Sa... Foi qual o período que V.Sa. ficou lá na PETROBRAS, nesse comando da COMPERJ? De quando a quando? Só para a gente começar.

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Início de outubro de 2008 a meados de maio. Esse meados eu tenho dúvida se é 12 ou 17...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Pode ser início e fim para mim.

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA -... de maio de 2012.

O SR. DEPUTADO IZALCI - De 2012. Está bom.

Bem, só reafirmando aqui, porque foi fruto de uma delação premiada, colaboração premiada... Não sei se V.Sa. sabe, mas a colaboração premiada, quando admitida, se aquele que colaborou mentir ou não provar aquilo que falou, ele tem a sua pena quadruplicada. Então, as pessoas, antes de falar qualquer coisa, devem pensar muito, para não perder essa vantagem da colaboração.

O Júlio Camargo, na sua colaboração premiada nº 1, diz, aqui, textualmente, que:

“Jansem era o gerente do empreendimento denominado COMPERJ — Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, e o declarante teve diversas reuniões com ele, desde a parte da elaboração do projeto básico, depois do projeto detalhado e como prosseguir com o projeto, pois estava envolvido com o Consórcio TUC, onde inicialmente a proposta era a construção da unidade (...) (hidrogênio, água, oxigênio) e a venda de serviços à



PETROBRAS (vender tantos metros cúbicos de hidrogênio e água a tantos reais); que esta modalidade foi discutida durante quatro ou cinco anos, mas finalmente não foi aprovada na reunião de diretoria plena;”

Estou dizendo que isso aqui é fruto de uma colaboração premiada. Depois, a gente entra nos detalhes.

Depois, alguém perguntou se V.Sa. confirma a informação de que foi afastado da PETROBRAS em decorrência das investigações realizadas no âmbito da própria companhia, em comissões internas de apuração.

Eu queria, depois, que V.Sa. lembrasse quem eram os diretores nesse período, aqueles responsáveis por esse período aqui, o de abastecimento e engenharia. Até porque, como V.Sa. disse, V.Sa. foi indicado, foi convidado pelo Diretor Renato Duque...

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Para ser gerente-geral...

O SR. DEPUTADO IZALCI - ...para ser gerente.

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA -...da engenharia...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Isso.

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - ...do COMPERJ.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Depois eu quero pedir a...

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Quando...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Depois, porque eu não posso, ainda, perguntar.

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Desculpe.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Mas, depois, eu quero que V.Sa. esclareça também quando Renato Duque o convidou para assumir essa função. Porque, de acordo com as outras delações e colaborações aqui, o esquema da PETROBRAS...

V.Sa. falou, aqui, da questão do cartel. Vou explicar, direitinho, o que é cartel e como isso funcionou na PETROBRAS.

Mas o que eu quero dizer é que o Renato Duque, quando assumiu a diretoria, a convite de José Dirceu, já entrou com esse objetivo de colaborar com o Partido dos Trabalhadores para manter o poder pelo poder, a qualquer custo. E, aí, ele convidou, evidentemente, as pessoas de confiança. Ele não convidaria ninguém



desconhecido para entrar num processo como esse, como disse aqui na delação premiada.

Então, como é que funcionava a questão do cartel? V.Sa. disse que isso é normal, e é mesmo. O próprio empresário Augusto Mendonça Neto disse aqui como funcionava. Ele disse exatamente isso. Até 2003, existiu o cartel de diversas empresas, 9 a 10 empresas, e elas se reuniam normalmente, até porque existia a ABM, que é a associação dos empresários. Eles se protegiam no mercado e, entre eles combinavam, para ninguém perder, etc.

Mas, aí, vem a novidade: quando Renato Duque e Paulo Roberto Costa assumem a PETROBRAS, eles passam a fazer parte do esquema. E como era feito isso? Talvez V.Sa. não lembre, mas estou aqui reforçando um pouco, para ver se V.Sa. lembra como é que funcionava o esquema da COMPERJ. Era convite.

Evidentemente que as empresas não tinham acesso ao orçamento feito pela PETROBRAS, porque a comissão de licitação prepara um orçamento, verifica no mercado quanto é o preço de cada coisa, e a PETROBRAS tinha uma regra, que era a mesma do COMPERJ...

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Em geral...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Exatamente. Mais 20, menos 15... Mais 20, menos 15...

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Manual de...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Manual da PETROBRAS.

Só que o fato inovador desse processo é que, a partir daí, os diretores da PETROBRAS passaram a informar ao cartel organizado quais as empresas que iriam participar, quais seriam convidadas. Elas não sabiam o preço. Mas quais as empresas que seriam convidadas. Isso vazava, evidentemente, era informado, e foi confessado aqui, na delação premiada.

Quando a empresa, o cartel, o clube sabia exatamente quais as 15 ou 20 empresas que iriam participar, lá, entre eles... Há uma tabelinha aqui. Inclusive, aqui, todas as obras... Posso citar aqui: UDV, COQUE, várias obras. E aí, cada empresa... Por exemplo: o "PRO" era o PROMON, o "CN" era a Construtora Norberto Odebrecht, o "UT" era a UTC, o "TC", a Techint, o "MJ" era Mendes Júnior. Então, eles faziam uma opção preferencial de cada obra: 1, 2, 3. Quando chegava, então, a



informação de quais as empresas que iam participar da licitação, aquele sorteado ou escolhido para ser o vencedor preparava a sua proposta de preço, sabendo que podia levar um pouco, porque a PETROBRAS aceitava até mais 20. Aí, eles mesmos informavam às demais empresas qual o preço que eles estavam cobrando, para que essas demais empresas colocassem um preço maior, para que eles pudessem ganhar.

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - É o típico mesmo da cartelização.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não só da cartelização como da quadrilha que foi caracterizada pelo Ministério Público, porque cartelização é quando você tem apenas as empresas. Agora, quando você tem a participação dos diretores da empresa que vai comandar o processo, como a PETROBRAS... Essa participação da diretoria, dos dois, em especial, Renato Duque e Paulo Roberto Costa, é que, de fato, mudou o esquema de cartelização. Não foi apenas cartelização, foi a formação, realmente, de uma corrupção sistemática, sistêmica e institucionalizada. É aí que começou a questão.

Então, essa era a formação. Aqui diz, claramente, que, no caso do Júlio Camargo, que representava um dos grupos,...

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - O Júlio...

O SR. DEPUTADO IZALCI - ... esteve com V.Sa. Esteve.

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Não, não lembro.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Exatamente. Ele esteve com V.Sa., nesse esquema já combinado, e ele já sabia os interesses que ele tinha.

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Não, não, o...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu vou, agora, fazer as perguntas, porque eu estou ainda no tempo de liderança. Agora, eu vou fazer as perguntas.

Primeiro, se V.Sa. pode ...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO IZALCI - Ah, sim. Então, um executivo chamado Marcos Pereira Berti, Diretor da Toyo Setal, que também atuava no grupo, no clube. Ele diz aqui que “*cartelizava as licitações da PETROBRAS*”. Segundo ele, o clube chegava a definir — como eu disse aqui — quais as empresas que apresentariam as propostas para cobertura da licitação. Aí ele diz aqui: “*Para que essa rotina*



funcionasse, as empresas ou consórcios de empresas se encarregavam, por meio dos emissários próprios, de encaminhar os envelopes com preço já de quem ia ganhar". E aí ele diz aqui: "O Esquema ainda foi utilizado nas licitações do COMPERJ". Diz aqui o empresário da Toyo Setal. Ou seja, esse mesmo esquema era adotado também no COMPERJ. E aí, a dinâmica do clube para definir a divisão do certame contava, então, com essa tabela, mais ou menos parecida com a de time de futebol, a regra para escolher quem é que ia ganhar.

Então, pergunto: V.Sa. tem conhecimento dessa operação?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Não, eu não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Anote para o senhor responder com detalhes. Depois, eu vou perguntando mais. O Alberto Youssef — é outra pergunta que eu quero fazer —, em um dos seus depoimentos — eu quero lembrar aqui que é delação premiada, portanto, ele não pode mentir —, disse que a contratação da empresa Toshiba, para a casa de força do COMPERJ, que foi 2009/2010... V. Sa. estava lá.

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Estava.

O SR. DEPUTADO IZALCI - V.Sa. lembra dessa Toshiba?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Lembro.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Lembra também da licitação da casa de força?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Lembro.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Então, deixa eu relembrar a memória de V.Sa.: essa casa de força, essa obra da Toshiba, ocorreu entre 2009 e 2010, após interferência do ex-diretor de abastecimento para vencer o contrato, que, segundo ele — é delação premiada — era de 130 milhões, e com os descontos teria baixado para 117 milhões. Em função dessa baixa, Youssef recebeu 1,5 milhão de reais de propina. E como é que ele fez para receber a propina? A Toshiba foi na Prefeitura de São Paulo e emitiu nota avulsa, três notas avulsas em nome da empreiteira Rigidez, R\$498.106,14 cada parcela. Pagas em 9/4/2012, 24/4/2012 e 15/5/2012. A empresa Rigidez recebeu — Rigidez, para V.Sa. lembrar, é uma empresa também fantasma de propriedade do Waldomiro Oliveira, que é era aquele que emitia, pela MO Consultoria, Rigidez, notas frias para receber. Então, ele recebeu 1,5 milhão e faturou contra a Toshiba Infraestrutura América do Sul, que vendeu. Não sei se



V.Sa. lembra, mas essa Toshiba é que ganhou essa licitação. Eu quero pedir essa confirmação e o que V.Sa. pode esclarecer sobre esse episódio da casa de força. Aí, após as respostas, se tiver alguma dúvida a gente complementa, só para facilitar para V.Sa.

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Então, vamos...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Tem muita coisa para responder.

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Primeiro...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Cartelização.

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - A cartelização, eu acho que não há mais...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Cartelização. Qual a participação dos diretores?

V.Sa. não sabia que o Duque participava de nada, nem o Roberto?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Não. Não.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Foi surpreendido?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Não sabia de nada.

O SR. DEPUTADO IZALCI - V.Sa. conviveu com ele durante muitos anos.

V.Sa. era de confiança do Renato Duque. Não era isso?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Eu fui amigo dele.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não é mais?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Não, eu sou amigo dele desde 1984.

O SR. DEPUTADO IZALCI - E V.Sa. nunca desconfiou de nada disso? Nada?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Absolutamente nada.

O SR. DEPUTADO IZALCI - V.Sa. tem um conceito dele hoje como uma pessoa bacana, honesta, responsável?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Hoje, ele está sob suspeição. Mas durante a vida toda eu nunca tive uma razão para dizer que ele tivesse uma atitude desabonadora.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Quando ele convidou — eu perguntei a V.Sa. — V.Sa. para assumir essa responsabilidade, ele falou nada. Jansem, assume aqui e só isso.



O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Quando eu cheguei lá já havia dois gerentes-gerais que tinham saído. O primeiro foi para outra área, o segundo, a quem eu fui substituir, foi para a área internacional.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Esses que estavam lá tinham relação com o Duque? Não? Provavelmente não. V.Sa. sabe disso? Se eles eram conhecidos?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Eu desconheço o grau.

O SR. DEPUTADO IZALCI - De relação.

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Mas se conhecia, eu conhecia. Se davam muito bem. Agora, o grau de relação eu desconheço.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não tinham a mesma confiança que em V.Sa., tanto é que convidou V.Sa. para assumir.

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Se ele tivesse mais confiança em mim para assumir, teria me chamado antes e não depois.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Pois, não, continue, então. Com relação à casa de força que foi feita a licitação da Toshiba.

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Da Toshiba. A Toshiba ganhou.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Como foi o episódio? O senhor lembra os detalhes disso? Que é 130 milhões. Dá para lembrar, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kaio Maniçoba) - Deputado Izalci, se o senhor puder ser mais... por causa da questão de horário.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Só quero a resposta.

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Olha, a Toshiba ganhou o processo de uma maneira... De todas as análises feitas, de uma maneira lisa. Não tenho nenhuma evidência de que tenha havido qualquer tipo de coisa desse tipo.

O SR. DEPUTADO IZALCI - V.Sa. está sob juramento. Quero lembrar isso.

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Eu estou mais do que sob juramento. Eu estou lhe dizendo que desconheço. Estou lhe afirmando que desconheço qualquer tipo de desvio. Não estou negando a possibilidade, mas eu desconheço. E eu não posso afirmar uma coisa que eu não possa provar, porque, aí sim, eu estou mentindo, eu estou prestando falso testemunho. E isso eu não posso fazer.



O SR. DEPUTADO IZALCI - Os detalhes, o senhor não lembra, desse dia dos 130 milhões, do vencimento? Teve concorrente? Não teve? Como foi essa licitação?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Teve. Foi uma licitação. Teve concorrente. Não me lembro de cabeça. Quarentas e tantos processos, há 3 anos, eu não me lembro, mas foi uma concorrência. Não teve... Teve diversos participantes. Asseguro-lhe que nada foi detectado com relação à irregularidade nesse processo.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Essa afirmação do Marcos que eu também afirmei a forma como era o convite dessas empresas e que o cartel tomava conhecimento, V.Sa. também desconhece tudo isso?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Desconheço.

O SR. DEPUTADO IZALCI - V.Sa. acha que foi tudo normal, tudo correto? Não houve nenhuma influência da diretoria?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Foi tudo exatamente dentro do regulamento. Não tem um desvio. Se houve influência da diretoria ou não é outra coisa.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Porque o Aramis — só para finalizar, Sr. Presidente —, que era de segurança, disse, inclusive, que teve propostas que foram repetidas três, quatro vezes, para dar exatamente aquele vencedor, porque apresentavam a proposta. Não dava certo, chamava outro. Pedro Aramis também, em delação premiada.

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Espera aí. Essa eu queria por favor...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu posso... Bem, ele falou várias coisas. Eu só vou dizer essa daqui: "Ainda segundo o gerente de segurança, ao longo desse processo..." Esse que fala da coisa. Sr. Presidente, só um segundinho, porque isso é importante para nós aqui. *(Pausa.)* É com relação ainda à carteirização que ele fala, que, naquele momento, não dava para ele perceber — o Aramis dizendo — que era coisa dirigida, mas que, hoje, olhando, ele percebe claramente que as licitações forçavam muito a barra. Ou seja, mesmo alguns que ganhavam, eles repetiam



novamente durante duas vezes, três vezes, para exatamente dirigir para aquela empresa que estava escalada para ganhar. V.Sa. desconhece...

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Não, eu nem entendi o contexto. Perdão, essa última...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Como tem a regra, quem é quem vai ganhar e qual é preço que se estabelece? Porque eles tinham essa manobra.

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Bom, isso aí eu consigo entender. Eu não entendi o outro passo que V.Exa...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Quando ele lançava o preço de uma determinada, e aí outros poderiam entrar na licitação, furavam o esquema. Paulo Roberto Costa chegou uma vez inclusive a contratar a Setal, que não estava na relação das empresas. Aí ela entrou e apresentou um preço diferente para ganhar a licitação. Quando acontecia isso, o que eles faziam? Cancelavam a licitação e abriam uma outra. Depois, abriam outra de novo. Entendeu?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Eu desconheço o processo nesse sentido.

O SR. DEPUTADO IZALCI - É, mas foi delação premiada.

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Na área do COMPERJ.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Ah, na área do COMPERJ?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Eu desconheço.

O SR. DEPUTADO IZALCI - O.k., Sr. Presidente

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Nunca teve repetição de... Licitação...

O SR. DEPUTADO IZALCI - No COMPERJ.

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - No COMPERJ é: atende o regulamento? Está dentro do menos 15, mais 20? Vai. Não foi, cancela ou por preço excessivo ou, então, elimina por preço inexequível.

O SR. DEPUTADO IZALCI - V.Sa. nunca desconfiou de nada que as empresas tinham esse esquema?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kaio Maniçoba) - Deputado Izalci, a gente está ultrapassando o tempo aqui. Eu queria contar com a colaboração de V.Exa.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Agradeço.



O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Vamos ver o verbo direito. Eu nunca desconfiei de nada. Eu sempre desconfio dessa possibilidade. O que eu não posso é afirmar que aconteceu, porque aí é falso testemunho.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Renato Duque nunca ofereceu nada para V.Sa.?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Nada.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Nada. Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kaio Maniçoba) - Delegado Waldir e Deputado Otavio, o voo do nosso convidado é às 19h30min. Então, se a gente puder ser o mais breve possível, para que vocês também não possam perder a oportunidade de fazer suas perguntas, eu agradeceria, para que a gente possa fazer o trabalho e terminar mais cedo, para que ele possa viajar.

Com a palavra o Deputado Waldir.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Tranquilo, Sr. Presidente. Três minutos dá para fazer umas 50 perguntas. Pode ficar tranquilo aí.

O senhor conhece o Vaccari ou não?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Não.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Não conhece.

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Quer dizer, vamos botar o contexto. Ele é uma pessoa pública. Não o conheço, nunca apertei a mão dele.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - O senhor é filiado a algum partido?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Não, não sou.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Qual era o seu salário na PETROBRAS? No COMPERJ, qual era o seu salário?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - No tempo do COMPERJ?

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Seu salário. O salário que o senhor recebia como gerente. O salário do senhor, o salário que o senhor recebia?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - No tempo do COMPERJ?

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Isso.

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Eu não me lembro, porque teve correção...



O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Aproximadamente quanto que o senhor recebia?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Qualquer coisa como 40 mil reais.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Quarenta mil reais. Bacana.

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Mas, por favor, é qualquer coisa como... Não vai me pegar no...

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Qualquer coisa como o dobro do meu salário. *(Risos.)* Tranquilo. Só o dobro do meu salário e uns 40 salários de um professor no País. Tranquilo.

Quem era o responsável pelo anexo do contrato de terraplanagem que deu um prejuízo de 138 milhões no aditivo que o senhor assinou? Quem que era o responsável? O senhor disse que não era o senhor, em um determinado momento. Quem é a pessoa responsável?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Esse aditivo é um aditivo padrão da área de engenharia.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Mas quem assinou? Quem são os diretores responsáveis por esse aditivo?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Diretor responsável? Quem assinou o aditivo foi o Gerente Executivo Pedro Barusco. Eu não assinei nada.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - É o Pedro Barusco, então, o responsável. Isso que eu queria saber.

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Ele era o Gerente Executivo da área de engenharia, e todos os anexos padrão... Anexo padrão, desculpe...

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - O senhor tinha amizade com o Barusco?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Não.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Tinha contato comercial com ele, de trabalho?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - De trabalho, sim, sempre. Ele é meu chefe imediato.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Seu chefe? Ele levou algum dinheiro para o senhor?



O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Nunca.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Nunca te deu nenhum... Nunca ofereceu... Nem ele e nem o Duque nunca lhe ofereceram dinheiro?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Eu nunca fui abordado por quem quer que seja com proposta indecorosa. Graças a Deus.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Nem pelo Sr. Júlio Camargo...

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Também não.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - O qual esteve com o senhor várias vezes.

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Ele não esteve várias vezes. Esteve algumas vezes.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Algumas vezes são várias. Algumas são mais de uma. Um é unitário. Então, são várias.

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Ele tratava muito mais com minha gerência subordinada do que comigo, porque era questão técnica, não era questão de...

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Ele ofereceu dinheiro ao senhor ou não?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Não.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Nunca ofereceu dinheiro? O.k. O senhor participou de alguma reunião com a Presidência da empresa, com o Conselho de Administração?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - As reuniões de que eu participava eram reuniões de acompanhamento de projetos com o Presidente Gabrielli.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Com o Gabrielli, o senhor esteve quantas vezes?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Era periodicamente.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - De quanto em quanto tempo?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Acho que mensalmente, mas não tenho absoluta certeza.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Mensalmente. O senhor falava dos problemas que estavam acontecendo no COMPERJ.



O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Eu transmitia, quando era solicitado pelo Gerente Executivo.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - E o senhor falava isso verbalmente ou o fez por escrito?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Verbalmente.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Verbalmente. Qual foi o critério que o Duque teve para convidar o senhor para ser o Gerente do COMPERJ, qual foi o critério escolhido?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Imagino que meu *curriculum*.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - O *curriculum* do senhor? Só isso. Ele não pediu nada, nenhum favor especial para o senhor?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Nunca.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kaio Maniçoba) - Peço-lhe que conclua, Deputado Waldir.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Eu tinha mais 29 perguntas, mas vou deixar para o próximo ouvinte. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kaio Maniçoba) - Com a palavra o Deputado Otavio Leite.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Sr. Janssem...

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Pois não.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Nesse período que o senhor esteve no COMPERJ, período no qual também o senhor esteve várias vezes relatando ao Presidente Gabrielli a quantas andavam as obras, o senhor já antevia o caos que hoje poderia já se prever naquela ocasião ou o impulso da obra era muito grande, ou o senhor já sentia que o projeto em si podia fazer água?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Não. Eu via dificuldades, mas não com essa dimensão que acredito que V.Exa...

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Que tipo de dificuldades?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Acho que o que mais me atormentava era na área de licenciamento, desapropriação. Essas me irritavam.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Por que demoravam ou por que havia alguma irregularidade?



O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Não, não aconteciam. Não aconteciam. Não, há sempre um problema, sempre alguma coisa.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - E quando o senhor reportava isso para o Presidente Gabrielli, o que ele dizia?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - O Presidente Gabrielli? Ele tomava atenção ao que a gente informava a ele. Mas ele tinha uma gama de projetos imensa, não é? Então, esse tipo de...

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Mas o senhor tinha plena consciência de que o projeto COMPERJ como um todo, somente uma vez implantado como um todo, é que produziria os efeitos positivos para a PETROBRAS e que o seu fracionamento não permitiria algum retorno à PETROBRAS?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Essa pergunta é difícil de responder.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Porque a Presidente Graça dizia várias vezes, quer dizer, disse algumas vezes, que o COMPERJ não tinha ainda maturidade, o projeto não estava suficientemente maduro e tomaram-se decisões para implantar tudo de uma vez só ao invés de parceladamente. O senhor tem alguma avaliação sobre isso?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Na realidade, é uma história cumprida. Eu não participei disso, mas conheço a história. É evidente, não é? O COMPERJ foi concebido inicialmente para agregar valor a óleo de Marlin, que é um óleo pesado e de baixo valor de mercado.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Isso.

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - E a estrutura de um complexo petroquímico é algo ousado, ousado. E as coisas têm que mais ou menos... não podem desviar muito.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - E o senhor observava muitos desvios diante do projeto original?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Não, o que eu falo em desvio é...

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Desvios de projeto, de concepção.

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - ...de cronograma. Não, a concepção ela ia avançando. Ela não estava firme o suficiente. Isso é uma opinião minha, por favor. Não me parecia firme o suficiente na segunda geração.



O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Fale um pouco mais sobre isso. O que não estava firme o suficiente na segunda geração?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Por que ela...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kaio Maniçoba) - Deputado Otávio Leite, conclua, por favor.

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - ...pressupunha associações, pressupunha sociedade. E isso é uma coisa que precisa ser bastante bem ajustada.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Quando o senhor saiu do COMPERJ, olhando para frente, o senhor chegou a pensar: olha, livre-me de uma responsabilidade brava, porque a tendência disso aqui é não funcionar? Ou quase isso?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Com essa dimensão, não. Mas eu sabia que ali existia um desafio difícil.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Então, havia uma falha...

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Quando eu saí, inclusive o que estava aprovado era o primeiro trem de refino, que daria base para o desenvolvimento da coisa que viria depois.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - O trem de refino estava previsto ser concluído em 2012. Nós estamos em 2015, e o trem de refino está lá, mau se chegou aos 85%, parado, e por aí vai.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Ao seu tempo, o trem de refino, o senhor cuidava dessa parte também? A perspectiva era essa de vir a demorar tanto?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Não.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Faltou dinheiro?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Também não.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Então...

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Não que eu verificasse. Nunca, nunca.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kaio Maniçoba) - Deputado Otávio, eu gostaria que o senhor concluísse as perguntas.



O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Realmente, então, essa é uma constatação muito importante, diante do que disse o Dr. Janssem, que esteve à frente, que não invoca uma ausência de recursos para que a obra seja tocada. Então, há outras razões pelas quais nós chegamos ao ponto que estamos, dessa tragédia de obras paradas, pessoas demitidas, e por aí vai.

Quer dizer, é muito mais que a corrupção, lamento dizer. É de concepção, é de planejamento. E isso tudo — essa tragédia — era levado diretamente ao Presidente da PETROBRAS, Dr. Sérgio Gabrielli.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kaio Maniçoba) - Com a palavra a última oradora, Deputada Eliziane Gama, para a gente encerrar hoje.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Sr. Janssem, o senhor foi uma das pessoas que também recebeu o comunicado de demissão em 2014. Eu vou fazer várias perguntas. Se o senhor puder anotar, vai ser bom, por conta do tempo. O senhor acha que a sua saída, na verdade, foi motivada por alguma retaliação?

O Sr. Pedro Arruda, que na verdade era o Gerente de Segurança da PETROBRAS, em depoimento à Polícia Federal cita o nome do senhor, como também cita o nome do Paulo Roberto Costa e também de Renato Duque e Pedro Barusco, falando sobre sobrepreços. Diz que o pedido para a inclusão das empresas nas concorrências era feito pelos ex-Diretores da Estatal, Paulo Roberto Costa e Renato Duque, além do ex-Gerente de Serviços Pedro Barusco. Ele também cita que as indicações eram feitas pelos ex-Gerentes da Estatal Weider e Janssem Pereira, portanto, como Gerente Executivo do COMPERJ. A pergunta que eu faço ao senhor: como na verdade eram feitos esses aditivos nos contratos das obras e quais os critérios estabelecidos, se era para fazer um atendimento a esse pedido do Pedro Barusco e se era uma imposição também da parte dele?

Outra pergunta. Em depoimento à Justiça Federal, no Paraná, o Gerente de Segurança, ainda ele, afirmou que o pedido para a inclusão das empresas nas concorrências era feito por “eles”, por esses dois Diretores, e que o senhor na verdade fazia essas indicações com força suficiente para esse tipo de indicação. Eu pergunto: o senhor recebeu propina? E, ao mesmo tempo, qual a motivação específica, além do pedido deles, para que o senhor fizesse essas indicações? E



qual o seu relacionamento especificamente com esses três Diretores que acabamos de citar?

Mais uma pergunta a V.Sa. referente a uma entrevista que foi dada pelo atual Presidente da Companhia, o Bendine. Quando perguntado sobre o COMPERJ, e que só seria na verdade concluído em 2019, sendo que a previsão anterior era agora, em 2016, ele responde o seguinte: *“Esse é o pior dos prazos. O melhor dos prazos é fazer uma engenharia financeira que permita ter recurso suficiente para concluir a obra”*. Aí, ele continua: *“Não tem ‘quando”*. A pergunta que eu faço ao senhor, é quando ele fala exatamente dessa frase: *“Não tem ‘quando”*. Essa não seria, no seu entendimento e na sua opinião, que peço a respeito disso, uma resposta um tanto desrespeitosa, até mesmo considerando toda uma expectativa que foi formada em torno do COMPERJ, as construções que foram feitas, a expectativa formada na juventude, empreendimentos adotados, os *shoppings* que foram criados? Quer dizer, todo o investimento econômico em torno dessa construção que, agora, na verdade, tem uma frustração, trazendo desalento a esses trabalhadores. Qual a sua opinião acerca dessa resposta dada pelo atual Presidente da PETROBRAS?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kaio Maniçoba) - Peço-lhe que conclua, Deputada Eliziane.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Eram esses, Sr. Presidente, os meus questionamentos.

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Perdão. Eu não tenho como emitir um juízo a respeito dessa declaração do atual Presidente, porque eu estou afastado e desconheço as circunstâncias atuais.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - O senhor não acha desrespeitoso, um investimento bilionário — pelas informações que nós temos aqui, o prejuízo do COMPERJ é de mais de 40 bilhões de reais —, com os trabalhadores que ficaram na expectativa de receber esse empreendimento, investidores que chegaram até lá e, de repente, se dá uma resposta de *“Não tem ‘quando”*? O senhor é ex-Gerente, mas estava lá. O senhor não tem nenhuma sensibilidade a todos esses trabalhadores que fizeram esse investimento?



O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - O tempo que eu estava lá era um tempo alvissareiro. Era um tempo em que o histograma subia e que as coisas aconteciam. Três anos depois, eu já perdi o contato com aquilo. Eu só posso é lamentar...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Então, o senhor também se sente vítima, assim como os demais trabalhadores?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Eu lamento profundamente, porque eu participei daquilo, e aquilo ali, para mim, aqui dentro, tinha a dimensão de um sonho, um sonho meu, particular. Então, eu lamento, da mesma forma...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - A sua saída foi fruto de retaliação?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Não, nunca teve retaliação. Nunca ninguém me perseguiu. A senhora — V.Exa. Perdão — citou que eu fui demitido. Eu nunca fui demitido. Eu saí de um cargo gerencial. Eu nunca fui demitido.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Mas da gerência o senhor saiu?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - É.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Qual foi a motivação?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - É que a gente usa demissão quando a gente bota...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Está bom. Então o senhor saiu da gerência. Qual a motivação?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Eu saí porque entenderam os diretores da época, que já não eram mais nem Renato Duque, nem Paulo Roberto, que os gerentes-gerais que de alguma forma colaboraram com essas comissões internas de apuração deveriam ser afastados.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Então, o senhor se sente extremamente satisfeito com a saída da gerência?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Não, claro que não.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - O senhor acha que foi justa a sua saída da gerência?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Acho que não.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Mas o senhor não se sentiu injustiçado com isso, nem perseguido?



O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Não, porque eu considero isso um procedimento gerencial normal.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - A sua relação com Pedro Barusco, com Renato Duque, como era? Com o Paulo Roberto? O senhor tinha relação pessoal de amizade?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Nem com Pedro Barusco, nem com Paulo Roberto. O Renato Duque eu conheço há mais de 30 anos. Conheço lá do tempo da graxa.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Então, o senhor tem uma amizade pessoal com ele?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Tenho.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - O senhor não participou, então, do esquema de pagamento de propinas?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Mas o que a amizade tem a ver com...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Ele é uma das pessoas mais acusadas de ter desviado milhões de reais da PETROBRAS. O senhor tinha uma amizade com ele...

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Eu tinha, não. Eu tenho. Eu sou amigo dele.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - ...naturalmente que deveria ter algum tipo de conhecimento também disso. O senhor nunca teve conhecimento disso?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Nunca. Eu não costumo acompanhar...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - O senhor tinha amizade, mas não tinha conhecimento nenhum do pagamento de propinas?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Não.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Só o senhor não sabia, e o Brasil todo estava sabendo?

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Não, eu acho que isso não... Perdão. Eu não sabia e ninguém poderia saber na ocasião.



A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Nem o senhor nem ninguém, porque todo mundo que vem aqui, Sr. Jansem, diz que não sabia. E parece, assim, subestimar a inteligência do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kaio Maniçoba) - Deputada Eliziane, gostaria que V.Exa. concluísse, para que a gente possa dar andamento aqui.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Chega a causar na gente uma certa revolta, porque é tanto dinheiro, 40 bilhões foram embora, e simplesmente ninguém sabia de nada, quem era gerente, quem era diretor, quem era do Conselho. Ninguém sabe de nada. Então, quem sabe para onde foi todo esse dinheiro?

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kaio Maniçoba) - Quero informar, para que a gente possa encerrar os trabalhos, que nós teríamos mais um depoente, mas, devido o avançado das horas, em conversa com ele e com o nosso Sub-Relator, que pediu a vinda dele até aqui, a gente preferiu colocá-lo na próxima reunião, para que a gente possa ter mais tempo para debater e conversar com ele. Acho que essa hora o cansaço físico já pegou todos nós. E temos ainda a sessão.

Antes de encerrar, quero saber se o Sr. Jansem tem alguma colocação a fazer.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Eu quero dar uma palavrinha, Presidente.

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kaio Maniçoba) - Se o senhor tem alguma colocação a fazer, para que a gente possa encerrar.

O SR. JANSEM FERREIRA DA SILVA - Não. Eu vim aqui, conforme afirmei, de boa-fé para colaborar com o trabalho desta Comissão e dentro dos princípios da verdade e absoluta aderência aos fatos. Eu não vim aqui fazer ilações, suposições ou criticar quem quer que seja. Eu vim aqui responder perguntas objetivas. E assim creio que tenha feito o meu melhor. E quero agradecer a Deus por isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kaio Maniçoba) - Com a palavra o Relator Altineu Côrtes.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Sr. Jansem, quero dizer que o senhor é cristão, mas eu não acredito na boa-fé do senhor, não. Em hipótese



alguma. E o senhor pode ter certeza de que o nosso trabalho aqui na CPI ainda vai cruzar com informações de que o senhor participou daquela corrupção lá. O senhor assinou um contrato de 138 milhões de reais de prejuízo para o Brasil. O senhor largou o povo de Itaboraí, do Rio de Janeiro e do Brasil com um prejuízo incalculável. O senhor é amigo do Renato Duque, que está preso, há 38 anos.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Pode preparar a mala, viu?

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - O senhor conversou com o Dr. Paulo Roberto, que fez delação premiada. O senhor recebeu o Sr. Júlio Camargo várias vezes, ou algumas vezes. O senhor foi subordinado do Pedro Barusco, que fez delação premiada, e está devolvendo 100 milhões de dólares para o Brasil. O senhor não acha que vem aqui com respostas evasivas, que ficou 4 anos à frente do maior projeto de corrupção do País, dizer que não sabe nada. Por isso que a Deputada Eliziane fica revoltada, por isso que eu fico revoltado, por isso que muitos nesta sala ficam revoltados.

Então, não pense que essa posição do senhor aqui... Aliás, nós precisamos providenciar — vou providenciar, Presidente — um dos medicamentos, o Ginkgo Biloba, que minha vó tomava. Um medicamento para memória. O senhor não lembra nem quanto ganhava. Talvez porque aquilo ali não fosse significativo para o senhor. O senhor não lembra que o salário que ganhava, 40 mil reais...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kaio Maniçoba) - Peço-lhe que conclua, Deputado Altineu.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - O senhor me desculpe, Presidente, pela revolta, mas eu quero fazer um registro aqui. O senhor falou uma frase aqui que me marcou muito. O senhor disse que foi tudo dentro do regulamento. Sem problema nenhum. Estou chegando à conclusão de que o País inteiro não está enxergando o que o senhor enxergava; que a Operação Lava-Jato não vale de nada; que os empresários mais poderosos do País, que estão presos em Curitiba, estão fazendo delação premiada à toa; que o Sr. Pedro Barusco está devolvendo o dinheiro que ele não tinha; e que o senhor é o único que tem razão. O senhor disse essa frase aqui: *“Foi tudo dentro do regulamento. Não houve problema nenhum”*. Então, o senhor tem 38 anos de PETROBRAS e pode ter certeza de que esta CPI aqui, assim como a Justiça, vai chegar para o senhor assumir as suas



responsabilidades, e eu não sei onde o senhor vai parar. O patrimônio do senhor não paga o prejuízo que o senhor deu ao povo brasileiro. Nada paga.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Eu sei onde ele vai parar: companhia para o Duque lá e para o...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kaio Maniçoba) - Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.